

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

Isadora Wayhs Cadore Virgolin

**RECICLANDO IDENTIDADES LABORAIS: UM ESTUDO COM
AGRICULTORES FAMILIARES PLURIATIVOS DA COOPERATIVA DE
RECICLADORES DE MATERIAIS ORGÂNICOS E INORGÂNICOS DE
SANTA CECÍLIA DO SUL/RS**

**Santa Maria, RS
2016**

Isadora Wayhs Cadore Virgolin

**RECICLANDO IDENTIDADES LABORAIS: UM ESTUDO COM AGRICULTORES
FAMILIARES PLURIATIVOS DA COOPERATIVA DE RECICLADORES DE
MATERIAIS ORGÂNICOS E INORGÂNICOS DE SANTA CECÍLIA DO SUL/RS**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em Extensão Rural**.

Orientador: Prof. Dr. José Marcos Froehlich

Santa Maria, RS
2016

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Wayhs Cadore Virgolin, Isadora
Reciclando Identidades Laborais: Um Estudo com
Agricultores Familiares Pluriativos da Cooperativa de
Recicladores de Materiais Orgânicos e Inorgânicos de Santa
Cecília do Sul/ RS. / Isadora Wayhs Cadore Virgolin.-
2016.
261 p.; 30cm

Orientador: José Marcos Froehlich
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-
Graduação em Extensão Rural, RS, 2016

1. Identidade 2. Pluriatividade 3. Agricultura
Familiar 4. Reciclagem I. Froehlich, José Marcos II.
Título.

Isadora Wayhs Cadore Virgolin

**RECICLANDO IDENTIDADES LABORAIS: UM ESTUDO COM AGRICULTORES
FAMILIARES PLURIATIVOS DA COOPERATIVA DE RECICLADORES DE
MATERIAIS ORGÂNICOS E INORGÂNICOS DE SANTA CECÍLIA DO SUL/RS**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em Extensão Rural**.

Aprovado em ____ de _____ de 2016:

José Marcos Froehlich, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Everton Lazzaretti Picolotto, Dr. (UFSM)

Clayton Hillig, Dr. (UFSM)

Rosa Cristina Monteiro, Dra. (UFRRJ)

Suzimary Specht, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2016

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Marcos Froehlich, pela dedicação, disponibilidade e compreensão com relação às minhas limitações, especialmente de tempo, durante a elaboração da tese.

Ao meu companheiro, Daniel, muito obrigada pelo apoio, compreensão e paciência em todos os momentos, desde as viagens semanais a Santa Maria para cursar as disciplinas até os momentos dedicados à elaboração da tese. A parceria para o cuidado com o nosso filho, Arthur, foi fundamental durante esta caminhada.

Ao meu amado e precioso filho, Arthur, pela compreensão de que o doutorado era importante para a minha formação acadêmica e carreira profissional e de que o período de dedicação à elaboração da tese, principalmente aos finais de semana, um dia teria “fim”. Os momentos de carinho e ternura junto dele foram importantes para seguir e acreditar que valeria a pena, quando, no decorrer do processo, via-me cansada.

À minha família, pelo carinho e incondicional apoio. À minha querida avó, Angelina (*in memorian*), que me acompanhou em todas as viagens até Santa Cecília do Sul para a coleta dos dados e que nos deixou no último ano, antes da finalização da tese. Este trabalho me levou a usufruir mais intensamente da sua companhia, justamente nos últimos anos e meses que antecederam a sua partida.

Ao Chico e à Nira, pela hospedagem e carinhosa receptividade em sua casa durante a coleta de dados para a tese em Santa Cecília do Sul.

À Rose, que, desde a época mestrado, cuida do Arthur e da nossa casa com carinho e responsabilidade, o que deu condições para eu me dedicar à pós-graduação com maior tranquilidade.

Aos meus colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, pela troca de saberes durante as aulas, trabalhos e demais momentos que permearam o período de realização do curso de doutorado. Agradeço especialmente a Tatiana Balem, Tarcísio Samborski e Adriana Pisoni da Silva.

À Patricia Farias que, desde o nosso Paraguai querido, tornou-se uma amiga especial em minha vida, uma pessoa a quem sempre recorri durante o doutorado e nos momentos de escrita da tese para tornar o período mais leve e feliz.

Às minhas colegas e amigas da Universidade de Cruz Alta, Marília, Vanessa e Enedina, pela parceria, carinho e incentivo. À Enedina, agradeço especialmente por ter me apresentado o tema da reciclagem e ter sido sempre parceira nos projetos de extensão voltados à organização dos catadores de materiais recicláveis.

À Universidade de Cruz Alta, pelo incentivo através da dispensa parcial para cursar as disciplinas do doutorado.

À Cooperativa de Recicladores de Resíduos Orgânicos e Inorgânicos de Santa Cecília do Sul e aos agricultores familiares que lá trabalham, especialmente a Osmar Vidal, pela sua disponibilidade em colaborar com a pesquisa.

Enfim, com carinho, muito obrigada a todos!

*Não sei quantas almas tenho.
Cada momento mudei.
Continuamente me estranho.
Nunca me vi nem achei.
De tanto ser, só tenho alma.
Quem tem alma não tem calma.
Quem vê é só o que vê,
Quem sente não é quem é,
Atento ao que sou e vejo,
Torno-me eles e não eu.
Cada meu sonho ou desejo
É do que nasce e não meu.
Sou minha própria paisagem,
Assisto à minha passagem,
Diverso, móbil e só,
Não sei sentir-me onde estou.
Por isso, alheio, vou lendo
Como páginas, meu ser
O que segue não prevendo,
O que passou a esquecer.
Noto à margem do que li
O que julguei que senti.
Releio e digo: «Fui eu?»
Deus sabe, porque o escreveu.*

(Fernando Pessoa – 1930)

RESUMO

RECICLANDO IDENTIDADES LABORAIS: UM ESTUDO COM AGRICULTORES FAMILIARES PLURIATIVOS DA COOPERATIVA DE RECICLADORES DE MATERIAIS ORGÂNICOS E INORGÂNICOS DE SANTA CECÍLIA DO SUL/RS

AUTORA: ISADORA WAYHS CADORE VIRGOLIN
ORIENTADOR: JOSÉ MARCOS FROEHLICH

O presente estudo tem foco nos temas da identidade laboral e da pluriatividade. O fenômeno da pluriatividade no meio rural caracteriza-se pela combinação de uma ou mais atividades econômicas, além da agricultura, exercidas por um ou mais membros de uma mesma família. Com base nesse contexto, o estudo foi realizado com agricultores familiares que conciliam a atividade agrícola com a de recicladores em uma cooperativa de reciclagem, denominada de Cooperativa dos Recicladores de Resíduos Orgânicos e Inorgânicos, situada na zona rural do Município de Santa Cecília do Sul, na Região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. O propósito geral do estudo foi analisar a repercussão do trabalho pluriativo realizado pelos agricultores familiares vinculados à Copercicla em sua identidade laboral. A pesquisa caracterizou-se como um estudo de caso qualitativo, do tipo descritivo e interpretativo. Realizou-se uma revisão bibliográfica dos principais autores que abordam os temas centrais do estudo (Identidade e Pluriatividade) e demais temáticas relacionadas à realidade estudada – a reciclagem – a fim de subsidiar as principais categorias de análise da pesquisa. Os dados empíricos foram coletados por meio da realização de observações, pesquisa em fontes documentais, entrevistas individuais em profundidade e entrevista grupal. Os dados foram sistematizados e analisados por meio de análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa demonstraram que o rural vem sofrendo transformações significativas, sendo a pluriatividade (e, conseqüentemente, os seus efeitos) uma manifestação de tais mudanças à qual as famílias recorrem especialmente para garantir a sua reprodução social. Verificou-se que a condição de trabalhadores pluriativos que conciliam as atividades laborais na agricultura e na reciclagem trouxe mudanças no processo de identificação dos sujeitos pesquisados e redimensionou alguns aspectos, iniciando pela disposição dos agricultores familiares em lidar com as implicações da adesão do trabalho associativo e do envolvimento com a reciclagem – atividade carregada de estigmas e preconceitos que demandou e ainda demanda dos trabalhadores a desconstrução de tais comportamentos na sociedade. Salienta-se que a atividade de trabalho na Copercicla mostra-se capaz de promover uma sociabilidade diferente que extrapola o âmbito familiar a que estavam habituados os agricultores familiares. No entanto, o redimensionamento da identidade dos referidos trabalhadores ocorre sem anular a identificação com a atividade rural, cuja experiência é apontada como fator relevante para o êxito da Cooperativa, bem como para a adaptação dos trabalhadores na atividade da reciclagem. Aspectos negativos, positivos e características de ambas as ocupações se articulam, configurando um processo de identificação laboral dinâmico que confirma a característica cada vez mais plural do rural na contemporaneidade.

Palavras-chave: Identidade. Pluriatividade. Agricultura Familiar. Reciclagem.

ABSTRACT

RECYCLING WORKPLACE IDENTITIES: A STUDY WITH PLURIACTIVE FAMILY FARMERS FROM THE COOPERATIVE OF RECYCLERS OF ORGANIC AND INORGANIC MATERIALS OF SANTA CECÍLIA/RS

AUTHOR: ISADORA WAYHS CADORE VIRGOLIN
ADVISOR: JOSÉ MARCOS FROELICH

This study focuses on the themes of work identity and pluriactivity. The phenomenon of pluriactivity in rural areas is characterized by the combination of one or more economic activities, besides agriculture, carried out by one or more members of the same family. Within this context, the study was conducted with family farmers that combine their agricultural activity with their occupation as recyclers in a recycling cooperative, called Cooperativa dos Recicladores de Resíduos Orgânicos e Inorgânicos (Copercicla), located in the countryside of Santa Cecília do Sul, in the Northeast region of the State of Rio Grande do Sul. The general purpose of the study was to analyze the impact of the pluriactive work done by family farmers linked to Copercicla in their work identity. The research is characterized as a qualitative case study of descriptive and interpretative type. We conducted a literature review of the main authors that address the core issues of the study (Identity and Pluriactivity) and other topics related to the studied reality – recycling – in order to support the main categories of research analysis. Empirical data were collected by conducting observations, research in documentary sources, individual in-depth interviews, and group interviews. The data were organized and analyzed using content analysis. The survey results showed that the country has undergone significant changes, and that pluriactivity (and hence its effects) is a demonstration of such changes to which families resort specially to ensure their social reproduction. It was found that the condition of pluriactive workers that combine work activities in both agriculture and recycling brought changes in the identification process of the subjects and resized some aspects, starting with the provision of the family farmers in dealing with the implications of membership of the association work and the involvement with recycling – activity impregnated with stigmas and prejudices that demanded and still demands of workers the deconstruction of such behavior in society. It is noted that the work activity on Copercicla has proven capable of promoting a different sociability that goes beyond the family environment that the farmers were used to. However, the resizing of the identity of these workers occurs without avoiding the identification with the rural activity, whose experience is seen as a relevant factor for the success of the Cooperative as well as the adaptation of workers in the recycling activity. Negative and positive aspects and characteristics of both occupations are linked, setting up a dynamic labor identification process that confirms the increasingly plural feature of the countryside areas nowadays.

Keywords: Identity. Pluriactivity. Family Farming. Recycling.

LISTA DE SIGLAS

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

Copercicla – Cooperativa dos Recicladores de Resíduos Orgânicos e Inorgânicos

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental do Rio Grande do Sul

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

ONU – Organização das Nações Unidas

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAF – Secretaria da Agricultura Familiar

SINIR – Sistema Nacional de Informações sobre Gestão dos Resíduos Sólidos

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	17
1.2	OBJETIVOS	33
1.3	JUSTIFICATIVA	34
1.4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ESTRUTURA DA TESE	36
1.4.1	Características do universo da pesquisa: o município de Santa Cecília do Sul	39
1.4.1.1	<i>O Distrito de Vista Alegre</i>	45
1.4.1.2	<i>O Município de Tapejara</i>	46
1.4.2	Seleção dos sujeitos	46
1.4.3	Fases da pesquisa, técnicas e instrumentos	47
2	TRANSFORMAÇÕES E TENDÊNCIAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO	53
2.1	REFLEXÕES SOBRE O MUNDO DO TRABALHO.....	53
2.2	A PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	58
2.2.1	Novas ruralidades e processos identitários	77
3	IDENTIDADE: UMA DIVERSIDADE DE OLHARES	83
3.1	NOÇÕES TEÓRICAS SOBRE IDENTIDADE	83
3.1.1	A identidade laboral	99
4	O LUGAR QUE OS RESÍDUOS SÓLIDOS OCUPAM NA SOCIEDADE	109
4.1	AS REPRESENTAÇÕES E O ESTIGMA DO “LIXO”	109
4.2	PANORAMA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS.....	115
4.2.1	Os processos de reciclagem	118
5	DE CONDOMÍNIO RURAL A COOPERATIVA DE RECICLADORES	127
5.1	COPERICLA: DO PASSADO AO PRESENTE	127
5.2	O PERFIL DOS COOPERADOS.....	161
5.3	A DINÂMICA DE TRABALHO, A VINCULAÇÃO E AS MOTIVAÇÕES....	165
5.4	AS DIFICULDADES DA CONCILIAÇÃO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA COM A RECICLAGEM	176
6	OS PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS A PARTIR DO TRABALHO PLURIATIVO	181
6.1	SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE O TRABALHO DA RECICLAGEM E O DA AGRICULTURA	182
6.2	A SATISFAÇÃO E A PREFERÊNCIA EM AMBAS AS ATIVIDADES	189
6.3	AS REPERCUSSÕES DO TRABALHO NA RECICLAGEM – O QUE MUDOU?	203
7	A IDENTIDADE “VIRTUAL” E “REAL” DOS TRABALHADORES PLURIATIVOS: UMA IDENTIDADE “NOVA” SE PROCESSA?	209
7.1	AGRICULTORES, RECICLADORES OU AGRICULTORES/RECICLADORES?	210
7.2	A PERCEPÇÃO “PROFISSIONAL” DOS AGRICULTORES FAMILIARES SOBRE A FORMA COMO SÃO VISTOS PELA COMUNIDADE EXTERNA	213
7.2.1	O reconhecimento da comunidade externa de ambas as atividades	216
8.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	225

REFERÊNCIAS	239
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO DA PESQUISA	249
ANEXO A – IMAGENS DE TEXTOS SOBRE A COPERCICLA	251
ANEXO B – TEXTO DE MATÉRIA SOBRE A COPERCICLA EXTRAÍDA DO BLOG "TUDO PELA RECICLAGEM"	255
ANEXO C – TEXTO DE MATÉRIA SOBRE A COPERCICLA EXTRAÍDA DO JORNAL CIDADES.....	257
ANEXO D – TEXTO DE MATÉRIA SOBRE A COPERCICLA EXTRAÍDO DO SITE DA RÁDIO TAPEJARA.....	259

1 INTRODUÇÃO

Na presente tese, desenvolveu-se um estudo sobre o tema da identidade relacionada ao trabalho numa realidade onde ocorre a pluriatividade. O estudo foi conduzido com agricultores familiares que conciliam a atividade agrícola com a de reciclagem, esta realizada em uma cooperativa denominada de Cooperativa dos Recicladores de Resíduos Orgânicos e Inorgânicos (Copercicla), situada na zona rural do município de Santa Cecília do Sul, na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul.

O tema da tese derivou da pesquisa de dissertação de mestrado “O sentido do trabalho pluriativo para os agricultores familiares: um estudo a partir da Cooperativa de Recicladores Orgânicos e Inorgânicos de Santa Cecília do Sul”, defendida pela autora em 2012 junto ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria. O objetivo da pesquisa, na época, foi analisar o sentido do trabalho para o mesmo grupo de agricultores familiares pluriativos a partir da vinculação destes à já referida cooperativa. Naquele momento, as motivações para realizar o estudo em tal contexto decorreram das presunções de que as experiências de pluriatividade no meio rural, ao propiciarem vivências de conciliação entre trabalho agrícola e outra atividade laboral, refletem-se não só em aspectos objetivos relacionados à questão do emprego, da renda, da sazonalidade ou do êxodo rural, mas também em outros sentidos que passam a ser engendrados a partir dessas repercussões na vida dos sujeitos e das famílias dos agricultores.

No doutorado, deu-se continuidade à pesquisa realizada no mestrado, porém com direcionamento do tema para os processos de identificação dos sujeitos que derivam da conciliação das duas atividades laborais acima referidas.

1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Vivenciamos, nas últimas décadas do século XX, significativas mudanças em vários aspectos da sociedade como um todo. De um modo geral,

tais mudanças¹, são marcadas pela globalização econômica, que tem redesenhado as relações sociais capitalistas por meio das novas tecnologias, da flexibilização dos mercados de trabalho e, por último, da emergência e consolidação da problemática ambiental.

A globalização, segundo Woodward (2013, p. 21), “envolve uma interação entre fatores econômicos e culturais, causando mudanças nos padrões de produção e consumo, as quais, por sua vez, produzem identidades novas e globalizadas”. Tal fenômeno gera distintos resultados em termos de identidade:

A homogeneidade cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultura local. De forma alternativa, pode levar a uma resistência que pode fortalecer e reafirmar algumas identidades nacionais e locais ou levar ao surgimento de novas posições de identidade. (WOODWARD, 2013, p. 21).

As dispersões das demandas ao redor do mundo, dadas em consequência das mudanças na economia, ocorreram não apenas em termos de bens e serviços, mas também de mercado de trabalho. Com relação a esse aspecto, as mudanças foram impulsionadas especialmente pela passagem, no final da década de 1960 e início da década de 1970, do fordismo² para um processo de acumulação flexível, quando passa a ficar evidente a incapacidade do sistema fordista de conter as contradições inerentes ao capitalismo.

O fordismo era caracterizado pela produção em massa, pelo controle dos tempos e dos movimentos na produção, pelo trabalho parcelar e pela fragmentação das funções (ANTUNES, 2000), enquanto a acumulação flexível é caracterizada pela menor rigidez, pelo aparecimento de novos setores de produção, pelo surgimento de novas formas de oferta dos serviços, por novos mercados e, sobretudo, por uma forte taxa de inovação tecnológica, organizacional e comercial. Muitas atividades de trabalho e emprego, relacionadas tanto à esfera de produção como à de serviços,

¹ Os elementos constitutivos de tais mudanças são muitos e de grande complexidade, ou seja, ocorreram mutações intensas e de ordens diferenciadas, que, no seu conjunto, acarretaram consequências muito significativas. Neste estudo, partimos do mundo do trabalho devido ao tema principal da proposta de tese – a identidade relacionada às atividades de trabalho realizadas pelos agricultores. Além disso, a análise, mesmo que sinteticamente, de mudanças em outros aspectos da sociedade, tais como as acima referidas, seria impossível de ser aqui realizada, devido à amplitude e complexidade das questões envolvidas, o que não quer dizer que o nosso entendimento é de que tais mudanças não estejam relacionadas.

² O fordismo e os motivos da sua transição para o estágio de acumulação flexível serão abordados na parte dos referenciais teórico-conceituais.

deixaram de existir, enquanto outras surgiram, como é o caso da atividade de seleção³ de resíduos sólidos⁴, realizada pelos sujeitos que farão parte desta pesquisa.

A passagem do fordismo para a acumulação flexível foi tão significativa que, segundo Antunes (2000, p. 23), “[...] atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade⁵ e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser”. Ou seja, repercutiu na identidade dos sujeitos de uma forma geral, mas, especialmente, refletiu nos trabalhadores que vivenciavam o processo de trabalho fordista, já que, como refere Bauman (2005, p. 34), no fordismo, as atividades humanas se reduzem “a movimentos simples, rotineiros e predeterminados, destinados a serem obedientes e mecanicamente seguidos, sem envolver as faculdades mentais e excluindo toda espontaneidade e iniciativa individual”. Posteriormente, na acumulação flexível, a cultura baseada na rotina passa a ser substituída por outra, sustentada pela ideia de flexibilidade, em que não há separação entre o trabalhador que pensa e o que executa; o trabalhador não fica mais preso a uma única atividade, sendo-lhe exigida a polivalência ou até a “desespecialização”, entre outros requisitos.

³ Consideram-se selecionadores de materiais recicláveis os trabalhadores que, no exercício da atividade, trabalham apenas na seleção/separação dos materiais recicláveis, normalmente no espaço físico de uma associação ou cooperativa. Os catadores de materiais recicláveis são considerados aqueles que, no exercício da atividade, dedicam-se também ao recolhimento dos materiais recicláveis, através da denominada “catação”. Esta normalmente ocorre através de trabalho informal, individualizado e nas vias públicas por meio do uso de carroças, bicicletas, carrinhos, entre outros. É uma categoria social marcada por uma forte heterogeneidade entre seus integrantes. Muitos deles exercem essa atividade em tempo integral, desde a infância, e, em algumas famílias, ela passa a ser seguida pelos filhos, geralmente por falta de melhores opções. Outros a iniciam por questões contingenciais, como a perda do emprego, por exemplo. Existem também aqueles que intercalam a catação com outros trabalhos, ou, então, trabalham como catadores nos intervalos entre um e outro emprego eventual. Há catadores que seguem uma rotina de trabalho diária, enquanto outros possuem dinâmicas menos regulares (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013). Ressalta-se que, no caso dos trabalhadores estudados na tese, utiliza-se a denominação “recicladores”, porque eles se autodenominam como tal. Porém, conforme a descrição acima e a representação da cadeia produtiva da reciclagem que será apresentada mais adiante, em que os sujeitos da pesquisa fazem parte do terceiro elo, a denominação adequada seria “selecionadores”.

⁴ Refere-se à denominação técnica atribuída aos materiais sólidos gerados após a produção, utilização ou transformação de bens de consumos. Genericamente e popularmente é denominado de “lixo”. A definição de ambos os termos será abordada mais adiante na tese.

⁵ Hall (2009, p. 56) explica que a “subjetividade envolve nossos sentimentos e pensamentos mais pessoais”. Porém, “vivemos nossa subjetividade num contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade”. Os conjuntos de significados construídos pelos discursos só podem ser eficazes se eles nos recrutam como sujeitos, sendo que, ainda segundo o autor, “as posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas identidades”.

O processo acima resumido modificou tanto o espaço urbano como o rural, foi um século de extremos e de muitas diferenças, no qual muito se pensou em produção e consumo, porém pouco nas consequências dessas aquisições e evoluções. Não demorou para que, a partir da metade do século XX, informações sobre as consequências da diversificação dos novos modelos de produção e consumo chegassem à comunidade mundial apontando para a existência de sérios problemas ambientais, tais como o aumento gradativo do buraco da camada de ozônio e do aquecimento global provocados pela emissão de gases poluentes, a crescente poluição dos oceanos e mares, o avanço da desertificação, o desmatamento acelerado das últimas grandes reservas florestais originais do planeta, a exemplo da Amazônia, a extinção irreversível de milhares ou até milhões de espécies vegetais e animais, a contaminação de alimentos, o aumento de solos inférteis, o grande volume de resíduos gerados e o descarte incorreto destes, entre outros inúmeros efeitos que têm sido apontados como responsáveis pela ocorrência de uma crise ambiental mundial.

A modernização, urbanização, industrialização e internacionalização são, segundo Anjos (2003), palavras-chave que podem resumir as principais transformações incidentes sobre a agricultura mundial e sobre os espaços agrários de produção desde a década de 1950 e que se fizeram mais fortes ao longo dos anos 1960 e posteriores.

A consolidação de uma agricultura de base fordista nos países do capitalismo avançado coincidiu, nos países periféricos, com alterações de igual magnitude sobre o que se convencionou intitular de Revolução Verde, compreendendo um processo tecnológico e social sem precedentes na história universal. Na Ásia e também nas Américas, foi justamente a partir da segunda metade da década de 1960 e ao longo da década de 1970 que o esquema da Revolução Verde se impôs, sob grande influência dos Estados Unidos, e visto como oportunidade única de aumentar a exportação de insumos industriais (ANJOS, 2003). Nesse sentido,

A Revolução Verde representará, indiscutivelmente, a prioridade dada às respostas tecnológicas em relação às sociais, o que significa, em outros aspectos, julgar desnecessário implantar uma Reforma Agrária nos países em que a terra permanecia extremamente concentrada. (ANJOS, 2003, p. 51).

Com relação à divisão internacional do trabalho no contexto da agricultura, vê-se, então, desde a Segunda Guerra Mundial e ao longo das duas próximas décadas, uma redefinição dos papéis entre os distintos países. Algumas nações europeias redefiniram seu setor agrário e, diante de estímulos governamentais e da incorporação de tecnologias, transformaram-se em grandes produtores mundiais. Essas mudanças fizeram com que muitos países adotassem a agricultura familiar como base do seu modelo estrutural (ANJOS, 2003).

Na agricultura brasileira, a “modernização conservadora”, em especial os seus efeitos para o meio rural e para agricultura, foi tema bastante discutido. De acordo com Anjos (2003), há diferentes posições sobre a sua repercussão no País, existindo

Desde os que simplesmente consideram-no como um mero processo de mudança na base técnica de produção, com conseqüente substituição dos insumos tradicionais pelos insumos modernos, até os que admitem tratar-se do principal eixo transformador do país, tendo em vista a inquestionável profundidade dos impactos engendrados sobre as esferas da vida econômica, social, política, ambiental e cultural. (ANJOS, 2003, p. 179).

Independentemente da posição que se tome com relação às repercussões referidas, uma posição geral é a de que o campesinato brasileiro sempre ocupou um lugar subalterno diante da grande exploração, que sempre foi dominante enquanto um modelo socialmente reconhecido.

Na década de 1950, a modernização era entendida como necessária em função de que a agricultura e o meio rural eram considerados bastante limitados e obstáculos ao desenvolvimento, ou melhor, ao crescimento industrial, visto como imprescindível para lograr mudanças entendidas como necessárias. Nessa época, o objetivo básico era difundir as tecnologias trazidas de outros países para aumentar a produtividade de modo suficiente, a ponto de financiar a expansão industrial. Já na segunda metade da década de 1970, pode-se dizer que ocorreu a segunda fase da modernização agrícola, que representou uma intensificação do que havia sido traçado anteriormente, porém com a crescente intercessão do Estado e a intensificação do processo de penetração dos imperativos capitalistas no campo (ANJOS, 2003). Por meio da modernização, pretendia-se que a agricultura encontrasse a sua vocação moderna. Com a introdução de máquinas e insumos de origem industrial, a agricultura seria, a partir de então, progressivamente submetida à racionalidade da própria indústria, e a

consequência desse processo seria o assalariamento moderno da força de trabalho agrícola (WANDERLEY, 2009).

A partir do crescimento da disponibilidade do crédito rural, a década de 1970 foi marcada pela consolidação da denominada “fase da industrialização”, na qual ocorreu a subordinação da produção primária ao setor industrial, o que implicou a emergência dos novos complexos agroindustriais. Tal processo supôs a aproximação do setor agrário do País ao modelo de agricultura intensiva e produtivista que imperava nos países industrializados. Isso ocorreu, conforme referido, a partir do momento em que

O Estado converteu-se, em definitivo, no grande protagonista deste processo, mediante a utilização de um conjunto de instrumentos de grande envergadura, entre os quais destaca-se uma política deliberada de subvenções, creditícias destinadas a determinados cultivos e a estabelecimentos ‘dinâmicos’ sob a égide de mecanismos claros e objetivos de ‘seleção – exclusão’ de produtores, regiões e atividades. (ANJOS, 2003, p. 268).

Passado esse período, durante o qual o “complexo agroindustrial” rapidamente estruturou-se, a partir do final da década de 1980 se vivencia um desmantelamento das instituições e instrumentos públicos, que, até então, haviam sustentado as atividades agrícolas e agroindustriais no período anterior.

Na década de 1990, quando as atenções no País eram dirigidas a outras pautas, tal como a política de estabilização monetária, por meio, sobretudo, do Plano Real, em 1994, ocorreu uma crise da capacidade de financiamento público, sendo um período marcado por privatizações, importações e um forte corte dos mecanismos de proteção dos setores produtivos nacionais, que fizeram com que a agricultura voltasse a cobrar importância. A partir da implantação do Plano Real, ocorreu uma sucessão de anos agrícolas marcados por um sensível declínio das rendas, ao mesmo tempo em que se assistiu à desestruturação de importantes setores do campo. Ao mercado foi transferido o papel de regulador social dos preços agrícolas, restringindo fortemente sua participação no setor e fazendo com que a grande produção, em especial, fosse afetada. Em 1998, ocorreu a forte desvalorização do real em frente ao dólar norte-americano, que tornou mais competitivos os produtos nacionais no mercado internacional.

As avaliações com relação à modernização eram diferentes. De um lado, eram denunciados problemas advindos desse modelo e, de outro, o processo era defendido

mediante o argumento da produção global e da produtividade da agricultura, atendendo, assim, aos interesses gerais do País e aos objetivos mais imediatos. De um modo geral e entre os principais impactos do processo de modernização, pode-se apontar a urbanização dos espaços rurais, a ascensão de um novo padrão tecnológico, o êxodo agrícola, a concentração urbana, a masculinização e o envelhecimento da população rural, a degradação ambiental acima referida, entre outros.

Os acontecimentos da década de 1990 e os impactos do processo de modernização fizeram emergir discussões sobre a confrontação entre o modelo patronal e familiar da agricultura brasileira. Segundo documentos gerados a partir do convênio entre a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), verificou-se que o modelo patronal era caracterizado pela inteira separação entre gestão e trabalho, no qual a ênfase se dava na especialização e num processo produtivo significativamente dependente do trabalho assalariado. Inversamente, na agricultura familiar, verificou-se que os processos de trabalho e gestão eram intimamente articulados, a ênfase estava na diversificação, na utilização de práticas menos agressivas e no predomínio da mão de obra familiar no processo de produção. Também foi identificado, no Brasil, um número significativo de explorações familiares que reclamavam por instrumentos de intervenção públicos diferenciados.

Atendendo então em boa medida a reivindicações das organizações de trabalhadores rurais e à pressão dos movimentos sociais organizados – amparados também em formulações conceituais desenvolvidas pela comunidade acadêmica nacional e com apoio em modelos de interpretação de agências multilaterais, como a FAO, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Banco Mundial –, em 1996, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)⁶.

O mesmo foi concebido com o propósito de potencializar o desenvolvimento rural, tendo a agricultura familiar como o eixo central rumo à geração de emprego e renda no meio rural. Também se passou a ter um olhar para a dimensão territorial do desenvolvimento rural, em que as atividades agrícolas e não agrícolas devem ser

⁶ Não é propósito aprofundar-nos no assunto, especialmente nos resultados do referido programa. No entanto, entendemos como imprescindível citá-lo, já que faz parte da história do setor agrário do País e se trata de um reconhecimento público da importância da agricultura familiar.

integradas no espaço local, perdendo sentido a tradicional divisão urbana/rural e ultrapassando o enfoque predominantemente setorial (agrícola) do espaço rural.

Apesar dessas medidas, ainda pairava a dúvida acerca da capacidade de contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento do País e da sua capacidade de reprodução. Muitas reflexões sobre o rural, na época, apontavam para um quadro crescente de desintegração e esvaziamento, que culminaria com o seu provável desaparecimento (FERREIRA, 2002).

No entanto, esse quadro não se confirmou. As críticas e consequências da modernização da agricultura, dos processos mais gerais da industrialização e da urbanização da sociedade brasileira não demoraram a se materializar, e uma postura crítica por parte da própria sociedade envolvida nos processos passou a se disseminar, quando se percebeu, na época, que

A indústria é poluidora e explora os seus trabalhadores, assim como a agricultura moderna; a proletarização se confunde, em muitos casos, com a escravização dos trabalhadores agrícolas; a migração é, não raro, uma tragédia pessoal e familiar, que esvazia o campo; as cidades, sobretudo os grandes centros metropolitanos, têm gerado incontornáveis dificuldades que afetam a qualidade de vida dos seus moradores. (WANDERLEY, 2000, p. 16).

A convergência desses fatores com o aprofundamento do espaço político de formulação de novas demandas, visões e ações de desenvolvimento, incluindo o desenvolvimento rural, e a este incorporadas as exigências relacionadas ao meio ambiente, favoreceram a (re)emergência da ruralidade no Brasil, em que o rural passa a ser percebido como em constante construção, em intercâmbio com as cidades (WANDERLEY, 2012).

Em lugar da anulação da especificidade do mundo rural, concebida pela ideologia urbano-industrial, passou-se a observar a sua retomada, sendo que esta ocorreu no sentido de uma revalorização desse modo particular de utilização do espaço e conformação da vida social (BLUME, 2004).

A partir de então, outras potencialidades, para além da função agrícola, foram reconhecidas no âmbito rural. Esse meio passou a ser também espaço de residência, de turismo, de lazer, de realização da agricultura ecológica, de proteção da paisagem e dos patrimônios culturais e naturais, entre outros. Uma heterogeneidade de serviços, atividades, ocupação e novas funções passaram a compor e alterar esse espaço. Essa diversidade de funções, exercidas pelo meio rural, tem sido denominada de

Multifuncionalidade do Rural, expressão que pretende assinalar a mudança a partir da qual o rural deixa de ser entendido apenas como produtor de bens agrícolas, ampliando o campo de suas funções sociais e englobando um conjunto diverso de elementos econômicos, culturais e ambientais. Com relação a este último aspecto, Froehlich (2002, p. 1) defende que “a questão ambiental, vinculada a uma problemática reemergente da natureza, coloca-se como uma espécie de matriz de reformatação de sentidos para o rural contemporâneo”.

A multifuncionalidade está relacionada à noção de pluriatividade, que se caracteriza por situações nas quais os indivíduos de famílias domiciliadas no rural passam a combinar o exercício de duas ou mais atividades econômicas, sendo uma delas a agricultura (CARNEIRO, 2008).

A realização de atividades não agrícolas no meio rural vem historicamente sendo abordada a partir de discussões que utilizam termos como “agricultor em tempo parcial”, “atividades não agrícolas no meio rural”, “empregos múltiplos”, “fontes de renda diversificadas” e “pluriatividade”. No entanto, a abordagem que toma como referência o termo “pluriatividade” ganha consistência no Brasil, a partir da década de 1990, com Schneider (1994, 1995), Graziano da Silva (1999), Campanhola e Graziano da Silva (2004), Kageyama (1998) e Anjos (2003).

Nessas décadas, dois estudos desses autores destacaram-se. Um deles, realizado através do Projeto Rurbano, buscou pesquisar as tendências do emprego agrícola a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse estudo demonstrou, na época, que a pluriatividade estava presente em 35% do conjunto das famílias ligadas às atividades agropecuárias do Brasil (GRAZIANO DA SILVA, 1999). O outro estudo foi realizado na região Sul do País, por Schneider (2009), e demonstrou como as estratégias de emprego e renda estão transformando as estruturas ocupacionais no meio rural. A pesquisa apresentou, além disso, o papel significativo da pluriatividade na reprodução social das famílias rurais da região. Destacaram-se, na época, também as pesquisas realizadas por Carneiro (1998).

Os trabalhos mencionados têm em comum o fato de apontarem os fatores determinantes da emergência da pluriatividade. Embora apresentem algumas especificidades, registram como primeira causa para tanto a própria modernização técnico-produtiva que tornou as práticas no meio rural cada vez mais individualizadas, resultando, invariavelmente, em redução da utilização da mão de obra total das

famílias rurais nas atividades agrícolas. O segundo fator responsável pela emergência da pluriatividade seria a queda das rendas agrícolas, em decorrência, principalmente, do aumento dos custos de produção, da dependência tecnológica e das políticas protecionistas. O terceiro fator seriam as mudanças nos mercados de trabalho, ou seja, o fenômeno estaria associado com a dinâmica do mercado de trabalho não agrícola. Diversos estudos indicam as relações entre processos de descentralização industrial ou de industrialização descentralizada em áreas não urbanas, com o crescimento de atividades não agrícolas nos espaços rurais. Por último, a pluriatividade estaria associada também ao reconhecimento da importância crescente da agricultura familiar no meio rural e à sua capacidade de persistir à crescente mercantilização produtiva e inserção nos mercados, na qual a conciliação da atividade agrícola com outra atividade passou a ser percebida como uma das estratégias fundamentais de reprodução da agricultura familiar e adaptação às transformações na agricultura (KAGEYAMA, 1998; GRAZIANO DA SILVA, 1999; SCHNEIDER, 2009).

Os dados sobre a emergência da pluriatividade demonstram que os fatores que a motivam podem ser de caráter estrutural, ligados aos processos macrosociais e econômicos de transformação das formas de trabalho e produção, como também podem estar relacionados a respostas conjunturais dos agricultores diante do contexto em que estiverem situados ou em decorrência de suas condições intrafamiliares. Tais fatores fazem com que a pluriatividade se apresente como um fenômeno heterogêneo e diversificado, tanto na realidade empírica como em termos dos aportes teóricos utilizados para analisá-la.

As pesquisas e reflexões relacionadas às atividades não agrícolas no meio rural e sobre o futuro desse espaço, principalmente no que diz respeito aos pequenos proprietários rurais, são realizadas tendo como referência e ponto de partida as obras clássicas de Chayanov (1974), Kautsky (1980) e Lênin (1982), cujas reflexões são utilizadas como pano de fundo para posições de autores mais contemporâneos, tais como Martins (1981), Abramovay (1992), Graziano da Silva (1999), Veiga (2007), entre outros.

As abordagens que tomam Lênin como referência partem da compreensão de que o camponês estaria diretamente vinculado ao capitalismo. Assim, o campesinato, em sua forma antiga, seria substituído por novos tipos de população rural, dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. Nessas condições, estaria o camponês fadado ao desaparecimento, visto que a população rural se dividiria em

duas categorias: a burguesia rural e o proletariado rural. Nos dias atuais, essa população seria formada pelos agricultores familiares, que, vendo-se despossuídos dos meios de produção, realizam atividades não agrícolas, “vendendo” sua força de trabalho na condição de proletário rural (LÊNIN, 1982; ANJOS, 2003).

Para Kautsky (1980), a introdução do caráter industrial nas relações de trabalho agrícola modificaria as relações do camponês com o mercado a partir da criação de necessidades que rapidamente seriam difundidas, resultando num processo de dissolução da indústria doméstica e no aumento da necessidade de dinheiro como meio de troca. Tal movimento resultaria em adversidades relacionadas à migração e ao processo de proletarização, sendo que este último impõe a busca por um trabalho acessório. Haveria uma relação de subordinação da atividade agrícola, na qual o camponês se torna um agente que deve atender às demandas da indústria.

A outra vertente teórica que tem influenciado os estudos da pluriatividade baseia-se nos postulados de Chayanov (1974), que insiste na necessidade de entender o campesinato como portador de uma forma específica de organização familiar, que ocorre levando em conta a relação entre o trabalho, o consumo e a intensidade das atividades laborais, pois é isso que assegura as condições de reprodução social da unidade familiar. Portanto, a pluriatividade pode ser um meio que as famílias utilizam para equilibrar consumo e trabalho. A influência da tecnologia e as condições econômicas gerais também repercutem no recurso às atividades não agrícolas e à divisão do tempo entre atividades agrícolas e não agrícolas (ANJOS, 2003).

Tedesco (1998, p. 35, grifo do autor) se posiciona sobre o tema referindo que:

Não há dúvidas de que a dinâmica tecnológica subordina o trabalho familiar ao modo capitalista de produzir; de que também redefiniu o seu formato interno (divisão e formas diferentes de trabalho), afetou o aspecto do trabalho, do consumo e da procriação. Porém, acreditamos, concordando com Wanderley (1990), que há uma recriação não só da unidade de produção, mas de um *ethos* familiar que se relaciona com o anterior, que a técnica (seus pressupostos e pressupostos econômicos) reitera o trabalho familiar, potencializa-o e promove produtividade (importante para o balanço trabalho-consumo) relacionando-se em desconformidade com os moldes tradicionais.

Supomos que as modificações advindas da crise estrutural e do processo de acumulação que resultou na emergência de outras formas de trabalho mais flexíveis – marcadas pela polivalência, pela terceirização, pelo vínculo temporário e,

no caso do rural, pela pluriatividade – foram tão profundas e intensas, que atingiram não somente a materialidade e as formas de agir dos trabalhadores, mas também repercutiram no modo como os sujeitos se constituem nessas relações na contemporaneidade. Isto é, refletiram na subjetividade deles, uma vez que tais relações têm gerado, talvez, sentimento de insegurança, estranhamento e incerteza, por se constituírem, em muitos casos, como provisórias, precárias e efêmeras (COUTINHO; KRAWULSKI; SOARES, 2007).

Consideramos também que a perda de importância da renda por meio da agricultura, a realização de outro trabalho fora dessa atividade (a qual sempre foi primordial para as pessoas que vivem no campo), a pouca qualidade das práticas de trabalho (gerada pela carga excessiva de horas trabalhadas pelos agricultores, devido à característica pluriativa), o acréscimo da renda, a possibilidade do aumento do consumo, a oportunidade de inserção das mulheres no mercado de trabalho, entre outros fatores já mencionados, contribuem para alterar as relações de poder, de gênero e geracionais no interior das famílias. Além disso, influenciam na transformação das formas de sociabilidade, dos papéis sociais e dos processos identitários relacionados às atividades laborais dos agricultores, aspecto que é o foco desta proposta de tese.

Além dos aspectos referidos, acreditamos que a realização da atividade relacionada à reciclagem dos resíduos no meio rural, como no caso do estudo aqui realizado, é a manifestação de que o rural e as formas de trabalho nele presentes expressam, senão outro sentido, a ampliação desse ambiente, com relação tanto ao próprio meio/espço como às pessoas que o compõem. Isso talvez possa estar relacionado também com a própria característica de uma das atividades realizadas pelos trabalhadores pluriativos, qual seja, a de selecionadores que manuseiam o lixo, algo que nunca antes teve valor na sociedade – ao contrário, sempre carregou inúmeros estigmas. O seu significado é derivado do termo em latim “lix”, que significa cinza. No dicionário, a palavra recebe a definição de sujeira, coisa ou coisas inúteis, sem valor e velhas, ou seja, aquele material que, por razões diversas, acaba jogado fora ou descartado (VIRGOLIN, 2012).

No caso dos agricultores pluriativos, sujeitos desta pesquisa, ousamos afirmar que o fato de não terem mais as suas ações definidas por uma única atividade de trabalho e, ainda, por conciliarem duas atividades com características significativamente diferentes – uma na cooperativa, na qual a forma de trabalho é

associativa e a atividade laboral é realizada com resíduos sólidos, vulgarmente conhecidos como “lixo”, cujo significado carrega uma série de concepções e estigmas; a outra, na agricultura, na qual a forma de trabalho é familiar –, faz com que emergjam e sejam desenvolvidos, nos sujeitos, novos processos de identificação relacionados ao trabalho.

O resíduo sólido, a partir da Pré-História, foi considerado um problema. O homem, desde sua origem, sempre interagiu com a natureza, retirando os recursos naturais necessários para sua sobrevivência e rejeitando as matérias usadas, porém, a intensidade e a velocidade dos impactos variaram no decorrer da história, de acordo com as transformações culturais. Após a Revolução Industrial, período fundamental para a consagração da economia capitalista pautada na lógica do crescimento ilimitado da produção e do consumo, a capacidade da humanidade de intervir na natureza deu um salto enorme e, até hoje, continua aumentando de tal forma, que não respeita os limites ambientais globais, inclusive em relação à capacidade do planeta de absorver os resíduos sólidos produzidos. De acordo com Piva (2008, p. 13),

[...] a sociedade vive não somente uma intensa crise ambiental como uma crise de valores e, portanto, necessita reformular os padrões socioeconômicos, institucionais e culturais que possibilitem promover a criação de uma sociedade ecologicamente sustentável.

Na busca dessa reformulação e através da visualização de uma possibilidade de renda a partir do trabalho com a reciclagem é que muitas iniciativas, como a da Copercicla, têm surgido mais recentemente. A partir da emergência dessas práticas, muitos estudos e pesquisas acerca das atividades de trabalho de catação nas cidades, das desigualdades de gênero, de raça e diversidade sexual no universo da catação, do acesso de catadores(as) a serviços e respeito aos direitos, das estratégias da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), da elaboração de planos de gestão de resíduos nos estados, municípios, consórcios e grandes geradores e da participação dos catadores(as), entre outras temáticas, já foram amplamente explorados. Porém, conforme já referido, desconhecemos estudos e pesquisas relacionados a trabalhadores rurais/agricultores familiares que trabalhem nesse ramo. Entendemos que ambas as atividades laborais, ou seja, a agricultura e a reciclagem, mesmo que de forma diferente, possuem, por exemplo, uma estreita relação com a natureza. Assim, ao iniciar a pesquisa, acreditou-se que se “descobririam” também elementos derivados dessa relação específica e que

repercutem no processo de identidade profissional dos trabalhadores. Essa presunção deriva da colocação de Froehlich (2002, p. 5-6) de que

A recente mercantilização do espaço rural, ou seja, a criação e agregação de novos valores e bens econômicos – tangíveis e intangíveis – deriva atualmente de uma mudança cultural na escala de valores sociais sobre o rural, na qual as suas novas funções associam-se, de um modo geral, como mencionado, a demandas ecológicas e à busca da natureza.

Assim como entendido por Harvey (1992), compreendemos que a emergência de formas mais flexíveis de acumulação capitalista, as formas culturais, a compressão do espaço-tempo, entre outras manifestações na vida cotidiana atual, como a valorização do ambiente e da natureza, engendram-se mutuamente na sociedade. A volatilidade e a efemeridade, resultados desses processos, instauraram uma grande confusão de sentidos acerca do trabalho. Desde o momento em que se elaborou a dissertação de mestrado, observamos, de forma ainda muito superficial, porque o propósito da pesquisa na época era outro, que, talvez, pudesse existir uma crise de identidade relacionada às atividades laborais em torno dos trabalhadores pluriativos. Nas abordagens realizadas na época, ao longo da fase da coleta de dados observou-se que os trabalhadores faziam referência a si mesmos ora como recicladores, ora como agricultores familiares, ou que, ainda, relacionavam-se às duas identificações (VIRGOLIN, 2012).

Ressaltamos que estudos recentes têm feito referência à valorização das múltiplas identidades, isto é, que no tempo atual não podemos mais fazer referência a uma identidade, mas a várias, porque um mesmo indivíduo, local ou nação pode ser portador de diversas identidades. Com isso, nossa intenção, ao fazermos menção ao fato de os trabalhadores pluriativos referirem-se a si mesmos de diferentes maneiras e ao procurarmos revelar a identidade deles, não é a de tratar da identidade pessoal partindo da expectativa de que exista uma identidade única, mas, sim, compreender se e como o trabalho pluriativo repercute nos processos de identificação dos trabalhadores e como isso ecoa no rural, ou seja, no âmbito da comunidade onde vivem e trabalham os sujeitos estudados.

Cabe ressaltar algumas noções de crise que julgamos pertinentes e que balizarão as análises da proposta da tese. Dubar (2009, p. 20), num sentido amplo, descreve a crise como “fase difícil atravessada por indivíduo ou grupo”, que remete a uma ruptura de equilíbrio entre diversos componentes. Utilizando as crises

econômicas como exemplo, refere que “as crises identitárias podem ser pensadas como perturbações de relações relativamente estabilizadas entre elementos estruturantes da atividade (produção e consumação, investimentos e resultados etc.)” (DUBAR, 2009, p. 20). Para ele, a crise dos modos de identificação não deixa de ter ligação com a teorização da crise econômica que se enfrenta. Estaríamos vivenciando, na atual sociedade, o que o autor denomina de “crise do vínculo social”, isto é, essa crise seria, assim, “um efeito induzido por essa crise econômica cujos componentes ainda são difíceis de distinguir” (DUBAR, 2009, p. 21).

A crise dos vínculos sociais baseia-se no fato de que é preciso sublinhar as transformações e rupturas das relações sociais anteriores à crise não só nos aspectos econômicos. Segundo Dubar (2009, p. 21), “trata-se muitas vezes, em primeiro lugar, das relações mais cotidianas, familiares, profissionais, de proximidade” e/ou

[...] manifestações de um processo mais global que provocaria, em certos momentos de seu desenvolvimento, ao mesmo tempo rupturas nos grandes equilíbrios econômicos e rupturas de um tipo de ligação social antes amplamente dominante. (DUBAR, 2009, p. 22).

Esse tipo de crise, que, para o autor, pode ser denominado também de crise “antropológica”, “[...] afeta, ao mesmo tempo, os comportamentos econômicos, as relações sociais e também as subjetividades individuais” (DUBAR, 2009, p. 22). Em resumo, quando se faz referência a uma crise de identidades, a hipótese do autor é de que houve

[...] mutação ao longo dos últimos trinta anos da configuração das formas identitárias, no campo da família e das relações entre sexos, do trabalho e das relações profissionais, do religioso e político e das relações com as instituições. (DUBAR, 2009, p. 23).

A configuração das formas identitárias, constituídas no período anterior, teria perdido a sua legitimidade.

Com relação ao mundo do trabalho, Dubar (1999) compreende que as formas tradicionais de identidades profissionais, tais como foram por muito tempo entendidas, entraram em crise por meio da transformação ou devido ao fim dos empregos e atividades tradicionais. A crise, nessa perspectiva, ocorre a partir da transição complexa de uma forma de vínculos de tipo dominante comunitário a uma forma do

tipo dominante societário. Caracteriza-se pela passagem dolorosa, para a maior parte das pessoas, de uma forma de relações sociais a outra.

Na visão de Bauman (2005), o tempo denominado e concebido por muitos como de “crises”, ou que levaria a tal estado, é visto como inerente ao que o autor denomina de era da “modernidade líquida”, não podendo ser visto de outro modo senão como um tempo em que os fluidos, diferente dos sólidos, “não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-la”. (BAUMAN, 2005, p. 8). Isto é, “as identidades ganham livre curso”, não havendo mais tempo para determinadas solidificações diante da intensidade e velocidade das mudanças, o que, para alguns, é sinônimo de insegurança e, em certa medida, a exemplo do entendimento de Dubar (2009), é concebido como crise. No nosso entendimento, o que o autor denomina de crise, para Bauman, refere-se à impossibilidade de solidificação de rotinas, comportamentos, hábitos e relacionamentos em função da fugacidade dos acontecimentos na sociedade.

Com relação à noção de crise, ressalta-se novamente que, ao recorrermos a essa ideia, não a estamos concebendo como algo negativo, e, sim, como um estágio de mudança, de passagem ou de convivência com uma nova situação que poderá ocorrer tanto para o “bem” como para o “mal”, ou seja, poderá incidir tanto positivamente como negativamente sobre os sujeitos. A crise seria constitutiva do processo de identificação dos sujeitos individuais e sociais, em permanente reelaboração.

Diante de todos os pontos e considerações explicitados, que, assim como entendidos por Woodward (2013, p. 20), compreendem que a “discussão sobre identidades sugere a emergência de novas posições e de novas identidades, produzidas, por exemplo, em circunstâncias econômicas e sociais cambiantes”, a pergunta que sintetiza o problema de pesquisa é: *O trabalho pluriativo realizado pelos agricultores familiares vinculados à Copercicla repercute e (re)elabora a identidade laboral desses trabalhadores? E, em caso afirmativo, como isso ocorre?*

Para tentar responder à questão, procurou-se apoio no modelo de análise de Dubar (1997), que contempla a noção de formas identitárias, caracterizado como um modelo de dupla transação: biográfica – que remete para o processo temporal de construção de uma identidade social – e relacional – que remete para as relações entre atores num espaço estruturado pelas regras e para o processo de reconhecimento da identidade profissional. O aspecto relacional faz com que parte

importante da identidade relacionada ao trabalho seja construída pela experiência, isto é, pelo exercício concreto da prática profissional em interação permanente com outros profissionais, forjada na diversidade de acordos e desacordos entre a identidade proposta ou imposta pelo outro, a qual se chama de identidade virtual, e a identidade interiorizada pelo indivíduo, denominada de identidade real. As identidades reais implicam numa interiorização real da identidade, são relacionadas aos processos diacrônicos: histórias de vida e trajetórias sociais. As identidades virtuais são aquelas que resultam de um processo de atribuição de uma condição, status e identidade e que têm que ser analisadas no interior dos sistemas de ação do sujeito, sendo resultantes da pressão de um grupo sobre o indivíduo, ou seja, no espaço de trabalho organizacional. No caso deste trabalho, são explorados dois contextos organizacionais diferentes: a propriedade familiar e a cooperativa.

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos delineados para responder ao problema de pesquisa proposto neste estudo são:

- Compreender as características e as motivações que levaram os agricultores a se tornarem trabalhadores pluriativos, conciliando a atividade agrícola com a reciclagem;
- Verificar se e como a condição de trabalhadores pluriativos que conciliam a reciclagem com a agricultura familiar trouxe mudanças no processo de identificação dos trabalhadores, redimensionando o aspecto laboral;
- Buscar apreender os sentidos acionados no processo de identificação, tanto no nível intrapessoal como no nível interpessoal;
- Avaliar se existe uma crise de identidades entre os agricultores pluriativos e a emergência de uma nova identidade relacionada à atividade da reciclagem.

1.3 JUSTIFICATIVA

A justificativa para a realização do estudo sustenta-se na alegação de que as mudanças na sociedade, nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI, fundamentalmente no contexto produtivo, trouxeram implicações sobre as relações sociais e os modos de ser dos sujeitos na contemporaneidade, como no caso das identidades relacionadas ao trabalho. Acreditamos que as transformações foram tão intensas que, mesmo com muitas pesquisas e estudos tendo sido realizados, estes ainda estão distantes das proporções das mudanças. Isto é, ainda existem muitos aspectos a serem explorados, como o objeto de estudo desta tese, que envolve três temas importantes relacionados ao rural em um mesmo caso estudado: a identidade, a pluriatividade e a reciclagem.

A identidade tem sido amplamente discutida no meio acadêmico/científico por ser influenciada pelos diferentes períodos históricos. A diversidade de conceitos, posições, noções e argumentações, às vezes bastante adversos, em torno da temática, faz com que estudos relacionados à identidade não cessem. Acredita-se que pesquisas com enfoques mais contemporâneos (pós-modernos) ainda podem e devem ser exploradas e ampliadas a fim de acompanhar o nível das repercussões das transformações da sociedade nas identidades em diferentes âmbitos, a exemplo da identidade em relação com as atividades laborais.

O tema da pluriatividade, apesar de explorado nos últimos anos, pode ser considerado relativamente recente e motivador de debates controversos importantes sobre os rumos da ruralidade brasileira que indicam para a emergência de um novo rural no País. Muitos estudos têm se dedicado a desvendar os motivos que levam as famílias rurais a se tornarem pluriativas e quais os impactos dessa decisão. Porém, tais análises se voltam especialmente aos aspectos essencialmente econômicos e produtivos. As suas contribuições para incitar as economias locais e a capacidade de estimularem as populações rurais a ficarem no campo e aumentarem, estabilizarem e diversificarem a renda já foram resultados verificados e vastamente discutidos. No entanto, consideramos que poucas pesquisas têm se dedicado às repercussões na identidade dos agricultores em relação às atividades laborais que desenvolvem, ou seja, pouco conhecimento se tem acerca das implicações do trabalho pluriativo e das formas de identidade dele decorrentes nos papéis familiares e no meio em que os sujeitos habitam. Desse modo, esta pesquisa se agrega a outros estudos que vêm

sendo realizados para aprofundar os conhecimentos a respeito da agricultura familiar e suas possibilidades de desenvolvimento social e econômico no meio rural, porém ampliando a compreensão acerca de como as relações sociais e produtivas estabelecidas no referido espaço têm repercutido na identidade laboral dos agricultores familiares.

O tema da reciclagem, de um modo geral, nos últimos tempos, tornou-se relevante a partir da emergência da problemática ambiental, que indica o importante impacto no meio ambiente causado pela falta ou ainda inadequada gestão dos resíduos na sociedade. O trabalho com resíduos sólidos ainda é relativamente novo e carrega uma série de preconceitos por grande parte da sociedade, que situa aqueles que o tem como atividade laboral num patamar de pouco reconhecimento e prestígio social. Abordar o tema nesta pesquisa torna-se importante, na medida em que é possível chamar a atenção do meio acadêmico/científico para a necessidade de ampliar os estudos sobre a temática. Nesse sentido, tem-se a finalidade de dar a atenção devida ao problema, sob o ponto de vista ambiental, e, sob o ponto de vista social, enxergar as possibilidades de geração de trabalho e renda para sujeitos, famílias ou grupos que vivenciam situações de vulnerabilidade social, a exemplo dos agricultores familiares de Santa Cecília do Sul, que enxergaram, na atividade da reciclagem, uma possibilidade de complementação da renda familiar.

As circunstâncias, o contexto e as características em que a atividade pluriativa é realizada fazem com que esta pesquisa se torne ainda mais relevante. Ou seja, não se tem conhecimento de outras iniciativas de trabalho no setor de reciclagem de resíduos urbanos que sejam realizadas no meio rural e que tenham sido propostas por iniciativa de agricultores familiares.

A partir disso e com base nas reflexões da pesquisa de dissertação já referida (VIRGOLIN, 2012), que deram pistas de que a conciliação de duas atividades de trabalho possivelmente coloca em “movimento” a identidade dos agricultores familiares, a justificativa para a realização da presente tese firmou-se também na oportunidade de dar seguimento à pesquisa realizada no mestrado, cujos resultados demonstraram um potencial de ampliação do objeto de estudo. Porém, neste momento da tese, o foco está num aspecto não explorado na pesquisa anterior, que é a identidade relacionada ao trabalho realizado pelos agricultores familiares que conciliam a atividade de selecionadores de materiais recicláveis com a atividade laboral na agricultura familiar. Acredita-se que a temática contribuirá com os estudos

relacionados às transformações do rural e aos processos identitários decorrentes dessas transformações.

Entendemos, que o rural não pode mais ser visto como oposto ao urbano, e, sim, como um espaço “pluri e multi”, que, tal como a cidade, também se recria. Aspectos da modernidade e da “pós-modernidade”, ao lado de questões tradicionais e não somente ligadas à dimensão econômica, a exemplo da valorização do ambiente natural e das repercussões da crise ambiental, geram transformações, ambiguidades e paradoxos que repercutem também na subjetividade dos sujeitos.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ESTRUTURA DA TESE

Pesquisa, segundo Minayo (2007), é atividade fundamental das ciências na sua indagação e descoberta da realidade, é atitude teórica e prática de busca constante que define o processo como inacabado e permanente. É a partir dessa concepção de pesquisa que se elaborou esta tese. A pesquisa realizada neste estudo caracteriza-se como qualitativa do tipo descritiva e interpretativa.

Segundo Prates (2003), a pesquisa qualitativa, de forma geral, busca aprofundar a análise, e não apenas conhecer os fatos de forma sumária. Trabalha basicamente com a experiência social dos sujeitos expressa no seu cotidiano, considerando a expressão de sua cultura, incluindo modo de vida, significados atribuídos, valores, sentimentos, linguagem, representações e práticas sociais.

Um dos objetos privilegiados da pesquisa de natureza qualitativa refere-se ao sentido que adquirem a ação da sociedade na vida e os comportamentos dos indivíduos, assim como ao sentido da ação individual, quando esta se traduz em ação coletiva. Desse modo, tal método de pesquisa cabe a este estudo, em função de que se tem a proposta de analisar as repercussões da conciliação entre o trabalho realizado na agricultura e na atividade de reciclagem, que é fruto de alterações das formas de trabalho da sociedade contemporânea sobre a identidade de um grupo social de trabalhadores.

Quanto ao tipo, optou-se pela pesquisa descritiva, em função de que esta tem por objetivo básico descrever as características de determinada população ou fenômeno e estabelecer possíveis relações entre variáveis. Além disso, esse tipo de pesquisa é comumente realizado por pesquisadores da área social (GIL, 1994).

A pesquisa aqui realizada é considerada também como interpretativa, já que o seu processo de construção e elaboração foi orientado pelo interesse do significado humano da vida em sociedade, no qual a realidade social é vista como uma rede de pressupostos e significados compartilhados intersubjetivamente (ANDRADE; TANAKA, 2001).

O paradigma interpretativo está voltado para a interpretação da realidade vivenciada pelos indivíduos, sendo que o objeto de investigação é a ação humana. Assim, no caso estudado, procurou-se voltar mais para a compreensão dos significados atribuídos pelos agricultores pluriativos do que propriamente pela explicação causal, não se deixando de atribuir ao contexto um papel determinante em relação ao fenômeno social estudado, já que se acredita que os comportamentos dos agricultores e as situações por eles vivenciadas se vinculam intimamente na formação dos significados (GIL, 2009).

Cabe ressaltar que as pesquisas e estudos descritivos também podem ser denominados de estudo de caso. Gil (1994) descreve um estudo de caso como sendo um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos que permite amplo e detalhado conhecimento.

A escolha pelo caso da tese ocorreu ainda no mestrado e esteve relacionada ao envolvimento profissional da pesquisadora com projetos de extensão universitária voltados à geração de trabalho e renda por meio da reciclagem de resíduos sólidos. Ressalta-se que experiências desse caráter ocorrem geralmente no meio urbano e com trabalhadores (catadores ou selecionadores) que vivem neste meio. Nesse sentido, a pesquisa na Copercicla apresentou-se como uma oportunidade de aprofundar o tema em um outro contexto, ou seja, no meio rural e com agricultores familiares que, assim como os trabalhadores do meio urbano, enxergaram no "lixo" uma oportunidade de trabalho e geração de renda. Além disso, não se tinha e ainda não se tem conhecimento de outra iniciativa, no meio rural, de organização para o trabalho no referido ramo de atividade.

A partir dessa colocação acerca do envolvimento da pesquisadora com o objeto de pesquisa, cabe ressaltar que, apesar de entender que existem modos diferentes de conceber e construir o objeto de pesquisa, para este estudo acredita-se ter seguido a tradição da pesquisa qualitativa, que frequentemente insiste no caráter pessoal dos trabalhos, no qual o envolvimento do pesquisador com seu objeto é, portanto, de certa forma emocional e constituinte do ponto de partida. Nesse caso, o objeto é construído

a partir de uma rede de interesses que orientam a escolha, assim como observa Silverman (1985 apud DESLAURIERS; KÉRISIT, 2008, p. 133).

Eu suspeito que as primeiras etapas da pesquisa se distanciam demasiado da lógica e da cronologia, como o atestam as comunicações científicas. A maior parte da pesquisa está ligada ao acaso e a circunstâncias concernentes ao próprio pesquisador, no contexto econômico, social e político no qual atua.

Além do aspecto acima citado, optou-se pelo estudo de caso na forma do que Yin (2010) denomina de estudo de “caso único”, porque o caso que se propõe estudar nesta tese apresenta algumas das características que o definem como tal, a qual citamos, especialmente, o fato de a Copercicla representar, conforme já expressado em outros momentos, um “caso peculiar”, que denota uma circunstância rara ou exclusiva, já que se desconhece outra cooperativa que tenha iniciado por agricultores familiares que desenvolva atividades no ramo da reciclagem no meio rural. Outra característica citada por Yin (2010) é que o caso estudado poderá se caracterizar como “revelador”, por se ter a oportunidade de observar e analisar um fenômeno previamente inacessível ou pouco acessível à investigação da ciência social.

A seguir, iniciamos a caracterização do universo da pesquisa, mais especificamente do município de Santa Cecília do Sul, localizado no Estado do Rio Grande do Sul, ao qual pertence o distrito de Vista Alegre, onde está localizada a Cooperativa dos Recicladores de Resíduos Orgânicos e Inorgânicos (Copercicla). Optamos por apresentar também dados sobre o município de Tapejara, devido a este localizar-se próximo a Santa Cecília do Sul e ser considerado referência para os municípios da região.

Ressalta-se que nos referimos, neste momento, ao início da caracterização do universo da pesquisa, visto que outros dados que também compõem esse universo serão descritos no quinto capítulo da tese, que apresenta informações gerais sobre a Copercicla.

1.4.1 Características do universo da pesquisa⁷: o município de Santa Cecília do Sul

O município de Santa Cecília do Sul está localizado no Nordeste Rio-Grandense e faz parte da microrregião de Erechim. Abrange uma área de 195,545 km² na zona de planalto do Estado, fazendo divisa com os municípios de Água Santa, Caseiros, Ibiaçá e Tapejara.

Santa Cecília do Sul foi emancipada em 16 de abril de 1996 e criada através da Lei Estadual nº 10.763, juntamente com outros 30 novos municípios do Estado. Anteriormente, Santa Cecília fazia parte do município de Tapejara que, por sua vez, está em uma área de terras que havia pertencido ao município de Passo Fundo, antes de sua emancipação, quando ainda se chamava Sede Teixeira.

O processo de emancipação de Santa Cecília foi marcado por inúmeras dificuldades e sua consolidação ocorreu somente após várias reuniões na comunidade com o Governo do Estado, ações judiciais de impedimento da emancipação e inúmeros levantamentos socioeconômicos por iniciativa da própria comunidade, que pretendia demonstrar as condições favoráveis do município para a referida emancipação política. Segundo relato dos moradores, não havia, na época, consenso entre os membros da comunidade quanto às conveniências da emancipação, o que tornou necessária a realização de um plebiscito, o qual finalmente revelou o desejo favorável de mais de 85% da população pela emancipação. Entretanto, ainda hoje existem moradores que consideram que o município se emancipou sem possuir as condições para tal.

A população da cidade é de 1.699 habitantes, sendo que apenas 29% dessa população reside em área considerada urbana (480 indivíduos). Trata-se de um município de colonização predominantemente italiana. A área total de estabelecimentos agropecuários com lavouras permanentes e temporárias é de 8.600 hectares. Os estabelecimentos agropecuários com pastagens naturais e plantadas ocupam 2.450 hectares, os estabelecimentos com matas naturais consistem em 7.200 hectares e a área total dos estabelecimentos agropecuários com lavoura em descanso

⁷ As informações que compõem a caracterização do universo de pesquisa nesta seção foram coletadas entre os anos de 2011 e 2015, durante o desenvolvimento da pesquisa de campo e de estudos para a tese, a partir de informações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Sul e da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente da cidade.

e terras produtivas não utilizadas é de 850 hectares. A maioria das propriedades possui em média de 10 a 20 hectares.

A produção se baseia principalmente na plantação de milho, soja e feijão, na criação de gado de leite e na avicultura, representando 70% da renda gerada. Os outros 30% estão distribuídos nos setores de comércio, prestação de serviços e indústria. A Prefeitura Municipal disponibiliza diariamente transporte para os trabalhadores se deslocarem do interior do município para trabalhar nas indústrias e lojas do município de Tapejara. Um dos ramos da agricultura que mais se destaca no município é a avicultura.

A principal via de acesso ao município começou a ser asfaltada em 2014, o que tem gerado expectativa nos moradores no que diz respeito à possibilidade de instalação de novas indústrias e geração de novos postos de trabalho. Segundo a extensionista da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)⁸ em Santa Cecília do Sul, a Prefeitura Municipal está oferecendo incentivos para potenciais industriais se instalarem no município.

A Prefeitura de Santa Cecília do Sul dispõe de dois tratores que são cedidos aos agricultores pelo período de vinte horas para o plantio das lavouras nas safras de verão e de inverno. Se as vinte horas não forem suficientes, o agricultor paga o equivalente a 50% dos custos da utilização do trator nas horas adicionais.

A área do município conta com os distritos de Santo Antônio e de Vista Alegre, neste último se localizando a Copercicla, conforme indica a Figura 1. As figuras de 2 e 3 apresentam espaços do município e as figuras de 4 a 8 mostram algumas ações da Copercicla e o acesso à sede da Cooperativa.

⁸ A extensionista aqui elencada faz parte do grupo de entrevistados deste trabalho, apresentados na seção 1.4.2. Optou-se por não indicar o nome completo dos sujeitos participantes e referenciá-los por suas iniciais ao longo do texto, nos momentos em que forem usados trechos de suas falas. A Nota 8, no subitem 1.4.1.1, acompanha o primeiro exemplo deste uso e detalha a forma como aparecerão as chamadas dos entrevistados.

Figura 1 – Localização do município de Santa Cecília do Sul no Rio Grande do Sul



Fonte: Wikipedia. Imagem capturada pela autora na página específica do Município, em 2013.

Figura 2 – Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Sul



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Figura 3 – Área urbana do município de Santa Cecília do Sul



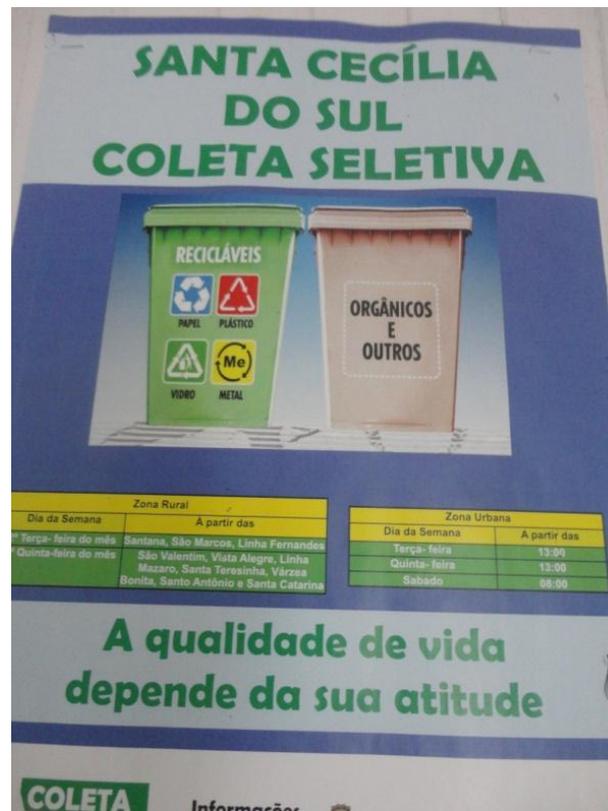
Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Figura 4 – Caminhão da Copercicla realizando a coleta em Santa Cecília do Sul



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Figura 5 – Material gráfico (cartaz) da Campanha de Coleta Seletiva



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Figura 6 – Acesso a Copercicla



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Figura 7 – Acesso a Copercicla pela rodovia RS-430



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Figura 8 – Estrada de acesso a Copercicla



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

1.4.1.1 O Distrito de Vista Alegre

O distrito de Vista Alegre está localizado na zona rural, a sete quilômetros da cidade. A área total correspondente a esse distrito é de 800 hectares, sendo 600 agriculturáveis e 125 de mata. No distrito, residem 50 famílias, sendo 42 beneficiárias do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o que dá indicativos de que os agricultores da localidade estão predominantemente estruturados em núcleos familiares. As famílias são, em sua maioria, de descendência italiana.

A extensionista da EMATER, citada anteriormente, residente há treze anos no distrito, relata que não se recorda de situações de famílias que tenham vindo de outros municípios distantes morar em Vista Alegre, ou seja, praticamente a totalidade das famílias residem há muito tempo na localidade.

Nos últimos anos, algumas famílias do distrito deixaram a localidade ou compraram uma área de terra menor em decorrência da venda das suas propriedades para a empresa Agrodanieli, uma indústria do ramo do comércio de rações e frangos que é forte na região. Sobre isso, a extensionista comenta: “as famílias nem tinham o que pensar muito, a indústria comprou as terras a preço de ouro” (ENTREVISTADA, I. R.⁹).

O principal produto cultivado em Vista Alegre é a soja, seguido do milho, trigo e pastagem, além de muitas famílias desenvolverem atividade leiteira. O distrito conta com a existência de uma igreja, um salão comunitário e uma escola. Através da observação do seu entorno, é possível ver que as propriedades são próximas, existem muitas residências de alvenaria, porém ainda podem ser encontradas casas de madeira. As vias de acesso são formadas por estradas de terra em boas condições para trafegar. Os moradores contam com transporte público (ônibus) do município, que faz o transporte dos estudantes e também dos trabalhadores que exercem suas atividades na área urbana da própria cidade e de municípios próximos, especialmente em Tapejara, que, como dito anteriormente, pode ser considerado uma referência regional. Por esse motivo e fundamentalmente pela

⁹ Ao longo da tese, foram utilizados trechos de falas dos sujeitos pesquisados para o estudo. Optou-se por apresentar os depoimentos acompanhados das palavras “ENTREVISTADO” e “ENTREVISTADA”, de acordo com o gênero de cada indivíduo, as quais foram seguidas pelas iniciais dos nomes dos respondentes. A forma de seleção dos entrevistados está descrita a seguir, no item 1.4.2.

forte relação com o município de Santa Cecília e o distrito de Vista Alegre, optamos por apresentar também brevemente as características de Tapejara.

1.4.1.2 O Município de Tapejara

Tapejara está localizada a 15,3 km de Santa Cecília do Sul, sendo que as principais vias de acesso são a RS-463, que dá acesso a RS-135 e aos municípios de Coxilha e Passo Fundo, a RS-430, que dá acesso ao município de Charrua, e a RS-467 que dá acesso ao município de Ibiaçá.

A povoação do município de Tapejara deu-se, evidentemente, com a povoação do Rio Grande do Sul, porém foram inicialmente os imigrantes italianos que emigraram para a região de Tapejara e é essa a etnia prevalecente atualmente no município.

Os números apontam que Tapejara tem um crescimento maior que a média nacional. Na região, é denominada como terra do empreendedorismo e, de acordo com dados da Secretaria Municipal da Fazenda, conta com 167 indústrias, mais de mil empresas de comércio, prestação de serviços e transportes e também autônomos e representantes comerciais.

Conforme estimativa divulgada pelo IBGE em julho de 2015 (PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA, 2015), a população de Tapejara é estimada em 21.525 habitantes, o município conta com 1.161 iniciativas comerciais e de serviços, 912 propriedades rurais e 7.634 residências urbanas. Tapejara é o oitavo município que mais cresce demograficamente no Estado, de acordo com o último censo do IBGE.

1.4.2 Seleção dos sujeitos

Num universo dos 113 associados da Copercicla, foram selecionados para participar da pesquisa os agricultores familiares residentes no meio rural que possuem pelo menos um membro de seu grupo familiar em atividade de trabalho na usina de reciclagem e na agricultura, o que corresponde a 13 trabalhadores.

Foram excluídos do estudo aqueles que são agricultores familiares associados à Cooperativa, porém que não trabalham cotidianamente¹⁰ no local, e ainda aqueles agricultores que estão trabalhando na usina há menos de um ano.

¹⁰ Tais situações serão explicadas mais adiante na tese.

Também foram entrevistados seis sujeitos da comunidade, sendo estes o vice-prefeito, um vereador, duas funcionárias públicas da prefeitura e dois proprietários de estabelecimentos comerciais do município de Santa Cecília do Sul. Esses indivíduos foram denominados como “informantes qualificados”, por se entender que teriam condições de apresentar elementos importantes sobre o objeto de pesquisa, fundamentalmente em relação ao olhar externo que apresentam.

1.4.3 Fases da pesquisa, técnicas e instrumentos

A pesquisa foi realizada compreendendo três etapas. Na primeira, realizou-se a pesquisa bibliográfica, na qual buscou-se analisar as bibliografias existentes e artigos científicos relacionados ao tema, procurando-se um maior aprofundamento e ampliação dos conhecimentos, os posicionamentos dos diferentes autores e uma possível correlação com as questões da pesquisa para uma análise crítica e melhor contextualização do estudo. Esse processo culminou na elaboração e qualificação do projeto de tese, que ocorreu no final do mês de maio de 2014, quando alguns elementos da pesquisa foram redefinidos.

Na segunda etapa, realizou-se a coleta de dados no campo da pesquisa, que teve como propósito focar na identidade laboral dos trabalhadores pluriativos. Na terceira etapa, procedeu-se com a coleta e a sistematização dos dados obtidos.

Com relação à segunda etapa, recorda-se que, em função de o objeto de pesquisa ser uma continuidade do estudo realizado no mestrado, já se tinha tido contato com o campo e com os sujeitos da pesquisa, o que, em nosso ver, pode ser considerado ponto positivo, por permitir o acúmulo de dados e o aprofundamento da análise acerca da realidade estudada. Durante o processo de pesquisa da dissertação, foram realizadas três visitas *in loco* para a coleta de dados e duas para a elaboração do texto da tese especificamente.

As técnicas para coleta dos dados da tese foram a observação espontânea, a entrevista semiestruturada em profundidade, a entrevista grupal (*focus group*) e a pesquisa em fontes documentais, as quais ocorreram conforme descrito abaixo.

Na primeira visita *in loco*, denominada por nós de exploratória, durante quatro dias decorridos em dezembro de 2014, procedeu-se com a observação espontânea dos fatos que ocorriam, relacionados à rotina e ao processo de trabalho na Copercicla, as entrevistas exploratórias com alguns informantes qualificados (coordenação geral,

coordenadores de produção, integrantes da direção, associados que trabalham em funções administrativas da Cooperativa e técnicos da EMATER de Santa Cecília do Sul) e o levantamento de informações em documentos, tais como regimento, estatuto e fichas cadastrais dos cooperados. As informações colhidas na ocasião dessa visita foram registradas em diário de campo.

Na segunda visita *in loco*, durante seis dias decorridos do mês de maio de 2015, foram realizadas as entrevistas semiestruturadas com os 13 trabalhadores pluriativos e com 06 informantes qualificados, conforme já descrito.

A entrevista semiestruturada é aquela que parte de determinados questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa e que oferecem amplo campo de interrogativas, as quais são frutos de novas suposições que vão surgindo à medida que se recebe as respostas do informante que, seguindo a linha do seu pensamento e experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987).

As entrevistas com os trabalhadores pluriativos foram realizadas tanto na Cooperativa como nas suas residências, visto que dois estavam em férias no período destinado à coleta de dados e um estava em licença médica. Considera-se esse fato como positivo, em decorrência de que, para ter contato e acesso com todos os entrevistados, durante os deslocamentos foi possível observar as moradias da localidade, a paisagem, as características estéticas das propriedades, as condições das vias de acesso (estradas), bem como outras características que auxiliaram na análise da realidade que cerca os sujeitos da pesquisa. Todas as entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas, tendo duração média de 1h20min.

Na tentativa de conferir características de uma conversa aparentemente natural e quase casual para a realização das entrevistas individuais e coletivas, foi elaborado o que Gaskell (2002) denomina de tópico guia. Como sugere o próprio nome, trata-se de um guia com questões planejadas a serem abordadas para dar conta dos fins e objetivos da pesquisa, mas sem nos tornarmos escravos dele. A sua elaboração neste estudo se baseou numa leitura crítica da literatura relacionada às delimitações do tema da pesquisa, ao reconhecimento prévio do campo e à discussão dos pontos com o orientador da tese. Segundo Gaskell (2002, p. 67):

À medida que o tópico guia é desenvolvido ele se torna um lembrete para o pesquisador de que questões sobre temas sociais científicos devem ser apresentadas em uma linguagem simples, empregando termos familiares adaptados ao entrevistado. Finalmente, ele funciona como um esquema preliminar para análise das transcrições.

As questões do tópico guia, tanto para as entrevistas individuais quanto para a abordagem grupal (*focus group*), foram elaboradas contendo essencialmente pontos relacionadas aos processos de socialização secundária dos sujeitos, conforme sugere Dubar (2009). O *focus group* foi realizado com os agricultores familiares pluriativos como uma técnica auxiliar, após o término das entrevistas individuais, com a finalidade de complementação dos dados, e a partir da expectativa de contribuição para o esclarecimento de alguns aspectos que não ficaram suficientemente esclarecidos através da utilização das outras técnicas. O *focus group* é, segundo Gil (2009, p. 83-84):

Um tipo de entrevista em profundidade realizada em grupo, que privilegia a observação e o registro de experiências e reações dos participantes. Essa entrevista é conduzida por um moderador, que introduz um tópico a um grupo de respondentes e direciona sua discussão sobre o tema de uma maneira não estruturada. Constitui, portanto uma técnica apropriada para a obtenção de dados em pesquisas que tenham por objetivo saber como as pessoas consideram uma experiência, um evento ou um fato.

A abordagem grupal durou aproximadamente duas horas, ocorreu no refeitório da própria Copercicla, onde, a fim de criar um ambiente de descontração, foi servido pela pesquisadora um lanche para os participantes. A pesquisadora foi a moderadora do grupo e contou com o auxílio de uma colaboradora externa da Cooperativa para a realização das anotações acerca dos comentários e observações. Também houve gravação de áudio durante a abordagem.

Considerando-se que a identidade relacionada ao trabalho é sempre forjada num jogo de interações sociais em que o contexto organizacional, as características biográficas do indivíduo e os seus percursos formativos desempenham um papel fundamental e no qual existem acordos e desacordos entre a identidade real e virtual, questões dessa natureza fizeram parte dos questionamentos realizados nas abordagens de coleta de dados (DUBAR, 2009).

Na terceira etapa, foi realizada a sistematização e organização dos dados para posterior descrição e análise, sendo que foram priorizadas as informações obtidas através das falas dos sujeitos no momento da realização das entrevistas. Os dados coletados foram examinados através da análise de conteúdo que, segundo Moraes (1999), é utilizada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, auxilia a reinterpretar as mensagens e a alcançar uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. A seguir, o quadro 1 apresenta a síntese das dimensões metodológicas da pesquisa.

Quadro 1 – Síntese das dimensões metodológicas do estudo

Pesquisa Qualitativa			
Delineamento	Geração de dados	Análise de dados	Interesses do conhecimento
Estudo de caso	Observação espontânea	Análise de conteúdo	Construção de consenso e/ou “empoderamento”
	Pesquisa em fontes documentais		
	Entrevista individual em profundidade		
	Entrevista grupal (<i>focus group</i>)		

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

A tese está estruturada em oito capítulos. Após a Introdução, o segundo capítulo apresenta os acontecimentos que marcaram a sociedade capitalista e as transformações advindas desses eventos para a ruralidade brasileira, que passa a contar com o fenômeno da pluriatividade na agricultura familiar. No terceiro capítulo, é apresentada a evolução do conceito de identidade, as diferentes abordagens da temática e a compreensão do que se entende por identidade laboral. O quarto capítulo trata de apresentar um panorama sobre a situação dos resíduos sólidos no País, destacando os avanços e desafios em relação à sua destinação e ao seu processamento atualmente.

No quinto, sexto e sétimo capítulos, são apresentados os dados empíricos e a análise da realidade estudada à luz dos referenciais explorados nos capítulos anteriores. Desse modo, no capítulo cinco são apresentadas informações sobre a história da Copercicla, o perfil dos trabalhadores pluriativos e a dinâmica do trabalho realizado pelos agricultores familiares. Nos capítulos seis e sete, a fim de identificar as repercussões do trabalho pluriativo na identidade laboral dos sujeitos, são apresentados elementos relacionados ao processo de socialização secundária vivenciados por eles em ambas as atividades – na reciclagem e na propriedade rural –, bem como, à percepção dos próprios trabalhadores acerca da sua identidade e ao modo como são identificados pela comunidade externa diante das atividades laborais que exercem. Por fim, o oitavo capítulo apresenta as considerações finais do estudo.

2 TRANSFORMAÇÕES E TENDÊNCIAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Neste capítulo, com o intuito de balizar a reflexão sobre o fenômeno da pluriatividade no meio rural, entendida como uma das manifestações das mutações do mundo do trabalho contemporâneo, procurou-se, inicialmente, apresentar alguns acontecimentos que marcaram a sociedade capitalista. Ao lado de outros fatores, tais eventos são apontados como indutores das transformações ocorridas no mundo de um modo geral e que, com relação ao meio rural, têm levado a discussões sobre a configuração de um “novo rural”.

Assim, nesta seção são explorados elementos relacionados às diferentes funções do “novo rural” e ao fenômeno da pluriatividade. Sobre a pluriatividade, são apresentadas as interpretações dos principais estudiosos do assunto a fim de compreender os mecanismos e as estratégias que os agricultores familiares buscam para sua inserção na divisão social do trabalho nas sociedades contemporâneas e que possivelmente estejam contribuindo para reelaborar os processos identitários no meio rural.

2.1 REFLEXÕES SOBRE O MUNDO DO TRABALHO

As transformações e tendências da sociedade capitalista, especialmente as dos últimos tempos, têm sido discutidas por diferentes caminhos e reflexões. Mas uma questão é consensual: as mudanças do capitalismo no final do século XX, que ocasionaram alterações significativas em nível mundial, foram impulsionadas fundamentalmente por um processo de reestruturação produtiva que apontou para formas mais flexíveis e globalizadas no regime de acumulação do capital, denominado de acumulação flexível.

O período de acumulação flexível, conhecido também como pós-fordismo, surge a partir do final da década de 1960, quando o regime fordista passa a dar sinais de exaustão. Antunes (2000, p. 25), ao discutir as repercussões que tais processos tiveram no interior do trabalho, reitera a sua compreensão acerca do que compreende como fordismo:

Entendemos o fordismo fundamentalmente como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões.

Em linhas gerais, o fordismo pode ser caracterizado como uma associação das normas tayloristas¹¹ do trabalho com a produção e o consumo em massa, o que levou o modo de produção capitalista a regular o valor para muito além do movimento espontâneo do mercado.

Segundo Harvey (1992), o regime de acumulação fordista esteve amparado num ambiente institucional qualificado por dois aspectos centrais. O primeiro estaria relacionado à adoção de políticas macroeconômicas de inspiração keynesiana por parte do Estado, o que, em outras palavras, significa a atribuição de significativa importância à manutenção da demanda efetiva para assegurar o crescimento econômico e a lucratividade do capital. Já o segundo aspecto seria marcado pela organização do Estado em torno da promoção de bem-estar social (*Welfare State*), associado à criação de uma extensa rede de serviços básicos para o conjunto da população, o que acaba se configurando como uma forma de distribuição global de renda.

Para Harvey (1992), o modo fordista/keynesianista seria marcado por certo nível de estabilidade econômica, manutenção de demanda efetiva através do pleno emprego, regimes estáveis de trabalho, forte poder sindical, produção em larga escala e de maneira indiferenciada com a finalidade de atingir um amplo mercado consumidor, entre outras características. O fordismo, de acordo com o autor, se articulou como um “modo de vida total” nos países capitalistas na época pós-guerra.

A transição do fordismo para o pós-fordismo, ou para o período de acumulação flexível, conforme já referido, teve início no final dos anos 1960, quando, segundo Bastos (2009, p. 34)

¹¹ É considerada uma das vertentes na perspectiva administrativa clássica. Modelo produtivo difundido no século XX que consiste na divisão do trabalho e especialização do operário em uma só tarefa. Esse tipo de organização do trabalho trouxe resultados surpreendentes para a produção, mas, por outro lado, alienou os trabalhadores, especialmente por estes não terem consciência da própria realidade.

Ao final dos anos 1960 o modo de acumulação fordista entra em crise. A produtividade proporcionada pelo taylorismo perdeu o seu fôlego. O poder aquisitivo dos trabalhadores crescia num ritmo maior e, conseqüentemente, as taxas de lucro caíam. Paralelamente a isso, tanto Japão como Europa Ocidental já haviam se recuperado economicamente e produziam excedentes favorecendo as exportações. A competição internacional acirrava-se, com a ilusão de que a América Latina e os países do sudeste asiático fossem a grande via de escoamento da produção ocasionando a queda do dólar, moeda-reserva mundial e complicando a economia norte-americana. A solução encontrada imediatamente foi a demissão de trabalhadores. No entanto, a crise do petróleo colaborou mais ainda para o declínio do fordismo. A extração da renda do petróleo acelerou esta primeira conseqüência: crise da organização do trabalho, crise de investimento. Era o fim do Welfare State.

O surgimento do novo modelo de acumulação flexível pode ser traduzido como uma reação direta à rigidez do fordismo que se baseia na flexibilidade dos processos e dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Indica o surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1992).

De acordo com, Harvey (1992), citado por Antunes (2004, p. 29), diferentemente de outros autores que tratam a questão como novos processos produtivos ou que não enxergam significativas mudanças no interior do processo de produção do capital, “reconhece a existência de uma combinação de processos produtivos, articulando o fordismo com processos flexíveis, “artesanais”, tradicionais”. Para Harvey, a acumulação flexível, ao ponto em que ainda é uma forma própria do capitalismo, apresentando algumas características substanciais desse modo de produção, é voltada para crescimento; este crescimento, em valores reais, apoia-se na exploração do trabalho vivo no universo da produção e, por último, mantém uma dinâmica tecnológica e organizacional intrínseca ao capitalismo (ANTUNES, 2004, p. 30).

Fundamentalmente, com relação ao fato de o crescimento em valores reais se apoiar na exploração do trabalho vivo no universo da produção, refere o autor que “curiosamente, o desenvolvimento de novas tecnologias gerou excedentes de força de trabalho, que tornaram o retorno de estratégias absolutas de extração de mais-valia mais viável mesmo nos países capitalistas avançados [...]” (ANTUNES, 2004, p. 30).

Comenta ainda Antunes que, no modelo de acumulação flexível, há possibilidade de os sistemas de trabalho alternativos subsistirem lado a lado, de modo

a permitir que os empreendedores capitalistas escolham à vontade entre eles. Ou seja, “o mesmo molde de camisa pode ser produzido por fábricas de larga escala na Índia, pelo sistema cooperativo da ‘Terceira Itália’, por exploradores em Nova Iorque e Londres ou por sistemas de trabalho familiar em Hong Kong” (ANTUNES, 2004, p. 30).

Tais mudanças econômicas, sociais e políticas foram cada vez mais tomando corpo. Dentre as políticas de ajustes estruturais implementadas na América Latina e também no Brasil, por conta do processo de reestruturação, de um modo geral, destacaram-se, principalmente: a abertura externa; a liberação de preços; a desregulamentação estatal e privatização de bens e serviços; a prevalência da iniciativa privada; os cortes dos gastos sociais, eliminando programas e reduzindo benefícios; a redução dos direitos sociais; os programas de descentralização, com incentivo aos processos de privatização; a cobrança dos serviços públicos e (re)mercantilização dos benefícios sociais; a redução das despesas e do déficit públicos; a flexibilização das relações trabalhistas e a desformalização e informalização nos mercados de trabalho; a desarticulação da estrutura sindical; o arrocho salarial/queda do salário real, dentre outras políticas.

A globalização, a partir dessas características e consequências, redesenhou e continua a redesenhar a geopolítica mundial, na medida em que esse processo de reestruturação produtiva do capitalismo global impõe uma nova realidade para o século XXI que influencia não só o espaço urbano, mas também o rural e a realidade dos agricultores familiares. Estudos e pesquisas relacionados à influência desses processos na questão agrária, principalmente em relação aos agricultores familiares, são realizados tendo como referência e ponto de partida as obras clássicas de Kautsky, Lênin e Chayanov, cujas reflexões¹² são utilizadas como pano de fundo de posições de autores mais contemporâneos que resultam na impossibilidade de uma afirmação consensual sobre o futuro e o presente do rural, da agricultura e da condição social e econômica dos indivíduos ligados a tal espaço social.

Dentre as repercussões das referidas transformações e seus processos, recebem destaque as relacionadas ao mundo do trabalho, que se metamorfoseia de modo significativo nos últimos anos. O trabalho, tanto no meio rural como no urbano, vive uma profunda remodelação em consequência dos processos de globalização e

¹² Não é o objetivo discutir ou explorar a influência desses processos para o rural e agricultura neste item. Reflexões acerca desses aspectos são abordados no item 2.2.1.

acumulação flexível, acima citados. De acordo com Antunes (2004, p. 335), tal processo transformou a classe trabalhadora em “mais fragmentada, mais heterogênea e ainda mais diversificada”.

Antunes (2004, p. 336) aponta como configurações atuais do trabalho no mundo globalizado: a “redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada de tipo taylorista e fordista”; o “aumento do novo proletariado fabril e de serviços, em escala mundial, presente nas diversas modalidades de trabalho precarizado”; o aumento significativo do trabalho feminino; a crescente exclusão dos jovens e daqueles considerados idosos do mercado de trabalho; a expansão do chamado “Terceiro Setor”; a transnacionalização do mundo do trabalho.

Ocorreram, portanto, mudanças no universo da classe trabalhadora que, segundo Antunes (2004, p. 60), “varia de ramo para ramo, de setor para setor etc”. No caso específico do mundo rural, as consequências, que se deram inicialmente a partir da denominada “modernização conservadora”, resultaram numa maior subordinação do trabalho ao grande capital e ao êxodo rural, promovendo uma urbanização acelerada.

E partir do ajuste do projeto neoliberal, na década de 1990, a implementação de maiores limitações e contenções na agricultura, em decorrência do processo de globalização e das políticas das instituições financeiras internacionais, trouxe uma série de consequências. Dentre elas, estão a redução no número de estabelecimentos e queda nos preços das terras, a intensificação do processo de desemprego de mão de obra – não somente de trabalhadores contratados, mas também de membros das famílias dos produtores – e a maior diferenciação ocupacional da população rural – possibilitada por meios técnicos e organizacionais que caracterizam a nova estratégia de acumulação ao lado de relações trabalho mais flexíveis que modificaram as características espaciais da divisão social do trabalho, transformando o meio rural num espaço não exclusivamente agrícola e isolado, mas com diferentes relações de trabalho, como é o caso do trabalho pluriativo.

A reestruturação produtiva alavancada pela globalização e as diferentes categorias de trabalhadores, independentemente se no meio urbano ou rural, ao lado da emergência de questões ambientais que indicam profundos impactos no meio ambiente causados especialmente pela reestruturação produtiva, redefinem os sentidos do rural, do trabalho e das identidades relacionadas a esse meio.

A seguir, passaremos a discutir uma das repercussões dos processos socioeconômicos acima citados: o fenômeno da pluriatividade, que indica para a multifuncionalidade do rural.

2.2 A PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR¹³

A categoria dos agricultores familiares¹⁴, ao longo da história, comporta uma variedade de tipos e formas. Ela já recebeu a denominação de pequenos produtores, pequenos agricultores, colonos, camponeses, entre outras tantas definições. Isso ocorre principalmente por estar inserida em diferentes realidades e contextos.

Para Tedesco (1998, p. 33), “o conceito de produção familiar ou de agricultura familiar é polêmico”. Existe unanimidade com relação a alguns pressupostos e características comuns que indicam a especificidade da noção e que, ao mesmo tempo, não a isentam de certo grau de generalidade. Tais características são: “a diversidade de manifestações e particularidades, a ótica da continuidade-redefinição de formas, valores e tradições; a família enquanto proprietária, trabalhadora e produtora” (TEDESCO, 1998, p. 33). Este quadro, segundo o autor, “reflete profundamente a dinâmica da sociedade moderna, que não apresenta tanta linearidade, nem tanta homogeneidade” (TEDESCO, 1998, p. 34).

Segundo Schneider (2009, p. 32), “no Brasil, permanecem muitas dúvidas e mesmo divergências entre os estudiosos em relação à utilização da noção de agricultura familiar”. Os principais autores no Brasil que impulsionaram estudos sobre esse grupo social foram Abramovay (1992), Lamarche (1993), Wanderley (1996) e Veiga (2007).

Abramovay aborda o conceito de agricultura familiar fazendo a seguinte colocação:

¹³ Antes de discorrer sobre agricultura familiar, é importante ressaltar que não se tem a pretensão de realizar, aqui, uma revisão bibliográfica exaustiva das principais linhas de pensamento que abordam a questão agrária no Brasil e a agricultura familiar, mas, sim, apresentar elementos que possibilitem uma reflexão sobre a pluriatividade compreendendo esta como uma forma social de organização do trabalho.

¹⁴ Abramovay (1992) afirma que os autores clássicos se interessavam pelos intentos do que, atualmente, recebe a denominação de agricultura familiar. Para Marx, eram “produtores parcelários”; para Lênin e Engels, eram “camponeses”; já Kaustsky os denominava como “pequenos proprietários”. O autor demonstrou, em seus estudos, que os clássicos não conseguiram formular uma teoria específica para os camponeses ou agricultores familiares. Eles acreditavam que a presença dessa categoria poderia ser explicada no escopo de uma teoria mais geral acerca do desenvolvimento do capitalismo.

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tão pouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas. (ABRAMOVAY, 1992, p. 223).

Lamarche define agricultura familiar como:

Aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. No entanto, assim definida, esta categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais. (LAMARCHE, 1993, p. 14).

Independentemente da definição adotada, a verdade é que, no Brasil, a agricultura familiar carrega um histórico de exclusão e marginalização. Foi somente a partir da criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, que a agricultura familiar tomou contornos mais sólidos no cenário político-social brasileiro. Até o ano de 1999, a coordenação nacional do PRONAF esteve a cargo do Ministério da Agricultura e Abastecimento (atual Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), através da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). Após o mês de outubro daquele ano, foi transferido para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)¹⁵, ficando a sua coordenação sob a responsabilidade da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF).

O MDA foi criado no ano 2000 mediante a intenção de legitimar, como políticas de Estado, as questões agrárias e fundiárias, além de responder às demandas da sociedade e dos movimentos sociais por políticas de reforma agrária e de desenvolvimento rural sustentável, com enfoque na agricultura familiar. O PRONAF surge para fornecer apoio institucional e crédito agrícola à categoria de pequenos produtores rurais que vinham, ao longo da década de 1980, encontrando sérias

¹⁵ As informações do MDA foram captadas a partir de pesquisa no website oficial do Ministério. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/>>. Acesso em: 13 set. 2014.

dificuldades de se manter na atividade e sendo colocados em segundo plano nas políticas públicas.

Anteriormente, em 1994 e em anos subsequentes, importantes trabalhos foram produzidos através da Cooperação Técnica INCRA/FAO, conforme citado na introdução deste projeto. Tais trabalhos foram realizados no sentido de fazer diferenciações dentro dessa categoria, o que contribuiu para o seu reconhecimento. Schneider (2009) acrescenta ainda que a introdução da agricultura familiar nos estudos e pensamento acadêmicos também contribuíram para essa visibilidade.

Conforme Picolotto (2011), é preciso reconhecer também a importância das organizações sindicais no processo de construção e fortalecimento da identidade sociopolítica da agricultura familiar no País. Desse modo,

Se, de um lado, o debate acadêmico sobre a agricultura familiar e os trabalhos de cooperação técnica FAO/INCRA foram grandes impulsionadores de uma nova forma de olhar para os segmentos subalternos na agricultura e para a definição de políticas públicas para este público, por outro, a atuação das organizações sindicais e suas elaborações sobre a Lei Agrícola e o projeto alternativo de desenvolvimento rural, juntamente com as pressões realizadas pelos Gritos da Terra Brasil por políticas públicas diferenciadas contribuíram para que os pesquisadores formassem os modelos teóricos e para pressionar o Estado a formular as políticas públicas. Esta circulação de informações e de categorias, essa complementaridade entre pesquisas acadêmicas, de agências estatais e internacionais e as ações de reivindicação e proposição do sindicalismo, propiciou que fosse colocado no centro da discussão sobre políticas públicas para o campo, o agricultor familiar (PICOLOTTO, 2011, p. 267-268).

Estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), baseados no Censo Agropecuário 2006, revelaram que, do total de 5.175.489 estabelecimentos agropecuários no Brasil, 84,45% pertencem à agricultura familiar, mas ocupam apenas 24,3% da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Apesar de ocupar apenas um quarto da área, a agricultura familiar responde por 38% do valor total da produção. Mesmo cultivando uma área menor, a agricultura familiar é responsável por garantir a segurança alimentar do País, gerando os produtos da cesta básica consumidos pelos brasileiros.

Os dados do IBGE apontam também que, em 2006, a agricultura familiar foi responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da de feijão, 46% da de milho, 38% da de café, 34% da de arroz, 21% da de trigo e ainda 58% da produção de leite. Também são provenientes da agricultura familiar 59% do plantel de suínos,

50% do de aves e 30% do de bovinos. Outro resultado positivo apontado pelo Censo é o número de pessoas ocupadas na agricultura: 12,3 milhões de trabalhadores no campo estão em estabelecimentos da agricultura familiar (74,4% do total). Ou seja, de cada dez ocupados no campo, sete estão na agricultura familiar, que emprega 15,3 pessoas por 100 hectares.

Mesmo com toda a sua relevância, a todo o momento esse modelo de agricultura é colocado em uma situação de restrição das suas atividades. Um exemplo disso é a eficiência produtiva em pouco espaço de produção, uma vez que a maioria das culturas agropecuárias vinculadas a pacotes produtivos exige uma quantidade de fatores de produção mínimos para realmente dar lucro ao agricultor, mas poucas são as que efetivamente dão uma rentabilidade competitiva aos agricultores familiares na sua relação com o mercado.

Wanderley (1996), ao analisar a constituição do campesinato brasileiro, reforça que este segmento social, desde o seu surgimento no modelo colonial da economia, carrega o símbolo da precariedade e da dependência política e econômica, principalmente com relação ao acesso e à propriedade da terra, em função do preço alto e dos limites da estrutura fundiária que, historicamente, concentrou muito na mão de poucos. Tais dificuldades fizeram com que a categoria sempre estivesse em busca de estratégias para desenvolver seu trabalho e sobreviver. Para a autora, esta situação demonstra que “uma das dimensões mais importantes dos camponeses brasileiros esteve centrada no esforço para constituir um ‘território familiar’, um lugar de vida e trabalho” (WANDERLEY, 1996, p. 6) e garantir o futuro para os seus sucessores.

Dificuldades como as apontadas, sejam elas ligadas à relação dos agricultores familiares com o mercado ou à estrutura fundiária, dentre outros fatores, têm resultado em inúmeros estudos e posições acerca dos rumos da agricultura familiar no Brasil. Um dos temas que fazem parte de tais estudos e reflexões é a multifuncionalidade do rural e o fenômeno da pluriatividade, antes apontada como algo exclusivo dos países industrializados.

O conceito e as noções sobre o fenômeno da pluriatividade nos estudos sobre a agricultura familiar foram evoluindo tendo como ponto de partida a interpretação da realidade agrária realizada por alguns autores clássicos, tais como: Lênin, Kautsky e Chayanov.

Lênin, ao abordar as relações econômicas e sociais existentes na Rússia após a reforma de 1861, fazia referência ao que, nos dias atuais, se define como “agricultura em tempo parcial”. Afirmava que a busca de fontes econômicas complementares por camponeses agricultores que deixavam suas comunidades agrícolas para desenvolverem suas atividades nos centros urbanos era a evidência do abandono definitivo da agricultura. De acordo com Anjos (2003), Lênin via a atividade desenvolvida pelos agricultores em ofícios industriais aumentar de forma considerável, o que, entre outras coisas, permitiria às miseráveis massas camponesas abandonarem os “rincões” esquecidos aos quais se encontravam confinados ao longo da história.

O desenvolvimento de atividades tradicionalmente consideradas como industriais impulsionariam a definitiva inserção do capitalismo no meio rural. Ocorreria a transformação do agricultor em um operário, que não apresentaria jamais condições de lograr uma renda suficiente para garantir sua independência dos demais setores. O entendimento de Lênin era de que o antigo campesinato, seja na agricultura ou na indústria, se transformaria em burguesia ou proletariado, conforme explica Anjos (2003, p. 13):

Se o pequeno camponês-artesão prospera, rapidamente assume a condição de pequeno industrial e de comprador de mão de obra de outros camponeses, a qual empregará tanto em sua fábrica quanto nas terras que controla. É nesse sentido que Lênin segue a tradição marxista, apontando o assalariamento como forma no qual o capitalismo logra que os trabalhadores produzam mais-valia a ser apropriada pelos capitalistas, na agricultura ou em quaisquer ramo da atividade econômico-produtiva.

Ocorreria, por meio da combinação de atividades na agricultura e na indústria, o aprofundamento do processo de desintegração camponesa.

Para Lênin, a conciliação de ambas as atividades, com o tempo, faria com que as pequenas indústrias camponesas, denominadas na época de *Kustares*, alterassem inteiramente sua orientação mediante o domínio de uma economia mercantil ou diante da presença do trabalho assalariado, que passam a transformar as relações de produção primitivas. Pois, o “camponês artesão é um ator social que faz parte de uma sociedade fortemente indiferenciada e que antecede à fase de circulação de mercadorias” (ANJOS, 2003, p. 13).

Lênin contestava o argumento da estabilidade da pequena produção mercantil. Desconsiderava veementemente a ideia de que ela pudesse ser considerada um

modo de produção exclusivo e particular, ou seja, com uma lógica própria de funcionamento. Entendia que exatamente tal situação representa a manifestação da contraditória condição de classe que oscila entre posições patronais e proletárias (ANJOS, 2003).

Já Kautsky (1980) afirma que existem diferenças significativas entre a evolução do capitalismo na indústria e no campo. Para ele, a teoria de Marx, que pressupõe a proletarização das massas como etapa da evolução da sociedade capitalista para socialista, não é tão clara para o setor agrário quanto para o industrial. Por esse motivo, o tema careceria de uma investigação científica a fim de preencher tal lacuna, tarefa a que se propõe na obra “A questão agrária”¹⁶ (1980), que, assim como “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”¹⁷, de Lênin (1982) – ressalvada a necessidade de ter sempre presente o contexto histórico e político em que essas obras foram escritas –, ainda se demonstra pertinente para reflexões contemporâneas acerca dos rumos do rural.

Kautsky, segundo Anjos (2003), dá ênfase ao estudo das relações entre indústria e agricultura, destacando a tendência para a crescente incorporação de tecnologias novas de produção e ao processo técnico de um modo geral. É justamente a afirmação da impossibilidade de as pequenas explorações incorporarem o desenvolvimento técnico em decorrência da superioridade da grande exploração agrícola que se destaca nas reflexões do teórico. A grande propriedade seria a unidade mais “adequada” para desenvolver as atividades capitalistas, enquanto a pequena propriedade tenderia a minguar ou sumir.

A posição de Kautsky destoa em certa medida da de Lênin, devido ao entendimento de que o processo de proletarização do campesinato e o desaparecimento das pequenas propriedades possam apresentar movimentos descontínuos ou alternados. De acordo com Anjos (2003, p. 17),

O esquema teórico de Kautsky, além disso, avança na tentativa de provar que na dinâmica de evolução da agricultura, os ciclos de concentração e desconcentração das explorações alternam-se sucessivamente, de sorte que não se pode falar de uma transformação unidirecional no sentido de indicar o exclusivo predomínio de uma única forma social de produção.

O autor ainda explica que:

¹⁶ Publicado originalmente em 1899.

¹⁷ Publicado originalmente em 1899.

[...] sob a égide do “processo de industrialização” da agricultura, coexistirão, em uma relação de domínio da primeira em relação à segunda, a grande exploração capitalista (baseada no uso do trabalho contratado) e a exploração de caráter camponês ou familiar. (ANJOS, 2003, p. 18).

Tal colocação expressa que o processo de industrialização não significaria o fim da pequena propriedade, e, sim, contrariamente, esclarece que a grande exploração necessita de um número de pequenas propriedades para o processo industrial, seja por meio do fornecimento de matéria-prima ou ainda, como reserva de mão de obra para os períodos que a grande exploração necessitaria de assalariados.

À medida que o capitalismo e suas consequências avançassem, um novo ritmo na vida do camponês se apresentaria. Haveria uma obrigação cada vez maior deste dispor de capital para realizar suas atividades. Ele deixaria de ser camponês, tornando-se um agricultor, porém voltado para a produção do mercado e ficando submetido às novas condições. O agricultor deixaria de ser o ator principal da produção por conta de que a tecnificação resultaria no seu afastamento em grande parte da atividade. Conforme citado pelo próprio Kautsky (1980, p. 129) “o camponês torna-se um operário parcial da fábrica” e, relacionado a isso, ocorreria a sua dependência econômica.

Com relação à agricultura em tempo parcial, à luz das reflexões de Kautsky, Anjos (2003, p. 18-19) faz algumas considerações:

- a) O exercício de uma atividade acessória ou complementar por parte dos camponeses não permite modificar ou impedir o destino final desta forma de produção que é o de sua própria desaparecimento. Em suma, a dupla atividade poderá consideravelmente retardar, mas não evitar, o inelutável processo de transformação que terá como resultado a conversão dos camponeses em proletários.
- b) Outro dos mecanismos apontados por Kautsky como justificantes para, presumivelmente retardar a evolução econômica, reside na indústria a domicílio. Tal recurso, como enfaticamente demonstrou, não é novo, senão que remonta à situação do camponês feudal de antanho que teve que abandonar múltiplos ofícios e atividades para dedicar-se quase que exclusivamente à agricultura. A indústria a domicílio aparece sobretudo nas regiões agriculturalmente reprimidas e totalmente subordinadas ao interesse do capital comercial e/ou industrial. De modo análogo aos outros tantos recursos e estratégias, como a aludida dupla atividade (industrial e agrícola), as migrações aos estrangeiros ou mesmo o trabalho no interior de granjas capitalistas, Kautsky igualmente sustenta sua posição cética e reticente com respeito às possibilidades de que efetivamente possa interromper-se a trajetória decadente do camponês no curso da história.

É importante referir que, mesmo reconhecendo a superioridade da grande empresa, a teoria de Kautsky (1980) destaca o processo de diferenciação social, ou seja, admite a possibilidade de sobrevivência das pequenas empresas familiares, principalmente se elas apresentarem condições de se agregarem em organizações para enfrentar fortemente os imperativos capitalistas no espaço agrário.

Contrariamente às posições marxistas acima referidas, a teoria de Chayanov contesta o desaparecimento dos camponeses no contexto agrário, conforme expressa Anjos (2003, p. 19):

A principal divergência reside no rechaço em relação aos que argumentam em favor da necessária, legítima e oportuna “saída de cena” dos camponeses da história por entender que representam uma forma anacrônica e superada, tecnicamente ineficaz para atender aos anseios da sociedade por alimentos e matérias-primas.

Três aspectos são citados por Anjos (2003) para chamar atenção acerca da pertinência das reflexões chayanovianas para analisar fenômenos e acontecimentos recentes, tais como o fato de que

Em muitos países capitalistas avançados foi possível constatar que o desenvolvimento capitalista necessariamente não redundou na desaparecimento das explorações baseadas no trabalho familiar, que inclusive foram capazes de ajustar-se às mudanças tecnológicas de forma quase indiscutível (ANJOS, 2003, p. 19).

Além desse aspecto, destacaram-se a capacidade de luta, resistência e organização de populações eminentemente camponesas, que foi percebida por meio da derrota dos norte-americanos na Guerra do Vietnã, e, por último, o empenho de organizações internacionais, com a construção de propostas de desenvolvimento para os países subdesenvolvidos em que as economias dependiam em boa parte da agricultura e dos camponeses (ANJOS, 2003).

O entendimento de Chayanov é de que, por não possuir mão de obra assalariada, a força de trabalho disponível em cada unidade é determinada pela disponibilidade de membros capacitados na família¹⁸. Para o autor, as unidades familiares camponesas trabalham somente para atender às suas necessidades básicas de consumo, em um sistema de subsistência. Assim, considerando a ausência

¹⁸ A família na vida camponesa da Rússia não segue necessariamente o conceito de família biológica. Para os russos, são considerados da família aqueles que dividem a mesa nas refeições, assim como para os franceses, aqueles que dividem o mesmo teto ao dormir.

do trabalho assalariado e a não acumulação de capital, ele classifica a unidade econômica camponesa como não capitalista. As mercadorias excedentes são utilizadas somente para a aquisição de produtos necessários, entretanto não produzidos no interior da unidade. O volume da produção precisa ter equilíbrio com a força de trabalho disponível no núcleo familiar, levando assim a um balanço entre trabalho e consumo. O limite mais alto do balanço trabalho-consumo é determinado pela força máxima de trabalho disponível, e o mais baixo, pelo mínimo consumo necessário para a subsistência da família (CHAYANOV, 1974 apud ANJOS, 2003).

O grau de atividade agrícola, segundo Chayanov (1974 apud ANJOS, 2003), determina a composição da família, ou melhor, existe uma relação direta entre o volume da exploração agrária das unidades e o tamanho da família. Dessa forma, diferentemente da teoria da diferenciação social, proposta por Lênin, para Chayanov, a explicação da racionalidade camponesa refere-se a uma diferenciação demográfica, ou seja, a causa principal das diferenças de tamanho nas unidades seria o processo demográfico de crescimento da família, influenciado pela quantidade de membros aptos ao trabalho e pela dimensão da terra, sendo sujeito a alterações por herança, casamentos, entre outros. Desse modo, é possível afirmar que, enquanto o tamanho da unidade agrária capitalista seria teoricamente ilimitado, a extensão explorada pelas unidades domésticas seria determinada pelas condições de produção da família.

Por motivos diversos relacionados a características próprias da agricultura, tais como o caráter sazonal da agricultura ou uma colheita ruim, os integrantes da família poderão ser obrigados a empregarem sua força de trabalho em atividades não agrícolas, sejam elas de caráter artesanal ou comercial. Isso quer dizer que, se uma unidade econômica familiar não alcançar o equilíbrio entre trabalho e consumo, os seus membros irão buscar novas atividades complementares, aceitando um baixo nível de remuneração, o que, numa economia capitalista, não é admissível.

Por outro lado, se as necessidades de consumo já foram alcançadas, somente uma remuneração muito alta fará com que o trabalhador realize novas atividades. Desse modo, pode-se afirmar que a remuneração marginal, ou seja, a mais baixa aceitável, de uma unidade doméstica de trabalho tem relação direta com a realização do equilíbrio trabalho-consumo.

Ressalta-se que, à luz da compreensão de Chayanov (1974), mesmo nos casos no qual se recorre a outras atividades, o foco principal de atuação do trabalhador nas unidades econômicas camponesas não deixaria de ser a agricultura. Para o autor, a

estruturação em cooperativas seria o caminho possível para serem introduzidos na agricultura camponesa os elementos da industrialização agrícola de grande escala.

Apesar da pertinência da teoria chayanoviana para analisar questões acerca da realidade agrária, alguns pontos têm sido apontados como insuficientes para explicar a permanência da agricultura camponesa atualmente. Uma das críticas é a de que a sua tese explica somente a dinâmica de uma agricultura muito pouco subordinada à indústria, quando, atualmente, na realidade empírica, há uma necessidade de explicar as relações externas à propriedade, devido a maior integração da agricultura com o mercado, tanto de insumos industriais como de produtos agrícolas.

Estudos sobre os rumos do campesinato que utilizam as perspectivas teóricas clássicas acima referidas para analisar a realidade agrária indicam que, nos países industrializados, já se conta há tempos com o que tem sido denominado de agricultura em tempo parcial, ou *part-time farming*, o que, no Brasil, vem sendo chamado de pluriatividade. Essa concepção ganhou importância na academia a partir da segunda metade dos anos 1980.

Não raras vezes, ambos os termos são utilizados como semelhantes. No entanto, as diferenças existem. A pluriatividade sugere um modo de gestão do trabalho doméstico no qual o trabalho agrícola encontra-se sempre contido, podendo não ser, no entanto, uma atividade exclusiva ou mesmo mais significativa. Além disso, outras atividades podem ser assumidas com a finalidade de apoiar ou de dar suporte à unidade doméstica, podendo também ser motivadas por considerações não relacionadas à agricultura. Já o termo *part-time farming* pode ser usado de maneira mais concisa para definir situações nas quais, devido ao tamanho físico ou a uma opção de gestão, a unidade produtiva é cultivada através do investimento de menos do que um ano completo de trabalho (FULLER; BRUN, 1988 apud SCHNEIDER, 2009). As diferenças entre os dois termos podem ser visualizadas no quadro 2, a seguir:

Quadro 2 – Diferenças entre agricultura em tempo parcial e pluriatividade

<i>Part-time farming:</i> agricultura em tempo parcial	<i>Pluractivité ou pluriactivity:</i> pluriatividade
<p>"[...] o termo <i>part-time farming</i>, em seu uso comum, até muito recentemente, tinha mais confundido do que clarificado a questão. O termo confunde a extinção existente entre a unidade produtiva enquanto uma entidade física (como um espaço) e os ocupantes desta unidade (a família ou a unidade doméstica), os quais decidem gerenciar esta unidade de diferentes maneiras, inclusive combinando as tarefas agrícolas com outras atividades [...] Os termos <i>part-time farming</i> têm sido utilizados de forma intercambiável, o que contribui para o surgimento de noções errôneas ou pressupostos equivocados associados a este fenômeno. É possível dizer que uma <i>part farm</i> é uma unidade produtiva que oferece, ou na qual é alocado, menos do que um ano completo de trabalho. O conceito de <i>part-time farming</i> pode ser utilizado, de forma mais precisa, para definir situações nas quais, devido ao tamanho físico ou a uma opção de gestão, a unidade produtiva é cultivada através do investimento do que menos de um ano completo de trabalho" (Fuller e Brun, 1998, p. 150, grifos no original).</p>	<p>"[...] o termo procura focalizar as diferentes atividades e interesses dos indivíduos e famílias que vivem na unidade produtiva. Preocupa-se tanto com a reprodução social e a participação no mercado de trabalho rural como com a terra as questões agrícolas. A pluriatividade implica uma forma de gestão do trabalho doméstico em que o trabalho agrícola encontra-se sempre incluído, podendo não ser, no entanto, uma atividade exclusiva ou mesmo a atividade mais importante. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou de dar suporte à unidade doméstica, podendo também ser motivadas por considerações não relacionadas à agricultura. A pluriatividade nos permite questionar o pressuposto de que a <i>full-time farming</i> é a norma e, portanto, algo bom, e de que a pluriatividade é um estado temporário ou um mal necessário no desenvolvimento econômico das unidades produtivas, das famílias ou das áreas rurais. A pluriatividade, entretanto, em seu sentido ideal, não é facilmente mensurável através das estatísticas oficiais disponíveis" (Fuller e Brun, 1988, p. 150, grifos do original).</p>

Fonte: Schneider (2009, p. 83).

Até o final da década de 1970, a agricultura em tempo parcial era considerada como um fator que travava o desenvolvimento capitalista da agricultura, assim como este havia sido previsto por alguns autores marxistas citados acima – como Kautsky, que denominava o processo de paradigma da proletarização agrária. Era vista ainda como um fenômeno associado a explorações decadentes em razão de suas características, como descapitalização e má qualidade dos solos, que impediam o desenvolvimento de uma agricultura competitiva (ANJOS; CALDAS, 2004).

Segundo Schneider (2009), nos anos 1980, no Brasil, o tema passou a ser discutido não como trabalho pluriativo, mas sob a designação de dupla atividade dos agricultores, sendo que o tema encontrava respaldo nos estudos e pesquisas relacionados aos denominados "colonos operários", fundamentalmente uma referência aos trabalhadores de Santa Catarina que residiam no meio rural e passaram a trabalhar nas indústrias têxteis. Tais indivíduos não eram nem operários nem camponeses, mas se identificavam como colonos.

Na década de 1990, já sob a denominação de pluriatividade, as pesquisas intensificaram-se com o Projeto Rurbano, que buscou pesquisar as tendências do emprego agrícola a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE. O projeto contou com três fases¹⁹ distintas. Na segunda fase do estudo, o foco mudou das pessoas ocupadas para as famílias rurais, visando principalmente à análise da pluriatividade. Naquela época, os dados demonstraram que a pluriatividade estava presente em 35% do conjunto das famílias ligadas às atividades agropecuárias do Brasil (GRAZIANO DA SILVA, 1999). Na mesma década, um estudo bastante importante sobre o tema foi realizado na região Sul do País por Schneider (2009). O autor buscou demonstrar como as estratégias de emprego e rendas estão transformando as estruturas ocupacionais no meio rural e apresentou o papel significativo da pluriatividade na reprodução social das famílias rurais na região. Destacaram-se, na época, também as pesquisas realizadas por Carneiro (1998).

No meio acadêmico, assim como existem pesquisadores e estudiosos que reconhecem a pluriatividade como algo novo e recente que traz uma nova

¹⁹ Na fase I do projeto, foram analisadas as ocupações das pessoas residentes no rural; na fase II, o analisou-se a pluriatividade, como exposto a seguir nesta tese; na fase III, realizaram-se pesquisas de campo (estudos de caso), com levantamento de dados primários, em busca de qualificar melhor as tendências apontadas nos dados secundários em relação às ocupações e rendas das famílias das diferentes regiões do País.

configuração para o rural, existem aqueles que argumentam que a combinação de várias atividades no interior de uma família de agricultores é uma característica muito antiga que, anteriormente, se materializava pelo chamado setor de subsistência. Desse modo, a única novidade seria o reconhecimento político e social do setor. Carneiro (1998) se posiciona sobre esse aspecto referindo que a pluriatividade pode ser vista tanto como um fenômeno antigo como recente. De acordo com a referida autora:

Esses rendimentos exteriores sempre estiveram presentes na sociedade rural. Entretanto, podem ser considerados como aspecto recente 'se atentarmos para suas características específicas, decorrentes do contexto econômico e social que as engendrou na atualidade' (CARNEIRO, 1998, p. 94). Diante disso, o esforço do pesquisador frente à pluriatividade praticada pelas famílias rurais, parece ser, não só o de identificar os fatos que engendram sua aparição, mas a natureza e as próprias características que assume esse processo de transformação. (CARNEIRO, 2008, p. 20).

Para Schneider, os determinantes socioeconômicos da estrutura social que explicam os recursos dos agricultores às atividades não agrícolas já foram, de certa forma, esclarecidos pela literatura, porém ainda é necessário, “descer ao ambiente intrafamiliar para conhecer melhor os mecanismos pelos quais uma família se torna pluriativa e de que modo exerce essa pluriatividade” (SCHNEIDER, 2009, p. 103). Observa-se que esse foi um dos propósitos do estudo de mestrado apresentado pela autora desta tese em 2012 e retomado agora, na pesquisa de doutorado, porém com a expectativa de amadurecimento acerca das análises realizadas num primeiro momento de elaboração da dissertação.

Com relação à pluriatividade no Brasil, Kageyama (2008) apresenta dados do IBGE (quadro 3) que possibilitam perceber a evolução desse fenômeno nos diferentes estados do País:

Quadro 3 – Pluriatividade e rendas não agrícolas no meio rural, Brasil e Classes de UF (2005)

Classes de UF	Domicílios rurais pluriativos (%)	% do trabalho principal não-agrícola no rendimento domiciliar total	% do rendimento de aposentadoria, pensões e benefícios de programas sociais no rendimento total	Relação entre rendas de transferências sociais (coluna anterior) e rendimento do trabalho não-agrícola
1 (RO, PA, TO)	15,4	44,2	14,3	0,325
2 (SP)	13,5	55,8	14,5	0,259
3 (AC, AM)	11,1	37,1	16,1	0,434
4 (MS, MT)	22,7	25,3	10,1	0,400
5 (MG, ES, GO)	20,3	19,1	23,0	1,255
6 (MA, PI, BA)	18,6	21,8	30,4	1,396
7 (PR, SC, RS)	18,3	27,6	20,9	0,757
8 (RR, AP)	23,1	48,7	13,8	0,284
9 (RJ)	8,7	51,3	21,4	0,418
10 (CE, RN, PB, PE, AL, SE)	21,2	24,4	36,3	1,484
11 (DF)	6,5	74,9	9,9	0,133
Brasil	18,4	30,9	23,1	0,747

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2005 (extraído de Kageyama (2008)).

A autora, ao apresentar os dados, complementa que, no Brasil, a pluriatividade tem crescido vagarosamente. Para isso, demonstra que, em 1995, havia 16,6% de domicílios rurais pluriativos, sendo que, em 2003, essa proporção cresceu para 17,2 e, em 2005, somente 18,4 dos domicílios rurais eram pluriativos²⁰. Neste último ano, em apenas alguns estados do Centro-Oeste (classes 4 e 5) e do Norte e Nordeste (classes 8 e 10) chegava a 20% a proporção de domicílios rurais pluriativos. Mas excluindo a classe 8 (Roraima e Amapá), pela sua baixa representatividade, justamente nessas três regiões com maior presença de pluriatividade verifica-se que o trabalho não agrícola tem menor peso no rendimento total da população rural (20% a 25%, aproximadamente). Isso se deve²¹, em parte, à não captação dos rendimentos não monetários pelos dados do Censo e das PNADs do IBGE, que devem ter maior peso nas regiões mais pobres, apesar da menor

²⁰ Importante ter presente que estes dados são de 2005 e que até o ano em que se realiza esta pesquisa já se passaram sete anos. Porém, mesmo sabendo que o quadro pode ter alterado, optou-se em apresentar as informações considerando que possibilitam a projeção de uma ideia acerca dos últimos anos.

²¹ A autora indica, a respeito desta última afirmação, ver Balsadi (2000) e Kageyama (2001).

remuneração e pior qualidade das ocupações agrícolas em comparação com as não agrícolas. Esses dois fatores são responsáveis pela aparente elevada participação do trabalho não agrícola na renda das famílias rurais, de forma que os dados devem ser vistos com ressalvas.

Com relação aos motivos que colaboraram para a emergência da pluriatividade e das atividades não agrícolas de uma forma geral, são assinaladas três razões. A primeira é decorrente do que se denomina urbanização do campo; a segunda está ligada à crise do próprio setor agrícola, fundamentalmente a partir das dificuldades enfrentadas pela esfera agroexportadora na década de 1990.

Essa crise esteve ligada às transformações estruturais da agricultura brasileira, geradas pela modernização tecnológica aliada a um conjunto de condicionantes macroeconômicos típicos de 1990, tais como as mudanças no financiamento da produção, na política de abertura comercial, na exasperação da concorrência com os produtos estrangeiros e, sobretudo, na supervalorização cambial da moeda do País ocorrida no período de 1994 e 1998. A última causa é relacionada aos limites de crescimento do emprego agrícola que aconteceu por conta da alta taxa de inatividade tecnológica e ao subemprego existente na agricultura (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

No Brasil, estudos e reflexões sobre o tema da pluriatividade na contemporaneidade têm sido realizados especialmente por Wanderley (1996), Graziano da Silva (1982, 1999), Anjos (2003) e Schneider (2009).

Graziano da Silva (1982), na obra “A Modernização Dolorosa”, adverte que a agricultura se industrializou, seja como compradora de produtos industriais, seja como produtora de matérias-primas para tais fins. Assim, aborda o processo de desenvolvimento da agricultura, sobretudo, a perspicácia do modo capitalista de produção no campo, o consumo e a produção de alimentos no Brasil, bem como a questão da estratégia de modernização adotada. Segundo o autor, o processo de tecnificação ocorre, na maioria das vezes, por determinação do grande capitalista/comprador, que exige uma padronização da produção, ou então por necessidades inerentes ao próprio tipo de cultivo, pois a maioria das culturas que os pequenos produtores são pressionados a plantar são altamente produtivas só se acompanhadas de um pacote tecnológico, o qual, por sua vez, é uma imposição do grande capital industrial, que gera os chamados insumos modernos (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

A partir disso, a sua abordagem com relação à pluriatividade, tendo como pano de fundo os clássicos acima referidos, se enquadra dentro da linha da diferenciação social. Nesse contexto, a pluriatividade seria um fenômeno de caráter estrutural, uma resposta às condições do ambiente no qual a unidade familiar estaria inserida. Para o autor, estaria havendo um processo de mudança no perfil sociotécnico do meio rural, consequência da diversificação das atividades econômicas. Isso estaria concorrendo com as atividades agrícolas ou mesmo as substituindo, configurando o espaço denominado de “novo rural”. Para Graziano da Silva (1999, p. 1, grifo do autor), a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante.

Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um *continuum* do urbano, do ponto de vista espacial; e, do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária.

Nessa circunstância, a pluriatividade seria a expressão do transbordamento do urbano sobre o rural e se caracterizaria pela redução do peso econômico da atividade agrícola, o que pode ser entendido como indício da ruína de certas formas de agricultura familiar.

Por entender o rural como um *continuum* do urbano e tendo o “novo rural” como característica principal o crescimento das atividades não agrícolas, a dinâmica no meio rural passa a não depender mais das atividades agrícolas, mas, sim, das dinâmicas relacionadas ao aumento das atividades não agrícolas.

Estudos sobre a pluriatividade também foram realizados por Mattei (1999) e Souza (2000) em diferentes municípios do País. Os resultados obtidos nas pesquisas levaram os referidos autores a partilhar da mesma posição de Graziano da Silva quanto ao entendimento de que a pluriatividade estaria muito mais relacionada às condições socioeconômicas macrosociais do que às estratégias das próprias famílias que são pluriativas.

Wanderley (2009) e Schneider (2009), dentre outros, compreendem a pluriatividade como parte do processo de reprodução social das famílias agrícolas, sendo, portanto, muito mais um instrumento de manutenção da atividade agrícola do que um sinal de ameaça ou negação da forma familiar de atividade agrícola.

Schneider (2009, p. 98) parte da suposição de que a forma familiar certamente terá sua dinâmica e reprodução determinadas pelo regime capitalista. O autor procura

delinear alguns elementos que julga importantes para a compreensão da definição da forma familiar de organizar o trabalho e a produção na atividade agrícola e, assim, compreender as suas características em sociedades capitalistas. A primeira questão apontada relaciona-se com a forma de uso do trabalho, ou seja, nas unidades familiares é utilizada fundamentalmente a força de trabalho da família. O segundo ponto a ser considerado refere-se aos obstáculos oferecidos pela natureza que evitam que a atividade agrícola se torne essencialmente correspondente à atividade industrial produtiva. O terceiro elemento é extraído da teoria social crítica, considerando a persistência da tradição marxista em privilegiar o enfoque do desenvolvimento agrário como um processo macrossocial e econômico, ao invés do papel do campesinato como ator.

Essa visão pode ser recuperada desde que passe por um ajustamento importante, ou seja, deslocá-la da posição holística sem desconsiderar que a compreensão dos fatores da agricultura familiar passa pelo entendimento do ambiente social e econômico em que estiver inserida (SCHNEIDER, 2009).

Outro elemento – ou o elemento central –, segundo o autor, é a própria natureza familiar das unidades, pois é no interior da própria família e das relações que se estabelecem entre os seus membros que se assentam as bases que explicam a persistência e a reprodução de certas unidades e a desagregação e o desaparecimento de outras. É importante ainda ter claro que as formas sociais familiares se complementam, se transformam e se reproduzem dentro das relações capitalistas, o que não é motivo para considerar que são pertencentes a categorizações capitalistas (SCHNEIDER, 2009).

Schneider (2009), ao abordar a pluriatividade como uma das características constitutivas da forma familiar de organização do trabalho e da produção na agricultura, utiliza-se de uma síntese acerca da questão, advinda do debate recente da sociologia da agricultura:

A unidade de produção agrícola familiar constitui-se no sentido mais amplo do termo, enquanto um conjunto heterogêneo de relações entre o capital e o trabalho. Esta categoria pode ser mais bem definida, de um modo mais específico como uma forma de produção que combina as relações internas e externas de produção, as quais conectam a unidade produtiva familiar com circuitos mais amplos de capital. Diferentes combinações de relações internas e externas servem de base para definição de diferentes formas de produção, representando, cada uma delas, diferentes modos de integração com o capitalismo. Estas formas de produção, no entanto, não devem ser vistas enquanto modelos pré-fabricados de explicação acerca do processo de

integração do processo da agricultura familiar ao capitalismo. Inversamente estas formas de produção poderiam ser descritas através de diferentes processos de subordinação do trabalho ao capital (KASIMIS; PAPADOPOULOS, 1999, p. 213 apud SCHNEIDER, 2009, p. 94);

O fenômeno da pluriatividade, nessa perspectiva, é apontado como uma das formas pelas quais as unidades familiares têm conseguido se desenvolver no campo. É considerado como estratégia de reprodução o conjunto de medidas econômicas e sociais tomadas pelos agricultores para garantir a sua manutenção social. Segundo Schneider (1999, p. 117),

A reprodução social, econômica, cultural e simbólica das unidades familiares dependerá de um intrincado e complexo jogo pelo qual as unidades familiares se relacionam com a natureza e o ambiente em que estão inseridas. Nele os indivíduos e a família levam em conta o bem-estar e o progresso de sua unidade de trabalho e moradia e as possibilidades materiais de alcançar determinados objetivos. Desse modo, a reprodução não é apenas o resultado de um ato da vontade individual ou da coletividade familiar, e tampouco uma decorrência das pressões econômicas externas do sistema social.

Ainda, o autor, ao buscar uma conceituação para a pluriatividade, recorre a Fuller mediante a alegação de que este autor apresenta uma das mais rigorosas definições acerca do termo. Segundo Fuller, a pluriatividade

Permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar (*home-based farming*). [...] A pluriatividade permite separar a alocação do trabalho dos membros da família de suas atividades principais, assim como permite separar o trabalho efetivo das rendas. Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração, receitas, rendimentos, rendas em espécie e transferências. (FULLER, 1990 apud SCHNEIDER, 2009, p. 85).

Kageyama (1998), Anjos (2003) e Carneiro (2008) ficam entre os autores que consideram elementos de ambas perspectivas ao abordarem o tema da pluriatividade. Kageyama (1998) considera que a família pode ser a unidade de análise. No entanto, a outra atividade que ela denomina de “segunda atividade” deve ser considerada, pois não se realiza deslocada do resto da economia, e, sim, ocorre relacionada a um mercado de trabalho, que deve compor outro nível de análise, que não é necessariamente macro, mas contextual.

Para Carneiro (2008), a pluriatividade é determinada tanto por fatores internos como externos à dinâmica familiar que imprimirão significado às práticas não agrícolas às quais as famílias agricultoras recorrerem. Dessa forma, a pluriatividade pode ser um recurso a se firmar como mecanismo de reprodução social das famílias, desde que determinadas condições permaneçam indicando que uma nova forma de realização da agricultura familiar está sendo concebida. É, portanto, determinada por fatores conjunturais e estruturais.

Abramovay (1992) argumenta que, na maioria dos casos observados em diferentes sociedades, as previsões de Lênin não se concretizaram. Para ele, é impróprio afirmar que a sobrevivência da produção familiar no capitalismo contemporâneo seja explicável e ilustrada pela miséria do produtor e a falta de compatibilidade entre o progresso técnico e organização da produção com base na família. Na obra “Paradigmas do capitalismo agrário em questão”, Abramovay (1992) refere que o camponês visto como sinônimo de atraso tende a desaparecer com o avanço do capitalismo, transformando-se em agricultor familiar, caracterizando-se, portanto, como um novo personagem com características do agricultor moderno.

Lamarche (1993), pode-se dizer, é um dos autores que apresenta certa flexibilidade acerca do assunto, por admitir a existência de uma diversidade de situações na agricultura familiar. Para ele, em alguns lugares, a exploração familiar é tida como fundamental para o desenvolvimento da agricultura e é reconhecida como a única forma social de reprodução capaz de satisfazer às necessidades essenciais da sociedade, enquanto, em outros, mantém-se fundada apenas na economia de subsistência e é vista como propensa a ser extinta.

A partir das colocações acerca dos principais autores que estudam a pluriatividade, os quais apresentam seus argumentos sobre os motivos que levam ao surgimento dessa configuração, questionam a novidade de tal fenômeno e apresentam os aspectos positivos e negativos decorrentes, a consideração que se faz é de que é preciso enxergar a complexidade do tema a partir do reconhecimento da grande diversidade de causas e circunstâncias que o afetam. E mesmo tendo presente as divergências, de forma geral é possível afirmar que a noção de pluriatividade tem sido apontada como uma maneira de entender o fenômeno da multiplicidade de formas de renda e trabalho das unidades agrícolas, as quais demonstram que o rural passa por transformações que asseguram que se está diante de um novo rural, que é multifuncional. Assim, a seguir, serão apresentados elementos que sustentam essa

afirmação e que servirão de suporte para indicar a repercussão das transformações nos processos identitários dos sujeitos que as vivenciam, já que, na contemporaneidade, não seria mais concebível pensar o mundo rural sem pensar que existe uma característica plural num mesmo espaço (FROEHLICH, 2003).

2.2.1 Novas ruralidades e processos identitários

“Ruralidade contemporânea” (CARNEIRO, 1998), “nova ruralidade” (WANDERLEY, 2000) ou “novo rural” (GRAZIANO DA SILVA, 1999) são termos utilizados no meio acadêmico e científico para expressar as transformações recentes do meio rural, dentre as quais destacam-se as relações com o meio urbano e a diversificação das ocupações, decorrentes dos processos sociais globais.

Os resultados desses processos sobre o rural podem ser resumidos de forma genérica em duas grandes perspectivas²² que balizaram vários estudos acadêmicos nos últimos anos sobre o futuro do meio rural. Uma perspectiva previa o total desaparecimento das sociedades rurais e que a agricultura se transformaria num simples campo de aplicação e utilização do capital. Já a outra perspectiva se firmava no entendimento da existência de uma forma específica de organização familiar, presente especialmente nas famílias de pequenos agricultores, não estruturada sobre a base de apropriação do trabalho alheio, diferente, portanto, da unidade de produção capitalista, o que permitiria a sua reprodução e conseqüentemente junto com outros fatores levaria a redefinição do rural e seu desaparecimento (WANDERLEY, 2009).

Observa-se que tal perspectiva se confirmou diante das transformações, isto é, houve uma redefinição do rural sem o abandono e o rompimento de algumas de suas características, assim como aponta Wanderley (2009, p. 205)

[...] as profundas transformações resultantes dos processos sociais mais globais – a urbanização, a industrialização, a modernização da agricultura – não se traduziram por nenhuma uniformização da sociedade, que provocasse o fim das particularidades de certos espaços ou certos grupos sociais. A modernização, em seu sentido amplo, redefine, sem anular, as questões referentes à relação campo cidade, ao lugar do agricultor na sociedade, à importância social, cultural e política da sociedade local, etc.

²² As referidas perspectivas serão melhores exploradas no próximo capítulo da tese.

Que as sociedades tradicionais foram influenciadas pelos processos sociais englobantes é certo. O êxodo rural, a perda da autonomia diante dos ditames do mercado, a progressiva modernização do processo de produção e a influência da cultura urbana no meio rural são algumas das consequências desses processos, porém não suficientes para afirmar o seu desaparecimento e sim serviram para reforçar que estiveram e ainda estão em curso uma redefinição e a emergência de novas ruralidades.

A compreensão do rural apenas como adjetivo de lugar, delimitação de espaço físico, local de produção agrícola, sinônimo de atraso, como polo totalmente oposto ou com quase inexistente relação com o urbano deve ser superada e ressignificada no mundo contemporâneo.

Blume (2004) explica que um dos motivos que influenciou a associação predominante do rural como sinônimo de atraso, residual e subalterno ao urbano foi a forma com que ele sempre foi estudado. Isto é, o campo sempre foi comparado ao meio urbano, com destaque às diferenças entre os dois espaços, vistos como opostos, sendo ainda o âmbito urbano considerado como o ideal. A maior atenção ao estudo do contexto de mudanças que passaram a ocorrer no espaço rural, e não nas características intrínsecas a ele é também um aspecto apontado como motivador para tal visão. Essa posição é destacada nas observações de Carneiro (1998, p. 54-55), como é possível verificar:

Ao invés de se pensar a cultura camponesa através do contraste com a cultura urbano-industrial, o que levaria a repetir o que já fora dito sobre o efeito generalizador do processo de “descampenização” do campo, alguns autores chamam a atenção para a necessidade de romper com a referência à cultura urbano-industrial para se avaliar as verdadeiras mudanças pelas quais essa categoria social ampla e genérica - o agricultor familiar - estaria passando ao longo do tempo.

Os estudiosos que adotaram essa linha, referida por Blume (2004), eram associados a uma perspectiva denominada no meio acadêmico de *continuum*. Por privilegiar o polo urbano como a fonte do progresso onde o extremo rural do *continuum* tenderia a se reduzir sob a influência do outro polo, essa visão, segundo Wanderley (2000) foi considerada “urbano-centrada”.

Uma segunda visão considera o *continuum* rural-urbano como uma relação que aproxima e une dois polos extremos, no qual as relações entre o campo e a cidade não destroem necessariamente as particularidades dos dois polos.

Graziano da Silva, afirma que o rural “só pode ser entendido como um continuum do urbano” (1999, p. 1). Para ele, as transformações do rural são decorrentes fundamentalmente da forte influência das atividades urbanas sobre o rural. O desenvolvimento de atividades não agrícolas no rural, anteriormente desenvolvidas apenas no meio urbano, a exemplo da desenvolvida pela Copercicla, é atribuído pelo autor como indicativo das transformações do rural. As novas atividades surgidas no rural e identificadas pelo autor nas pesquisas que coordenou no início da década de 1990 caracterizaram o que denominou, na época, de *o novo rural brasileiro* (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Salienta-se que a compreensão do autor vai além da simples influência do urbano sobre o rural e a sua conseqüente transformação em alguns aspectos. Ele previa que, com o tempo, ocorreria a transformação do rural por completo e a dissolução das suas características tradicionais sob influência do espaço urbano (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Apresentando posição diferente, Carneiro (1998), ao estudar o tema das ruralidades, não acredita na dissolução do rural perante a intensificação da relação com o urbano, especialmente no âmbito das identidades socioculturais. Segundo a autora, é inegável que a associação campo-cidade repercute no espaço rural, porém, não a ponto de anular as suas particularidades. Ela acredita, inclusive, que o fato poderia ressaltar ainda mais as suas características, conforme expressa:

[...] tal processo não resulta, a nosso ver, numa homogeneização que reduziria a distinção entre o rural e o urbano a um continuum dominado pela cena urbana, como já foi formulado no tocante à realidade européia (Lefebvre, 1972; Duby, 1984; Mendras, 1959; entre outros) e para a realidade brasileira (Graziano da Silva, 1996; Ianni, 1996, entre outros) (CARNEIRO, 1998, p. 53).

A posição da autora sugere ainda que se deve focalizar os estudos sobre as transformações do rural nas relações sociais com base na dimensão do local, podendo-se incorporar, ao rural, categorias simbólicas produzidas a partir de distintos meios culturais, como se verifica:

[...] importa mais do que tentarmos redefinir as fronteiras entre o “rural” e o “urbano”, ou simplesmente ignorar as diferenças culturais contidas nessas representações sociais, buscar, a partir do ponto de vista dos agentes sociais, os significados das práticas sociais que operacionalizam essa interação e que

proliferam tanto no campo como nos grandes centros urbanos, tais como a pluriatividade, os neo-rurais, a cultura country etc. (CARNEIRO, 1998, p. 59-60).

A partir da colocação acima, a autora está sugerindo que as análises sobre o rural podem se voltar para os agentes do processo, e não exclusivamente para o espaço.

Praticamente na mesma linha de entendimento sobre as transformações do rural, Wanderley (2009) refere que o desenvolvimento desses espaços rurais não dependerá unicamente do dinamismo do setor agrícola, mas da sua capacidade de atrair outras atividades econômicas e interesses sociais e, ainda, de realizar uma profunda ressignificação de suas próprias funções sociais.

No mesmo sentido, Froehlich (2002), analisando os principais elementos que fizeram parte das construções modernas do rural, reconhece que este é uma categoria de pensamento do mundo social e faz a seguinte colocação:

Se o rural é uma categoria de pensamento do mundo social (Mormont, 1996), então, é possível apreender em sua análise as dinâmicas sociais e as transformações em curso que a lógica cultural contemporânea imprime. A valorização das diferenças culturais e das biodiversidades, as possibilidades de se construir identidades (culturais, étnicas, regionais etc.), o resgate e a composição das tradições com o moderno são elementos que se articulam na produção de novos sentidos (e funções) para o rural, conjuntamente com a associação positivada deste com a natureza. Em conjunto, tais fatores têm permitido aos espaços rurais o estabelecimento de novos patamares de relações, experiências e valorizações, que expressam o caráter estratégico do rural nas perspectivas de futuro e na tessitura presente das sociedades contemporâneas. (FROEHLICH, 2002, p. 36).

Froehlich (2002) faz referência às transformações que emergem no rural mencionando a importância da introdução das noções de diversidade e de diferença, que passam a ser referenciais significativos para a análise da sociedade e da cultura contemporâneas, por permitir considerar a reelaboração e os novos sentidos dos elementos tradicionais da cultura camponesa e do rural sob os reflexos atuais do fenômeno social da modernização globalizada. Para o autor, "aspectos que, até bem pouco tempo atrás, eram considerados indesejáveis, atrasados e indícios de estagnação social, passam agora a ser resgatados sob um prisma mais positivo" (FROEHLICH, 2002, p. 9).

O conjunto de múltiplas funções do rural e no rural ligadas ao consumo de bens materiais e simbólicos (propriedades, festas, gastronomia, lazer, esparecimento) e

serviços (ecoturismo, turismo rural, atividades relacionadas à preservação ambiental) que influenciaram as reflexões acima referidas neste item sobre o “novo rural”, denominou-se de “Multifuncionalidade do rural”, conforme expressa Froehlich (2002, p. 99, grifo do autor) – com base em Laurent e Mouriaux (1999), Laurent (2000) e Blanchemanche et al. (2000) – ao argumentar a preferência por este último termo ao de “Multifuncionalidade da agricultura”:

[...] pensamos que denominar *multifuncionalidade do rural* ao amplo processo de transformações que dizem respeito aos diferentes usos e funções que o espaço rural vem assumindo contemporaneamente é mais adequado do que o termo *multifuncionalidade da agricultura*, noção já bastante difundida no âmbito da comunidade europeia.

Em suma, uma afirmação que é possível fazer é a de que a perda da centralidade da agricultura como atividade responsável pela inserção socioeconômica de muitas famílias que habitam o espaço compreendido como rural, associado à diversificação de ocupações, por vezes exercidas por um mesmo indivíduo (processo vem sendo denominado de pluriatividade), nos leva à necessidade de reformulação das imagens acerca do espaço denominado de “novo rural” (CARNEIRO, 2006 apud VIRGOLIN, 2012, p. 40). E, neste novo espaço, como refere Carneiro (1998, p. 73) “[...] devemos entender também o fenômeno da pluriatividade como uma forma alternativa de explorar a agricultura e, em consequência, como uma possibilidade de reelaboração de identidades sociais”, pois, conforme Froehlich (2003, p. 118):

Identifica-se como uma das características da contemporaneidade não apenas a mobilidade espacial, mas, sobretudo, a simbólica que se expressa pela capacidade do indivíduo de mover-se entre os vários universos culturais em diferentes escalas espaço-temporais, e de lidar com um amplo repertório de material simbólico – matéria prima para a construção ou redefinição das identidades sociais.

Assim, a seguir pontuaremos elementos acerca da identidade, a fim de subsidiar o atendimento aos objetivos desta pesquisa que se relacionam à influência do trabalho pluriativo na identidade laboral dos agricultores familiares que trabalham na Copercicla.

3 IDENTIDADE: UMA DIVERSIDADE DE OLHARES

Com o propósito de subsidiar a análise do processo identitário dos agricultores familiares pluriativos que conciliam duas atividades laborais, neste capítulo procurou-se, na primeira parte, apresentar a evolução do conceito de identidade desde a sua origem, quando era abordada como algo estático, até as perspectivas mais contemporâneas, na qual é considerada dinâmica e é debatida como um tema complexo, especialmente no campo das teorias sociais.

A segunda parte do capítulo direciona o tema da identidade para o mundo do trabalho. Assim, apresenta as variadas denominações que a identidade assume nessa relação, bem como os diferentes aspectos das atividades laborais que compõem e influenciam os processos identitários.

3.1 NOÇÕES TEÓRICAS SOBRE IDENTIDADE

A identidade tem sido um assunto amplamente discutido e tem provocado debates calorosos, especialmente no campo da teoria social. Existe uma gama de conceitos, posições e argumentações relacionados ao assunto. Há quem diga, a exemplo de Reis (2006, p. 11), que “este é um dos temas mais complexos da filosofia, da psicanálise, da teoria literária e das ciências sociais e, em particular da história: o problema da identidade”.

Hall (2004, p. 8) refere que o conceito de identidade “é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea”. Para Dubar (2009, p. 11), a noção de identidade é “polimorfa e bulímica”, referindo-se a objetos e domínios diferentes. É um processo socialmente construído e socialmente inacabado. Para Wautier (2001, p. 49) “o conceito de identidade parece situar-se numa encruzilhada. É um conceito nômade, no sentido em que há um vaivém entre diferentes disciplinas”.

Dubar (2009, p. 12), na introdução de uma das suas obras, intitulada “A Crise das Identidades – A Interpretação de uma Mutações” faz referência ao fato de ter hesitado antes de manter o título da obra, mediante a seguinte indagação: “O termo ‘identidade’ não é o próprio tipo de ‘palavra-maleta’ na qual cada um projeta suas crenças, seus humores e suas posições?”.

Hall (2013) refere que o conceito de identidade pode ser considerado por alguns "sob-rasura", no entanto, aponta para a necessidade de mantermos conceitos como o de identidade, visto que:

[...] uma vez que eles não foram dialeticamente superados e que não existem outros conceitos, inteiramente diferentes, que possam substituí-los, não existe nada a fazer senão continuar a se pensar com eles – embora agora em suas formas destotalizadas e desconstruídas, não se trabalhando mais no paradigma no qual eles foram originalmente gerados. (HALL, 2013, p. 104).

Esse repertório de conceitos e posições sobre a temática demonstra a existência de um movimento crítico de desconstrução e reconstrução da ideia de identidade no campo das ciências humanas e sociais. Por isso, pode-se dizer que é um conceito em transição e transformação, marcado em sua trajetória fundamentalmente por duas perspectivas: essencialista e não essencialista.

Neste trabalho de tese, conforme já expressado, será analisada a identidade relacionada ao mundo do trabalho. Para isso, inicialmente, serão apresentadas algumas referências que tratam da origem da temática sob diferentes enfoques até ser alcançada uma abordagem mais contemporânea (pós-moderna) de perspectivas sobre a identidade que buscam superar a discussão do assunto num viés essencialista.

A perspectiva essencialista voltava-se ao sujeito ontológico, visto a partir de uma metafísica do ser como ser. A identidade do indivíduo, nessa perspectiva, era biológica e histórica, marcada pela estabilidade, continuidade e incontrastabilidade, conforme se observa:

Na visão essencialista, lutava-se pelo reconhecimento de uma identidade imutável, íntegra, sempre idêntica a si mesma, que não podia falhar e trair-se. Os indivíduos carregavam a identidade como uma cruz. A alma humana assume a forma e a densidade dos materiais que a cercam e a identidade essencialista era feita de madeira de lei, de ferro, pesada, inarredável. (REIS, 2006, p. 13).

Tal perspectiva é compatível com uma das três concepções de identidade, definidas por Hall (2004), de acordo com diferentes períodos históricos – o “sujeito do Iluminismo” que se transforma no “sujeito sociológico” e chega até o “sujeito pós-moderno”. A concepção de identidade do sujeito do Iluminismo é baseada num entendimento da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado,

dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo "centro" consistia num núcleo interior que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e, então, com ele se desenvolvia, permanecendo essencialmente o mesmo ao longo da existência do indivíduo.

No final do século XIX, a partir da crescente complexidade do mundo moderno e da consciência de que o núcleo interior do indivíduo não era autônomo e de que a sua subjetividade era formada através de interações, relações e práticas sociais surgiram inúmeras perspectivas teóricas não essencialistas.

As perspectivas não essencialistas emergem da crítica do sujeito cartesiano e das ciências sociais ao sujeito moderno. Segundo Reis (2006, p. 12), para os não essencialistas

[...] o indivíduo decide sobre o quer ser e como deseja ser visto. Ele não é dominado por uma ipseidade natural. Os discursos pelo qual se representa revelam as diferenças, a história do grupo e dele próprio. As identidades são relacionais e mudam em cada relação. A identidade precisa de algo fora dela, da alteridade, outra identidade, que ela não é, e nessa relação com o outro, as identidades são construídas.

Tais perspectivas enquadram-se na concepção de identidade que Hall (2013) denomina de "sujeito sociológico", na qual, a partir da complexificação do mundo moderno, passa a existir a percepção da ligação de aspectos interiores (mundo pessoal/privado) com exteriores (mundo público/social). Ou seja, o "eu" interior não é imutável, mas mutável ao estabelecer contato com outras pessoas e com o meio cultural onde se insere, conforme Hall observa em sua análise, ao resgatar a compreensão de George Mead:

[...] a identidade é formada na "interação" entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem núcleo ou essência interior que é o "eu real", mas este é formado num diálogo contínuo com os mundos culturais "exteriores". (HALL, 2004, p. 11).

Dessa forma, a visão essencialista recai no fato de que a identidade não se estabiliza como consequência dos fenômenos e acontecimentos que hoje respondem pelo caráter cada vez mais plural da sociedade. Se a identidade de fato carregasse consigo tantos traços de unidade essencial, permanência e indivisibilidade, não seria possível explicar atualmente o fenômeno da proliferação de várias identidades

construídas pela diferença e inscritas em relações de poder e não se cogitaria a ocorrência da “crise de identidade”.

A discussão acerca do tema da identidade não essencialista a partir da modernidade, sob uma perspectiva pós-moderna²³, tem estado presente de forma direta nas obras de Castells (1999), Giddens (2002), Hall (2004, 2013) e Bauman (2005), entre outros.

Também o tema da identidade foi e ainda tem sido abordado partir dos preceitos do Interacionismo Simbólico, cujos precursores foram Blumer (1980) e Mead (1993). Tal corrente concentra-se nos processos de interação social que ocorrem entre indivíduos ou grupos mediados por relações simbólicas. Na perspectiva do Interacionismo Simbólico, a ação social é uma ação de interação e, portanto, imediatamente recíproca. Os estudos realizados nessa perspectiva buscam analisar e apontar as implicações de tal interação, em especial no processo de construção identitária.

Os interacionistas, de acordo com Hall (2004), citado por Ennes (2013, p. 67):

[...] situam-se em um, por assim dizer, estágio intermediário entre o “sujeito cartesiano”, expressão do individualismo e de sua identidade a partir de uma perspectiva do liberalismo econômico e político nos séculos XVIII e XIX, e os sujeitos descentrados, característicos da sociedade pós-moderna. Segundo Hall, a noção de sujeito e identidade desenvolvida pelo interacionismo simbólico resulta em uma concepção ainda centrada e essencialista do “eu” não obstante ser produzida por meio das interações sociais.

Para o descentramento do sujeito cartesiano, acima citado, ocorrido a partir da sociedade moderna, Hall (2004) aponta cinco motivos. O primeiro tem a ver com as tradições do pensamento marxista, quando faz referência à ideia de que “há uma essência universal de homem”, tendo em vista que este toma atitudes “com base em condições históricas criadas por outros e sob as quais eles nasceram utilizando os recursos materiais e de cultura que lhes foram fornecidos por gerações anteriores” (Hall, 2004, p. 35). Outro descentramento estaria ligado à descoberta do inconsciente por Freud, que refere que processos simbólicos do inconsciente possuem uma estrutura diferente da razão. Desde então, a racionalidade não mais presume a ideia

²³ Observa-se que as transformações mais recentes do mundo contemporâneo, ao serem demarcadas em relação ao contexto social e histórico da primeira modernidade, apresentam denominações diferentes, conforme os autores enfatizam sentidos, dimensões, consequências, entre outros pontos, que consideram mais importantes. Assim, temos as denominações pós-modernidade, modernidade reflexiva, modernidade tardia, modernidade líquida, hipermodernidade etc.

de possuir uma identidade fixa e unificada e como algo sempre em processo, em formação, com uma essência imaginária. O terceiro descentramento relaciona-se ao trabalho do linguista francês Ferdinand de Saussure, que argumenta que as pessoas não são autoras dos significados e das afirmações expressadas pela língua. Trata-se, portanto, de um sistema social e não individual. As pessoas se expressam com os símbolos presentes no contexto linguístico. Os significados não são fixos e, como no caso da identidade, a construção se dá por meio de relações de similaridades e diferenças a outros signos. O quarto descentramento estaria presente no trabalho de Foucault, cuja relação está em torno do denominado “poder disciplinar” desempenhado através das instituições reguladoras (oficinas, quartéis, escolas, prisões e hospitais). O quinto e último descentramento estaria relacionado ao impacto do feminismo nos anos 1960.

Ressalta-se que não só o feminismo, como outros movimentos, tais como os movimentos estudantis, pacifistas e contraculturais e as lutas de minorias sexuais, caracterizaram o que, na época, se convencionou chamar de políticas de identidade. Cada movimento criava a sua própria identidade e negociava o seu reconhecimento em lutas particulares. Segundo Reis (2006, p. 12), naquela época “a vida social se viu alterada: a família, a sexualidade, a maternidade e o trabalho. Houve uma micropolitização social que deu ênfase à diferenciação das identidades”.

Para Hall (2004), nas sociedades contemporâneas do final do século XX, ocorreu um tipo de mudança estrutural que está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, tinham fornecido sólidas âncoras aos indivíduos sociais. Essas transformações abalam a ideia que temos de nós mesmos como sujeitos integrados e também as identidades pessoais. Estaria ocorrendo a perda de um “sentido de si” estável. Isso é o que Hall denomina de “crise de identidade” para o indivíduo, que ocorre pelo duplo deslocamento, ou melhor, da descentração do indivíduo tanto de seu lugar no mundo social e cultural como de si mesmo. Para o autor, “a identidade importa porque existe uma crise da identidade globalmente, localmente, pessoalmente e politicamente” (HALL, 2013, p. 39).

Hall (2004) também chama atenção para as especificidades da modernidade tardia e a identidade no tempo atual:

As sociedades da modernidade tardia são caracterizadas pela "diferença"; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes "posições de sujeito" — isto é, identidades — para os indivíduos. Se tais sociedades não se desintegram totalmente não é porque elas são unificadas, mas porque seus diferentes elementos e identidades podem, sob certas circunstâncias, ser conjuntamente articulados. Mas essa articulação é sempre parcial: a estrutura da identidade permanece aberta. Sem isso, argumenta Laclau, não haveria nenhuma história. (HALL, 2004, p. 17).

Dentre as características da modernidade tardia, a globalização, com as suas características temporais e espaciais, que resultam na compressão de distâncias e de escalas temporais, está entre os pontos mais importantes a ter efeito sobre as identidades culturais, segundo Hall (2004).

O fenômeno, para Bauman (2005), é apontado como processo sintetizador da mudança de postura dos indivíduos em relação à sua identidade. Seguindo a análise crítica acerca do processo de globalização, o autor faz referência ao uso das novas tecnologias e cita a internet, afirmando que

Quando a identidade perde as âncoras sociais que a faziam parecer "natural", predeterminada e inegociável, a "identificação" se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um "nós" a que possam pedir acesso. (BAUMAN, 2005, p. 30).

Afirma, porém, o autor, que atualmente as relações eletronicamente mediadas tendem a ser frágeis e suscetíveis a serem abandonadas, ou melhor, a capacidade de estabelecer interações espontâneas com pessoas reais está se perdendo nos relacionamentos virtuais.

A discussão também passa pelo tema das culturas nacionais: tanto a tendência à autonomia nacional quanto a tendência à globalização estão arraigadas na modernidade. Nesse processo contraditório, é preciso reconhecer que tanto o alcance quanto o ritmo da integração global aumentaram sobremaneira os fluxos e os laços entre as nações. Assim, como possível consequência está o fato de que as identidades nacionais estão se desintegrando como resultado do crescimento da homogeneização cultural e do "pós-moderno global".

As identidades nacionais e outras identidades "locais" ou particularistas estão sendo reforçadas pela resistência à globalização e as identidades nacionais estão em declínio. No entanto, novas identidades, denominadas híbridas, estão surgindo em

seu lugar (HALL, 2004). Estaria ocorrendo uma inquietude acerca do global versus local no processo de transformação das identidades.

Bauman (2005) também se preocupa com a questão da identidade nacional que, para ele, se caracterizaria como uma identidade superior a todas as demais (de classe, de gênero, entre outras), porque ela se estabelece como niveladora das identidades menores e maneiras de identificação que o sujeito estabelece entre si e os outros. As fronteiras entre o “nós” e o “eles” seria traçada pela nação e seria resultado da aproximação entre o território domiciliar e a soberania individual do Estado. Dessa forma, a identidade nacional seria uma forma prioritariamente de exclusão.

Bauman (2005), ao discutir questões ligadas à modernidade, por ele denominada de “líquida”, argumenta que as identidades culturais, religiosas, sociais e outras mais que possamos ter são constantemente modificadas e renovadas. O autor se refere a possíveis identidades ou sentimentos de pertencimento a determinadas comunidades, círculos culturais ou nações que não são definitivos, mas que dependem de fatores, como as decisões que o indivíduo toma, a forma como age ou o caminho que percorre. Nesse círculo de pertencimento (identidade), não se está exposto a somente uma comunidade de ideias, aspectos ou princípios de cada vez. Assim, o autor destaca que

As identidades flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas. Há uma ampla probabilidade de desentendimento, e o resultado da negociação permanece eternamente pendente. (BAUMAN, 2005, p. 19).

Assim como a identidade compreendida por Hall (2004), o pensamento de Bauman (2005) foge de qualquer tipo de essencialismo e entende que nada é seguro e sólido. Todas as coisas se movem com fluidez, não havendo, portanto, identidade em si. Haveria apenas um horizonte que não se caracteriza como um caminho, e, sim, como um movimento em direção a algo ainda não determinado. Na modernidade líquida, o existir significa transformar-se continuamente, numa verdadeira sucessão de reinícios.

O caminho em direção a uma identidade desconhecida é explicado por Bauman (2005) por meio da metáfora do quebra-cabeça, ou seja, assim como o jogo, a identidade seria formada por peças; no entanto, diferentemente do jogo comprado em

uma loja, o quebra-cabeça da identidade só será possível de ser compreendido se percebido e captado como inacabado, pois, no quebra-cabeça da identidade, é necessário juntar peças de várias imagens diferentes, de certo modo até conflitantes, e mesmo assim nunca se chegará a um resultado coeso.

Bauman (2005) também faz referência ao sentimento ambíguo resultante do desejo de segurança a partir da identidade, colocando que

Embora possa parecer estimulante no curto prazo, cheio de promessas e premonições vagas de uma experiência ainda não vivenciada, flutuar sem apoio num espaço pouco definido, num lugar teimosamente, perturbadoramente, “nem-um-nem outro” torna-se a longo prazo uma condição enervante e produtora de ansiedade. Por outro lado, uma posição fixa dentro de uma infinidade de possibilidades também não é uma perspectiva atraente. Em nossa época líquido-moderna, em que o indivíduo livremente flutuante, desimpedido, é o herói popular, “estar fixo” – “ser identificado” de modo inflexível e sem alternativa – é algo cada vez mais malvisto. (BAUMAN, 2005, p. 35).

Finalmente, a partir das colocações do autor acerca da temática da identidade, fica clara a necessidade de observar mais do que nunca o que ele mesmo chama atenção, que é a necessidade de distinguir os polos gêmeos que a identidade impõe à existência social, ou seja, a opressão e a libertação (BAUMAN, 2005).

Para Giddens (1991), a modernidade passa por uma nova fase – enquanto que para Bauman é denominada de “modernidade líquida”, ele a chama de modernidade “tardia²⁴” ou “alta”. Uma das principais características dessa fase seria a radicalização da reflexividade que envolve a incorporação rotineira de conhecimentos ou informações novas em situações de ação que são reconstituídas ou reorganizadas, o que torna a fase da modernidade cada vez mais imprevisível, impedindo qualquer ordenamento radical da sociedade. Todas essas mudanças fazem com que as identidades se tornem diferentes daquelas da primeira fase da modernidade, ou seja, as consequências incidem sobre o “eu” e as identidades deixam de ser locais e passam a dialogar, a todo tempo, com o global.

Giddens (2002), ao acreditar que as questões da individualidade e da identidade sempre foram presentes nas culturas tradicionais desde a pré-modernidade, tenta elucidar o que as diferencia enquanto formas de pensar, agir e construir as identidades na modernidade tardia. O autor tenta demonstrar essas

²⁴ Segundo Giddens (2002, p. 1), tal modernidade “é uma ordem pós-industrial caracterizada por uma reflexividade institucional amadurecida”.

diferenças através da indicação de dez pontos presentes nos discursos atuais de autoterapia que, “por mais parciais, inadequadas e idiossincráticas que as ideias” expressadas possam parecer, indicam para algo real sobre o eu e a autoidentidade no mundo contemporâneo (GIDDENS, 2002, p. 78). Dentre eles, destacam-se alguns: o indivíduo é responsável pelo “eu”, ou melhor, somos o que fazemos de nós mesmos; no processo reflexivo de construção, visa-se o futuro, mas se levando em conta o passado; a reflexividade da autoidentidade é permanente, sendo que, a cada momento, somos instados a nos autointerrogar sobre o que está acontecendo para reformularmos o que estamos fazendo; a autobiografia é um aspecto central para a construção da identidade na vida social desta época; o tempo e o controle dele são fatores importantes para a construção de uma identidade coerente, para a satisfação pessoal e para a organização do futuro; o corpo também faz parte da reflexividade do eu; a autorrealização é dependente do enfrentamento de determinados riscos e do equilíbrio entre riscos e oportunidades; a autorrealização depende da autenticidade que cada um tem consigo mesmo; ao longo da vida, o indivíduo vivencia diversas passagens (luto, perda do emprego, separação conjugal) não institucionalizadas que precisam ser superadas na trajetória reflexivamente mobilizada da autorrealização; por último, a linha de desenvolvimento do “eu” é internamente referida, sendo que a realização de um “eu” verdadeiro depende da integração das experiências de vida cotidiana com a narrativa do autodesenvolvimento individual.

Os estilos de vida também são apontados por Giddens (2002) como algo que, na alta modernidade, vai além do que é sugerido pelas imagens das revistas ilustradas e da publicidade.

Nas condições da alta modernidade, não só conseguimos estilos de vida, mas num importante sentido somos obrigados a fazê-lo – não temos escolha senão escolher. Um estilo de vida pode ser definido como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque estas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular de auto-identidade. (GIDDENS, 2002, p. 79).

Deparamo-nos com uma pluralidade de escolhas de estilos de vida na alta modernidade que, para Giddens (2002) apresentam características bastante particulares. A primeira é que o indivíduo se depara com a possibilidade de uma pluralidade de escolhas ao viver numa ordem pós-tradicional, na qual a tradição não é determinante para a escolha dos estilos de vida. A segunda é que “os ambientes da

vida social são muito diversos e segmentados” (GIDDENS, 2002, p. 81). Ou seja, além da necessidade de interação em ambientes diversos, parte das ações dos indivíduos nestes espaços tendem a ser fragmentadas, em função de que as ações realizadas em um ambiente não servem para outro. A terceira característica estaria ligada às situações de dúvida, pois “a reflexividade na modernidade opera não numa situação de certeza cada vez maior, mas numa situação de dúvida metódica” (GIDDENS, 2002, p. 82). Com isso, o autor quer dizer que o mesmo problema ou situação poderá ser resolvido de diferentes maneiras, já que, na época atual, o conhecimento é constantemente reformulado, o que resulta em certa dificuldade para agir. A última característica está relacionada à mídia, que influencia as escolhas de estilos de vida através de óbvias maneiras, mas também das formas mais sutis.

Um planejamento estratégico da vida assume especial importância diante das características acima apontadas. O planejamento da vida é, segundo Giddens (2002, p. 83), “um meio de preparar um curso de ações futuras mobilizadas em termos da biografia do eu”. O autor também aponta algumas dificuldades e tensões que estão implicados na construção das identidades reflexivamente. Segundo ele, “estas dificuldades podem ser analisadas mais facilmente entendendo-as como dilemas que, em um ou outro nível, devem ser resolvidos a fim de preservar uma narrativa coerente da auto-identidade” (GIDDENS, 2002, p. 175).

Os dilemas descritos por Giddens referem-se à oposição entre unificação e fragmentação na modernidade; da impotência versus apropriação; da autoridade versus incerteza; da experiência personalizada versus experiência mercantilizada.

Pode-se observar, de um modo geral, que Giddens (2002), ao abordar o tema da identidade, quer expor o seu entendimento de que as transformações incorporadas pelas instituições modernas e pós-tradicionais se ligam diretamente com a vida individual. Ou melhor, a modernidade deve ser compreendida num nível institucional, no entanto, ela altera radicalmente a natureza da vida cotidiana e afeta os aspectos mais pessoais da existência dos indivíduos.

Castells (1999) define identidade como a fonte de significado e experiências de um povo. Caracterizada ainda como processo de construção de significado com base em um atributo cultural, observa que:

No que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. (CASTELLS, 1999, p. 22).

Ao definir identidade, chama atenção para a necessidade de distinguir identidade e o que os sociólogos denominam de papéis.

[...] (por exemplo, ser trabalhador, mãe, vizinho, militante socialista, sindicalista jogador de basquete, freqüentador de uma determinada igreja e fumante, ao mesmo tempo) são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade. A importância relativa desses papéis no ato de influenciar o comportamento das pessoas depende de negociações e acordos entre indivíduos e essas instituições e organizações. (CASTELLS, 1999, p. 22).

O autor se concentra na identidade coletiva e concorda com o ponto de vista sociológico de que toda identidade é construída. Acrescenta, ainda, que essa construção social ocorre sempre em um contexto atravessado por relações de poder.

Para Castells, são três as formas de construção de identidades: identidade legitimadora, identidade de resistência e identidade de projeto. A identidade legitimadora seria aquela “introduzida pelas instituições dominantes da sociedade com o propósito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais” (CASTELLS, 1999, p. 24). A harmonização dos aparatos de poder do Estado e das instituições da sociedade civil são permitidos por esse tipo de identidade. Se, por um lado, os aparatos de poder do Estado prolongam seu campo de ação/dominação, por outro, tais aparatos estão profundamente enraizados nas pessoas, conferindo uma aparência de conciliação ideal entre os interesses do Estado e as intenções dos sujeitos. A identidade de resistência é

[...] criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos. (CASTELLS, 1999, p. 24).

Esse tipo de resistência é a mais importante em nossa sociedade, visto que é aquela que propicia a formação de grupos ou comunidades que resistem a formas de imposições e de dominação, ou seja, impulsionam a organização de formas de resistência coletiva.

Já a identidade de projeto é “quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social” (CASTELLS, 1999, p. 24). Essa identidade atuaria numa perspectiva de mudança social, porque, para o autor, é aquela que produz sujeitos ao mesmo tempo em que produz mudanças estruturais.

Para Castells (1999, p. 24), “cada tipo de processo de construção de identidade leva a um resultado distinto no que tange à constituição da sociedade”. Ressalta-se que o autor estuda os tipos de identidades relacionadas ao contexto específico do surgimento da sociedade em rede e examina os processos fundamentais para a construção da identidade coletiva. Assim, expressa suas ideias sobre o fundamentalismo religioso, o nacionalismo, a identidade étnica, a identidade territorial e expõe alguns questionamentos resultantes de processos contemporâneos de (re)construção de identidade com base na resistência comunal. Esses processos são reações defensivas a três ameaças à sociedade: a globalização; a formação de redes e a flexibilidade; a crise da família patriarcal.

Numa concepção não essencialista, conforme entendido por Giddens, Castells e Bauman e numa linha que, conforme exposto por Hall, pode ser considerada intermediária entre o “sujeito cartesiano” e os sujeitos descentrados, característicos da sociedade pós-moderna,

Recusa-se a considerar que existam pertencimentos essenciais (em si) e, por isso, diferenças específicas a priori e permanentes entre os indivíduos. Existem modos de identificação, variáveis ao longo da história coletiva e da vida pessoal, afetações a categorias diversas que dependem do contexto. (DUBAR, 2009, p. 14).

Tais maneiras de identificar assumem duas formas e denominações: “identidade para outrem”, que são as identificações atribuídas pelos outros, e “identidades para si”, que são as identificações reivindicadas por si mesmo. Para Dubar (2009, p. 14),

Existe um movimento histórico, ao mesmo tempo muito antigo e muito incerto, de passagem de certo modo de identificação para outro. Trata-se, mais precisamente, de processos históricos, ao mesmo tempo coletivos e individuais, que modificam a configuração das formas identitárias definidas como modalidades de identificação.

O autor caracteriza duas formas identitárias, uma denominada de formas comunitárias e a outra de formas societárias. As formas comunitárias “supõem a crença na existência de agrupamentos chamados comunidades, considerados como sistemas de lugares e nomes pré-atribuídos aos indivíduos e que se reproduzem de modo idêntico através das gerações” (DUBAR, 2009, p. 15). Já as formas societárias “supõem a existência de coletivos múltiplos, variáveis, efêmeros, aos quais os indivíduos aderem por períodos limitados e que lhes fornecem recursos de identificação que eles administram de maneira diversa e provisória” (DUBAR, 2009, p. 15).

O autor chama atenção para o fato de que, com essa categorização, não se tem a intenção de fazer uma oposição entre identidades coletivas e individuais. As duas formas sociais são duas maneiras de identificar os outros e identificar-se a si mesmo que põem em jogo a dupla identificação para si e para outrem, mesmo que o façam de maneira diferente. As duas formas coexistem e, nesse sentido, “não se faz a identidade das pessoas sem elas e, contudo, não se podem dispensar os outros para forjar a sua própria identidade” (DUBAR, 2009, p. 56).

Os dois processos (de produtor de identidades “virtuais” e de produtor de identidade social “real”) não estão necessariamente em harmonia, e os indivíduos vão desenvolver estratégias identitárias com o propósito de reduzir a distância entre as duas identidades. Nesse processo, ocorrem

Por um lado, estratégias de transação objetiva ou “externa” entre o indivíduo e os outros (indivíduos ou sistemas de ação) e cuja finalidade é ajustar a identidade para si à identidade para outrem: disso resultará acordo ou desacordo, adesão ou conflito. Por outro lado, transações subjetivas ou “internas”, entre as identificações anteriores (identidades herdadas) e as identidades pretendidas pelo indivíduo, com a finalidade de integrar a identidade para outrem à identidade para si: disso resultará continuidade ou ruptura. (WAUTIER, 2001, p. 62).

Segundo Dubar (2001), é na articulação dessas duas transações que se constroem as identidades sociais, ou melhor, na articulação entre os sistemas de ação (eixo relacional) e as trajetórias vividas (eixo biográfico) pelos indivíduos. Essa transação, concebida como uma negociação identitária, pode se definir como um processo complexo de construção conjunta de novas identidades.

Dubar (2001, 2005) refere que, para alcançar as formas identitárias, é preciso iniciar a aproximação através das representações ativas²⁵, ou seja, dos indicadores que alicerçam o discurso dos indivíduos sobre suas práticas sociais especializadas, sobre a aquisição de um saber legítimo que leva à afirmação de uma identidade reconhecida. As representações ativas podem ser apreendidas através de algumas dimensões, de acordo com o autor e citadas por Zanatta (2011, p. 49-50):

- da relação do indivíduo com aquilo que está diretamente implicado em sua vida cotidiana, por exemplo: os sistemas e instituições, com aquilo que aciona no indivíduo sua identidade virtual reivindicada e sua identidade realmente reconhecida;
- da relação com o futuro, o que resulta nas orientações estratégicas tanto para a ação como para as oportunidades e na interiorização da trajetória vivida;
- da relação com a linguagem, ou seja, com as categorias utilizadas para descrever tanto uma situação vivida, como obrigações e projetos pessoais.

Assim como Hall e outros autores, também Dubar (2009) faz referência à possibilidade de uma crise das identidades. Para ele, tal crise resulta da substituição de uma socialização que privilegiava vínculos sociais comunitários pela outra, societária. Essa passagem resulta em transformações da própria estrutura da identidade pessoal e novas formas de subjetividade. Daí, são provocadas mutações das identidades em três aspectos: nos campos privado, profissional e simbólico.

A crise das identidades, segundo Dubar (2009, p. 257),

É um modo de exprimir um conjunto de processos em interação e seu momento histórico. O processo mais geral é o que leva as sociedades ditas “modernas” a destruir constantemente as antigas formas sociais “comunitárias” para substituí-las por formas sociais novas a que chamei, de acordo com Max Weber, “societárias”. Esse processo que repousa, como Marx previra, numa configuração das forças produtivas, produz, pela primeira vez na História, como observara com propriedade Norbert Elias, a preeminência potencial da identidade dos “Eus” sobre a do “Nós”. Esse processo se desenrola através das crises pessoais, as do “Eus” envolvidos, e crises coletivas (econômicas, sociais e simbólicas) dos Nós desestruturados e até destruídos.

Observa-se, a partir dessa colocação, que as crises identitárias, junto com as dificuldades materiais, envolvem o questionamento de um sistema de crenças acerca de si, dos outros e do mundo socialmente construído. Também, pressupõe o

²⁵ As representações ativas revelam-se assim indicadores de construção das identidades sociais que são os resultados “de um processo de socialização concebido em termos estratégicos e comunicativo” (DUBAR, 2009, p. 76).

reconhecimento de que a identidade pessoal não é dada visto que a sua construção ocorre durante toda vida, ou seja, na trajetória de vida.

As crises referidas por Dubar (2009) questionam o que ele denomina das formas comunitárias do vínculo social que se assentavam no predomínio das identificações culturais e estatutárias, nas identificações reflexivas e narrativas. Segundo o autor, essa configuração já não é suficiente para a pessoa se definir nem definir os outros, para se identificar, compreender o mundo e, principalmente, se projetar no futuro. As consequências sobre as subjetividades dessas exigências foram arroladas no espaço público, na vida privada ou profissional, e são inseparáveis das modificações das relações sociais, das formas de relações interpessoais e com outro, ou seja, das formas de vida conjugal e familiar, das relações entre empregadores assalariados, das formas emprego/trabalho, das relações entre indivíduos instituições e, entre outras.

Dubar (2009), assim como Hall e Bauman, faz referência ao processo de globalização e ao que é por ele denominado como a destruição criadora das formas de atividades econômicas que estão ligadas às transformações das formas de trabalho e de relações profissionais. Ele ainda aponta o processo de secularização e às mutações do mundo simbólico, que, notadamente sob a influência dos meios de comunicação de massa, estão relacionados aos transtornos das relações com o âmbito político e as instituições e a derrocada da prática religiosa.

Chama atenção, no entanto, que, apesar da desestabilização das identidades coletivas herdadas do período anterior, nem todas as formas de individualização indicam um triunfo do indivíduo sobre o coletivo.

Tanto hoje quanto ontem, não há identidade do Eu sem identidade do Nós (Elias) mas também porque o que está em questão é a substituição de uma forma social por outra, a passagem de uma socialização de dominante "comunitária" para uma socialização de dominante societária (Weber) e, enfim, porque o movimento das forças produtivas repõe em causa as relações sociais e as formas históricas da individualidade (Marx). São talvez, as incertezas, os mal entendidos, as cristações em torno dessa noção de "societário", frequentemente substituída por "moderno" na linguagem corrente (quando não por "liberal" ou "capitalista"), que exacerbam os debates e as paixões em torno da natureza dos processos em curso. (DUBAR, 2009, p. 259).

A individualização a que o autor se refere significa a preeminência crescente dos "Eus" sobre os "Nós", implica a participação ativa dos cidadãos e a consideração das identidades pessoais nas identidades coletivas. Dubar (2009, p. 260) adverte que

“a aspiração à subjetividade não significa o triunfo do egoísmo hedonista. A subjetividade edifica-se e se desenvolve pelas relações com o outro”.

A individualização é apontada por Dubar (2009) como uma chance de emancipação. Seria uma forma de se libertar da influência da sujeição das tradições impostas e das submissões genealógicas. Ao mesmo tempo como desregulação e desengajamento, ela se apresenta como uma ameaça de isolamento para as vítimas das formas de precarização e dos movimentos do capital, e é isso que faz com que ela seja apontada pelo autor como fundamentalmente ambivalente.

Num artigo recente em que Dubar (2012, p. 179) aborda a crise das identidades, faz a seguinte colocação com relação à questão do coletivo e do individual:

Pode-se esquematizar esse processo de individualização como uma longa marcha histórica pontuada por crises (mas também por retrocessos e acelerações), passando pela dupla questão dos pertencimentos coletivos e dos reconhecimentos individuais. Se quisermos resumi-la, é preciso inventar uma expressão paradoxal: “Quem somos eu?”.

Dubar (1997, p. 105) concebe a identidade social como “não mais do que o resultado simultaneamente estável e provisório, individual e coletivo, subjectivo e objectivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, em conjunto, constróem os indivíduos e definem as instituições” e que são “sem cessar reajustados e renegociados” (DUBAR, 1997, p. 138).

Finalmente, observa-se que a proposta de Dubar (2009), ao abordar os processos identitários, é distinguir e articular dimensões biográficas e relacionais, objetivas (para outrem) e subjetivas (para si). Ou seja, fica claro que o entendimento do autor é de que a identidade tem sempre duas faces: aquela que é atribuída pelos outros e aquela que é reivindicada por si mesmo. Quando essas duas faces não coincidem, ou não coincidem mais, há uma crise. A crise é suscitada pela imposição de uma identidade não desejada ou pelo não aceite da identidade reivindicada.

Dubar tenta defender a posição de que os cientistas sociais não podem mais satisfazer-se com os recursos da sociologia clássica. Existe a necessidade, conforme mencionado pelo próprio autor, de recorrer a outras tradições metodológicas e teóricas para estudar expressões individuais e interações, temporalidades múltiplas e interdependentes, assim como narrativas pessoais e grupos em mutação.

3.1.1 A identidade laboral

Ao consultar a literatura sobre o tema dos processos de identificação dos sujeitos relacionados ao trabalho, deparamo-nos com uma diversidade de denominações: identidade laboral, identidade socioprofissional, identidade profissional ou simplesmente identidade relacionada ao trabalho. Nesta tese, optamos por utilizar as denominações de identidade relacionada ao trabalho e identidade laboral.

Segundo Valle (2002), é no interior do conceito de identidade social que se situa a questão da identidade relacionada ao trabalho, por ela denominada de socioprofissional e caracterizada como um componente importante da identidade social do indivíduo. Para a autora, essa identidade esta é relacionada “não somente à maneira socialmente reconhecida pelos indivíduos de se identificar uns aos outros no campo das atividades remuneradas, mas também, e em especial, como a projeção que os indivíduos fazem de si no futuro” (VALLE, 2002, p. 214).

Santos (2005, p. 132), também se utilizando da denominação socioprofissional, afirma que esse processo de identificação tem como base uma cultura profissional que se assenta num “código interno criado através da interação social entre todos os atores do campo profissional, permitindo-lhes desenvolver uma identidade própria de seu grupo profissional”. Desse modo, a identidade ligada ao campo laboral pode ser entendida como associada a:

[...] configurações específicas de saber (saber prático; saberes profissionais; saberes de organização; saberes teóricos), construídas através de processos de socialização, uma vez que é efetivamente pela e na atividade com outros que estes processos acontecem. (CHALITA, 2004, p. 73).

No campo profissional, o processo de socialização constitui-se na aprendizagem dos valores, crenças e formas de concepção do mundo próprio de uma determinada cultura ocupacional. É como se ocorresse a aquisição de um *ethos* profissional implícito.

Lum (1988 apud PEDRO, 2011, p. 31) assinala algumas características que contribuem para a socialização profissional, dentre as quais destacamos: o processo de educação formal e informal; a exposição a múltiplos agentes de socialização (colegas de trabalho, clientes, família, amigos, entre outros); a heterogeneidade dos indivíduos e dos agentes de socialização (idade, sexo, classe social, estilo de vida,

estado civil, entre outros); aquisição de uma linguagem técnica; a transição da adolescência para a idade adulta; a cultura.

Dubar (2009, p. 117) aborda o tema sob a denominação de identidade profissional. Para ele, trata-se de um fenômeno complexo, produto dos fenômenos de socialização secundária²⁶ do indivíduo e que apresenta continuidades e descontinuidades do que designa por identidade herdada do sujeito e o que identifica a identidade atribuída aos sujeitos pelos outros, conforme referido no item anterior. Nesse sentido, a identidade profissional será sempre forjada num jogo de interações sociais em que o contexto organizacional, as características biográficas do indivíduo e os seus percursos formativos desempenham um papel fundamental.

A socialização no campo profissional pode ser engendrada, ao mesmo tempo, como uma iniciação à cultura profissional e como uma conversão do indivíduo a uma nova concepção do “eu” e do mundo. A socialização, segundo entende (DUBAR, 1997), não tem uma forma de estrutura rígida que não se modifica: ela se apresenta como um processo dinâmico que constrói, desconstrói e reconstrói as identidades. E é da correlação entre estruturas sociais e estruturas mentais que resulta essa construção.

O modelo de análise de Dubar (1997), advindo da noção de formas identitárias, conforme expresso anteriormente, é um modelo de dupla transação - biográfica e relacional. A noção de formas identitárias procura traduzir os resultados significativos dessas transações consideradas como elementos de base da socialização profissional. A transação biográfica remete para o processo temporal de construção de uma identidade social, e a transação relacional ou estrutural remete para as relações entre atores, num espaço estruturado pelas regras, e para o processo de reconhecimento da identidade profissional.

Uma parte importante da identidade profissional se constrói pela experiência, ou seja, no exercício concreto da prática profissional em interação permanente com outros profissionais e forjada na diversidade de acordos e desacordos entre a identidade proposta ou imposta pelo outro (virtual) e a identidade interiorizada pelo indivíduo (real). Assim, enquanto contexto de emergência identitária, a

²⁶ A socialização secundária ou os aparelhos de socialização secundária, segundo Dubar (2009), são aqueles que acontecem ao longo da vida adulta e no campo profissional. Os aparelhos de socialização primária são a família, a escola, entre outros. A socialização secundária apresenta-se pela percepção da existência de submundos institucionais especializados e pela interiorização destes através da aquisição de saberes específicos e de papéis direta e indiretamente enraizados na divisão do trabalho.

organização tem um peso premente na medida em que integra um conjunto de conhecimentos sociotécnicos.

O processo de construção das identidades dos sujeitos, conforme acrescenta Dubar (1997, p. 108) “faz-se, pois, na articulação entre os sistemas de ação que propõem identidades virtuais e as trajetórias vividas no interior das quais se forjam as identidades reais a que aderem os indivíduos”. As identidades virtuais são aquelas que resultam de um processo de atribuição de uma condição, status, identidade que tem que ser analisada no interior dos sistemas de ação do sujeito, sendo resultado da pressão de um grupo sobre o indivíduo. Já as identidades reais são aquelas relacionadas aos processos diacrônicos – histórias de vida, trajetórias sociais – e implicam, portanto, uma interiorização real da identidade.

Para Wautier (2001, p. 58), que realizou um estudo acerca da construção identitária e o trabalho nas organizações associativas, Dubar “é o único autor que constrói uma teoria sociológica da identidade, ou seja, um sistema explicativo, uma chave de interpretação da construção das identidades que desempenha uma tríplice função, própria a toda teoria”. Dentre os motivos Wautier atribuiu, primeiramente, a uma função de sistematização dos conhecimentos adquiridos, já que Dubar faz um balanço das diversas teorias sobre a socialização e as várias abordagens acerca da socialização profissional. Uma função explicativa seria o segundo motivo, pois o autor define categorias de análise para o conceito de identidade, as quais tornam o conceito operacional. E o último motivo deve-se ao fato de o autor não restringir o campo de trabalho à empresa. Para ele, todo espaço de trabalho é um lugar de socialização, portanto, de reconhecimento identitário.

A pertinência da teoria de Dubar para o estudo sobre a identidade nas organizações associativas, segundo Wautier (2001), se deveu aos seguintes aspectos: a) a identidade se constrói num espaço relacional estruturante. A experiência do cotidiano e a prática social formam elementos essenciais de reconhecimento do mundo associativo, tanto por parte dos usuários como de seus parceiros; b) a dimensão espaço-tempo: a identidade constrói-se não somente com referência à história passada, mas também em uma relação ativa com o presente e com o futuro; c) a construção das identidades baseia-se na análise das representações da experiência social dos indivíduos, intermediadas por seu discurso e pelas categorias que eles utilizam. Encontra-se, assim, um dos principais cuidados do mundo associativo de interpelação: propiciar a todos o uso da palavra enquanto

um direito democrático fundamental e como modo de expressão, de relação e de identificação.

Dubar (2012), ao abordar a temática da construção de si pela atividade de trabalho, reconhece que, por muito tempo, a própria definição da palavra trabalho, derivada do latim vulgar *tripalium*, foi associada a um sentido negativo, supondo que sempre um trabalho seja uma obrigação para ganhar a vida, uma forma de subordinação e uma fonte de sofrimentos físicos e mentais. Ou melhor, muitas pessoas “não veem o trabalho que desenvolvem ou o emprego que ocupam como uma boa definição de si mesmos” (DUBAR, 2012, p. 1). No entanto, ao mesmo tempo em que faz a colocação acima acerca do sentido negativo do trabalho, o autor chama a atenção para o fato de que há muito tempo determinadas atividades que proporcionam renda não são associadas a priori a essa definição “negativa”, nem por aqueles que as exercem nem por outros.

Essas atividades qualificadas de profissionais, são produtoras de obras, quer se trate de artes, artesanato, ciências ou outras atividades criadoras de si, ou produtos de serviços úteis a outro (médicos, jurídicos, educativos). Elas dão um sentido à existência individual e organizam a vida de coletivos. (DUBAR, 2012, p. 1-2).

Para o autor, mesmo que essas atividades sejam denominadas de ofícios, profissões ou vocações, guardam uma dimensão simbólica em termos de realização de si e de reconhecimento profissional, pois são munidas de um nome coletivo, oportunizando àqueles que as exercem identificar-se com o seu trabalho e serem reconhecidos. Apesar dessa colocação, Dubar (2012) esclarece que existe uma divisão de opiniões entre os sociólogos acerca da questão do reconhecimento de todas as atividades de trabalho como profissionais, ou seja, existem os seguintes questionamentos:

[...] todas as atividades de trabalho podem se tornar profissionais ou esse termo deve ser reservado a algumas delas? Em outras palavras, é a natureza da atividade que a torna “profissional” ou é sua organização, sua remuneração, sua “construção social”? (DUBAR, 2012, p. 2).

Para Popkewitz (1997, p. 38 apud MELLO; VALLE, 2013, p. 89), a utilização da palavra “profissão”

Não implica a existência de uma definição fixa ou universal, independente do tempo e do lugar. Bem pelo contrário, profissão é uma palavra de construção social, cujo conceito muda em função das condições sociais em que as pessoas a utilizam.

O mesmo teórico refere que não pode haver “unanimidade quanto a um significado universal da palavra profissão” (POPKEWITZ, 1997, p. 38 apud MELLO; VALLE, 2013, p. 89). Segundo Bonelli e Donatoni (1996, p. 111),

A bibliografia anglo-saxã sobre o tema utiliza o termo profissão para referir-se àquelas atividades ocupacionais que requerem um título superior para o seu desempenho. Nos países onde predomina essa cultura, a palavra profissão destina-se a identificar aqueles que possuem um diploma superior e o usam para a obtenção de posições no mercado de trabalho. Quem não tem esse título trabalha em atividades que não envolvem o conhecimento superior, possuindo, portanto, uma ocupação.

Para os interacionistas, dentre os quais Dubar (2012), a questão da profissionalização é definida como um processo geral, e não reservado a determinadas atividades, a partir do pressuposto de que todo o trabalhador deseja ser reconhecido e protegido por um estatuto e da constatação de que toda ocupação se inclina à organização e à luta para se tornar profissão. Ou seja, especialmente os interacionistas da Escola de Chicago contestam a tese funcionalista (CARVALHO; BORGES; RÊGO, 2010; CARVALHO, 2010), que reconhece como profissionais uma minoria de trabalhadores organizados em profissões e beneficiados por uma legislação que consentem que suas associações detenham o monopólio de sua certificação e formação. Com base nesse entendimento, as atividades realizadas na agricultura e na reciclagem pelos sujeitos desta pesquisa são reconhecidas pelos interacionistas como profissão. Dubar (2012, p. 358) entende a socialização profissional como

Processo muito geral que conecta permanentemente situações e percursos, tarefas a realizar e perspectivas a seguir, relações com outros e consigo (self), concebido como um processo em construção permanente. É por esse e nesse “drama social do trabalho” que se estruturam mundos do trabalho e que se definem os indivíduos por seu trabalho.

Para os interacionistas não há, portanto, ruptura entre profissionais e não profissionais, o que ocorre é que determinadas atividades são excluídas ou certos trabalhos são reservados a pessoas que fazem trabalhos pesados, por exemplo.

Do mesmo modo que se reproduzem posições na divisão do trabalho (classes sociais), perpetuam-se as discriminações de sexo, gênero e etnia (DUBAR, 2012).

Para tentar clarear a sua compreensão acerca da construção de si pela atividade de trabalho, no qual está presente o processo de socialização profissional, Dubar (2012) elucida alguns pontos críticos com relação ao lugar e ao sentido do trabalho na sociedade contemporânea.

O primeiro ponto, já referido em parte, está relacionado ao fato de que a socialização profissional não é exclusiva de algumas pessoas que exercem atividades de prestígio às quais se deve reservar o título de “profissão”, mas diz respeito a todos, desde que estes trabalhos sejam organizados, definidos como ofícios, ou melhor, atividades que requerem competências que possam ser certificadas. Ressalta-se que a formação é diferente da instrução passada na escola, “trata-se de aprender por e nesse trabalho, que deve ser de qualidade, ou seja, deve possibilitar um engajamento subjetivo (*commitment*) da pessoa em questão e, com isso, abrir um futuro para ela” (DUBAR, 2012 p. 364, grifo do autor).

O segundo ponto relaciona-se à aprendizagem profissional, que dura toda a vida ativa, e não é mais reservada à fase da infância. Sob características da atual sociedade, na qual especialmente as tecnologias se renovam num ritmo crescente, são necessárias uma formação e uma aprendizagem contínuas. O terceiro ponto é a compreensão cada vez maior de que em determinadas condições de organização dos empregos e das formações “o trabalho pode ser formador, fonte de experiências, de novas competências, de aprendizagens para o futuro” (DUBAR, 2012, p. 365). Ao mesmo tempo em que o autor faz a afirmação de que todo trabalho deveria ser formador, reconhece que esta condição está longe de ser o caso no estado atual da divisão capitalista do trabalho no mundo.

Bendassoli (2007), ao discutir a situação contemporânea do trabalho, especialmente sua ambiguidade e fragmentação, faz referência à existência de vários *ethos* ou pequenas narrativas do trabalho na atualidade e que nenhum deles esgota a questão do seu sentido. Contrariamente, a coexistência desses vários *ethos*, associada a um enfraquecimento institucional, segundo o autor, leva à emergência de um fenômeno que ele denomina de

insegurança ontológica²⁷, que é descrito por ele como:

Fruto de uma dificuldade de os indivíduos construírem uma narrativa identitária compatível com um ambiente social caótico e inseguro no qual há intensas apelações à ação individual sem assistência (quer dizer, o indivíduo é obrigado a agir praticamente sozinho). (BENDASSOLI, 2007, p. 29).

Segundo o autor, há uma desmontagem ou enfraquecimento do trabalho na segunda metade do século vinte. Essa desmontagem é possível de ser percebida na pluralidade de sentidos e na posição ambígua do trabalho na atualidade, particularmente na sua associação com a identidade. A presunção do autor é de que, na medida em que suas bases são abaladas, diminuem as chances de o trabalho ser forma privilegiada de os indivíduos descreverem-se a si mesmos (BENDASSOLI, 2007). Os motivos que fazem as chances diminuírem são, primeiramente, porque o trabalho objetivamente mudou e, segundo, porque os processos de construção de identidade também mudaram, ou seja, “em outras épocas, elas devem ser construídas na ausência de “outros fortes”, ou seja, privadas de certezas definitivas – por exemplo, as certezas que haviam em torno do trabalho” (BENDASSOLI, 2007, p. 214).

A discussão sobre o sentido do trabalho é abordada pelo autor na perspectiva da narrativa identitária. Ele sugere que o trabalho na modernidade se apresentava por meio de uma metanarrativa pública que alinhava indivíduos e instituições. Na condição de metanarrativa, desempenhava, por sua vez, um papel central nas narrativas identitárias, fazendo-as dela depender.

Porém, na pós-modernidade, a partir do amplo questionamento ao projeto moderno do sujeito e sua metanarrativa, o trabalho se transforma em “uma narrativa entre outras, seu elo com a identidade é enfraquecido, embora não desaparecido” (BENDASSOLI, 2007, p. 233). Para o autor:

Na medida em que a sustentação do trabalho por instituições sociais torna-se dúbia, ou seja, na medida em que sua dimensão objetiva é enfraquecida, tornando seus arranjos ambíguos e frequentemente contraditórios, a coexistência de cada um desses ethos leva a uma privatização da experiência com o trabalho: os indivíduos têm acesso apenas a narrativas sobre o valor e o sentido do trabalho dependendo

²⁷ Esclarece o autor que o conceito de insegurança ontológica é utilizado para fazer referência à identidade em sua conexão com o trabalho. Não se trata da insegurança em sentido psíquico estritamente, com repercussões clínicas. A metáfora é utilizada para analisar um processo social que dificulta o senso de segurança pessoal no que se refere à experiência subjetiva com o trabalho (BENDASSOLI, 2007).

do contato singular que estabelecem com um ou mais desses *ethos* e das situações práticas a que são chamados a justificar. (BENDASSOLI, 2007, p. 216).

Além disso, segundo o autor, o que esses vários *ethos* demonstram é que existe um desalinhamento entre instituições sociais e expectativas sociais e individuais com relação ao trabalho (BENDASSOLI, 2007). O que ele quer dizer é que, atualmente, os *ethos* ou as pequenas narrativas não compartilham de uma realidade institucional, social e individual integrada. Assim,

As empresas não garantem mais o emprego estável; o Estado vê reduzida sua margem de manobra nas políticas de inserção via trabalho; as escolas educam mais vezes para o desemprego; as práticas culturais pós modernas insistem na ausência de fundamentos últimos para identidade, de tal maneira que outras preocupações vêm ocupando o lugar deixado aberto para o trabalho, por exemplo: as envolvidas com o consumo, lazer e entretenimento, as novas formas de relacionamento, os cuidados com a saúde e o corpo entre outras. (BENDASSOLI, 2007, p. 216).

Ambiguidade é o resultado dessa situação acima citada, ou seja, ao mesmo tempo em que existe uma pluralidade de sentidos para o trabalho, existem também divergências e tensões entre os diversos *ethos*. Tais *ethos* não são mantidos pelas mesmas instituições, cabendo ao indivíduo o papel de circular por eles com as ambiguidades daí resultantes.

A conexão identidade-trabalho tem sofrido importantes transformações. O autor quer dizer, enfim, que o sentido moderno do trabalho na condição de metanarrativa pública, na qual se agregavam fidedignamente trabalho e identidade, está decomposto em vários *ethos*, cada um defendendo uma visão particular acerca do que é trabalho e das motivações para trabalhar e qual a repercussão disso sobre a construção da identidade (BENDASSOLI, 2007).

São cinco as narrativas públicas sobre o sentido e valor do trabalho na atualidade: os *ethos* moral-disciplinar, romântico-expressivo, liberal, consumista e gerencialista.

O *ethos* moral-disciplinar é marcado pelo caráter reprodutivo e o sentido social do trabalho. Há uma separação entre prazer e trabalho, sendo que este último está relacionado ao dever, responsabilidade, ou seja, como uma representação pública, um papel social que atende e responde às expectativas alheias. Com relação à identidade, segundo Bendassoli (2007, p. 236, grifo do autor):

Vemos duas possibilidades neste *ethos*: primeira, a identidade não está associada ao trabalho, não no sentido de identidade íntima, o verdadeiro eu do indivíduo. Mas o trabalho é um papel social que deve ser cumprido e, nesse sentido, o indivíduo que o realiza aparece aos olhos dos demais como um bom homem ou uma boa mulher que está fazendo nada mais do que sua obrigação.

No *ethos* romântico-expressivo o destaque está na dimensão pericial do trabalho, ou melhor, naquilo que alguém domina e executa com maestria. A principal característica deste *ethos* é sua ênfase no trabalho como fim em si, com ênfase no trabalho como reconhecimento pela maestria com que uma obra ou atividades são realizadas, e não através do reconhecimento intrínseco na forma de salário, prestígio, status ou capacidade de consumo. O prazer é inegavelmente importante no *ethos* romântico-expressivo em função de que o trabalho é visto como criação. Com relação à identidade, “o trabalho é importante para a definição da identidade na medida em que ele é, por assim dizer, a identidade-em-construção, em plena atividade” (BENDASSOLI, 2007, p. 237).

O terceiro *ethos*, denominado de instrumental, realça a dimensão liberal, a sua característica de emprego. O trabalho é visto como uma troca, submetido à lógica capitalista de eficiência e produtividade, e o que estaria em jogo é o valor social do trabalho. Este *ethos* não se relaciona a uma centralidade psicológica do trabalho ou ao fato de o trabalho representar a personalidade dos sujeitos ou sua identidade. Trata-se de uma centralidade econômica “de medo de ser inútil economicamente numa sociedade que coloca seus ideais identificatórios na capacidade de consumir” (BENDASSOLI, 2007, p. 242).

O *ethos* consumista é aquele em que o trabalho se apresenta como um meio para obter satisfação. A ética do prazer é a base deste *ethos*, e as frustrações, por menores que sejam, seriam suficientes para abalar a estrutura do indivíduo. A ética do prazer e a paranoia de satisfação apresentam-se como padrões de medida através dos quais o indivíduo decide sobre sua carreira. A constituição da identidade decorre do quanto tal trabalho agrega de prazer, isto é, “terá mais chances de expressar a identidade aquele trabalho menos conflitivo e exigente em termos de renúncias e necessidade de adiamentos” (BENDASSOLI, 2007, p. 246). Outra característica é que a identidade neste *ethos* é considerada num âmbito de consumo, ou seja, “assume-se uma identidade dependendo do quanto ela traga de visibilidade, status e prestígio, bem como de coerência com os ideais identificatórios do sujeito

(ideais de consumo)” (BENDASSOLI, 2007, p. 247). O prazer, neste *ethos*, está em realizar alguma coisa por si mesmo e não para o outro.

O último *ethos* descrito pelo autor é o gerencialista, que está intimamente relacionado aos discursos do campo da gestão empresarial. Este *ethos* foca-se, maiormente, nas características individuais do profissional. É um *ethos* basicamente caracterizado pelos princípios do gerencialismo e está associado à cultura do empreendedorismo e à ideia de que a empresa deve se alicerçar basicamente no capital social, humano e intelectual. Ou seja, existe uma dependência atribuída de forma bastante importante aos próprios indivíduos que compõem determinado espaço de trabalho (BENDASSOLI, 2007).

Bendassoli (2007) refere que tais *ethos* têm o papel de atuar como redes de crenças acerca do valor e do sentido do trabalho, que se apresentam como vocabulários nos quais as narrativas identitárias podem se alicerçar. Dessa forma, o autor quer dizer que

O princípio é que uma identidade se constitui por referência ao outro, quer dizer, às narrativas sustentadas socialmente. Mas, ocorre que a sustentação desses *ethos* é hoje levada a cabo em um contexto de rareamento institucional. Um *ethos*, um vocabulário, não é mantido no vácuo; ele depende de um enquadramento institucional que, por definição, normatiza, estabiliza e legitima seu conteúdo. (BENDASSOLI, 2007, p. 258, grifo do autor).

A partir dessa colocação, Bendassoli entende que a modernidade se estabeleceu objetivando e formalizando ideias.

É importante ressaltar que o autor adverte que qualquer um dos cinco *ethos* seria incapaz de precisar a verdade absoluta acerca da identidade do indivíduo. Eles, ou melhor, cada um dos *ethos*, ao agir como narrativa, oferece uma determinada rede de crenças e desejos mais ou menos coerentes com a imagem que o indivíduo faz de si próprio.

A identidade relacionada ao trabalho, independentemente da denominação adotada, é parte da identidade social dos sujeitos, conforme já referido. A mesma é influenciada por inúmeros aspectos relacionados às características específicas de cada atividade laboral, assim como o seu processo evolutivo na sociedade. Desse modo, a seguir, procurar-se-á apresentar alguns elementos acerca dos resíduos sólidos enquanto atividade laboral na sociedade.

4 O LUGAR QUE OS RESÍDUOS SÓLIDOS OCUPAM NA SOCIEDADE

Neste capítulo, procuramos explorar a posição que, atualmente, os resíduos sólidos, denominados popularmente de “lixo”, ocupam na sociedade capitalista brasileira. Para isso, buscou-se resgatar brevemente elementos históricos sobre a relação dos indivíduos e da sociedade em geral com o lixo, bem como os avanços e desafios relacionados à sua destinação e ao seu processamento atualmente.

A intenção é de que a abordagem do tema venha subsidiar a análise empírica da tese no que se refere ao processo de identificação, relacionado à atividade laboral dos sujeitos entrevistados na área da reciclagem na Copercicla. Salienta-se que o conteúdo do capítulo assume um caráter mais informativo do que reflexivo.

4.1 AS REPRESENTAÇÕES E O ESTIGMA DO “LIXO”

O conceito de lixo sob o significado atual de “resíduos sólidos” pode ser considerado recente. A exaustão sanitária do planeta, especialmente nos últimos tempos, levou ao surgimento de uma concepção mais reduzida do que é caracterizado como resíduos sólidos, desvinculando-os do conceito de dejetos – até o século passado eles eram relacionados unicamente à sujidade e imundícia. Uma forma como essas relações podem ser observadas encontra-se na leitura das descrições referenciadas no estudo de Eigenheer (2003, p. 90), citadas a seguir:

Lixo. s.m. O que se varre da casa e em geral tudo o que não presta e se deita fora; cisco; imundice; escória; ralé (LIMA, HILDEBRANDO, [s.d]).

Lixo. s.m. 1. Tudo que é varrido para tornar limpa uma casa ou qualquer objeto. 2. Imundícias que vão estrumar terras. 3. Sobras de cozinha que se deitam fora. 4. Sujidade. 5. Farm. Ant. Excremento. 6. Escória, ralé. 7. Cousas inúteis (Freire, 1957).

Observa-se que algumas palavras utilizadas para caracterizar “lixo”, no passado, atualmente são menos utilizadas, a exemplo da palavra “imundícia”, que nos remete à noção de impureza e pecado e que, na tradição judaico-cristã, segundo Eigenheer (2003), remete à morte espiritual ou física.

As origens etimológicas e variações de significado trazem pistas semânticas ao termo ao longo da história. Tais significados deixam claro o que comumente se

entendia por “lixo”, ou seja, “algo que deve ser afastado (já que não se pode evita-lo!), e que sua proximidade não deixa de representar perigo, não tanto pela saúde/contaminação, mas, sobretudo no sentido simbólico” Eigenheer (2003, p. 95).

Eigenheer (2003), ao analisar a semântica negativa do “lixo”, relaciona-o com a morte. Dessa forma, diz que:

Assim, se o lixo em nossa tradição nos faz lembrar e nos remete à morte, e se, por outro lado, nos esforçamos por esquecer a fugacidade da vida, é de se entender que se escamoteie não só ele como outros aspectos da vida que possam ter a mesma função. Logo, não só o lixo, mas doentes, velhos, miseráveis, inválidos, áreas decadentes, merecem ser igualmente encarados como indesejáveis. Assim como o não enfrentamento da questão da morte não a elimina de nossas vidas, o não querer tomar o lixo como presença decorrente do viver, não nos ajuda a tornar mais adequada nossa convivência com ele. (EIGENHEER, 2003, p. 17).

Segundo o autor, o lixo, ao nos remeter às nossas degenerescências (do próprio corpo e da nossa produção), por ser considerado algo indesejado e sem valor, é mantido afastado, assim como outros aspectos que nos levam ao mesmo pensamento, tais como os doentes, velhos, inválidos entre outros (Eigenheer, 2003).

Independente do significado da palavra, o certo é que o ser humano, ao longo da história, em suas atividades, sempre gerou resíduos. No entanto, é preciso reconhecer que, anteriormente à Segunda Guerra Mundial, os resíduos apresentavam outras características, eram de composição mais simples, fundamentalmente orgânica, e a sua destinação e decomposição eram, portanto, mais fáceis.

Segundo Machado e Casadei (2008), na Pré-História (8000 a. C), os homens eram nomades, caçavam, comiam frutas e mudavam de lugares. O “lixo” era todo reaproveitado pela natureza, portanto, não causava danos a ela. Na Mesopotâmia (2500 a. C), o “lixo” produzido pelos sumérios era enterrado por eles. Os resíduos eram desenterrados e a matéria orgânica decomposta era utilizada como fertilizante no cultivo de cereais. No período de 500 a.C., foi criado o primeiro depósito de “lixo” em Atenas, na Grécia. Na Roma Antiga (150 a.C.), a fim de resolver o problema causado por insetos e ratos que apareciam nos lixos, os romanos começaram a abrir valas para enterrá-los. Na Idade Média (século XV), epidemias foram provocadas pelo acúmulo de “lixo”, como cólera, febre tifoide e peste negra, aumentando, naquela época significativamente o índice de mortes no continente europeu. No século XIX, os primeiros serviços de coleta de “lixo” surgiram. Com a Revolução Industrial, muitos

materiais foram produzidos mecanicamente, e a ideia de consumo aumentou. Data do ano de 1874, na cidade de Nottingham (Inglaterra), o surgimento das primeiras incineradoras que queimavam continuamente o “lixo”, produziam vapor e geravam energia.

O século XX pode se dizer que foi um século de muitos extremos, uma época em que as atenções voltaram-se para a produção e o consumo e pouco para as consequências dessas aquisições.

Após a Revolução Industrial, período fundamental para a consagração da economia capitalista pautada na lógica do crescimento ilimitado da produção e do consumo, a capacidade da humanidade de intervir na natureza dá um salto enorme e, até hoje, continua aumentando de tal forma que não respeita os limites ambientais globais, inclusive em relação à capacidade do planeta de absorver os resíduos sólidos produzidos. (VIRGOLIN, 2012, p. 58).

Com o desenvolvimento do capitalismo e a alteração das relações de consumo, modifica-se a composição do “lixo” – em termos não só da composição de novos tipos de materiais, como também de volume, cada vez mais crescente, de resíduos sendo descartados. Na segunda metade do século XX, informações novas chegaram à comunidade mundial. O aumento gradativo do buraco de ozônio e do aquecimento global provocados pela emissão de gases poluentes passaram a compor o resultado de estudos e análises sobre o meio ambiente. Tais resultados chamaram a atenção da humanidade sobre a questão da geração e do destino do “lixo”, ou seja, sobre a necessidade de não olhar somente para o que se produzia, mas para o que acontecia depois, quando não precisávamos mais do que produzíamos.

Mundialmente, a partir de então, o tema passou a receber, não sem dificuldades, um novo enfoque: reduzir, reutilizar e reciclar. Os 3Rs, quando colocados em prática, trazem contribuições para a diminuição da exploração dos recursos naturais; a redução do consumo de energia; a diminuição da poluição do solo, da água e do ar; o prolongamento da vida útil dos aterros sanitários; a diminuição do desperdício; a diminuição dos custos da produção, com o reaproveitamento dos recicláveis pelas indústrias; a diminuição dos gastos com a limpeza urbana; a ampliação da criatividade e da possibilidade de fazer arte; a criação de oportunidade de fortalecer as organizações associativas e comunitárias; a geração de trabalho e renda (MACHADO; CASADEI, 2008) – a exemplo da Copercicla.

No século XXI, o desenvolvimento da humanidade ao lado do aumento desenfreado do consumo e do uso de materiais não biodegradáveis, eletrônicos e nucleares contribuíram ainda mais para o aumento do “lixo”. O consumo passa a ter papel importante nos processos identitários, orientando o ambiente social, marcadamente caracterizado pelo que pode ser considerado como uma “síndrome consumista” (Bauman, 2005). Nesse contexto, o “lixo” tem papel especial por ser resultado final de toda e qualquer ação de consumo; descartar o que se tornou obsoleto é medida de prazer, é garantia de estar fora do lugar onde a maioria tem medo de estar (Bauman, 2005).

Bauman (2005) chama a atenção para o fato de que uma sociedade do consumo, que enfatiza o conforto, o esforço mínimo e a busca incessante de sensações prazerosas não estimula seus integrantes (os consumidores) a realizarem o serviço sujo vinculado ao lixo produzido diariamente. Afinal, o transtorno gerado pelo lixo não combina com o consumidor. Aqueles que tem um convívio com o lixo, que não se dá através da prática do próprio consumo, e, sim, das “sobras” deste, são rejeitados socialmente. Principalmente no passado, esses trabalhadores eram tratados como se fossem um inconveniente, um estorvo a ser afastado.

Por isso, o lixo tende a ser considerado o lugar dos excluídos, dos que possuem identidades sociais deterioradas por influência dos estigmas, que representam algo negativo na sociedade (GOFFMAN, 1985). Ressalta-se que o termo estigma, segundo o autor, originou-se com os gregos e refere-se aos significados sociais originários de interações e construções sociais. A sociedade determina como as pessoas devem ser e torna esse dever como algo natural/normal. Porém, o diferente, o “estranho” em meio a essa normalidade, não passa sem ser percebido, pois lhe são outorgados atributos que o tornam diferente. Na sociedade atual, pode-se dizer que o indivíduo estigmatizado é aquele cuja identidade social contém algum atributo que não atende às expectativas de normalidade.

Garis, varredores de rua, selecionadores e catadores de materiais recicláveis são os trabalhadores diretamente relacionados ao “lixo”. Especialmente estes últimos são pessoas vistas, conforme referem Barros e Pinto (2008, p. 65- 66):

Como não-cidadãs, uma vez que desnecessárias ao sistema: não produzem, não consomem e ainda são estigmatizadas pelo fato de que a marginalidade e a precariedade de suas condições de vida são muitas vezes interpretadas como resultantes de uma vontade individual de não trabalhar, e não como uma imposição do sistema produtivo, cada vez mais seletivo e excludente.

Elementos próprios e característicos do trabalho com resíduos também são alvos de receio e preconceitos pela sociedade em geral. São eles: o cheiro, a presença de vetores que encontram no “lixo” ambiente propício para proliferação, o aspecto do ambiente onde são acondicionados os resíduos e as roupas ou uniformes dos trabalhadores que, devido ao manuseio dos resíduos, poderá apresentar aspecto de sujeira.

Assim, Fraga (2007) refere que a posição social de todos os sujeitos que trabalham com o “lixo”, sejam eles catadores, selecionadores, garis, sanitaristas, entre outros, não está relacionada unicamente à sua condição econômica/financeira, e, sim, é reforçada por um conjunto de atos simbólicos e classificações que os levam até esse “lugar” de desprestígio, discriminação e preconceito.

Ocorre, porém, que, atualmente, tem-se estabelecido com esse lugar (do “lixo”), marcado pela rejeição e pelo estigma, uma outra relação: apesar das dificuldades e de ser ainda incipiente, o espaço do lixo tem se apresentado como possibilidade de trabalho e renda para aqueles que, por motivos diversos, não encontram inserção no mercado de trabalho formal.

Governos, instituições e os próprios trabalhadores passaram a discutir o tema dos resíduos na busca de respostas de o que fazer com eles e como tratá-los. Tal “mudança” pode ser explicada, inicialmente, pela transformação que a questão ambiental passou, sobretudo no início deste século. A questão ambiental é pautada como o grande desafio a ser enfrentado, é apontada a necessidade de alteração de paradigma sobre a ideia de desenvolvimento no enfrentamento dessa questão que envolve a problemática dos resíduos em nível mundial.

Em consequência, a reciclagem ganha mais espaço e os produtos oriundos desse processo adquirem maior valor econômico e social. Uma medida importante, mesmo que esta ainda não tenha a capacidade de alterar o quadro de estigma daqueles que trabalham com o descarte, foi o reconhecimento da necessidade de uma definição a ser empregada ao termo “resíduos sólidos”, especialmente no meio técnico-científico.

A NBR 10004/2004 traz essa definição técnica e mais completa do que vêm a ser os resíduos sólidos²⁸:

Resíduos nos estados sólido e semi-sólido, que resultam de atividades da comunidade de origem: industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis, em face à melhor tecnologia disponível. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 3).

A partir disso, as atividades dos trabalhadores relacionadas ao início da cadeia da reciclagem, sejam nas funções de catadores ou apenas selecionadores, passam a ser um pouco mais valorizadas – o que não é garantia de reconhecimento e transformação das relações de trabalho nesse ramo de atividade – e outros aspectos também tornam-se importantes, como será descrito a seguir.

A organização de associações ou cooperativas, a exemplo da Copercicla situa-se entre esses aspectos. A organização coletiva determina a necessidade de realização de mudanças para o reconhecimento do papel social da atividade laboral. Fazer parte de algum movimento associativo constrói uma identidade política, assim como cria sociabilidades fundadas na solidariedade e na existência de um projeto partilhado de transformação das relações de opressão, estigma e exploração que pairava envolto nas atividades de seleção e catação de resíduos antes dos processos organizativos dos trabalhadores.

A inter-relação entre trabalhadores da reciclagem mais conscientes, grupos ou organizações do terceiro setor comprometidas, pessoas mais responsáveis e um poder público envolvido são elementares para que as representações negativas em torno dos materiais recicláveis e dos trabalhadores com eles envolvidos sejam definitivamente superadas (BARROS; PINTO, 2008). A seguir, tentaremos traçar brevemente um panorama sobre a situação dos resíduos sólidos no Brasil.

²⁸ Observa-se que existem diversas formas de classificar os diversos tipos de resíduos sólidos existentes. Algumas delas são conflitantes, porém, a maioria caminha para o senso comum, sofrendo poucas alterações em decorrência de conceitos próprios de autores diversos. As classificações mais usuais são: secos, molhados, orgânicos e inorgânicos. Com relação à origem dos resíduos, as informações e detalhes técnicos estão contidos na NBR – 10004, da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. A norma trata da classificação de uma forma ampla, dividindo-os em perigosos, não perigosos, não inertes e inertes, classes I, II, II A e II B, respectivamente.

4.2 PANORAMA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

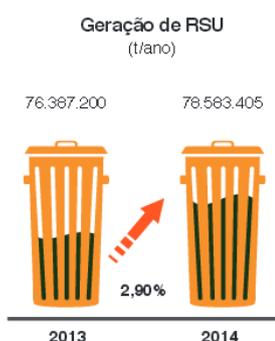
O aumento da quantidade de resíduos nas grandes cidades é resultado de dois processos relativamente recentes, que ocorreram simultaneamente: a industrialização e a urbanização, principalmente a partir do século XIX, como já referido nesta tese.

Segundo previsões da Organização das Nações Unidas (ONU), se considerarmos o atual ritmo de crescimento que demonstra que, nas últimas quatro décadas, a geração de resíduos aumentou três vezes mais que a população, em 2050 (dois mil e cinquenta), serão produzidas quatro bilhões de toneladas de resíduos por ano (SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO ESTADO, 2014a).

Atualmente, são produzidos, por ano, 1,4 bilhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos por cerca de sete bilhões de pessoas, o que corresponde a uma média de 1,2 kg por dia per capita. Um relatório do Banco Mundial aponta que, nos países mais ricos, o índice per capita de geração de lixo aumentou 14% desde 1990 e 35% desde 1980. Essas taxas cresceram numa velocidade ligeiramente menor ao aumento do Produto Interno Bruto (PIB) (SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO ESTADO, 2014a).

No Brasil, dados de 2014 demonstram que a geração total de resíduos sólidos urbanos foi de 78,6 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 2,9% de um ano para outro, índice superior à taxa de crescimento populacional no País no período, que foi de 0,9% (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS, 2014), como ilustra a figura 9.

Figura 9 – Geração de RSU entre 2013 e 2014



Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (2014, p. 28).

Atualmente, no País, a estimativa é de que cada pessoa produza um pouco mais de um quilo de lixo por dia, o que fica um pouco abaixo da média mundial. Em nível mundial, o Brasil, pelo tamanho, é o terceiro maior produtor de resíduos sólidos.

A quantidade de resíduos sólidos produzidos pelas populações relaciona-se não só com o nível de riqueza, refletido na capacidade econômica para consumir, mas também com os valores e hábitos de vida, determinantes do grau de disposição para a realização do consumo. No Brasil, a desigualdade social e o crescimento desordenado das cidades, ao lado de outros problemas, não contribuíram para o desenvolvimento de uma cultura que dê um melhor tratamento aos seus resíduos sólidos, isso desde o consumidor até o poder público.

No País, foi na década de 1990 que foram mobilizadas prioridades na gestão de resíduos sólidos. A Conferência Rio 92 e a consolidação dos compromissos assumidos através da Agenda 21, escrita na ocasião, foram de fundamental importância para disparar o processo de atenção e preocupação com a gestão dos resíduos sólidos no Brasil. No documento, 179 países fixaram um acordo sobre a questão ambiental. A redução e a produção de resíduos na fonte geradora e o envio aos aterros e lixões, por meio da implantação de programas de coleta seletiva²⁹, bem como o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, passaram a fazer parte das bandeiras dos movimentos sociais e do setor público (VIRGOLIN, 2012).

Ribeiro et al. (2008, p. 11) apontam inúmeras motivações que contribuíram para esta nova realidade, sendo que uma das principais foi o retorno das eleições diretas na década de 1980, quando se abriu espaço para novas propostas de gestão municipal, firmadas na valorização da participação e mobilização social, na inclusão de temas socioambientais, assim como no reconhecimento dos catadores ou coletores e selecionadores como um dos atores centrais de um programa compartilhado de gestão dos resíduos. A criação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) é um dos principais resultados da mobilização dessa época e foi a responsável pela atividade de catação ser

²⁹ Refere-se à coleta de resíduos sólidos previamente separados, de acordo com a sua constituição e composição, devendo ser implementada por municípios como forma de encaminhar as ações destinadas ao atendimento do princípio da hierarquia na gestão de resíduos. A coleta seletiva foi definida na Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

reconhecida pelo Ministério do Trabalho e incorporada ao Código Brasileiro de Ocupações.

Em 2010, como resultado de um debate que levou cerca de vinte anos no Congresso Nacional, foi aprovada a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS – Lei Federal nº 12.305/2010). A legislação estabelece, entre outros pontos, a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e o sistema de logística reversa, ou seja, a responsabilidade pós-consumo do setor produtivo (BRASIL, 2010). Outros pontos importantes da Lei que merecem destaque são: a) União, Estados e Municípios terão que fazer diagnósticos, elaborar e desenvolver planos para o tratamento de resíduos, com atuação complementar; b) o incentivo à soluções intermunicipais como consórcios economicamente viáveis e sustentáveis; c) a previsão de incentivos fiscais para as cooperativas de catadores e a indústria da reciclagem; d) linhas de financiamento federal devem fomentar estruturas de coleta de lixo e tratamento nas cidades; e) para a contratação de cooperativas pelos municípios para a prestação de serviço de coleta seletiva é dispensado processo licitatório; f) indústrias e os setores de mineração, construção civil, transporte, saneamento básico e saúde e outros que gerem resíduos perigosos devem elaborar plano de gerenciamento de resíduos; g) o rejeito inerte deverá ser disposto em aterros de forma que evitem danos à saúde e reduzam o dano ambiental; h) produtos reciclados e recicláveis deverão ter prioridade nas compras do governo; i) a proibição do lançamento de resíduos sólidos e rejeitos a céu aberto³⁰ (exceto resíduos de mineração) em terrenos, rios, córregos, mares e lagos; j) importadores, fabricantes, distribuidores e comerciantes de agrotóxicos, pilhas, baterias, pneus, óleos lubrificantes, produtos eletrônicos e de lâmpadas fluorescentes a vapor de sódio ou mercúrio e mista terão de estruturar sistema de logística reversa para recuperar produtos.

Com relação ao último ponto, cabe ressaltar que a PNRS determinou o prazo de 02 de agosto de 2014 para o término dos lixões, porém, atualmente, o que se verifica é que a referida Lei não conseguiu modificar a realidade de muitas cidades brasileiras, conforme poderá ser observado nos dados abaixo, que ilustram a

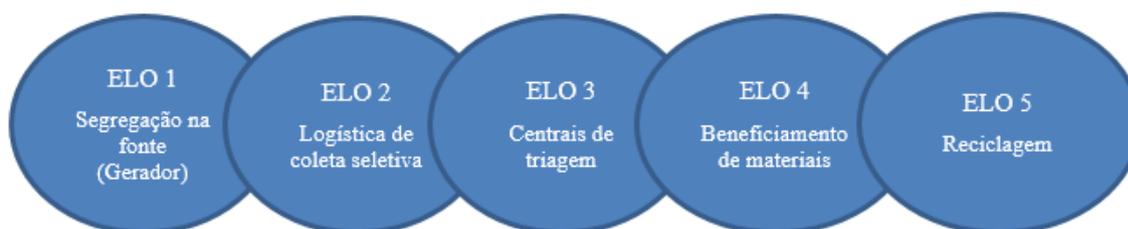
³⁰ A Lei 12.305 determinou o prazo de 02 de agosto de 2014 para o término dos lixões. Porém, a legislação ainda é ignorada neste aspecto.

realidade acerca dos processos da cadeia da reciclagem dos resíduos, especialmente a partir da implantação de programas de coleta seletiva.

4.2.1 Os processos de reciclagem

A reciclagem é “um conjunto de operações interligadas cuja finalidade é a reintrodução dos materiais recicláveis nos processos produtivos. Uma vez submetidos a elas, passam a ser insumos para a produção de novos produtos” Pinhel, (2013, p. 23-24) . Esses procedimentos são considerados etapas ou elos da cadeia produtiva da reciclagem na qual ocorre o processamento de resíduos de outras cadeias e podem ser representados pela ilustração esquemática abaixo:

Figura 10 – Cadeia produtiva da reciclagem



Fonte: Adaptado de PINHEL (2013, p. 24).

O primeiro elo da cadeia refere-se à segregação dos resíduos que é realizada, em geral, pelos mesmos agentes que a produziram. Na indústria, refere-se aos rejeitos da produção em condições de aproveitamento separados e utilizados parcialmente no próprio processo produtivo. No âmbito doméstico, refere-se à separação dos resíduos recicláveis secos dos úmidos (PINHEL, 2013).

A coleta seletiva pode ser considerada o segundo elo do processo de reutilização dos resíduos, e a sociedade é o primeiro grupo de agentes (trabalhadores organizados ou não, empresas privadas de coleta seletiva e as prefeituras) que pode, eventualmente estar envolvido no contexto. Nessa etapa, ocorre o recolhimento dos materiais, totalmente ou parcialmente separados, nos locais e o envio para as operações de triagem ou às unidades de beneficiamento (PINHEL, 2013).

O terceiro elo refere-se à triagem e à classificação dos resíduos, correspondendo ao processo que envolve a separação inicial, a separação mais

minuciosa, a prensagem e o enfardamento dos resíduos. Os agentes principais são os trabalhadores organizados (normalmente catadores e/ou selecionadores), os aparistas e os sucateiros (compradores intermediários entre os catadores e indústria). A destinação dos resíduos triados pode seguir caminhos variados, como a compostagem (para os orgânicos), a reciclagem (para os plásticos, metais, vidros) e a geração de energia (através da incineração³¹) (GAMEIRO, 2011).

As operações de beneficiamento referem-se ao quarto elo da cadeia, na qual ocorrem procedimentos específicos para cada tipo de material, transformando-os em insumos novos para a indústria. As partes envolvidas nesta etapa normalmente são as empresas e alguns grupos de trabalhadores em estágio de organização mais avançado.

O último elo diz respeito à reciclagem. Nesta fase, os produtos oriundos das etapas anteriores são utilizados como insumos em atividades industriais que utilizam materiais recicláveis como matérias-primas virgens. As empresas são as maiores envolvidas com esta etapa, sendo poucas as organizações de trabalhadores participantes.

Ressalta-se que os modelos de parceria adotados nas experiências dos estados do Brasil variam conforme as diferentes realidades locais. Normalmente, as parcerias com os grupos organizados têm ocorrido através da cedência de imóveis, equipamentos (prensas, empilhadeiras, esteiras, balanças) pelo poder público para a instalação de galpões³² para a realização da triagem dos resíduos coletados. Ou, ainda, os grupos contam com apoio financeiro de instituições públicas e privadas que apoiam projetos sociais.

Essas parcerias com as organizações (associações ou cooperativas) abarcam grupos variados, constituídos por catadores de rua, ex-catadores de lixões, desempregados e associações organizadas de bairros ou moradores.

³¹ A incineração de resíduos corresponde à queima destes através de um processo técnico que resulta na geração de energia, porém, no Brasil, isto ainda não ocorre. Não obstante, existem projetos para a sua implantação em alguns municípios. Ressalta-se que inúmeros movimentos sociais, especialmente o Movimento Nacional de Catadores, mostram-se totalmente contra esse processo, sobretudo pela exclusão dos catadores, selecionadores e outros trabalhadores do processo, bem como devido a preocupações quanto ao monitoramento dos gases produzidos durante a queima.

³² É a denominação usual no ramo da reciclagem para referir-se às instalações físicas onde o trabalho de acondicionamento, triagem e enfardamento dos resíduos ocorre.

No caso da Copercicla³³, esta foi fundada por agricultores familiares como uma alternativa para gerar renda e, conseqüentemente, coibir o êxodo rural. Atualmente, a Cooperativa é composta por trabalhadores tanto do meio rural como do meio urbano.

A remuneração dos trabalhadores organizados tem ocorrido, em geral, de modo igualitário ou por produção, através da renda obtida com a venda do material reciclável coletado (RIBEIRO et al., 2008). Na Copercicla, os trabalhadores associados possuem uma retirada mensal fixa, sendo o excedente destinado às despesas de manutenção e ao fundo da Cooperativa.

As formas de coleta dos materiais recicláveis encaminhados para as centrais de triagem variam, podendo ser realizadas pelas prefeituras em parceria com a organização de trabalhadores ou exclusivamente por trabalhadores ou pelas prefeituras. O sistema de recolhimento também pode variar, podendo ser de porta em porta, em dias diferentes da coleta regular do lixo comum, ou, então, pela utilização de outros métodos, como os sistemas de entrega voluntária, por exemplo. No caso da Copercicla, a Cooperativa presta serviço para seis municípios e recebe um valor para tal, que é acordado via processo contratual.

A parceria estabelecida entre os programas de coleta seletiva e as organizações de grupos organizados traz uma série de benefícios, principalmente com relação aos aspectos sociais de famílias de baixa renda que encontram, na atividade com o "lixo", uma alternativa de renda e sobrevivência.

Porém, ocorre que, no Brasil, segundo dados divulgados em 2013 pelo IBGE³⁴, apenas 33,5% das cidades do País possuíam o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, que é uma das ferramentas mais importantes para os municípios acessarem recursos financeiros da União designados para a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos. Segundo Ribeiro et al. (2009), um dos problemas salientados pelos municípios é a falta de capacidade gerencial dos políticos e de qualificação técnica dos servidores municipais para elaborar os planos e gerir a área de resíduos sólidos.

³³ Detalhes da Copercicla serão expostos no quinto capítulo da tese.

³⁴ Informações obtidas no sítio oficial do Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/instrumentos-da-politica-de-residuos/planos-municipais-de-gest%C3%A3o-integrada-de-res%C3%ADduos-s%C3%B3lidos>>. Acesso em: 27 dez. 2015.

A figura 11, a seguir, demonstra a distribuição percentual do total de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)³⁵ coletado em 2014 nas diversas regiões do País.

Figura 11 – Participação das regiões do País no total de RSU coletado

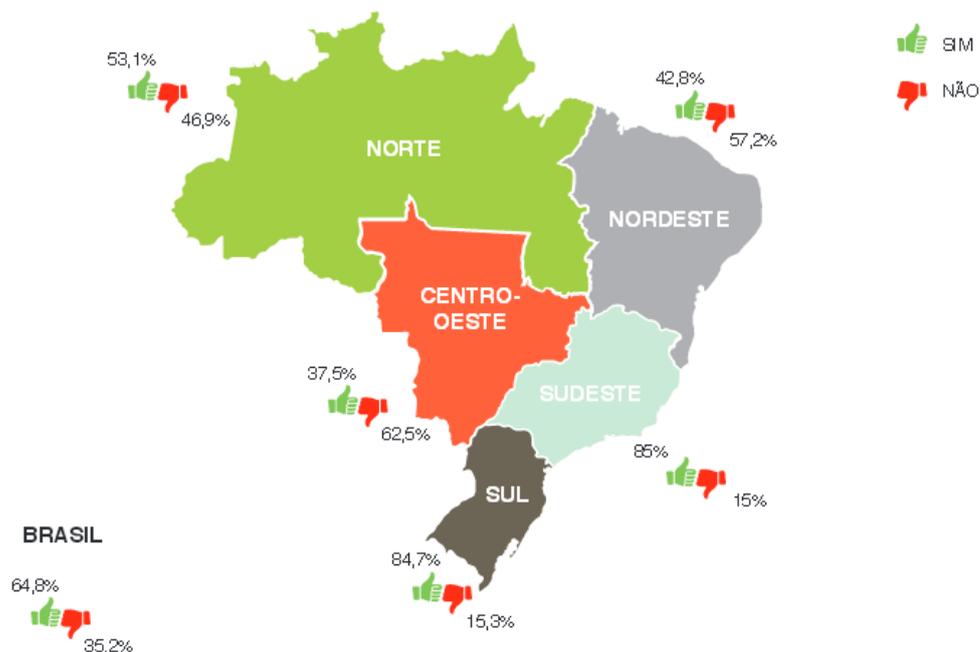


Fonte: Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS, 2014, p. 29).

A figura 12, a seguir, demonstra que, em 2014, cerca de 65% dos municípios registraram alguma iniciativa de coleta seletiva. Cabe ressaltar, que embora seja expressiva a quantidade de municípios com tais iniciativas, muitas vezes as atividades resumem-se à disponibilização de pontos de entrega voluntária ou convênios com cooperativas de catadores que não abrangem a totalidade do território ou da população do município.

³⁵ De acordo com a Lei Federal nº 12.305/10, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, os RSU englobam os resíduos domiciliares, isto é, aqueles originários de atividades domésticas em residências urbanas, e os resíduos de limpeza urbana, quais sejam, os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas, bem como de outros serviços de limpeza urbana (BRASIL, 2010).

Figura 12 – Iniciativas de Coleta Seletiva nos Municípios em 2014 – Regiões e Brasil

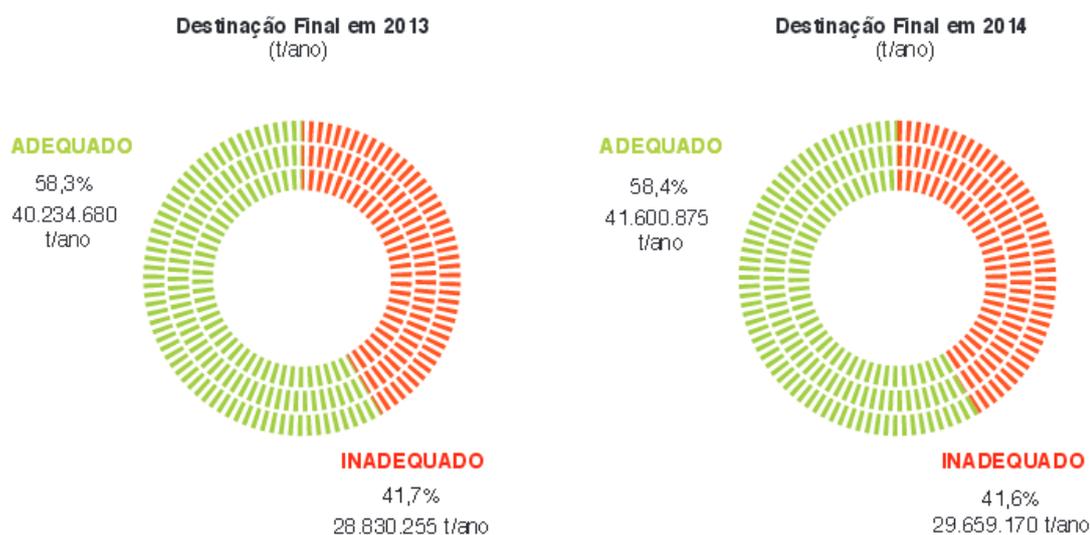


Fonte: Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS, 2014, p. 30).

Na região Sul do País, em 2014, foram identificados 1.009 municípios com alguma iniciativa de coleta seletiva e 182 municípios com nenhuma iniciativa (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS, 2014).

Com relação à destinação final dos resíduos no País, as ilustrações que seguem (figura 13) indicam que ela se manteve estável se comparada com 2013. O índice de 58,4% de destinação final adequada em 2014 permanece significativo, no entanto, a quantidade de RSU destinada a locais inadequados totaliza 29.659.170 toneladas no ano que seguiram para lixões ou aterros controlados, os quais, do ponto de vista ambiental, pouco se diferenciam dos lixões, pois não possuem o conjunto de sistemas necessários para a proteção do meio ambiente e da saúde pública (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS, 2014).

Figura 13 – Destinação final dos RSU Coletados no Brasil



Fonte: Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS, 2014, p. 31).

Na região Sul do País, em 704 municípios, a destinação ocorre para aterros sanitários, em 307, ocorre via aterro controlado e, em 120, ainda ocorre para lixões (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS, 2014).

Com relação aos resíduos produzidos no meio rural³⁶, segundo dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, 26% dos domicílios contam com algum tipo de coleta. Salienta-se que, anteriormente a este último Censo, a porcentagem era de 13,30%, o que indica que houve um aumento de 13% do número de domicílios atendidos no decorrer de dez anos. A dificuldade de logística e o alto custo para implantação de serviços de coleta no meio rural são apontados como fatores que inviabilizam uma maior cobertura do serviço nas zonas rurais dos municípios, tornando a opção de queimar ou enterrar os resíduos a mais comum entre os moradores. A prática de queimar os resíduos aumentou cerca de 10 pontos percentuais, passando de 48,2%, em 2000, para 58,1%, em 2010. Com relação à

³⁶ Pode-se afirmar que são escassas as produções científicas sobre a geração e destinação de resíduos no meio rural. Desde a elaboração da dissertação (2011 e 2012), viemos procurando acessar materiais dessa natureza, porém poucos foram identificados. A partir deste quadro, pretende-se, futuramente, estimular pesquisas acadêmicas relacionadas à temática dos resíduos no meio rural.

cobertura dos serviços de coleta nas grandes regiões do País, os dados do Censo demonstraram que, na região Sul, de 2000 a 2010, houve um aumento de 25,7% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

No meio rural, os resíduos descartados não se restringem aos resíduos domiciliares: deve-se haver uma preocupação com o descarte dos resíduos provenientes de atividades como a agricultura e criação de animais, tais como com as embalagens de agrotóxicos, sobras de culturas, sucatas de maquinário e dejetos de animais, que requerem cuidados especiais. O Brasil é um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo e este quadro levou à criação da Lei nº 9.974/00, que determina normas para recolhimento das embalagens desses produtos, envolvendo os usuários e os fabricantes.

A transformação dos resíduos orgânicos em energia ou em biofertilizantes são algumas alternativas de destinação e aproveitamento apontadas na PNRS para os resíduos agropecuários, porém, especialmente para a produção de energia, dificuldades relacionadas a custos de infraestrutura são apontadas pelos produtores como um empecilho.

Sobre a implementação da PNRS, segundo alguns especialistas, são várias as dificuldades apontadas. Uma das principais é que os pequenos municípios (menos de 10 mil habitantes) não contam com recursos financeiros e equipe técnica qualificada para elaborar planos de gestão de resíduos sólidos ou para construir e manter aterros sanitários. Nesse caso, os especialistas apontam como alternativa para diminuir os custos a criação de consórcios entre municípios para a implantação de aterros sanitários. Sobre a elaboração dos planos, segundo informações do Ministério do Meio Ambiente (MMA), de 2011 até 2013, o órgão recebeu 577 propostas, aprovou só 153 e assinou contrato com 96, mas conseguiu colocar em prática somente oito delas, para as quais foram destinados apenas R\$ 6,1 milhão (SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO ESTADO, 2014b).

As disparidades regionais, as diferenças físicas e climáticas também são apontadas como dificuldades. A Lei prevê o respeito às diversidades locais e regionais, no entanto, não propõe soluções para realidades singulares e complexas. Em alguns casos, o tamanho do município, as grandes distâncias e a dificuldade de locomoção obstaculizam, por exemplo, a formação de consórcios.

Além da falta de infraestrutura, da carência de recursos para a implantação dos sistemas nos municípios, a falta de informações sobre a coleta dos resíduos é apontada como uma dificuldade. A falta de monitoramento, fiscalização e avaliação da efetividade da gestão de resíduos sólidos também tornam mais difícil o planejamento e a elaboração de metas e receitas de obras e de operações relacionadas ao processo (SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO ESTADO, 2014b³⁷). A Lei prevê a criação de um Sistema Nacional de Informações sobre Gestão dos Resíduos Sólidos – SINIR³⁸, o qual deverá servir como instrumento de organização dos dados nos três níveis nos âmbitos públicos e privados de gerenciamento de resíduos sólidos.

Apesar dos avanços, é preciso ressaltar que as sociedades contemporâneas ainda precisam avançar na construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, fundamentalmente no enfrentamento e luta em frente à lógica insustentável do paradigma capitalista concentrador e de acumulação crescente. A realização de mais análises e estudos sobre o tema da reciclagem e de experiências de organização de trabalhadores contribuirá, cada vez mais, para a produção de conhecimento e, conseqüentemente, para os processos empíricos que integram as dimensões social, ambiental, econômica e cultural. Ou, ainda, a organização de trabalhadores em torno de processos e operações relacionados à reciclagem indicam que estamos diante de uma categoria de trabalhadores que caminha para outro patamar de reconhecimento no campo profissional, seja no âmbito oficial ou da sociedade em geral. Assim, a seguir será apresentado um exemplo de organização para o trabalho em torno da reciclagem que agrega aspectos sociais, ambientais, econômicos e culturais.

³⁷ Informações concedidas por Zilda Veloso, Diretora de Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, à reportagem da edição nº 22 da revista *Em Discussão!* (SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO ESTADO, 2014b), referenciada na bibliografia deste estudo.

³⁸ O sistema está em funcionamento, porém contando apenas com informações do Ministério das Cidades e do IBAMA.

5 DE CONDOMÍNIO RURAL A COOPERATIVA DE RECICLADORES

A partir deste capítulo, que está organizado em sessões, inicia-se a incorporação da base empírica da pesquisa. Entende-se ser esta a parte mais “rica” da tese, visto que é a partir daqui que os aportes teóricos passam a tomar mais sentido. Com a realização da análise da realidade à luz dos aportes estudados, é possível visualizar a inter-relação dinâmica em que realidade e teoria se tensionam.

Na primeira sessão, procurou-se apresentar a trajetória histórica da Copercicla. Na segunda parte, apresenta-se o perfil dos trabalhadores pluriativos. Na terceira, discutem-se as características da propriedade rural e a dinâmica de organização para o trabalho nesse meio e na Copercicla, bem como os motivos que levaram à conciliação das duas atividades (reciclagem e agricultura) pelos trabalhadores, o que torna as suas famílias pluriativas. Na última sessão, são apresentados os dados que fornecem elementos para identificar as dificuldades da conciliação da atividade agrícola e da reciclagem.

Com relação à pluriatividade, através dos dados apresentados sobre a dinâmica de trabalho dos agricultores familiares, pretendeu-se seguir as recomendações de Carneiro (2008) e Schneider (2009) acerca da necessidade de o pesquisador “descer ao ambiente intrafamiliar” para buscar, além de mera identificação dos fatos que delineiam a aparição do fenômeno, compreender a natureza e as características do trabalho pluriativo exercido pelos sujeitos.

5.1 COPERCICLA: DO PASSADO AO PRESENTE

A Copercicla está situada no distrito de Vista Alegre, no município de Santa Cecília do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul. Embora tenha sido constituída em 2003, a forma de trabalho coletivo que a caracteriza remonta a anos anteriores. Em 1991, um grupo de 11 famílias formadas exclusivamente por agricultores familiares que possuíam áreas de terra com extensão de até no máximo 20 hectares e eram associados a uma cooperativa de grãos local constituiu uma associação na forma de Condomínio Rural a fim de evitar o êxodo rural e dar sustentabilidade, principalmente financeira, a essas famílias. O grupo buscava uma possibilidade para utilizar a força de trabalho disponível, procurando evitar que membros das famílias

migrassem para outros locais. Também era intenção do grupo, na época, buscar recurso de fundo perdido através de programas federais.

Efetivamente, o início do condomínio ocorreu quando, com a intenção de criar um capital de giro para a associação que estava se constituindo, um produtor arrendou uma área de aproximadamente 25 hectares para uma lavoura coletiva. Na época, o grupo conseguiu recurso financeiro para a aquisição de calcário para correção do solo, porém a intenção inicial do condomínio não se consolidou devido a problemas climáticos enfrentados por três anos consecutivos. A seguir, a fala de um dos integrantes do grupo elucida a situação enfrentada na época:

Em 1991 foi criada a associação dos agricultores, onde tínhamos uma área que era arrendada para a associação, onde fazíamos o trabalho coletivo de soja, milho, feijão, trigo. Infelizmente, na época, tivemos um período de seca, as terras não eram corrigidas. Adquirimos um trator coletivo que estragou e nos deu um custo muito alto, tivemos que reformá-lo, e mais a seca que deu, inviabilizou o trabalho coletivo. Sendo assim, naquela época todos os associados disponibilizaram um patrimônio para quitar a dívida, todos nós nos desfizemos de alguma coisa, porque as dívidas precisavam ser pagas coletivamente. (ENTREVISTADO, C. B.).

Diante das inúmeras dificuldades enfrentadas em 1996, começaram as discussões em torno de alternativas viáveis de negócio para a associação que, desde 1994, já não contava mais com as 11 famílias iniciais, e, sim, com nove. No período em que a forma de organização do grupo de agricultores era o condomínio, as famílias recebiam apoio de cooperativas de grãos e da EMATER, que acompanhava e elaborava os projetos técnicos.

Em 1997, a partir da observação das dificuldades dos municípios da região em dar uma destinação adequada para os seus resíduos, surgiu, entre o grupo de famílias, junto ao poder público municipal e outras instituições da região, a ideia de reciclar resíduos orgânicos e inorgânicos. Para tanto, buscaram informações sobre os procedimentos necessários para ingressar no segmento da reciclagem e, logo, encaminharam uma solicitação para a Fundação Estadual de Proteção Ambiental do Rio Grande do Sul (FEPAM). O encaminhamento do processo de autorização foi demasiadamente demorado e, em função disso, enquanto aguardavam as licenças, os agricultores trabalharam com a prestação de serviço informal de carregamento de frangos para granjas e empresas da região.

Segundo um integrante da associação na época e atual cooperado, a ideia de trabalhar com a reciclagem surgiu dos próprios agricultores e foi influenciada pela participação de alguns integrantes do grupo em uma equipe que se reunia com o propósito de fundar um partido político. Sobre isso, menciona: “me recordo quando, num bar, na época, um cara ergueu a latinha e disse que a latinha iria futuramente valer ouro” (ENTREVISTADO, O. V.)

Além disso, acredita-se que a fundação da Copercicla foi influenciada pela participação e mobilização dos integrantes em torno de atividades religiosas locais, conforme se observa na fala de um dos entrevistados ao relatar sobre o assunto: “teve influência da igreja, porque todos eram católicos. As ideias de formar o condomínio saíam do grupo de famílias que se reuniam para organizar as festas e coisas da igreja” (ENTREVISTADO, O. V.).

Em 1998, havia sido cogitada a ideia de formar uma cooperativa de prestação de serviços, porém, na época, devido à resistência de alguns, isso não se concretizou. O entrevistado acima citado relata que o Poder Público de Tapejara tomou conhecimento da ideia e procurou o grupo, incentivando-o. Inicialmente, tiveram problemas relacionados à definição e à aquisição do local e construções para instalação da Central de Triagem de Resíduos, momento em que o poder público tomou conta do negócio até que a associação tivesse condições de assumir sozinha e atender aos requisitos necessários para o pleno funcionamento da atividade da reciclagem, conforme descrito a seguir.

Em 1999, o grupo encaminhou um projeto para a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, do Grupo RBS, recebendo um recurso de aproximadamente R\$ 12.990,00, e o município de Tapejara foi contemplado, através do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com o valor de R\$ 96.000,00 para a complementação das obras e a aquisição de equipamentos. Tal recurso só poderia ser recebido se o patrimônio (terreno) estivesse em nome da Prefeitura Municipal e se a forma de organização fosse consórcio. A partir disso, a Prefeitura buscou outras prefeituras para compor o consórcio até complementar a instalação para operação da reciclagem e inclusive adquiriu a área onde atualmente funciona a Copercicla.

No ano de 2000, o consórcio de prefeituras viabilizou a constituição de uma Central de Triagem com equipamentos para operacionalização. Naquele ano, o grupo iniciou o trabalho de triagem junto ao consórcio em nome da associação de

agricultores, ou seja, os agricultores foram “contratados” pela Prefeitura para realizar a atividade. Os associados trabalharam por cerca de seis meses sem retirada financeira, sendo reembolsados posteriormente.

No período, o grupo estava constituído somente por 12 agricultores, que não trabalhavam durante toda a semana na Cooperativa, revezando-se entre as suas funções na propriedade e na Central de Triagem, que, inicialmente, recebia materiais somente de Tapejara. Nessa época, os trabalhadores foram capacitados para a atividade através da participação em cursos e treinamentos. Após cerca de sete a oito meses, passou-se a receber os resíduos de outros quatro municípios. As figuras 14 e 15, a seguir, mostram o princípio das instalações da Cooperativa.

Figura 14 – Estrutura inicial das instalações da Copercicla (1)



Fonte: Acervo da Copercicla.

Figura 15 – Estrutura inicial das instalações da Copercicla (2)



Fonte: Acervo da Copercicla.

Segundo os fundadores da Central de Triagem, de 2000 a 2003, o trabalho foi realizado praticamente de modo informal, contando com um número reduzido de sócios e alguns colaboradores (não eram associados). Nessa fase, o grupo já não era mais constituído somente por agricultores.

Em 2003, foi formalizada a Cooperativa. A placa a seguir (figura 16), com data do final do mês de agosto de 2002, foi fixada no local e simbolizou a formalização da Copercicla, que, na época, recebeu a denominação de Central de Triagem e Compostagem de Resíduos Sólidos Regional. Conforme se observa na placa, as Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente e as Câmaras de Vereadores de quatro municípios aparecem como apoiadoras do empreendimento.

Figura 16 – Placa da oficialização da Central de Triagem e Compostagem de Resíduos Sólidos Regional, em 2003



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Segundo relatos, durante o período de 2003 até 2007, quando todo o patrimônio foi de fato doado para a Copercicla, o grupo enfrentou inúmeras dificuldades, principalmente porque dependia do poder público para o encaminhamento das suas demandas, como, por exemplo, o conserto de equipamentos. Além disso, “nem todos os governos eleitos acreditavam na Cooperativa” (ENTREVISTADO, O. V.). Os cooperados também enfrentavam, na época, a resistência da comunidade em geral com relação à característica da atividade da reciclagem: moradores do entorno temiam enfrentar problemas com odor, proliferação de moscas, roedores e outras consequências.

Em 2005, foi criado um passivo financeiro relacionado ao não pagamento dos serviços realizados pelos técnicos que elaboravam os relatórios ambientais, e a renovação da licença ambiental que estava em nome da Prefeitura não foi renovada. Além disso, a área onde está instalada a Central apresentava um acúmulo grande de resíduos, que estavam acondicionados de forma incorreta e precisavam ser enviados para um aterro sanitário, e havia uma dívida de cerca de R\$ 45.000,00 com uma empresa que tinha disponibilizado máquinas para as atividades na Central.

A partir das dificuldades, surgiu uma ampla discussão em torno da possibilidade de a Central ser assumida completamente pelo Poder Público, pois, segundo relatos

de entrevistados, a posição de alguns na época era de que se a Prefeitura de Tapejara não assumisse a Central, esta não seria mais viável. Segundo os associados que já participavam da Central na época, havia interesses políticos em jogo e a intenção de repassar os serviços para a iniciativa privada. Duas audiências públicas foram realizadas, e a decisão foi em favor da Cooperativa, que assumiu a Central e se comprometeu a buscar soluções para uma série de irregularidades e para o passivo (acumulo de resíduos) que a Cooperativa apresentava. Em alguns meses, os problemas foram sendo resolvidos, conforme se observa na fala de um dos entrevistados: “em mais ou menos cinco ou seis meses, colocamos a casa em dia, fizemos os relatórios e encaminhamos para a FEPAM” (ENTREVISTADO, O. V.). Logo, foram atendidas pela Copercicla outras exigências da FEPAM quanto à construção das lagoas e piezômetros.

A cedência total do patrimônio foi formalizada em 2007, através de uma sessão solene da Câmara de Vereadores, realizada no salão comunitário de Vista Alegre, onde foi entregue um termo de cedência do patrimônio para a Cooperativa.

Passadas as dificuldades acima mencionadas, a Copercicla foi crescendo e se consolidou favorecida pelo espírito empreendedor e de cooperação das pessoas que, conforme menciona um dos entrevistados, está relacionada à etnia dos envolvidos: “a Cooperativa dá certo porque é administrada por gringos” (ENTREVISTADO, O. V.).

As expressões abaixo ilustram a ambiguidade de expectativas em torno do processo de organização do grupo para o trabalho na área da reciclagem. Enquanto a sociedade, de um modo geral, desacreditava da possibilidade de êxito da Cooperativa, um dos entrevistados, que está na Copercicla desde o início, refere que, mesmo nos momentos mais difíceis e apesar das dificuldades enfrentadas em sua trajetória, fundamentalmente pelo preconceito e desconhecimento em torno da atividade da reciclagem, havia o espírito de confiança de alguns no empreendimento. Destaca-se, ainda, no comentário, a evolução da capacidade de atendimento da demanda pela Cooperativa e as condições de infraestrutura para isso atualmente. Segundo os depoimentos a seguir, o volume de materiais recebidos é significativamente muito superior ao período inicial da Copercicla.

Na verdade, *ninguém acreditava que ia dar certo*³⁹, todo mundo achava que era uma coisa ilusionista, que *ia começar e logo terminar, pelo motivo principalmente do preconceito* achavam que as pessoas não iriam trabalhar lá [...] Diziam: tu vai trabalhar num lixão e tu não vai aguentar lá porque tem cheiro, tem sujeira isso e aquilo, mas não pensavam do outro lado da reciclagem que está ajudando a população [...]. (ENTREVISTADA, E. M.).

Desde o começo, eu acreditei que a Cooperativa daria certo. Teve épocas que a gente pensou em desistir, mas a gente batalhou e foi em busca com o J. e o O., sempre com a confiança de que ia dar certo. A gente, hoje, tem máquina pra fazer o que antigamente se fazia tudo a muque e *não se atenderia nenhuma partezinha do que temos hoje de materiais com aquelas condições.* (ENTREVISTADO, S. C.).

Atualmente, a Cooperativa tem como objetivos: congregar integrantes da atividade de reciclagem de resíduos orgânicos e inorgânicos, coletores e selecionadores de materiais recicláveis, buscando sua defesa econômica e social; criar condições para o exercício das atividades a que se propõe e aprimorar a prestação de serviços dos associados; coletar, separar, processar, armazenar e comercializar materiais recicláveis (COOPERATIVA DOS RECICLADORES DE RESÍDUOS ORGÂNICOS E INORGÂNICOS DE SANTA CECÍLIA DO SUL, 2010a).

Para a consecução das atividades propostas, a Cooperativa poderá firmar contratos, acordos e convênios com entidades públicas ou privadas (COOPERATIVA DOS RECICLADORES DE RESÍDUOS ORGÂNICOS E INORGÂNICOS DE SANTA CECÍLIA DO SUL, 2009). Atualmente, a Copercicla processa os resíduos de nove municípios próximos a Santa Cecília do Sul, fazendo também o recolhimento e a coleta seletiva em seis deles (Tapejara, Ciriaco, Floriano Peixoto, Santa Cecília do Sul, Charrua e Ibiaçá), inclusive na área rural e numa reserva indígena, mediante contratos com as prefeituras de tais municípios.

As parcerias estabelecidas com as prefeituras municipais para a realização da prestação de coleta seletiva pela Copercicla demonstram que a aliança entre a sociedade civil e poder público abre a possibilidade de implementação de políticas mais participativas que refletem favoravelmente as necessidades sociais e ambientais e possibilitam a redefinição da relação entre tais esferas da sociedade.

A Copercicla também efetua coleta em empresas particulares. Com a reciclagem e a compostagem, a Cooperativa reaproveita 74% de todo o resíduo que chega à triagem – 450 toneladas mensais, um índice considerado excelente. O

³⁹ Ao longo da tese, adotou-se o itálico em alguns trechos das expressões dos sujeitos a fim de dar destaque aos aspectos importantes das falas a serem observados.

rejeito – o que não pode ser aproveitado – é encaminhado para um aterro sanitário próprio, ao lado da sede, como se observa nas fotos a seguir (figuras 17 e 18).

Figura 17 – Aterro sanitário ao lado da Copercicla



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Figura 18 – Local para onde é enviado o chorume



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

O Estatuto Social (COOPERATIVA DOS RECICLADORES DE RESÍDUOS ORGÂNICOS E INORGÂNICOS DE SANTA CECÍLIA DO SUL, 2009) organiza a Copercicla e também um regimento interno próprio. O Estatuto em vigor sofreu as últimas alterações em 2009. As funções da Cooperativa são exercidas contando com a assembleia geral, assembleia seccional; conselho de administração e conselho fiscal. A assembleia geral ocorre em caráter ordinário ou extraordinário, sendo que a ordinária ocorre obrigatoriamente uma vez por ano e, segundo integrantes do conselho de administração, conta normalmente com a participação de um número expressivo de associados. Estes deliberam sobre a prestação de contas, relatório de gestão, balanço, sobras ou perdas e plano de atividades da Copercicla para o próximo ano. As assembleias gerais extraordinárias ocorrem quando necessário e as assembleias seccionais se a Cooperativa passar a ter mais do que três mil associados.

O conselho de administração, segundo um de seus membros, integrante do grupo de entrevistados da pesquisa, é bastante atuante e composto por cinco integrantes, sendo responsável pelo planejamento das operações, serviços e controle dos resultados da Copercicla. Dentre as responsabilidades desse conselho, destacam-se: deliberar sobre admissão, demissão, eliminação e exclusão de associados; deliberar sobre a convocação da assembleia geral e de assembleias seccionais; fixar normas de disciplina funcional; julgar os recursos formulados pelos empregados ou cooperados contra decisões disciplinares, entre outras. Ser integrante da administração segundo um de seus integrantes, “exige compromisso e muita responsabilidade” (ENTREVISTADO, O. V.).

A administração da Copercicla é fiscalizada pelo conselho fiscal, do qual não podem fazer parte os parentes dos membros do conselho administrativo até o 2º grau. Ao conselho fiscal compete exercer a fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da Cooperativa. Os cargos dos conselhos administrativo e fiscal são objeto de eleição realizada em Assembleia Geral Ordinária. A seguir, as figuras 19 e 20 ilustram o momento de uma assembleia.

Figura 19 – Assembleia geral realizada em dezembro de 2013 (1)



Fonte: Acervo Copercicla.

Figura 20 – Assembleia geral realizada em dezembro de 2013 (2)



Fonte: Acervo Copercicla.

Atualmente, a Cooperativa conta com 108 associados, sendo que estão em plena atividade e 25 associados possuem somente a cota capital, ou seja, não trabalham na Copercicla diariamente e, portanto, não contam com retiradas financeiras mensais.

Dos indivíduos que permanecem associados, mas que não trabalham na Cooperativa, cinco são agricultores e residem no meio rural. Dentre os associados que estão em atividade, trabalhando sistematicamente na Copercicla, 14 fazem parte de famílias de agricultores residentes do meio rural e um é agricultor⁴⁰, porém reside com a família na cidade. A maioria dos associados possui bloco de produtor, conforme será descrito mais adiante na tese. As figuras 21 e 22, a seguir, mostram momentos em grupo de trabalhadores da Cooperativa.

Figura 21 – Grupo de trabalhadores da Copercicla em 2014 (1)



Fonte: Site da Copercicla.

Figura 22 – Grupo de trabalhadores da Copercicla em 2014 (2)



Fonte: Site da Copercicla.

⁴⁰ Este agricultor não está entre os 14 entrevistados.

Na Copercicla, dentre os trabalhadores inativos, também existem quatro associados que venderam ou alugaram as propriedades, deixando de ser agricultores. Estes possuem a cota capital, têm direito a voto, continuaram na cooperativa por terem trabalhado por algum tempo junto ao Condomínio Rural e, mesmo sem trabalhar junto ao grupo, permaneceram associados, porque, para a formalização da Cooperativa, era necessário um número mínimo de pessoas. Segundo um dos membros do conselho de administração e fundador da Copercicla, são pessoas que apoiam ou apoiaram a Cooperativa durante a sua história e continuaram associados, porque:

[...] sempre tiveram uma relação com o associativismo, sempre apostaram no associativismo e tinham vontade de contribuir para que desse certo. Tinham vontade de contribuir com as discussões, não só por uma questão de número". (ENTREVISTADO, O. V.).

No grupo de associados inativos, também há quatro agricultores. Dentre os que trabalham ativamente, 52 são homens e 31 são mulheres, todos provenientes das cidades de Tapejara e Santa Cecília do Sul.

Sobre a permanência na Copercicla, atualmente, de integrantes das famílias que participaram inicialmente da associação de agricultores, três faleceram, dois se mudaram para a cidade e não trabalham mais com a agricultura, seis continuam residindo no meio rural e, destes últimos, apenas quatro ainda são associados e somente dois trabalham cotidianamente na Copercicla.

A Copercicla é, depois da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Sul, a maior geradora de empregos no município. Diariamente, desloca-se para a Cooperativa um ônibus de trabalhadores de Tapejara e um de Santa Cecília do Sul, pois a maioria dos trabalhadores associados nos dias atuais é proveniente do meio urbano.

Para associar-se à Copercicla, dentre algumas exigências está a necessidade de demonstrar conhecimento sobre os princípios e doutrina do cooperativismo. Consta no regimento interno que se o interessado não possuir tal conhecimento deverá frequentar um curso de capacitação básica relacionado ao tema (COOPERATIVA DOS REICLADORES DE RESÍDUOS ORGÂNICOS E INORGÂNICOS DE SANTA CECÍLIA DO SUL, 2010b). No entanto, segundo os dirigentes da Cooperativa, ultimamente essa formação tem ocorrido apenas através da participação nas assembleias, na qual sempre um técnico

convidado faz alguma abordagem sobre o tema do cooperativismo e, ainda, apresenta orientações disponibilizadas pela direção ao futuro associado no momento da adesão.

Por ser uma cooperativa, as operações realizadas não objetivam lucro, e o vínculo existente entre a Copercicla e seus associados e entre estes e os usuários dos serviços não se caracteriza como vínculo empregatício. Para a organização da produção, a Cooperativa conta com coordenadores de produção escolhidos pelo conselho de administração, os quais coordenadores trabalham junto aos demais associados nos locais onde são recebidos, separados e enfardados ou processados os resíduos. Eles possuem funções específicas, dentre as quais se destacam: organização do estoque, organização e supervisão dos trabalhos na esteira; controle da produção diária, controle do material e seu rejeito, coordenação da limpeza e almoxarifado (COOPERATIVA DOS RECICLADORES DE RESÍDUOS ORGÂNICOS E INORGÂNICOS DE SANTA CECÍLIA DO SUL, 2010b). Para a produção também existem funções específicas exercidas pelos associados. Os valores⁴¹ recebidos mensalmente pelos associados são de acordo com as funções, sendo que os trabalhadores que desempenham suas atividades na triagem recebem R\$ 1. 238,00, os operadores de máquinas, R\$ 1. 430,00, os motoristas, 2. 390,00, os coletores, R\$ 1. 580,00, e os gestores, R\$ 2. 900,00.

As imagens a seguir (figuras 23 a 25) ilustram parte do processo de trabalho e produção que ocorre diariamente na Cooperativa. As duas primeiras fotos mostram um dos caminhões da Copercicla realizando a prestação de serviço de coleta seletiva na cidade de Ibiaçá, um dos municípios que a Cooperativa atende.

⁴¹ Estes valores são líquidos, e os trabalhadores recebem mais a divisão das sobras anuais.

Figura 23 – Prestação de serviço de coleta seletiva pela Copercicla no município de Ibiaçá (1)



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Figura 24 – Prestação de serviço de coleta seletiva pela Copercicla no município de Ibiaçá (2)



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Figura 25 – Frota de caminhões da Copercicla



Fonte: Site da Copercicla.

Nas duas próximas fotos, figuras 26 e 27, é possível visualizar externamente a estrutura física da Copercicla, que conta com três pavilhões amplos de alvenaria. O pavilhão que é possível visualizar nas imagens foi construído recentemente, no ano de 2014, especialmente para a Cooperativa comportar o funcionamento do processo de compostagem.

Figura 26 – Estrutura de pavilhões de alvenaria da Copercicla



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Figura 27 – Pavilhão de compostagem da Copercicla



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

As figuras 28 e 29 ilustram os dois pavilhões de madeira onde as atividades da Cooperativa eram realizadas até a construção dos pavilhões de alvenaria. Os pavilhões mais antigos ainda são utilizados, principalmente para o acondicionamento de alguns tipos de materiais para os quais se necessita de um volume maior para o fechamento de cargas específicas, quais sejam: vidros, espumas, eletroeletrônicos, aerossóis entre outros.

Figura 28 – Parte externa dos pavilhões antigos da Copercicla



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Figura 29 – Parte interna dos pavilhões antigos da Copercicla



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

A sequência de fotos abaixo (figura 30) demonstra a estrutura interna da Cooperativa. A primeira foto é do setor de recebimento dos materiais, a segunda é do setor para onde os mesmos são encaminhados para, por fim, chegarem a triagem manual dos associados que trabalham na esteira.

Figura 30 – Área interna do setor de triagem da Copercicla



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Na esteira, os sacos de “lixo” são abertos pelos trabalhadores, que fazem a separação por tipo de materiais: alumínio, plástico duro, plástico leitoso, pets, vidros, entre outros. Os materiais sólidos são acondicionados em bombonas e *bags* para, após, serem prensados, e os resíduos orgânicos são encaminhados para o processo de compostagem. As figuras 31 a 34, nas páginas a seguir, mostram como funciona a separação.

Figura 31 – Separação dos resíduos na esteira



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Figura 32 – Resíduos recicláveis separados



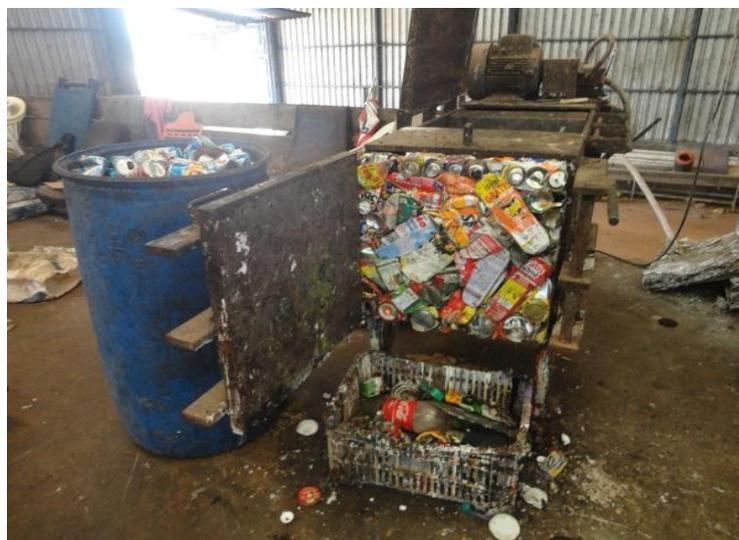
Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Figura 33 – Resíduos separados por categorias em bombonas



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Figura 34 – Resíduos recicláveis prensados após a triagem



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Os cooperados têm algumas obrigações a serem cumpridas que foram descritas em conversa por um dos integrantes da administração e que estão previstas no Regimento Interno da Copercicla. Elas se referem a aspectos voltados ao comportamento e à convivência no ambiente de trabalho, aos horários, à contribuição de taxas para a constituição dos fundos obrigatórios da Cooperativa – em

conformidade com a Lei do Cooperativismo –, ao cumprimento das orientações técnicas de saúde e segurança no trabalho, bem como à permissão para o recolhimento do INSS pela Copercicla no valor de 11% do total bruto da retirada mensal, dentre outras obrigações necessárias para o bom funcionamento do local (COOPERATIVA DOS RECICLADORES DE RESÍDUOS ORGÂNICOS E INORGÂNICOS DE SANTA CECÍLIA DO SUL, 2010b)

O não cumprimento de alguma das funções acima poderá caracterizar-se como ato de infração. Além disso, existem alguns pontos específicos que são considerados diretamente infrações, dentre os quais se destacam: casos de embriaguez, porte de arma de fogo no ambiente de trabalho, abandono das funções, agressões físicas, roubo, entre outras questões que prejudiquem a rotina de trabalho na Cooperativa. Existem penalidades previstas para as infrações, que poderão ser classificadas como leves, médias ou graves. De acordo com o grau atribuído ao infrator pelo conselho de administração, poderão ocorrer a advertência, a suspensão ou até a eliminação do quadro de cooperados. Em qualquer caso de demissão, eliminação ou exclusão, o cooperado terá direito à restituição do capital que integralizou, das sobras e de outros créditos que lhe tiverem sido registrados (COOPERATIVA DOS RECICLADORES DE RESÍDUOS ORGÂNICOS E INORGÂNICOS DE SANTA CECÍLIA DO SUL, 2010b). De acordo com integrantes do conselho administrativo, antes de ser tomada qualquer decisão, são ouvidas as justificativas do cooperado infrator.

Os associados são obrigados a contribuir com o INSS e, nos casos de necessidade de afastamento por problemas de saúde ou acidente, a Cooperativa presta auxílio e remunera os primeiros 15 (quinze) dias de afastamento. Se o afastamento for superior a esse período, o associado deverá encaminhar solicitação de benefício ao INSS (COOPERATIVA DOS RECICLADORES DE RESÍDUOS ORGÂNICOS E INORGÂNICOS DE SANTA CECÍLIA DO SUL, 2010b).

A obrigatoriedade de contribuição ao INSS foi apontada pelos membros da administração como um dos motivos da saída de alguns trabalhadores da Copercicla, quando, há alguns anos, foi determinado que somente poderiam atuar na Cooperativa aqueles que contribuíssem com o pagamento do imposto. Os trabalhadores que saíram temiam ter a aposentadoria de agricultor prejudicada no futuro, pois tinham a intenção de se aposentar pela função utilizando-se apenas do registro do bloco do

produtor. O agricultor, segundo a legislação, não precisa ter um mínimo de contribuição, mas, sim, a emissão de notas.

A Cooperativa, em 2003 e 2004, teve que tomar uma posição e cobrar a contribuição de todos. Então, alguns, que estavam mais próximos de se aposentar, saíram. Mas hoje não, isso já está muito bem definido [...]. A maioria dos agricultores contribui aqui e tem o bloco. Hoje, por exemplo, uma mãe que teve um filho, ela está tendo o valor de licença maior do que de agricultor, porque o valor é pela margem de contribuição. E [a contribuição] de quem está na Cooperativa é maior do que um salário mínimo do agricultor. (ENTREVISTADO, J. S. P.).

A Copercicla conta com descanso semanal, férias anuais remuneradas, transporte, alimentação, seguro de vida, uniforme e equipamentos de proteção individual (EPIs). Os agricultores cooperados conciliam as férias com a época de colheita e plantio, conforme será apresentado mais adiante.

Abaixo, as fotos mostram os trabalhadores utilizando EPIs (figuras 35 e 36), como óculos, luvas, aventais e uniforme, para a realização da atividade de reciclagem de materiais. As figuras 37 e 38 trazem as fotos dos ônibus utilizados para o transporte diário dos associados e uma empilhadeira utilizada para o carregamento dos fardos, o que demonstra a infraestrutura atual da Cooperativa.

Figura 35 – Associado retirando a parte plástica do aerossol



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Figura 36 – Associado trabalhando no desmonte de eletroeletrônico



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Figura 37 – Ônibus da Copercicla utilizado no transporte dos associados



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Figura 38 – Empilhadeira de fardos



Fonte: Site da Copercicla.

Com relação ao processo diário de trabalho na Copercicla, o horário das atividades, pela manhã, é das 7h às 12h, e, à tarde, das 13h às 17h, com intervalo de 15 minutos em cada turno. No horário de intervalo para o almoço, os trabalhadores ficam no próprio local, onde, diariamente, é oferecida a refeição.

Conforme se observa na figura 39, a seguir, a Cooperativa dispõe de um refeitório em sua sede e conta com uma cozinheira, também associada, especificamente para exercer a atividade de preparo da refeição. Devido à concentração de todos os cooperados no local no horário do almoço, normalmente a coordenação utiliza o momento para o repasse de recados ou informações rápidas à equipe.

Figura 39 – Refeitório da Copercicla



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Segue a fala de uma das entrevistadas, que ilustra as condições de trabalho referidas:

[...] às vezes, tem que trabalhar nos feriados ou nos sábados de tarde, mas daí tu ganha a diferença. Tem serviços muito pior no dia a dia, e lá tu tem almoço, transporte, tu não trabalha no sol, e, sim, na sombra, tu tem todos os equipamentos, como botina, luvas, e se tu fica doente eles te trazem até o posto. (ENTREVISTADA, E. M.).

No mesmo prédio do refeitório, funciona o escritório da Cooperativa, que cuida dos processos administrativos e burocráticos, tais como cadastros, controles, emissão de notas, repasse dos pagamentos, entre outras atividades dessa natureza. Os responsáveis pelas atividades do setor são associados.

Sobre a assimilação e o empenho em torno dos princípios do cooperativismo, os membros do conselho administrativo referem que acreditam que cerca de 50% dos trabalhadores não têm o envolvimento necessário e que há pouco espírito associativo. Sobre isso, um dos sujeitos da pesquisa fez o seguinte comentário:

[...] na coordenação tem, pode-se dizer que [...] cinquenta por cento. Muitos são cooperativistas, entendem, estão preocupados e querem ver a coisa andar, os outros só estão preocupados em ganhar o dele no final do mês” (ENTREVISTADO, O. V.).

Acredita, ainda, que “os agricultores, por serem italianos, tem essa cultura, essa mentalidade, enquanto que os outros não” (ENTREVISTADO, O. V.). Afirma também o entrevistado que agricultores procuram a Cooperativa para ingresso e, sobre esse fato, comenta: “quando isso ocorre dificilmente pensamos duas vezes, porque a gente sabe que o agricultor é bem diferente do pessoal da cidade” (ENTREVISTADO, O. V.).

Os resultados positivos da Copercicla atualmente são atribuídos pelo entrevistado, em grande parte, ao comportamento da administração e da coordenação, conforme destaca: “Uma coisa que tenho orgulho de dizer é que quem está na direção não é capitalista, eles querem vê a coisa andar e têm o apoio de outros cooperados que pensam assim” (ENTREVISTADO, O. V.).

Tal como referido pelo trabalhador acima, na fala de outros entrevistados é possível observar a mesma opinião sobre o êxito da Cooperativa ter sido *influenciado pelo fato de a Copercicla ter sido criada por agricultores que possuíam* uma cultura associativa e por, durante a sua trajetória, ter tido prioritariamente, na coordenação e direção, pessoas residentes do meio rural e de descendência italiana⁴², como descrito a seguir:

A Copercicla deu certo por causa da boa administração, pessoas sérias. Eu acho que o agricultor, ele não deita no causo se precisar botar a mão na massa, ele vai. E depois, o sistema italiano. Em vez, se tu pegar o pessoal da cidade, ele fica esperando o outro fazer. Vou te citar um exemplo: que nem a formiga mineira, onde ela se debate, ela vai devorando tudo. O pessoal do meio rural é mais trabalhador, claro que nem todos. Numa empresa, se tu falar que é do meio rural, eles têm preferência. Os da cidade não fazem nada mais quando dá o horário, e nós, se precisar um pouco mais, vamos (ENTREVISTADO, J. L. R.).

[...] quem trabalha na agricultura mete mais a mão na massa. Dá pra perceber que quem vem da agricultura tá mais envolvido internamente e por fora, eles não param. O comprometimento é maior, não sei se sentem mais responsáveis ou são mais responsáveis. Eu acho que a maneira de viver, o sistema de se viver lá na agricultura, a cultura que vem dos pais é um pouco diferente, que nós aprendemos, desde oito, dez anos, ou até menos, se iam na aula, vinham trabalhar também, então, já vão crescendo com mais responsabilidade. E também o agricultor já vai valorizando o que tem pra fazer, até mesmo se tu vem aqui de noite e vê uma luz ligada desnecessária tu apaga. (ENTREVISTADO, C. B.).

⁴² A colonização do Rio Grande do Sul carrega uma relação significativa com as etnias alemã e italiana. É comum nos depararmos com situações que denotam preconceito racial e um sentimento de diferenciação de uma etnia sobre a outras. Com relação aos descendentes de italianos, existem valores simbólicos que reforçam, na sociedade, a imagem de que estes são desbravadores, mais trabalhadores, bons católicos, entre outras características.

[...] pelo fato de *serem agricultores*, grupo, e *quererem se manter ali*, porque se fosse da vontade das pessoas da cidade virem, ali não tinha ido pra frente, porque poucos se sujeitam. Quem lá da cidade vai querer tocar uma usina da reciclagem? Porque o agricultor é acostumado com esse trabalho mais sacrificado, vamos dizer assim. Eu acredito que, se fosse pra trazer o pessoal da cidade pra iniciar isso, não vinha ninguém (ENTREVISTADO, V. L. C.).

Na verdade, a cultura cooperativista de quem iniciou, os grandes fundadores, foi preponderante a questão da educação e a própria atividade do dia a dia do agricultor. Vamos pegar a questão do suíno, por exemplo. O agricultor trabalha com o cheiro, se suja, tem o bezerro lá com um corte que dá uma bicheira e ele vai lidar com isso, então, pra ele, não é nada de outro mundo lidar com os resíduos. Então, ele se adaptou com isso, a sociedade tem preconceito com relação ao tipo de atividade, mas internamente isso é bem resolvido [...]. E o agricultor traz um pouco disso. Se tiver que fazer um pouco de força braçal, as pessoas não querem ou não estão acostumadas. Essa geração, desde os sete anos, já tiravam leite e já carpavam um pouquinho. (ENTREVISTADO, J. S. P.).

O que tu aprende na agricultura é que, por exemplo, se tu tem que planta ou colher, não dá pra esperar, tu tem que fazer, aquilo tem que ser feito. Aqui também: a gente vê alguma coisa, tem que fazer, não dá pra espera. Lá na agricultura, não dá pra deixar pra amanhã. (ENTREVISTADO, J. C. C.).

Destacam-se as relações que aparecem nos dois últimos depoimentos sobre o trabalho no meio rural com o que é desenvolvido na Copercicla, haja vista que a característica do trabalho diário na propriedade, no primeiro momento, favoreceu a adaptação dos agricultores na atividade da reciclagem, que apresenta determinadas peculiaridades, como cheiro, aspecto de sujeira, entre outros. A disponibilidade do agricultor para realizar trabalho braçal, devido à vivência na atividade do campo e ao envolvimento com o trabalho desde a infância, também é apontada como fator que contribui para a sua adaptação na reciclagem, bem como para o resultado positivo da Cooperativa.

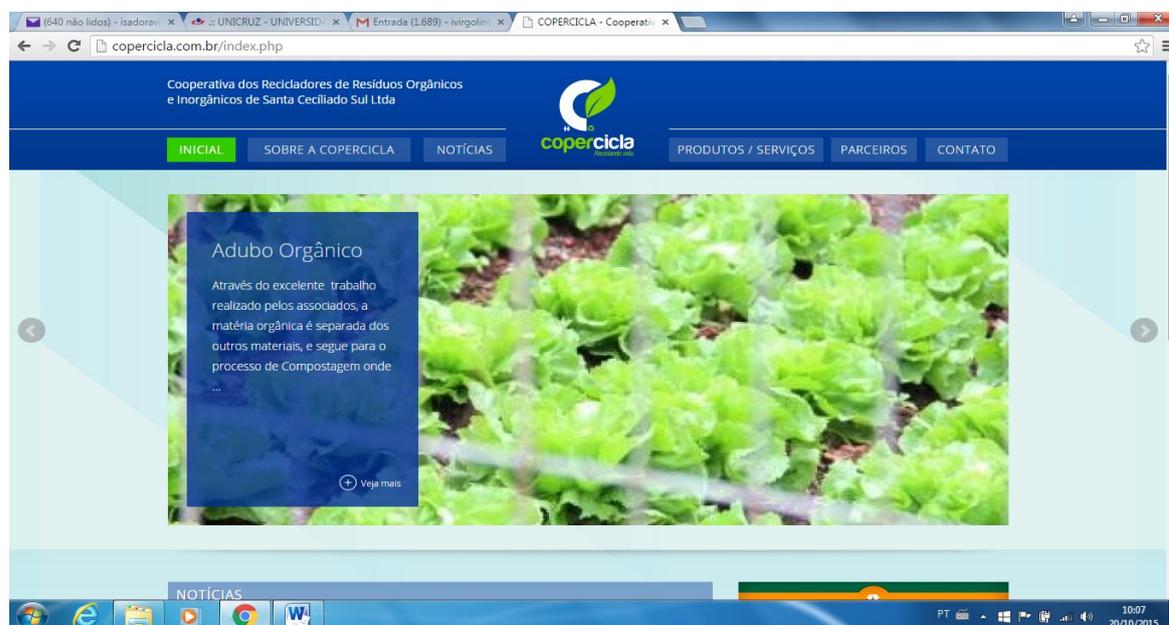
Sobre a compostagem realizada na Copercicla, esta prática está bastante evoluída no aspecto de qualidade de infraestrutura. São dois os objetivos com a compostagem: o primeiro é diminuir a quantidade de material que é encaminhada para o aterro sanitário e que gera o chorume (contaminantes). A segunda é que, na Cooperativa, a compostagem tenha destaque maior do que a reciclagem de resíduos sólidos. Sobre isso, um dos entrevistados faz o seguinte comentário:

Queremos que a compostagem *seja menina dos olhos da Cooperativa*, que a compostagem seja vista pelas pessoas com maior destaque, porque é uma prática ainda realizada por poucos. Poucos acreditam, o custo é muito alto e porque *precisamos diminuir a quantidade de resíduos enviados para o nosso aterro*. (ENTREVISTADO, O. V.).

A compostagem não apresenta boa rentabilidade financeira, mas, para a Copercicla, ainda é importante, porque diminui o custo do volume de materiais que seriam encaminhados para o aterro da cidade de Minas do Leão, além de se transformar em possibilidade de renda e trabalho. Ressalta-se que Santa Cecília do Sul fica a uma distância de aproximadamente 325 km da cidade onde se localiza o aterro sanitário.

Abaixo, as figuras 40 e 41 mostram informações disponibilizadas no site da Copercicla sobre o adubo orgânico produzido pela Cooperativa. Observa-se que tais informações recebem destaque na página inicial do site, o que confirma a intenção expressada por um dos dirigentes de que o produto seja uma “marca” reconhecida da associação.

Figura 40 – Informações sobre adubo orgânico no site da Copercicla (1)



Fonte: Imagem do site institucional da Copercicla capturada pela autora (2015).

Figura 41 – Informações sobre adubo orgânico no site da Copercicla (2)



Fonte: Imagem do site institucional da Copercicla capturada pela autora (2015).

A seguir, as duas próximas fotos (figura 42) demonstram parte do processo de compostagem. Nesta etapa, ocorre a extração/separação dos resíduos que serão utilizados na compostagem.

Figura 42 – Estágio de separação do processo de compostagem



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

As duas imagens a seguir (figura 43) ilustram um dos estágios do processo de compostagem, que resultará em adubo.

Figura 43 – Estágio intermediário do processo de compostagem



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Nas duas próximas imagens abaixo, na figura 44, é possível visualizar a compostagem num estágio mais avançado, no qual os resíduos já foram transformados em adubo.

Figura 44 – Estágio avançado do processo de compostagem



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Perguntamos para um dos entrevistados se, em sua opinião, a atividade de agricultura favorece a compreensão do que seja o trabalho com a compostagem. Como resposta, disse que não acha que exista relação. No entanto, o comentário abaixo demonstra haver, sim, certa relação, quando a compostagem é valorizada por ser um processo natural.

O processo de reciclagem do orgânico é o mais natural que existe para fazer a devolução a sua origem. O pet, o papel e o plástico são retornáveis, mas para ser reaproveitado, tem todo um processo industrial, e a compostagem, não. *É o processo mais natural que existe na natureza: ele se decompõe naturalmente. Tudo que é orgânico vem da terra e pode voltar para a terra.* (ENTREVISTADO, O. V.).

Já outro entrevistado enxerga relação direta entre a iniciativa da compostagem e a profissão dos trabalhadores. Ou seja, acredita que o investimento e expectativa na atividade tenha forte influência da relação dos trabalhadores com a agricultura, fundamentalmente dos membros da direção e coordenação, que são, em sua maioria, agricultores pluriativos. Para justificar a sua posição, exemplifica:

Vou até te citar um exemplo da total influência: Tem uma cooperativa de reciclagem em Dois Irmãos que tá atuando há quatorze anos. Eles têm uma estrutura que é a metade da nossa aqui e fazem a triagem dos materiais lá que é fora do normal. Eles trabalham tirando o material da esteira que nem máquina, e ela tá super bem e tiram uma renda muito boa. A organização deles surgiu de uma indústria que faliu. Eles se uniram, assumiram a bronca e botaram a cooperativa a funcionar. Hoje, eles já fazem um pré-processamento, eles moem o plástico e a sacolinha. Apresentam um diferencial, e o nosso diferencial, por exemplo, é a compostagem. Aí é que tá a diferença. O perfil de pessoas que trabalham na reciclagem é de pessoas que foram catadores de rua, já trabalharam num lixão ou estão à margem da sociedade. Aqui é diferente, porque a origem é a agricultura, e lá também o formato é diferente, porque é de pessoas que vieram da indústria e da cidade. Em ambos os casos, *acredito que houve um alevante na Cooperativa, porque a origem do trabalho na reciclagem é diferente do usual. Por isso que tá na potência que tá lá e que tá aqui. Na verdade, não deixa ter relação, porque as pessoas poderiam não ter tido esta visão. Com certeza, isso aí é resquícios da agricultura*, porque tu resolve o problema a partir daquilo que tu enxerga, que tu vê, e ali tu tá tentando resolver a partir das experiências que tu tem. Tu vê o material orgânico, tu pensa em fazer o adubo orgânico pra quê? Pra coloca na terra. (ENTREVISTADO, M. L. V.).

Em suma, acreditamos que a investida na compostagem tenha relação com o *ethos* dos principais envolvidos no processo (coordenação e diretoria), que são agricultores familiares. Segundo Gaiger (1994, p. 179) o *ethos* se refere à:

[...] sabedoria implícita ao domínio de um conjunto de informações, de códigos e modalidades mentais, operacionais e adquiridas ao longo das experiências de vida, as quais produzem e deixam aos indivíduos, num lento processo de sedimentação, um conjunto de saberes, um senso prático determinado.

Sobre as reclamações da comunidade local, especialmente dos moradores próximos (vizinhos), com relação à atividade realizada pela Copercicla, os entrevistados informaram que praticamente é inexistente, muito diferente de quando iniciaram as atividades na área, quando haviam muitas queixas sob alegação de mau cheiro e de que o espaço se caracterizaria como um criadouro de bichos. No entanto, apesar da atual inexistência de reclamações, ainda a atividade carrega alguns estigmas e é objeto de preconceito, conforme será verificado nos próximos capítulos da tese.

Para finalizar esta sessão, apresentamos as expressões dos sujeitos da pesquisa acerca da importância da Copercicla para o município de Santa Cecília do Sul e para o distrito de Vista Alegre. Houve unanimidade da afirmação de que a Cooperativa é muito importante para o município. São três os aspectos destacados pelos entrevistados: o primeiro é relacionado ao emprego e à renda gerados pela Cooperativa, pois, conforme já descrito, trata-se de um município de pequeno porte, no qual a Copercicla é o empreendimento. Um dos entrevistados salienta que tal aspecto contribuiu significativamente para reduzir o êxodo rural, conforme já destacado em outros pontos da tese.

Eu acho que *tem muita importância* por causa do emprego. O município ganha bastante com a *Cooperativa*, porque é o *único [lugar] que tem emprego para Santa Cecília* é aqui. (ENTREVISTADA, T. F. C.).

Para o município, é *renda e o emprego*. Porque, se não tivesse a Copercicla, qual seria o destino do lixo, tanto rural como urbano [...]. (ENTREVISTADO, J. L. R.).

É que *tem emprego*, porque Santa Cecília não tem emprego, é só a Prefeitura mesmo e a COASA, que tem que ter estudo ou força pra trabalhar no carregamento. (ENTREVISTADO, J. C.).

Bastante, pra Santa Cecília. É a maior empresa que tem e *emprega mais gente*. (ENTREVISTADO, A. P.).

Mais *geração de emprego*, porque aqui eles dão oportunidade, abrem espaço. Não precisa se bonito, tu faz a ficha e eles chamam. (ENTREVISTADA, V. P.).

[...] tem muita gente de fora que acha que a gente ganha muito dinheiro aqui dentro, porque a gente ganhou alguns recursos a fundo perdido e, daí, para as pessoas lá fora, parece que é uma mina de dinheiro. E não é, porque só olham a parte boa. Por outro lado, a Cooperativa *troux*e bastante riqueza pra região e pra Santa Cecília, também porque, hoje, a nossa comunidade de Vista Alegre se tornou uma referência tanto quanto o município. No início, tinha mais gente de Vista Alegre aqui. *Se não tivesse a Cooperativa aqui, eu acredito, não exagerando, que 50% das pessoas que moram em Santa Cecília e trabalham aqui não estariam aqui mais [...]*. Hoje, nas Prefeituras, tem que ter certo grau de formação e informação pra trabalhar com os seus resíduos, enquanto que aqui não. (ENTREVISTADO, O. V.).

O segundo aspecto apontado é a contribuição da Copercicla para o conhecimento e divulgação do município em nível mundial, nacional, estadual e regional, especialmente em decorrência de algumas peculiaridades da Cooperativa – como já referido, por ter sido criada por iniciativa de um grupo de agricultores, estar localizada no meio rural, desenvolver uma atividade que normalmente é realizada no meio urbano e, por fim, pelo êxito e consolidação alcançados até o momento.

[...] pra Vista Alegre e Santa Cecília, foi pelo nome e divulgação e quem começou foi daqui. Pra Santa Cecília, foi o econômico (ENTREVISTADO, C. J. V.).

Pra Santa Cecília, é uma das maiores empresas que emprega e, para Vista Alegre, é um orgulho ter uma empresa fundada por pessoas dela no porte que tá hoje e com uma atividade gratificante que, embora não vista com bons olhos pra alguns, a maioria vê com bons olhos o serviço que a Cooperativa presta. (ENTREVISTADO, C. B.).

[...] é uma importância muito grande, primeiro pela questão de empregos, segundo pelos benefícios que ela traz para [a] comunidade e a renda que ela traz. Hoje, a Copercicla é a segunda empresa do município em renda em valor adicionado, então, pra nós, é um orgulho muito grande. É uma empresa rentável pra o nosso município – não é só pela prestação de serviço de coleta seletiva, mas ela está trazendo retorno pra o município. E pra Vista Alegre é uma gratificação, porque as pessoas fundadoras são daquela comunidade. Isso leva o nome da comunidade e é uma gratificação hoje ver que deu certo. (ENTREVISTADO, V. L. C.).

É uma importância muito grande, é muito forte né, por gerar emprego, e a Cooperativa, hoje, é conhecida. Dá pra se dizer no mundo, tem gente de toda parte que vem ali pra conhecer. (ENTREVISTADA, T. F. C.).

O fato de estar situada na comunidade de Vista Alegre e dentro do município de Santa Cecília é importante. E a iniciativa que se tem aqui, uma como modelo pro Estado, porque a nossa é a única por aqui. Cooperativas têm outras, como de grãos e o Sicredi, porém, é por ser de reciclagem que ela se destaca. (ENTREVISTADA, L. L. V.).

O terceiro aspecto que se destaca é a importância da Cooperativa para o município e a localidade de Vista Alegre em termos de comportamento para com o meio ambiente e custos da destinação dos resíduos. Sobre o primeiro ponto, é destacada a influência da Copercicla para a mudança de comportamento relacionada à destinação incorreta dos resíduos. Isso se observa principalmente entre os moradores do meio rural, que eram habituados a enterrar ou queimar os resíduos na propriedade antes de contarem com a Cooperativa na localidade. Em segundo lugar, há a contribuição do trabalho realizado por ela para a diminuição do acúmulo dos resíduos, a manutenção da limpeza das cidades e a redução dos custos da destinação do lixo para Santa Cecília e municípios próximos, visto que, estando a Cooperativa localizada no município, há redução dos custos, fundamentalmente, com relação ao transporte dos resíduos.

Pra Vista Alegre, a importância é ambiental, porque o pessoal que mora no interior era acostumado, antigamente, a colocar toda a lixaiama naquele buraco e tocava fogo e também faziam um buraco, enxiam, por exemplo, de ferro, e daí como o ferro não queimava, enterravam, ou seja, tocavam terra por cima. O lixo que era produzido no interior era lá mesmo dado o destino, apesar de que, hoje, ainda tem gente que faz isso. E a outra importância é a renda, por exemplo, pra o pessoal que mora no interior e trabalham aqui. Pra Santa Cecília, a importância é o custo da destinação dos materiais – fosse dá outro destino que não fosse aqui, seria muito mais caro. Outra importância é a renda que entra no município e a divulgação de Santa Cecília no Rio Grande do Sul, porque a Cooperativa está aqui. A gente vai, por exemplo, lá em Porto Alegre falar de Santa Cecília do Sul (ENTREVISTADO, M. L. V.).

[...] de não poluir o meio ambiente, de não tá contaminando, de se manter pra as pessoas ter e manter o emprego [...]. No interior, podiam tá queimando o lixo, como muitas vezes faziam. Nós, lá em casa, é um exemplo: lixo que dá pra queimar como plástico, a gente queimava. Hoje não, a gente guarda e o caminhão passa e pega. Hoje em dia, tu passa e vê que mudou muita coisa, tem lixeira na beira da rodovia. Se não fosse a Copercicla, ía tá muito feio aqui no interior e na cidade de Santa Cecília. (ENTREVISTADO, I. L. R.).

É grande, porque, sem a Copercicla, vai acumular muito material na cidade de Santa Cecília, Tapejara, e as outras cidades também eles trazem pra cá. (ENTREVISTADO, J. C. C.).

Toda a limpeza que gera, a Cooperativa dá uma renda boa. Se fosse deixa oito dia o lixo lá, vira o que? (ENTREVISTADO, S. C.).

O contexto acima explicitado, que denota a importância da Cooperativa para o município de Santa Cecília do Sul e para localidade de Vista Alegre, confirma as novas características do rural contemporâneo, na medida em que a Copercicla se apresenta como um exemplo de diversificação de ocupação e renda da população rural, que leva

a implicações socioeconômicas e a mudanças espaciais, manifestadas não só nas unidades familiares, mas, sobretudo, nas comunidades rurais e pequenos municípios (CANDIOTTO, 2007).

5.2 O PERFIL DOS COOPERADOS

Dentre os 14 trabalhadores da Coopercicla entrevistados, 11 são do sexo masculino e três do sexo feminino. A faixa etária de oito trabalhadores é de 42 a 59 anos e dos outros seis trabalhadores, é de 18 a 28 anos, destacando-se que cinco destes jovens são do sexo masculino e três deles possuem dezoito anos de idade, ou seja, a idade mínima permitida para o trabalho legal, conforme prevê a Constituição Federal e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), salvo na condição de menor aprendiz.

Um fator que chama a atenção é o número de jovens que têm se inserido atualmente na Cooperativa, característica não verificada no momento em que se realizou a dissertação de mestrado (VIRGOLIN, 2012).

[...] essa geração do início da Cooperativa era mais sofrido, recebiam um valor menor, então os novos não persistiram, buscaram outras coisas, porque a Cooperativa, há dez anos atrás, não tinha esta dimensão e esta segurança. Quem tinha 16 anos, há dez anos atrás, foi procurar outra coisa, e quem tá fazendo 16 ou 18 anos agora, já está vendo na Cooperativa esta oportunidade. Tem um rapaz que foi emancipado para trabalhar na Cooperativa. Tem jovens dali, hoje, que estão vendo na Cooperativa uma oportunidade. (ENTREVISTADO, J. S. P.).

A opinião expressada pelo entrevistado é a de que, no início da Cooperativa, muitos jovens não chegaram a procurá-la para trabalhar ou então houve os que não permaneceram trabalhando na Copercicla em decorrência das inúmeras dificuldades vivenciadas na fase inicial, que demandou bastante persistência dos envolvidos. Já atualmente, os jovens da própria localidade estão vislumbrando na Copercicla uma oportunidade de trabalho e renda interessante, porque a Cooperativa já está consolidada e a remuneração dos trabalhadores está dentre uma das melhores do município, se comparada a outros empregos no comércio ou em empresas locais. Segundo o entrevistado, há uma tendência para que os mais jovens da cidade de Santa Cecília do Sul, do distrito de Vista Alegre e demais localidades próximas se

insiram na Copercicla, já que a opção por trabalhar na Cooperativa possibilita que os jovens não precisem migrar para as cidades para conseguirem outras atividades de trabalho além da agricultura. A Copercicla atualmente é uma referência para quem está ingressando no mundo do trabalho.

[...] quem acompanhou o início da Cooperativa observa que o perfil dos que iniciaram a Copercicla era diferente. A Cooperativa hoje é uma referência pra quem tá iniciando. Então, se o cara começa ali e mesmo que mais tarde saia dali, a Cooperativa já fez o papel dela, assim como tem o caso do M., que se formou e continua na Cooperativa. (ENTREVISTADO, J. S. P.).

Nesse contexto, a preocupação com a reprodução econômica e social da agricultura familiar tem sido demonstrada através de trabalhos acadêmicos realizados na região Sul do País, principalmente por Anjos (1995), Tedesco (1999) e Schneider (2003), entre outros, conforme exposto nas primeiras partes da tese. Esses estudos têm mostrado com muito mais ênfase do que em momentos anteriores que a migração campo-cidade atinge as populações jovens, principalmente em regiões onde há o predomínio da agricultura familiar, como é o caso da localidade pesquisada no presente estudo. Conforme expressado, são diversos os fatores que determinam as perspectivas de permanência e continuidade da agricultura familiar ao longo das gerações, as quais são associadas à crescente proximidade entre rural e urbano, à modernização da agricultura, à dinâmica interna do grupo familiar, ao acompanhamento pelos filhos das dificuldades dos seus antecessores em frente à atividade agrícola, entre outras. No âmbito acadêmico, a sucessão familiar tem sido estudada por autores como Carneiro (1998) e Silvestro et al. (2001).

Mesmo sendo inúmeros os fatores possíveis, observa-se, de um modo geral, que o acesso do jovem ao trabalho tem se apresentado como elemento determinante para suas escolhas nas esferas da produção e da reprodução social. Desse modo, o novo quadro de inserção dos jovens na Copercicla indica que a possibilidade de ingresso em outra atividade de trabalho remunerada, com a consequente complementação da renda familiar e a possibilidade de adquirir objetos de consumo para além dos que garantem apenas a subsistência, tem contribuído para que os jovens optem pela Cooperativa como espaço de trabalho e permaneçam no meio rural. Ressalta-se que as oportunidades e as estratégias de obtenção de rendas

complementares às atividades agrícolas (pluriatividade), por um ou mais componentes da família, é apontada por Brumer (2000) como um aspecto que poderá influenciar as perspectivas das permanências dos filhos na atividade agrícola e no meio rural.

O grau de escolaridade de oito dos trabalhadores participantes do estudo é o primeiro grau incompleto, sendo que seis possuem até o quarto ano e os outros dois até o quinto e o sétimo anos. Somente um trabalhador possui o primeiro grau completo. Dentre os cooperados mais jovens, três apresentam o segundo grau completo, um o terceiro grau completo e um o terceiro grau incompleto. Dentre estes dois últimos, um é graduado em administração de empresas e pós-graduado na área de recursos humanos e o outro está cursando a graduação em secretariado executivo.

Quadro 4 – Nível de educação formal dos cooperados participantes da pesquisa

Nº de Cooperados 	Nível Educacional
6	Até 4º ano – EF
1	Até 5º ano – EF
1	Até 7º ano – EF
1	EF completo
3	EM completo
1	ES incompleto
1	ES completo + Pós-Graduação

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Legenda: EF (Ensino Fundamental); EM (Ensino Médio); ES (Ensino Superior).

Quanto à inserção de jovens na Copercicla e o grau de escolaridade, destaca-se a expectativa de que cada vez mais haja a possibilidade de absorção dos jovens com formação escolar completa e formação em nível superior, visto que, atualmente, a Cooperativa terceiriza alguns serviços (contador, jurídico, engenharia, químico) que

poderão ser realizados pelos próprios associados. Tal oportunidade poderá se constituir, inclusive, num estímulo aos jovens para a continuidade dos estudos, a exemplo do caso dos dois sujeitos acima citados, que tiveram a escolha da área da formação profissional influenciada pela Copercicla.

Cada vez mais ela vai precisar de profissionais. A Cooperativa paga vários profissionais hoje, como engenheiro ambiental, o contador. Então, *por que futuramente ela não poderá contratar ou formar estes profissionais, um sócio ou um filho de um sócio?* A Cooperativa, não sei até quando não vai precisar de uma filial, e *estes jovens quem sabe poderão assumir* isso. (ENTREVISTADO, J. S. P.).

Com relação à composição familiar, no caso de oito entrevistados, seus núcleos são formados por quatro pessoas, sendo que em apenas um dos casos a família não é constituída por um casal e dois filhos, e, sim, por um casal, um filho e uma pessoa idosa, mãe de um dos cônjuges. Dois entrevistados apresentam famílias compostas por apenas duas pessoas. Em um dos casos, a composição se caracteriza por um casal e, em outro, pelo entrevistado (do sexo masculino) e por seu pai viúvo e aposentado. Duas famílias são compostas por três pessoas, sendo o núcleo formado por um casal e um filho. Uma família é formada por cinco pessoas e outra, por seis. No caso desta última, a composição familiar mais extensa identificada na pesquisa, a família subdivide-se em duas residências em uma propriedade da qual ambas dependem economicamente. Chama atenção o fato de a composição das famílias dos trabalhadores pluriativos, de um modo geral, não serem extensas, característica marcante da maioria das famílias rurais das décadas passadas.

Ressalta-se que sete sujeitos entrevistados são pertencentes a duas famílias em que mais de um membro familiar possui vínculo de trabalho com a Copercicla. No caso dessas duas famílias, numa, todos os quatro membros (pai, mãe e dois filhos) são trabalhadores da Cooperativa e, na outra, também composta por quatro pessoas, três membros (pai, mãe e filho) atuam na Copercicla.

No caso de nove entrevistados, outras pessoas da família também trabalham em atividades não agrícolas fora da propriedade e compõem a renda familiar. As atividades em que essas pessoas estão envolvidas são: comércio, prestação de serviços domésticos e reciclagem. Ressalta-se que, em duas famílias, mais de uma pessoa trabalha na Copercicla. Esse cenário, que apresenta o envolvimento de

diversos membros da família dos agricultores em atividades não agrícolas, vem ao encontro do argumento de Chayanov (1974): se a unidade econômica familiar não alcançasse o equilíbrio básico entre trabalho e consumo, os seus membros buscariam novas atividades complementares.

Seis dos entrevistados declararam-se chefes da família, ou seja, são os responsáveis pela maior parte da renda familiar, e oito informaram apenas compor a renda familiar. Quatro trabalhadores mais jovens referiram ter pouca participação na renda familiar, por utilizarem os salários obtidos através do trabalho na Cooperativa prioritariamente nas despesas individuais/pessoais e ainda por se dedicarem menos do que os demais familiares à atividade agrícola realizada na propriedade familiar.

5.3 A DINÂMICA DE TRABALHO, A VINCULAÇÃO E AS MOTIVAÇÕES

Com relação ao tamanho das propriedades dos entrevistados, nenhuma possui uma extensão de terras maior do que 35 hectares. Apenas um dos entrevistados possui o referido limite de hectares. Já oito dos entrevistados, ou seja, a maioria deles, possui áreas de dez a 20 hectares de terra, enquanto quatro possuem de um a dez hectares. Do número total de entrevistados, somente três apontaram que não são beneficiários do PRONAF. Salienta-se que estes pertencem ao mesmo grupo familiar, portanto, apenas uma das famílias dos entrevistados não é beneficiária do programa.

As principais atividades agrícolas realizadas nas propriedades se referem ao cultivo de soja e milho e à produção de leite. Com relação a última atividade, do total dos entrevistados, apenas uma família não possui vaca de leite e, dentre as que possuem, três agregam renda através da comercialização do leite e do queijo, sendo que, nas demais, a produção destina-se somente ao consumo familiar. Na família de um dos entrevistados, a renda é advinda também da criação e comercialização de frangos e, em outra, da venda de animais (frango, porco e gado) em pequena quantidade para o abate.

A maioria dos entrevistados afirmou que, em suas propriedades, são cultivados e produzidos outros produtos para o consumo familiar, tais como: hortaliças, tomate, pepino, amendoim, frutas, ovos, feijão, entre outros. Dentre os entrevistados, com exceção dos cinco trabalhadores mais jovens vinculados à Cooperativa, todos os demais possuem bloco de produtor, geralmente em conjunto com o cônjuge.

Sobre o tempo e a frequência com que os entrevistados se dedicam ao trabalho na propriedade, verificou-se que a dedicação é parcial e ocorre com intensidade nos finais de semana e, durante a semana, nos períodos do início da manhã e final de tarde, conforme se observa em duas falas que ilustram a dinâmica de organização das tarefas:

De manhã, até o horário de trabalho, das 5 até as 6h da manhã, em casa. Depois a gente volta e reinicia as atividades em casa até terminar, até as 19h, mais ou menos, e final de semana direto. A filha estando em casa ajuda, se vira com as vaca. (ENTREVISTADO, J. L. R.).

Pouco, só nos finais de semana e quando sobra tempo aqui, porque eu saio daqui já é 5h30 ou um pouco mais tarde. O serviço na lavoura eu faço no final de semana e, quando tem que plantar ou passar veneno, a gente paga um trator. Quando precisa no tempo da planta ou da colheita, a gente pega uma folga aqui, mas eu quase não tiro. No final de semana, a gente faz aquele servicinho em volta da casa. No leite, só ajudo quando precisa, quando o sogro não tá bem. Às vezes eu ajudo a mulher, uma, duas vezes, mas, só pra levar o leite pra cima. (ENTREVISTADO, C. B.).

Observa-se ainda que as famílias pluriativas estabeleceram, no grupo familiar, uma forma de organização para as atividades, na qual há uma dinâmica colaborativa entre os seus membros para que o trabalho fora da propriedade possa ser realizado por alguns de seus membros. Isso confirma, de modo significativo, a necessidade de reconhecer que, na agricultura familiar, existe uma lógica própria de funcionamento e que a pluriatividade, enquanto mecanismo de reprodução social, indica tanto a permanência de algumas características como a invenção de uma nova forma de realização da agricultura familiar, conforme refere Carneiro (2002).

Sobre esse aspecto Tedesco (1998, p. 16) menciona:

A unidade familiar organiza a produção e a sociabilidade interna e externa ao redor do grupo doméstico e de convivência, enquanto trabalhadora e proprietária, fundada em âmbitos valorativos e tradicionais na sua dinâmica com o social (Chayanov nos forneceu esse saber); portanto, ela também absorve, enfrenta, dinamiza, rompe e redefine processos presentes na sociedade envolvente.

Nota-se, ainda, nos relatos dos entrevistados sobre o seu dia a dia, que inúmeras outras atividades, além daquelas decorrentes das épocas de plantio e colheita, próprias do meio rural e de manutenção do local, como o tratamento dos animais, a limpeza do pátio e a colheita de frutas, também são realizadas nas

propriedades. Porém, nas famílias em que mais de um componente também trabalha numa outra atividade, existe uma divisão das tarefas e, no caso das famílias em que só o entrevistado trabalha fora ou parte das pessoas da família não concilia os afazeres da propriedade com outro trabalho, o compromisso diário das atividades é assumido pelos integrantes que permanecem em casa. Em algumas famílias, houve uma combinação explícita entre os integrantes da família quanto às responsabilidades de cada um, como pode se perceber no seguinte depoimento: “[...] quando eu chego vou ajudando, mas *não tenho o compromisso* porque os que tã em casa vã fazendo. *Esse foi o combinado* quando sai pra trabalhar fora” (ENTREVISTADA, V. P.).

Segundo Carneiro (1998, p. 80), as atividades não agrícolas podem, por sua vez:

[...] apontar para uma contradição entre a individualização da força de trabalho e o caráter coletivo familiar como pode acarretar o resgate de laços de solidariedade intrafamiliares fundamentais para a combinação do trabalho individual com os interesses coletivos.

No caso estudado, a organização familiar demonstra o resgate ou ao menos a potencialização dos laços de solidariedade, na medida em que as famílias estabeleceram uma dinâmica colaborativa para que o trabalho fora da propriedade possa ser realizado por alguns de seus membros.

Especialmente nas falas dos cinco entrevistados mais jovens, é possível perceber a característica esporádica de envolvimento com as demandas diárias de trabalho da propriedade, apesar de a mencionarem e ficar nítido certo grau de envolvimento e participação nas atividades agrícolas em algum período das suas vidas:

Antes, quando eu só estudava era eu, mas, agora, que eu tô trabalhando e estudando, é *quase nada*, é *final de semana alguma coisinha*. (ENTREVISTADO, I. L. R.).

Olha, eu *trabalhei pouco na lavoura*, porque era pouca terra, não tinha muito o que fazer. *Hoje é nada*, temos uns bichinhos, mas a vó trata. (ENTREVISTADO, J. C. C.).

Quanto ao trabalho na propriedade ser realizado exclusivamente pelos membros da família, apenas três entrevistados informaram não recorrer a outras pessoas e prestação de serviços para a realização do trabalho. A maioria das famílias,

principalmente em épocas de plantio e colheita, utiliza-se do que denominam de “patrulha agrícola”, que é um trator de uso coletivo.

É comum também nas famílias a realização do trabalho em sistema de parceria com algum parente ou vizinho, o que facilita e/ou foi uma alternativa encontrada pelas famílias pluriativas, como se evidencia nas falas abaixo:

[...] nós temos uma parceria onde que nós colocamos a terra e eles as máquinas e, normalmente, quem cuida da plantação é eles e o técnico. (ENTREVISTADO, O. V.).

[...] plantamos de a meia, ele tem as máquinas e nós a terra. (ENTREVISTADO, C. B.).

O fato de não terem a responsabilidade diária e contarem com o auxílio da “patrulha agrícola”, ou o sistema de parceria, não significa que não colaboram com o trabalho. Geralmente, os agricultores pluriativos contribuem de algum modo com as atividades em determinados períodos em que demandam maior dedicação, como nas épocas de plantio e colheita:

Eu trabalho *na época que tem que fazer o plantio e a colheita* e, depois a cada dois ou três dias, tu vai lá dar uma olhada. Os bichos, que nem agora, que tão na pastagem, tu vai olhar a cada dia e, senão, tu trata *meia hora mais cedo e meia hora mais tarde*, e eu que faço. (ENTREVISTADO, A. P.).

Hoje é pouco, só *na planta e na colheita*. E quem faz é praticamente a patrulha, e, se precisa, eu *tiro um meio dia* ou se *faz no domingo*. Tem o leite também, mas de manhã *a mulher tira o leite*, eu só encerro as vaca e a *mulher se vira*, e de tarde é eu. (ENTREVISTADO, S. C.).

Na *época da planta e colheita*, todos ajudam um pouco, mas hoje é muito rápido. Quanto ao leite, é diário, *quem tá em casa faz*. (ENTREVISTADA, L. L. V.).

As mudanças advindas da tecnologia empregada na atividade agrícola também são apontadas pelos agricultores como um aspecto que contribuiu com a diminuição do tempo de dedicação necessário à atividade. Mesmo não dispondo da tecnologia própria e, na maioria dos casos, tendo que recorrer aos equipamentos da “patrulha agrícola”, os entrevistados afirmam que esta é uma alternativa viável economicamente, devido ao tamanho da propriedade, bem como à facilidade quanto ao tempo de trabalho

necessário para desenvolver as atividades agrícolas, como se observa nas falas a seguir:

[...] agora, com o *plantio direto*, ficou mais fácil, porque primeiro tu precisava de cinco a seis dias pra planta dez hectares com uma máquina e, *agora, em quatro a seis horas tu faz*, então, quer dizer que mudou o sistema de trabalhar. (ENTREVISTADO, A. P.).

Antigamente, trabalhar na agricultura era bastante complicado, tu *tinha que se dedica bastante à terra*, mexe bastante a terra, tu não tinha como fazer outro serviço fora. E agora não, *com o plantio direto, tu vai lá e o que tu demorava um mês pra fazer, em um dia tu faz*. E hoje *tu produz mais* do que naquela época. (ENTREVISTADO, S. C.).

[...] pra tu produzir 30 por hectares era difícil e, agora, pra produzir 80 por hectares é fácil e com muito menos serviço. Naquela época, tu tinha que passar a enxada, tinha que plantar, tinha que estar toda a hora no meio. Agora não, tu *passa secante* e cuida os bichinhos. Que nem agora, nos dias de horário de verão, *depois que eu saio daqui, à tardinha, em uma hora eu passo o secante* e faço a mesma coisa que precisa, e antes não era assim. (ENTREVISTADO, A. P.).

[...] na época de planta, o meu *tio vem plantá*, porque nós *semo pequeno e fica inviável* ter as máquinas para planta. *Tu paga, é mais vantagem*, e se tem gente que faz, *é melhor e mais rápido*. (ENTREVISTADA, L. L. V.).

Outro aspecto salientado pelos agricultores e que contribui com a dinâmica de organização, de modo que, em alguns momentos, se consiga dar o apoio ao trabalho na propriedade, é a possibilidade de tirar folgas na Cooperativa e gozar das férias nos períodos de plantio ou colheita, que podem ser tiradas em parcelas, desde que combinado previamente. A cada trinta dias de trabalho no mês sem faltas, é concedido um dia de folga, ou, se necessário, o cooperado poderá faltar um dia ou turno e descontar o valor correspondente do salário. Há ainda a possibilidade de o cooperado, com redução de salário, optar por trabalhar dois dias a menos por semana para se dedicar a outras atividades, o que ocorre com dois dos entrevistados.

A previsão dos afiliados da teoria da diferenciação social – de que o desenvolvimento do capitalismo alteraria inteiramente a orientação dos camponeses, atuais agricultores familiares, e que, inclusive, o domínio de uma economia mercantil e o envolvimento deles com atividades não agrícolas os levaria, com o tempo, ao abandono definitivo da agricultura, ou ainda, que ficariam inteiramente voltados à

produção do mercado e submissos às novas condições – (KAUTSKY, 1980; LÊNIN, 1982) não se confirmou no caso aqui estudado.

Ou seja, a realidade pesquisada de agricultores familiares que trabalham em ambas as atividades se aproxima mais das presunções das teorias de Chayanov (1974) e seus seguidores (Schneider, 2009), que se afiliam ao entendimento da pluriatividade como estratégia de reprodução da agricultura familiar e que contestam o desaparecimento dos camponeses no contexto agrário atual.

As famílias pluriativas vinculadas à Copercicla não deixaram de ser agricultoras após a inserção na Cooperativa. Supõe-se, obviamente, que a forma familiar teve sua dinâmica e reprodução influenciadas pelo regime capitalista, o que não é motivo para considerar que sejam pertencentes a categorias capitalistas. Conforme Schneider (2003) e Anjos (2003), há necessidade de reconhecer combinações distintas de relações internas e externas, ou microestruturais e macroestruturais, que servem de base para a definição de diferentes formas de produção e que representam variados modos de integração dos agricultores familiares com o capitalismo.

[...] mesmo que as unidades familiares estejam submetidas a determinados condicionantes externos, como o monopólio de preços ou os diferentes tipos de mercado (de trabalho, de crédito, de produtos e insumos), o fato de estruturarem-se com base na utilização da força de trabalho dos membros da unidade familiar permitirá que determinadas decisões tornem-se possíveis. (SCHNEIDER, 2003, p. 95).

O entendimento é de que tanto as estratégias de cada família são fundamentais nas decisões em relação à incorporação de determinada atividade quanto os elementos externos relacionados ao âmbito da economia, da política ou da cultura, o que denota que aspectos das teorias de Kautsky (1980), Lênin (1982) e Chayanov (1974) apresentam elementos que se confirmam na realidade estudada sobre os rumos da agricultura familiar. O quadro 5, a seguir, apresenta uma síntese da organização de trabalho das famílias dos sujeitos entrevistados.

Quadro 5 – Perfil das famílias entrevistadas e sua organização de trabalho

Síntese do perfil das famílias e das características do trabalho	
Algumas características gerais	Dinâmica de trabalho na propriedade
Beneficiárias do PRONAF.	Grau de envolvimento nas atividades agrícolas: início e final do dia, finais de semana, folgas e férias.
Propriedades de até 35 hectares.	Entre os membros da família há uma dinâmica colaborativa e divisão das responsabilidades.
Principais atividades agrícolas: soja e milho.	Compromisso diário dos afazeres na propriedade assumido pelos familiares que não se dedicam a outra atividade.
Leite: apesar de haver comercialização, prevalece a produção para o consumo familiar.	Contam com auxílio ou prestação de serviço em períodos de plantação e colheita.
Produção e cultivo para o consumo familiar: frutas, verduras, carne, hortaliças, entre outros.	Sistema de trabalho agrícola conta com tecnologias: menos mão de obra, menos tempo e mais produtividade.
Possuem bloco de produtor.	
Prevalência de famílias compostas, em média, por quatro pessoas, com máximo de seis integrantes.	

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Quanto ao tempo de trabalho na Cooperativa, dentre os 14 entrevistados, quatro estão desde o início e participavam da associação de agricultores que veio, mais tarde, a formalizar a Copercicla. Um dos sujeitos está há nove anos na Cooperativa, dois trabalham no local num período de cinco a seis anos, dois estão na função há quatro anos, três estão empregados de dois a três anos e pouco e dois trabalham há pouco mais de um ano. Destaca-se que dois dos entrevistados que estão desde o início na Copercicla nunca participaram da diretoria e sempre trabalharam na triagem e que os outros dois já foram presidentes.

Com relação às funções exercidas atualmente pelos entrevistados, dois participam da diretoria e um exerce a função de coordenador geral⁴³, sendo este último um dos fundadores da Cooperativa que sempre exerceu funções relacionadas à direção ou coordenação. Dentre os dois membros da direção, um é tesoureiro e trabalha como auxiliar administrativo e o outro exerce a função de coordenador de almoxarifado. Os outros onze entrevistados exercem as funções de operador de prensa, separador de materiais na esteira, operador do funil e operador de máquinas, desmontador de eletroeletrônicos, motorista e serviços gerais/manutenção. Um dos entrevistados que atualmente trabalha com serviços gerais/manutenção foi o presidente da Copercicla na direção anterior à atual. O coordenador geral e o tesoureiro, que também exerce a função de auxiliar administrativo, são os únicos que trabalham cotidianamente no escritório da Cooperativa diretamente com atividades administrativas.

Observa-se que o processo de trabalho cotidiano na Copercicla é bastante dinâmico. Todos os trabalhadores entrevistados informaram já terem exercido funções diferentes das exercidas atualmente. Para os que atuam no processo denominado por eles de triagem (operador de prensa, separador de materiais na esteira, operador do funil), existe um sistema de rodízio, de modo que todos possam adquirir habilidades para exercer as diferentes funções. Para o rodízio, são respeitadas algumas situações específicas, tais como idade, restrição médica e força física. A seguir, algumas falas expressam a dinâmica de trabalho na Cooperativa e ilustram a agilidade e disponibilidade requerida para realizar atividades que não necessariamente têm relação direta com as funções ocupadas:

Faço serviços gerais. Faço tudo, trabalho na esteira, tiro papelão, só na prensa não consigo mais. Que nem nós, não somos escalados para o mesmo serviço, onde que tiver um servicinho a gente vai fazendo. (ENTREVISTADA, T. F. C.).

Principalmente motorista, mas eu faço de tudo. (ENTREVISTADO, J. L. R.).

Trabalho na esteira, mas já trabalhei em outras, porque tem um rodízio. Geralmente, não posso fazer muita força, porque o médico me proibiu. (ENTREVISTADO, S. C.).

⁴³ A função de coordenação geral da Copercicla não está inclusa na direção da Cooperativa.

Cuido das notas fiscais que tem que levar pra contadora, faço a reunião do conselho fiscal, faço parte da diretoria e *dou um apoio quando eles precisam de alguma coisa relacionada à manutenção elétrica*, porque eu fiz uns cursos e peguei o conhecimento na atividade do *desmanche dos eletrônicos que eu já trabalhei também*. (ENTREVISTADO, M. L. V.).

Eu trabalho como operador de máquina, que é trabalhar com o carregador pra empurrar o lixo no funil e puxar o rejeito. *Quando precisa, eu vou fazer outras coisas. Eu não faço todos os dias a mesma coisa*. (ENTREVISTADO, A. P.).

Ressalta-se que tal disponibilidade para, esporadicamente, realizar outras tarefas, segundo a percepção dos dirigentes, é muito mais expressiva nos trabalhadores associados à Copercicla que tem a experiência na agricultura e que se autodenominam como “colonos”. Tal percepção dos dirigentes (também “colonos”) relaciona-se ao *ethos de colono*, descrito por Tedesco (1998). O autor, realizar uma pesquisa sobre o *ethos* e a racionalidade produtiva no cotidiano do camponês, identificou que a propriedade da terra e a dedicação ao trabalho constituem-se de importância significativa no imaginário social dos agricultores. Para eles, ser “vagabundo” incide numa imagem de família negativa, e o trabalho desorganizado e em pouca quantidade é associado, numa atitude preconceituosa, a determinadas etnias, tais como negros, caboclos e, no caso aqui estudado, relaciona-se aos trabalhadores que não têm experiência na agricultura.

Dentre as motivações que levaram os entrevistados a trabalharem na Copercicla e tornarem-se pluriativos, principalmente entre os trabalhadores que estão desde o início na associação, está relacionada a necessidade de recorrer a uma atividade adicional para agregar renda. Isso se justifica pela busca por se manterem no meio rural, visto que estavam na iminência de ir para cidade e abandonar a agricultura caso não encontrassem uma alternativa de complementação de renda, como é possível observar nas falas dos sujeitos:

Em primeiro lugar, a *necessidade*. Eu sempre acompanhei os cursos do sindicato das trabalhadoras rurais e a gente via que os pequenos proprietários de terra, *se não buscassem alternativa, iam tudo para a cidade*. E como surgiu a Copercicla, eu disse: *não, eu não vou ir pra cidade, eu vou fazer as duas coisas para fica aqui no rural*. (ENTREVISTADA, L. L. V.).

Um, em especial, é que eu *nunca me imaginei ir morar pra cidade*, então, como a gente era e é pequeno agricultor, a agricultura passava por uma época difícil. Nós já tinha a associação, que mostrava algumas alternativas que o trabalho em grupo dava certo. Pensando futuramente, *eu não tive outra escolha senão luta pra que se conseguisse uma forma de organização pra conseguir trabalhar aqui no interior e aí buscar uma outra renda*. (ENTREVISTADO, O. V.).

[...] a gente começo pra não ir para outros lugares. Aqui é perto de casa, junto com a família, e *pra não ir pra cidade* também, porque a gente não tinha casa, nada, daí na cidade tinha que alugar, e aqui a terra é pouca. (ENTREVISTADO, C. B.).

Os depoimentos acima, que indicam a adesão dos entrevistados a outra atividade, não agrícola, novamente confirmam o fenômeno da pluriatividade muito mais como um instrumento de manutenção da atividade agrícola e da família no rural do que um sinal de ameaça ou negação da forma familiar de atividade agrícola (WANDERLEY, 2009; SCHNEIDER, 2009).

Destaca-se que nenhum entrevistado afirmou ter recorrido a outra atividade pelo motivo de não gostar ou ter desejo de abandonar a atividade agrícola, e, sim, elencaram como motivos dificuldades relacionadas à condição de pequenos produtores, advindas do fato de serem proprietários de pouca extensão de terras, não possuírem a infraestrutura necessária para a atividade agrícola, além de outras adversidades próprias da atividade agrícola, como as intercorrências climáticas, a vulnerabilidade do mercado agrícola e o fato de a renda não ser mensal e garantida. Alguns desses motivos mencionados pelos agricultores condizem com os fatores apontados também por Graziano da Silva (1999), sendo o mais significativo a crise do próprio setor agrícola, decorrente das transformações estruturais da agricultura brasileira, a partir da década de 1990, geradas pela modernização tecnológica e aliadas a um conjunto de condicionantes macroeconômicos.

É que *dava pouco, não sobrava nada, tu não tinha as máquinas*, tem que pagar trator, tem que paga pra passar veneno. E daí tu vai fazer as contas, *não sobrava nada*, e *aqui tudo que tu tira é limpo*, a gente não tem muitos gastos. (ENTREVISTADA, T. F. C.).

[...] na agricultura, tem *épocas que não tem* e, aqui, tu sabe que começo do mês até o máximo no 5º dia útil o *salário tá na mão, é garantido*. (ENTREVISTADO, J. L. R.).

Se obriga, porque *o que ganhava lá não vivia nem meio ano*, porque vem o banco, vem máquina, às vezes *não chove, dá seca*, e o que sobra daqui defende o resto do ano. (ENTREVISTADO, S. C.).

[...] a necessidade de *ter um segundo emprego*, porque a *agricultura tá muito difícil*, e, naquela época, não se existia muito a atividade de gado leiteiro, de avicultura no município. Era então *pra concilia uma nova renda, porque as pessoas dependendo da agricultura não era fácil*, e também pra oportunizar *para os filhos ficarem na terra*, porque muitos até foram para cidade estudar e, hoje, estão voltando até pra trabalhar lá. (ENTREVISTADO, V. L. C.).

Outro aspecto, já destacado, é a inserção de jovens, nos últimos anos, na Copercicla. Os quatro entrevistados mais jovens não trabalhavam na Cooperativa no período em que foi realizada a dissertação de mestrado, em 2009, sendo que três destes já estão empregados no local há mais de um ano e meio, o que quer dizer que a Copercicla tem se apresentado como uma alternativa de trabalho para que os jovens permanecessem no meio rural. Observa-se que não se trata de uma alternativa de trabalho momentânea, afirmação que também foi possível perceber nas entrevistas, quando o tema se relacionou às perspectivas futuras dos entrevistados e que serão destacadas mais adiante na análise. Quanto às motivações que levaram os jovens a trabalhar na Copercicla, destacam-se: a proximidade da residência, o transporte da própria Cooperativa para o deslocamento até o local de trabalho, a renda e, no caso de três jovens, houve a influência dos pais, que também trabalham no local, de acordo com o que mencionam:

O pai e a mãe já trabalhavam aqui, a facilidade quanto à *proximidade de casa*, porque dá um quilômetro, o salário que a gente recebe é bom, dá pra as despesas que a gente tem. Eu queria ter o meu dinheiro próprio, porque se *só sustentado pelo pai e a mãe é complicado*, tipo o cara quer compra uma calça, um calçado, uma camisa, um celular e tem que pedi pro pai. Hoje não, *eu vô lá eu e me compro*. Nós *tinha muita dificuldade* também, porque nós *não tinha muita terra*, porque o meu vô vendeu tudo, gastava tudo, sobrou só um pedaço. (ENTREVISTADO, J. C.).

Primeiro, foi por causa da renda e, como é perto, *tem ônibus* e o *pai e a mãe trabalham aqui*, pra início, eu sempre pensei em trabalhar aqui. (ENTREVISTADO, C. J. V.).

Porque, lá onde eu trabalhava, tava ganhando muito pouco [...]. Aqui é bem melhor do que lá, *o transporte que tem* também, porque antes eu tinha que ir até lá. Também pra eu *poder comprar as minhas coisinhas e ajuda o pai e a mãe*, porque eu dou um tanto pra eles. Que nem agora, *na entrada do inverno, vai entra pouco dinheiro*, porque agora o pai tá engordando os terneiros e no início do verão só que ele vende. (ENTREVISTADO, I. L. R.).

A parte de *ter o transporte*, de ser *perto de casa* e o *salário todo mês*. Me falavam: não vai trabalhar no lixo. E eu comecei aqui e *não troco por nada*, só se for pra trabalhar em casa, mas *hoje não tem serviço pra todos em casa*. (ENTREVISTADO, D. P.).

[...] o dinheiro que você ganha lá dá uma boa diferença. Foi pra te um dinheiro pra gente, o pai sempre nos ajudou quando a gente precisa, mais não é que nem lá na Cooperativa. Aqui em casa, é a cada safra que tu faz dinheiro. (ENTREVISTADA, V. P.).

A proximidade da residência e o transporte são aspectos consideráveis para os moradores do meio rural que, apesar de contarem com linhas de transporte público, estas não são oferecidas em horários frequentes e compatíveis com o horário de trabalho, além de onerar o trabalhador, visto que, dependendo do empregador, não há cobertura das despesas totais dos gastos com transporte, devido à distância, especialmente se o local de trabalho for no meio urbano. Sobre o aspecto da renda, percebe-se que a motivação foi o desejo de autonomia financeira e independência dos pais para aquisição de objetos pessoais, tais como roupas, calçados e aparelho celular.

Tal desejo é acompanhado da consciência e conhecimento dos jovens trabalhadores acerca da realidade e das dificuldades enfrentadas pelas famílias agricultoras em frente ao trabalho, pois fazem referência ao tamanho da propriedade, à sazonalidade, ao excesso de mão de obra familiar para o trabalho na propriedade, à irregularidade dos rendimentos e à necessidade de contribuírem com a renda familiar (dois entrevistados deixaram explícito que parte do salário é destinado a contribuir com as despesas familiares). Nota-se, enfim, que os jovens conhecem e têm consciência das adversidades a que estão suscetíveis atualmente os agricultores familiares, bem como se observa um sentimento de muito respeito e reconhecimento das dificuldades vivenciadas pelos familiares (pais, avós e bisavós) no passado. Recorrem à memória do passado para valorizar as condições de trabalho e de vida atuais, que, na visão dos jovens, são muito melhores.

5.4 AS DIFICULDADES DA CONCILIAÇÃO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA COM A RECICLAGEM

Dentre os 14 entrevistados, apenas um declarou sentir dificuldades derivadas da conciliação das duas atividades. Para ele, a dificuldade advém do fato de priorizar a Cooperativa e deixar as demandas da propriedade em segundo plano, sobretudo a manutenção da infraestrutura, que vai se agravando e, como consequência, encarecendo os custos para reforma ou providências que poderiam ser tomadas pelo

próprio agricultor, mas que acabam não sendo realizadas em razão do tempo dedicado às atividades na Copercicla.

Existe. Como eu me dedico bastante para [a] Cooperativa, muitas coisas lá em casa, na propriedade, acabam ficando em segundo plano. Vou te citar um exemplo: tem umas reformas lá em casa que faz anos que eu tinha que ter feito e não fiz. Neste caso, as consequências é que as coisas vão deteriorando e, daí, quando você vai reformar, o prejuízo já é maior. A gente quer fazer uma mudança lá da estrebaria, no chiqueiro, tem que reformar ou fazer novo, eu pretendia eu fazer, mas acho que vamos ter que contratar pra fazer e aí a gente sabe que, no momento que contratar, vai sair mais caro. Só que, mesmo sabendo que vai custar mais caro, eu podia tirar uns 15 dias pra fazer. E aí tu pensa o que eu ganho aqui e o que eu vou pagar pra um carpinteiro fazer, sendo que eu sei fazer, então seria muito mais barato eu não vim trabalhar aqui e eu fazer, mas eu priorizo aqui. (ENTREVISTADO, O. V.).

Mesmo em geral afirmando que não sentem dificuldades em conciliar as duas atividades, os entrevistados citam certa complexidade em épocas de plantio e colheita, apesar de alguns contarem com o serviço da “patrulha”, conforme já expressado anteriormente. Ocorre que nem sempre é possível conciliar o dia de folga, a disponibilidade do serviço e o clima adequado para a realização do serviço. No entanto, tal situação não chega a se caracterizar como um impedimento, visto que existe flexibilidade na Cooperativa para ambos casos e também devido ao tempo demandado para o plantio e colheita ser curto, normalmente de um a três dias no ano.

Dentre os que mencionaram não enfrentar dificuldades, destacam-se como argumentos a facilidade em realizar a atividade rural na propriedade, devido a estarem habituados a ela – é como se as atividades do dia a dia (tratar os animais, tirar o leite, cuidar da horta, manter o pátio limpo, entre outras) não fossem trabalho, e, sim, algo inerente à vida de quem reside no meio rural. Ainda, há a dinâmica de divisão de tarefas estabelecida na família, na qual a responsabilidade pelo trabalho diário na propriedade rural normalmente é dos familiares que não trabalham fora.

Em uma das expressões, destaca-se, como ponto positivo, a oportunidade que uma agricultora via de comercializar na Cooperativa os produtos cultivados na propriedade, possibilitando uma renda extra.

Chama a atenção, em duas falas, mesmo sob a afirmação de não sentirem dificuldade, a menção às palavras cansativo, cansado, puxado, assim como o envolvimento nas atividades de trabalho nos finais de semana e férias, períodos que,

se considerados numa rotina de trabalho normal, seriam destinados ao descanso e lazer.

Eu acho até que não. Tu faz bem fácil, claro que é cansativo, mas dá para fazer tranquilamente. (ENTREVISTADO J. C. C.).

[...] uns conseguem concilia, às vezes vão na roça e, depois, vem pra Cooperativa ou tiram leite. Em algumas famílias, um vai trabalhar, o outro fica na propriedade. Tem uns que até acabam vendendo as suas produções lá na Cooperativa, tipo o queijo, salame, ovos [...]. Quando eu comecei [a] trabalhar, a gente tinha aviário e também vaca de leite e eu ajudava meu marido quando chegava de tarde; de manhã até não muito, porque saia mais cedo, eu conseguia ajudar bem tranquilo, daí tu tirava uma renda extra. É bem conciliável por ser perto e, lá [na Cooperativa], são bem diferentes as regras também. (ENTREVISTADA, T. F. C.).

Não tanto, só se a gente chegar cansado em casa, daí fica meio puxado, mas eu trabalho pouco aqui. Eu tirei férias, mas descansei pouco, porque não consigo ficar parado e um pouco a gente tem que ajudar. Esses tempos atrás eram mais difícil, agora tá tudo mais fácil. (ENTREVISTADA, V. P.).

Não, porque a gente tá meio que acostumado a fazer isto, hoje a gente precisa menos tempo. Se hoje eu tivesse só lá, daí a gente tinha que fazer diferente pra fazer sobra, tinha que coloca mais vaca de leite, planta mais. (ENTREVISTADA, T. F. C.).

Acho que não. A dificuldade maior, eu acho que é na época da colheita, porque, das vezes, tu não pode deixa o produto na lavoura, tu tem que aproveita o sol, daí tu tem que tá lá colhendo, porque, se chove, tu sabe que perde. Quando isso acontece, daí eu falto e desconta do salário, sai perdendo a Cooperativa e sai perdendo eu. É difícil, este ano deu certo, que nem eu, agora, eu tô de férias e só choveu. Quinta feira vai vencer e eu tive outras coisas, daí choveu e eu tô lá com um galpão pra faze, já tá com os pilares e eu não pude mexer e, antes das férias, deu quinze dias de sol. (ENTREVISTADO, A. P.).

Não tenho dificuldade nenhuma. O que acontece, talvez, é que na época que tem que fazer o plantio é o mesmo tempo e horário que eu tenho que estar aqui. (ENTREVISTADO, M. L. V.).

Não, pra mim não, porque eu chego em casa, a mulher já tá tirando o leite, temo só uma vaquinha pra fazer o queijo. Às sete horas, já tamo despachado. Na época da planta e da colheita, é só um dia pra cada um durante o ano, daí tentamo apronta no domingo pra não falta aqui. (ENTREVISTADO, S. C.).

Um dos entrevistados que declarou não apresentar dificuldade pertence à família que reside no meio rural e que arrendou as terras. Ele alega não enfrentar dificuldade no momento, no entanto, afirma ter enfrentado muitas adversidades devido à falta de tempo para realizar o trabalho em casa e para dar atenção aos filhos e ao comprometimento dos finais de semana com o trabalho.

Hoje não tem dificuldades, mas quando trabalhava ainda na agricultura, existiu muita dificuldade, porque tu fazia o serviço pela metade, quando sobrava tempo tu ia fazer, se não sobrava tempo, ficava. Em casa, a gente não tinha nem tempo pra conversa com os filhos [...]. Os finais de semana ficavam comprometidos, tu ía fazer a limpeza e, das vezes, ia até na roça. (ENTREVISTADA, T. F. C).

Destaca-se que elementos relacionados ao cansaço físico também foram identificados na pesquisa de dissertação (VIRGOLIN, 2012), o que poderá ser uma indicação de que a conciliação de duas atividades diferentes reserva um lado negativo ou de determinada “penosidade” em relação ao trabalho. Por outro lado, é pertinente registrar que a dimensão do trabalho na constituição do “*ethos* colono” relaciona-se à dimensão do sacrifício, do esgotamento e da lembrança das dificuldades enfrentadas pelos antepassados familiares, especialmente daqueles descendentes de imigrantes italianos que assumem uma representação de desbravadores ou promotores do desenvolvimento de determinadas regiões do Brasil. Segundo Tedesco (1998, p. 78) observou, há uma ideia de que “ser colono é saber converter o tempo disponível de forma a tirar dele algo de valor. Ao que nos pareceu, é essa a vitalidade do passado que se renova e se redefine”.

6 OS PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS A PARTIR DO TRABALHO PLURIATIVO

Neste capítulo, assim como no anterior, passa-se também a apresentar elementos ligados à realidade dos entrevistados na tentativa de demonstrar que as identidades são relacionais, construídas na relação com o outro, numa interlocução contínua com aspectos exteriores do mundo social, público, ou, como diz Hall (2004, p. 50), com os “mundos culturais exteriores”.

Nesse sentido, entende-se que a identidade não se estabiliza como consequência dos fenômenos e acontecimentos que, hoje, respondem pela característica cada vez mais plural da sociedade, e que possíveis identidades não são definitivas, mas derivam de fatores, como as decisões que os indivíduos tomam, o modo como agem ou o caminho que percorrem – por sua própria escolha, mas também por influências lançadas pelas pessoas em sua volta, como argumenta (BAUMAN, 2005). Ainda, tem-se o postulado de que a identidade se constrói num complexo processo em que a subjetividade se inter-relaciona tanto com elementos macrossociais como microssociais (DAJUI, 2006).

A identidade ligada ao campo laboral, foco da tese, é construída através de processos de socialização, especialmente os que representam a aprendizagem dos valores, crenças e formas de concepção de uma determinada cultura ocupacional (CHALITA, 2004). Ou seja, tais processos, segundo Dubar (2009), são produto dos fenômenos de socialização secundária do indivíduo, que se apresentam pela percepção da existência de submundos institucionais especializados e pela interiorização destes através da aquisição de saberes específicos e de papéis direta e indiretamente enraizados na divisão do trabalho. No caso aqui tratado, são os saberes adquiridos, sobretudo no trabalho rural (agropecuário) e na reciclagem. A intenção foi perceber a construção dos processos de identificação dos sujeitos na inter-relação do trabalho pluriativo que se dá através de ambas as atividades.

Desse modo, este capítulo também está organizado em seções e subitens relacionados aos outros objetivos da tese: verificar se e como a condição de trabalhadores pluriativos que conciliam a reciclagem com a agricultura familiar trouxe mudanças no processo de identificação dos agricultores familiares, redimensionando o aspecto laboral, bem como apreender os sentidos acionados no processo de

identificação, tanto no nível intrapessoal como no nível interpessoal dos sujeitos envolvidos no estudo.

Considera-se que um novo processo de identificação, especialmente relacionado ao trabalho, emergiu da conciliação das duas atividades – a agricultura e a reciclagem. A seguir, iniciamos a apresentação e análise dos dados acerca de tal aspecto.

6.1 SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE O TRABALHO DA RECICLAGEM E O DA AGRICULTURA

O conhecimento, as aprendizagens e os saberes necessários para realizar o trabalho na reciclagem, bem como as semelhanças e diferenças entre as duas atividades (agricultura e reciclagem) são fatores que também podem influenciar nos processos de identificação dos agricultores familiares pluriativos. A identidade, vinculada ao campo laboral, pode ser entendida como associada a saberes práticos, profissionais, de organização e teóricos construídos através de processos de socialização (CHALITA, 2004).

Assim, tais aspectos foram pesquisados e verificou-se que todos os entrevistados afirmaram que foram necessárias novas aprendizagens para trabalhar na Copercicla. Sobre esse ponto, dois aspectos se sobressaíram nas falas dos sujeitos. O primeiro se refere ao conhecimento específico relacionado à separação dos materiais recicláveis e à sua classificação para o processo de triagem, como se observa a seguir:

*Sim, e bastante, embora que, quando eu comecei aqui, eu já tinha curso de gestão e de cooperativismo, já tinha participado do conselho fiscal do Sicredi e isso também ajudou. Tudo o que ia aparecendo de *cursos ligado à reciclagem [eu] ia fazendo [...].* (ENTREVISTADO, O. V.).*

Tu tem que aprender, porque, hoje, tem vários tipos de materiais, porque na agricultura é uma área que a gente já sabe e, aqui, é outro tipo de trabalho. Hoje, tu tem que saber bem o material para separar certo. (ENTREVISTADO, J. C.).

A reciclagem requer mais aprendizagem, tá mudando sempre; ali, na agricultura, a gente já tem uma basesinha. Encontrei o conhecimento através da amizade e dos coordenadores. (ENTREVISTADO, J. C. C.).

[...] a gente teve uns *cursos* pra *conhece os materiais* que tinha que separar. A gente só sabia usa as ferramenta, como uma pá, uma foice, uma enxada. A gente pegou uns mais experientes aqui pra dá umas aulas, *veio um professor dá umas aulas na sala fechada*. As prefeituras que trouxeram eles. Depois, a gente começou a *ir pras empresas* [...]. (ENTREVISTADO, C. B.)

[...] pra trabalhar aqui eu também tive que *me especializar*, que nem eu, *fui fazer administração e pós-graduação* em recursos humanos. Também tive que aprender como é que tu aprende a *classificar os materiais*, que cor tem, que cheiro tem, quando tu bota fogo, que cheiro tem [...]. Fiz um cursinho de *inglês, de gestão e liderança* pela Cooperativa e de *instalação elétrica* [...]. (ENTREVISTADO, M. L. V.).

Tive que aprende tudo, nós não sabia nada, tivemos um *professor sete dias aqui ensinando nós* [...]. Na verdade, ninguém sabia, nós viemo aqui, começamo a larga o lixo e ninguém sabia nada se não fosse o professor lá de Porto Alegre. (ENTREVISTADO, S. C.).

Eu *aprendi muita coisa*, porque, quando eu ficava em casa só trabalhando na roça, a gente não saia de casa, *a gente não sabia muito*. Lá na Cooperativa, eu fiz alguns *cursos de administração* [...], sobre a *separação dos materiais*. (ENTREVISTADA, V. P.).

Eu entrei lá [e] *sabia poucas coisas*. Daí, eles foram ensinando, as *coordenadoras iam ensinando* [...]. (ENTREVISTADA, L. L. V.).

O segundo aspecto identificado diz respeito aos elementos de convivência no ambiente de trabalho coletivo, tais como: ser paciente, ter respeito e trabalhar em equipe, como se destaca nas falas abaixo:

[...] a convivência também, trabalhar em equipe. (ENTREVISTADO, I. L. R.)

A primeira coisa que tem que aprender é ter respeito com os colegas e fazer o teu serviço [...]. (ENTREVISTADA, T. F. C.).

[...] sobre como lida na Cooperativa, sobre o respeito com os colegas [...]. (ENTREVISTADO, C. B.)

Aprendi muito, fui duas vezes coordenadora. É uma escola de vida tu ser coordenadora num lugar destes. Tu é psicóloga, tu tem que ouvir, tu é conselheira, tu tem horas que baixar a cabeça, tu aprende a se conter [...]. (ENTREVISTADA, E. M.).

Aprendi a ter paciência, que eu tinha muito pouco. Aprendi a separar as coisas na esteira [...]. (ENTREVISTADO, C. B.).

As aprendizagens citadas foram adquiridas através da orientação dos coordenadores, da colaboração dos colegas no dia a dia, de visitas a empresas do ramo da reciclagem e de cursos que abrangeram especialmente os trabalhadores mais antigos da Cooperativa. Os cursos destacados pelos entrevistados trataram

sobre classificação dos materiais, administração e cooperativismo, sendo que os voltados a este último tema foram citados principalmente pelos trabalhadores que já fizeram ou fazem parte da diretoria ou já exerceram ou exercem atividades administrativas na Cooperativa.

Outro ponto que chama atenção, presente nas falas de três dos entrevistados, é a menção ou uma espécie de comparação ao que sabiam anteriormente em relação ao trabalho agrícola. Para eles, parece haver a percepção de que a reciclagem requer mais aprendizagens, como se verifica em trechos das falas apresentadas acima:

A gente só sabia usa as ferramenta, como uma pá, uma foice, uma inchada [...]. (ENTREVISTADO, C. B.).

A reciclagem requer mais aprendizagem, ali na agricultura a gente já tem uma basesinha [...]. (ENTREVISTADO J. C. C.).

[...] quando eu ficava em casa só trabalhando na roça, a gente não saía de casa, a gente não sabia muito das coisas. (ENTREVISTADA, V. P.).

Nesse caso, mais uma vez parece haver uma espécie de desvalorização ou de não reconhecimento das habilidades e conhecimentos pelos próprios sujeitos em relação ao trabalho agrícola que realizam. Trata-se de um conhecimento tácito adquirido pelos agricultores familiares ao longo da vida através da experiência na atividade rural.

Os comentários abaixo nos levam a refletir sobre o aspecto da profissionalização e as aprendizagens exigidas na atividade da reciclagem. Na primeira fala, um dos entrevistados menciona o reconhecimento que a atividade da catação vem alcançando no mundo do trabalho, referindo-se a ela como uma profissão, que, apesar de ainda não contar com profissionalização específica, atualmente já conta com a oferta de cursos e treinamentos para capacitar os trabalhadores e as organizações associativas.

Na segunda e terceira expressões dos depoimentos a seguir, as manifestações de duas professoras chamam a atenção. O comportamento surpreso de uma professora universitária, na primeira fala, e a referência sobre um comentário realizado por uma educadora na ocasião de uma visita de estudos à Copercicla com um grupo de alunos, na segunda fala, demonstram a percepção que a sociedade, de um modo geral, tem acerca do perfil das pessoas que trabalham com a reciclagem com relação

ao grau de escolaridade. Tais sujeitos, de um modo geral, são vistos como pessoas com pouco ou sem nenhum grau de formação educacional e sem pretensão de elevação do grau de escolaridade e aperfeiçoamento profissional. Porém, as situações relatadas indicam uma tendência de mudança de perfil, mesmo que ainda pequena, já que, como já referido, hoje, estão sendo ofertados cursos e capacitações para as organizações e trabalhadores que atuam na área da reciclagem. Contribui para essa modificação de perfil também a mudança de percepção dos próprios trabalhadores acerca da necessidade de qualificação e profissionalização diante de um processo, mesmo que ainda incipiente, de reconhecimento da atividade pelos trabalhadores e pela sociedade como profissão.

É mais *uma profissão nova* existente no meio do trabalho. A profissão do catador tá sendo reconhecida como profissão. Específico pra ser catador, ainda não tem curso, mas em todos os arredores *já tem curso e até treinamento na profissão catador pra tu organiza uma cooperativa, aprende a separar os materiais*, já tem. Por exemplo, a Braskem, eles te dão cursos específicos pra catador e o cara tem que fazer [...]. (ENTREVISTADO, M. L. V.).

Eu, agora que tô fazendo faculdade, a professora pergunta o que cada um faz e *eu digo: eu sou reciclador. A professora se espanta*, porque eu acho que eles pensam que sou o único reciclador que vou estudar e daí já começam a perguntar sobre o serviço, como é a classificação [...]. (ENTREVISTADO, C. J. V.).

[...] ou tem umas professoras, como uma que veio aqui que dizem: Oh, *quem não estudar vai acabar vindo trabalhar aqui!* Assim, ela *chamo que quem trabalha aqui são tudo uns burro* que não estudaram. (ENTREVISTADA, T. F. C.).

Sobre a percepção dos sujeitos do estudo com relação às semelhanças e as diferenças entre as duas atividades de trabalho, surgiram algumas indicações de comparativos entre ambas, a princípio tão diferentes – ponto que é reforçado pela afirmação dos entrevistados de que, entre si, as duas ocupações são diferentes ou muito diferentes.

Dentre os entrevistados, três afirmaram que as duas atividades profissionais são parecidas. As semelhanças citadas estão ligadas ao aspecto da relação de cuidado para com o outro estabelecida a partir e no ambiente de trabalho e os modos/características de trabalho de ambas as atividades. Sobre o primeiro aspecto, observa-se que, entre os entrevistados, há uma relação de consideração, zelo e

diálogo que é comparada às relações familiares. Sobre o segundo aspecto, aparece a semelhança de ambas as atividades como trabalhos dinâmicos com característica “braçal”, ou seja, que exigem esforço físico.

[...] em casa, são quatro pessoas e, por exemplo, *aqui, são quarenta, e não deixa de ser uma família também*, você vai formando uma família com todas as culturas, com todos os jeitos. Se criam laços parecidos com os de família. Por mais de que aquelas pessoas que trabalham aqui são diferentes no jeito de pensa, a gente quer elas bem também. Família, relação e cuidados são semelhantes. Tu forma uma família com quatro e tu forma uma família com quarenta. (ENTREVISTADA, L. L. V.).

[...] a *convivência* no trabalho, a *conversa* como a gente tem em casa. O diferente é que em casa a gente fazia o que a gente queria e aqui tem regras para cumprir, tem direitos e tem deveres. (ENTREVISTADA, T. F. C.).

Parecido na *maneira de trabalhar*, ambos são trabalho braçal. Claro que, lá na agricultura, tem épocas que é mais pesado na agricultura é mais pesado, assim como tu vai transportar a silagem. Tanto aqui como na agricultura tem dias que é mais pesado. (ENTREVISTADO, J. L. R.).

[...] como na agricultura tu não pode ficar parado, tu *tá sempre em movimento*, sempre fazendo uma coisa ou outra, limpando, roçando, carpindo. Essa coisa de não parar nem numa nem noutra é bem parecido, porque aqui também a gente tá sempre fazendo alguma coisa em roda. (ENTREVISTADO, C. J. V.).

A percepção dos entrevistados de que a reciclagem e a agricultura se tratam de duas atividades bastante diferentes foi a que se sobressaiu entre os trabalhadores pluriativos. Dentre as principais diferenças, evidenciam-se elementos relacionados ao fato de, na agricultura, o trabalho é realizado normalmente de modo mais solitário ou entre poucas pessoas, sendo restrito à família, enquanto que, na Cooperativa, é realizado por mais pessoas.

A circunstância de o trabalho ser realizado em grupo é valorizada pelos entrevistados em dois pontos. Primeiro, pela possibilidade de interação com os colegas de trabalho na Copercicla, a exemplo do entrevistado que refere ter “um monte de gente pra conversa” (ENTREVISTADO, A. P.). Segundo, pelo esforço físico amenizado devido à divisão das atividades entre os trabalhadores em determinadas situações, na Cooperativa, e à utilização de máquinas para a realização do trabalho, fundamentalmente para lavoura, na agricultura. Observa-se, em suma, que o esforço físico é um aspecto significativo para os trabalhadores, visto que, em diversas passagens das falas, esse aspecto é citado de algum modo em diferentes situações.

Nesse sentido, não se desconsideram as dificuldades enfrentadas pelos agricultores no passado com relação ao esforço físico necessário para a realização das atividades agrícolas. No entanto, no nosso entendimento, tal aspecto é reforçado de significado por fazer parte do *ethos* do colono, composto por uma “corrente de memória”, na qual o pioneirismo, a noção de luta, de sacrifício e de sobrevivência são elementos ainda muito presentes, conforme verificou Tedesco (1998) no estudo realizado sobre o *ethos* e a racionalidade produtiva do camponês. Relacionado a isso, no caso do nosso estudo, não raras vezes, tanto os trabalhadores de mais idade como os mais novos, citam as dificuldades enfrentadas para a realização do trabalho na “roça”. Citam, principalmente, os esforços físicos empreendidos pelos antepassados para converter, sem equipamentos mecanizados, as áreas montanhosas e de mata em espaços produtivos.

[...] *em casa, tu trabalha meio sozinho. Aqui, tu não vai fazer nada sozinho. Se tu for pegar um serviço numa máquina, sim, mas o serviço braçal é feito por mais do que um. Aqui, tu trabalha em equipe e, lá, tu trabalha sozinho [...].* (ENTREVISTADO, J. L. R.).

[...] *aqui, tu tem um monte de gente pra conversa e, lá, se tu não tá só, tu tá em dois ou três e tu só tem aqueles pra conversa [...].* (ENTREVISTADO, A. P.).

[...] *chego em casa e acho o serviço lá muito mais fácil do que aqui. Aquele serviço da lavoura, tendo a máquina pra fazer, parece que é um passa tempo. Agora, quando é mais manual, é mais difícil, que nem aqui: carregar o caminhão precisa de duas pessoas, em um tu não faz, não que a gente não faz, mas é mais forçado.* (ENTREVISTADO, D. P.).

Pra mim, dá mais serviço aqui do que na agricultura, porque, na agricultura, hoje, quase se não trabalha [...]. Lá em casa, hoje, se eu tivesse que fazer mais trabalho a braço, eu acho que não conseguia, pela idade. Imagina pega uma junta de boi e lava as terra [...]. (ENTREVISTADO, S. C.).

[...] *na agricultura, se tu quer parar, tu para. Aqui, se tu tá trabalhando, não pode parar. Vamos supor: lá, tu tá trabalhando e resolve pescar, tu larga e vai, e, aqui, não. Tu não pode fazer isso. Lá, tem mais liberdade e, aqui, tu é mandado. Se tu tá lá na esteira e não tira o produto, o produto passa e o [funcionário] lá debaixo já grita.* (ENTREVISTADO, A. P.).

A maior autonomia nas atividades realizadas na propriedade rural familiar é um aspecto citado por um dos entrevistados, quando comparado ao trabalho na Cooperativa. Esse aspecto é evidenciado em outros momentos de fala dos trabalhadores e será abordado mais adiante.

Outro aspecto destacado pelos trabalhadores é a relação de ambas as atividades, a reciclagem e a agricultura, com o meio ambiente, porém, de modo diferente. A correlação feita é de que, para a obtenção da renda, na atividade agrícola, é necessária a utilização do meio ambiente, enquanto que, na atividade da reciclagem, a obtenção da renda ocorre ao mesmo tempo em que se preserva o meio ambiente.

[...] as duas têm *relação com o meio ambiente*. Por exemplo, a agricultura, tu utiliza o meio ambiente pra ter a renda, e a reciclagem é pra você não precisar utilizar o meio ambiente, e, sim, utilizar aquilo que tá produzido pra produzir renda. Semelhança é de que as duas dá pra ganhar dinheiro [...]. (ENTREVISTADO, M. L. V.).

Elas são diferentes nos objetivos delas. Eu olho para agricultura e eu vejo como uma coisa assim, hoje, *o sistema da agricultura tá matando com o meio ambiente*, só que muito longe do que a atividade da reciclagem contribui ou ajuda [...]. A maneira, a forma com que a agricultura degrada o meio ambiente, hoje, não tem nada ver com a reciclagem, porque a reciclagem tá focada na retirada de produtos que iriam para o meio ambiente, enquanto que, na agricultura, tá sendo aplicado o veneno. Então, eu diria assim, a gente sabe que o papel, o plástico contamina o meio ambiente, mas é muito menos que o veneno que é aplicado no meio ambiente. (ENTREVISTADO, O. V.).

[...] é que lá tu tá *bastante em contato com o veneno, com o produto tóxico, apesar de que, aqui, tu tá no meio do lixo*, lá, se descuida um pouquinho, tu tá no meio do veneno. (ENTREVISTADO, A. P.).

Não deixa de ser a continuidade do nosso trabalho do interior, porque você produz o alimento, esse alimento é industrializado, embalado e volta pra onde? Pra onde vai esse pacote? Volta pra reciclagem, *é um ciclo em que nós temos o trabalho lá e aqui*. (ENTREVISTADA, L. L. V.).

Ainda, chamam atenção outras relações apontadas entre as duas atividades. Uma se refere à impureza do ambiente de trabalho em ambas as atividades: na agricultura, pelo manuseio com agrotóxicos e, na reciclagem, pelo contato com os resíduos, que podem apresentar características nocivas para o trabalhador. A outra é a de que há um trajeto percorrido que começa com a produção agrícola, que acaba saindo “das mãos” do agricultor e retornando, mesmo que de outro modo ou transformada, através da reciclagem. Ou seja, a produção agrícola é processada na indústria e retorna para a Cooperativa em forma de material a ser reaproveitado, seja na compostagem ou na reciclagem de resíduos sólidos.

Independentemente do tipo de ligação estabelecido em ambas as atividades laborais com o meio ambiente, é notório o destaque atribuído a ele, mesmo que isso ocorra de formas diferentes. Tanto na atividade agrícola como na realizada na

Copercicla há essa preocupação, talvez, porque do meio ambiente deriva uma relação importante de dependência para a produção de bens fundamentais de sobrevivência para os sujeitos do estudo – alimentos e renda. Ou seja, na atividade agrícola, o êxito ou o fracasso da produção é fortemente influenciado por fatores como o clima e a terra. Na atividade realizada na Copercicla, o grau de preocupação com a destinação correta dos resíduos pela sociedade em geral também leva ao fracasso ou ao êxito da produção de materiais recicláveis e, conseqüentemente, da geração de renda. Possivelmente, sejam esses alguns pontos esclarecedores da nossa observação de que existe uma preocupação simultânea dos trabalhadores pluriativos em satisfazer as necessidades humanas e conservar o meio ambiente.

6.2 A SATISFAÇÃO E A PREFERÊNCIA EM AMBAS AS ATIVIDADES

Com o propósito de buscar compreender os sentidos acionados no processo de identificação, tanto no nível intrapessoal como no nível interpessoal dos trabalhadores pluriativos da Copercicla, buscou-se captar o nível de importância que as duas atividades apresentam para os sujeitos pesquisados. Ao serem questionados se as duas atividades apresentam a mesma importância, a maioria, ou seja, 13 dos entrevistados, afirmou que sim, tanto a agricultura como a reciclagem são importantes. O primeiro aspecto mencionado é o fato de a renda familiar ser proveniente de ambas as atividades:

Porque, enquanto eu tava trabalhando lá, *eu vivia daquilo e, agora que eu trabalho aqui, vivo daqui e com o pouco que a gente ganha do arrendo*, porque se é só da aqui a gente não vai viver [...]. (ENTREVISTADA, T. F. C.).

Sim, porque tu trabalha nas duas, e a *renda sai das duas*. Eu, trabalhando só na agricultura como pequeno agricultor, não teria a renda para sobrevivência [...]. (ENTREVISTADA, L. L. V.).

Sim, porque eu *dependo das duas* para sobreviver [...]. (ENTREVISTADO, O. V.).

Aqui quase dobra do que eu ganho lá. Se for fazer as conta, dá mil por mês [na agricultura] e, aqui, dá quase mil e quinhentos ou um pouco mais, *só lá não daria* [...]. (ENTREVISTADO, S. C.).

Se não fosse desta forma, nós, como pequeno agricultor, não tava aqui [...]. A renda só da agricultura não sustenta nossas famílias, a que sai da agricultura não dá pra seis meses. *Aqui, embora não sendo um ganho alto, mas [junto] com a renda da agricultura dá pra viver.* (ENTREVISTADO, C. B.).

E é uma alternativa que deu tão certo pra nós que tamos no interior [...]. Pra nos, lá em casa, é *da onde sai a maior renda*. Na agricultura, é viável, ainda, porque dá pra se dizer que tu não tem praticamente o custo da água, a luz é mais barata, na parte da alimentação ela se torna muito mais barata, porque se produz e, muitas vezes, a gente usa a matéria orgânica daqui lá na lavoura. *Uma complementa a outra e que dá uma estabilidade pras famílias.* (ENTREVISTADO, O. V.).

O segundo aspecto está ligado à função social e ambiental positiva que ambas as atividades apresentam, ponto que já apareceu em outros momentos da descrição das falas. Com relação ao trabalho agrícola/rural, a importância é associada ao seu papel social principal relativo à produção de alimentos, que tem uma conotação muito positiva na sociedade, além da dependência da cidade e da indústria com a atividade do campo.

[...] *na agricultura, tu tá produzindo alimentos e coisas e, aqui, tudo aquilo que ficava na natureza, prejudicando a natureza, tu tá tirando.* Eu acho que as duas coisas é um serviço importante. (ENTREVISTADO, J. L. R.).

[...] porque, por exemplo, a gente tem vaca de leite, e *leite é essencial*. O pessoal do interior nem consome tanto leite, mas os da cidade, sim, a carne e da lavoura sai alimento de lá. Já *aqui [a reciclagem]* é importante, porque gera trabalho, *não fica acumulado lixo em volta na cidade.* (ENTREVISTADO, D. P.).

[...] porque a *agricultura é de onde vem o alimento*, e a reciclagem é uma coisa nova, eu acho que é uma coisa fundamental. (ENTREVISTADO, C. V.).

[...] porque tipo, a *cidade depende da agricultura*, ela que produz os produtos pra manda pra cidade. *Na cidade não produz nada de alimento*, só as fábrica produz fora e, aqui, *tudo que vem de fora tem o seu destino ideal*. É bem melhor no interior, porque vai ser o produto que você produziu, tu vai comer, vai saber o que foi utilizado pra tratar. (ENTREVISTADO, J. C.).

Relacionada ao aspecto ambiental, é apontada a contribuição da reciclagem através de uma destinação correta que preserva a natureza e contribui para a manutenção da limpeza das cidades ou do entorno. A consciência da contribuição ambiental, a nosso ver, está conectada ao próprio *ethos* do agricultor, que tem uma relação estreita com a natureza devido a atividade agrícola, em grande parte, depender dela. A questão está relacionada também às múltiplas funções que o mundo

rural passa a desempenhar no mundo contemporâneo. Dentre elas, está a questão ambiental, que deriva da noção de crise do meio ambiente, a qual faz ressurgir a problemática da natureza, remetendo à ressignificação dos espaços ocupados, promovendo demandas de multifuncionalidade do espaço rural para além das tradicionais funções da produção agropecuária e alimentar (FROEHLICH, 2002).

As duas são importantes pelo trabalho que cada uma desempenha. *Se não tivesse a reciclagem, a gente ia tá explorando a natureza.* Assim, a gente ocupa aquilo que já tem pra precisar tira da natureza. E, na lavoura, *se eu não tiver quem planta, não tem quem come.* Então, tanto uma como a outra fica na lavoura, é alimento. *Se não tiver alimento, todo mundo morre de fome.* E se não tiver reciclagem, a gente vai explorar a natureza pra tira os bens materiais. (ENTREVISTADO, M. L. V.).

[...] *na roça é onde a gente viveu, a agricultura é da onde a gente nasceu praticamente,* a gente não gostaria de se desligar daqui, porque a gente já tá acostumado. E, *aqui [na Cooperativa], tudo que a gente conseguiu, eu consegui me ajustar, ter a minha casa, foi com recurso daqui.* Claro que, na roça, teve também a sua contribuição (ENTREVISTADO, C. B.).

[...] porque a família e a *propriedade lá onde eu moro* é um cantinho, um pedacinho do céu, um pedacinho do paraíso. E *aqui também, porque é o local de trabalho.* Lá em casa, *é mais um aconchego, o descanso.* Aqui, a gente busca a renda, a financeira, que é também importante. (ENTREVISTADA, L. L. V.).

[...] na agricultura é *uma coisa que a gente já sabe fazer, é tão natural, que não exige que você vá se aperfeiçoar,* fazer curso. Então, quase que por natureza mesmo a gente já sabe como trabalhar a terra. (ENTREVISTADO, J. C. C.).

Com relação à importância da agricultura, destaca-se também um sentimento de valorização do meio rural que remete ao passado e à história de vida de alguns entrevistados. Observa-se que os trabalhadores possuem um vínculo muito significativo com o meio rural por ser o local onde nasceram e sempre moraram. Há um clima nostálgico. Segundo Tedesco (1998, 63-64):

A corrente de memória, seja na ótica da nostalgia, seja da dimensão religiosa, do sacrifício, etc., contribui para engajar um ethos no agir social e cotidiano presente, bem como para redefinir e cristalizar laços sociais internos e externos.

A partir de algumas falas, percebe-se que a Copercicla representa claramente um espaço de trabalho, enquanto a propriedade, por ser o local de residência dos trabalhadores, é mais associada a um local de bem-estar e acolhimento. Tal sentimento, a nosso ver, faz com que não raramente os agricultores reconheçam mais

a Copercicla como local de trabalho e a reciclagem como um trabalho. É como se a atividade da agricultura e a renda obtida através desta fossem inerentes à história de vida ou à vida atual das famílias, pois a reconhecem como trabalho, em certa medida, pela renda obtida, mas, enquanto rotina ou com relação a demais atribuições, nem sempre. Talvez, isso ocorra em função de que, na propriedade, se tem mais liberdade quanto aos horários para o trabalho e ainda devido ao mesmo não resultar em salário mensal.

Sobre esse fato, das atividades agrícolas parecerem inerentes à história de vida dos trabalhadores, de acordo com Tedesco (1998, p. 105), no caso dos colonos, estes obedeceriam a uma racionalidade espontânea, na qual “as atividades braçais e mecânicas, na lavoura e na casa, na horta ou nas pedreiras, no estábulo ou no jardim, obedecem, na sua organicidade, a uma obrigação de família no sentido ‘de se organizar a vida’”.

Quanto aos aspectos positivos da agricultura referidos pelos trabalhadores pluriativos, fica evidente a valorização do rural enquanto espaço com características que remetem à tranquilidade, ao sossego e à privacidade, sobretudo em comparação com o meio urbano, a cidade. O segundo aspecto evidenciado refere-se ao apreço às características “bucólicas” do rural e à proximidade com a natureza e, assim como já mencionado, ressalta-se a valorização de plantar e cultivar produtos para a alimentação da própria família, diminuindo, dessa forma, os riscos de consumo de alimentos contaminados por agrotóxicos.

Percebe-se, entre os entrevistados, um sentimento de compromisso e prazer com a produção de alimentos para o consumo. É como se fosse inadmissível residir no meio rural e ter que comprar no supermercado a totalidade dos alimentos consumidos pela família, e a possibilidade de contar com o cultivo de alimentos no local de residência (propriedade) é um fato muito prezado pelos agricultores.

O terceiro aspecto captado nos depoimentos é a forte relação que os trabalhadores têm com a terra, com os animais e com a essência do processo envolvido na plantação, no crescimento e no cultivo de plantas e alimentos. Tais aspectos são evidenciados a seguir:

[...] você tá um pouco *mais livre*. Lá, se tu quiser fazer cedo ou tarde, você que escolhe. Se chega uma visita ou você tá doente, você faz depois. Lá é *mais calmo*, menos barulho, você planta e o *que você quer comer tem ali*. Lá, eu no causo, *tô na beira do mato, respirando o ar puro*. (ENTREVISTADO, J. L. R.).

[...] quando dá uma produção boa, como no ano passado, que foi ano bom de bastante chuva, [...] na agricultura é sossego, tu dá um grito, ninguém vai dizer 'o, é o loco lá gritando'. A gente pode sair [e] deixa a casa aberta. (ENTREVISTADO, C. B.).

[...] *a gente fica bem mais à vontade*, eu sempre digo: se eu quiser sai lá fora só de cueca, eu posso sair sem preocupação e dificilmente alguém vai ver enquanto que, lá na cidade, se tu espichar a cabeça lá pra fora, o vizinho já vai desconfiar do que tu tá fazendo. Outra é a *alimentação: no meio rural, é muito mais natural* do que na cidade, tá tudo mais próximo. Na cidade, se eu tiver que comprar uma bergamota ou folha de salada, aí já não faz muito bem pra saúde, enquanto que, no interior, eu tenho um pé de laranja, um pé de bergamota, tenho o leite, tenho a batata e o peixe, então é *tudo mais tranquilo*. (ENTREVISTADO, O. V.).

Na agricultura, positivo é tu tá lá e *ver as lavouras bonitas* e a outra é *produzir o alimento*. Quando *tu vê os produto saindo de casa pro silo e tu sabe que tu tá produzindo alimento* é uma coisa boa também. (ENTREVISTADO, A. P.).

Na agricultura, esse foi um ano maravilhoso, porque choveu na hora certa. Então, foi um ano superbom. Quando é assim, este é o lado positivo [...]. A terra é vida. Você, plantando, vai colhe e *come aquilo que você plantou e não vai depender tanto do mercado*. Tem um valor pessoal, porque foi eu que plantei, eu que colhi, eu que fiz, pra mim, pra minha família, pra quem vem lá em casa. Daí, *eu sei que eu vou tirar dali, não vou precisar ir lá no mercado e comprar*. [Lá], *eu não sei o que eu tô comprando*, porque isto pode ser bonito, mas eu não sei o que tem dentro e, aqui, eu sei como que eu plantei, como que eu produzi e transformei ele. (ENTREVISTADA, L. L. V.).

O *consumo próprio da agricultura* vai tá *ajudando a natureza* e, na agricultura, *vai tá com a família*. (ENTREVISTADA, V. P.).

Na agricultura, *bom é porque o cara não trabalha*. Hoje, eu ligo pro motorista, ele vem ali, planta e eu só ajudo a carrega na plantadeira. Veneno também não boto a mão, só ajudo bota no *sukuta*. Antigamente, tinha que passa nas costas. Na agricultura, o bom é *tu vê a planta quando vem bonita, tu te as tua vaquinha*, tem época que nós tiramos quatrocentos ou quinhentos pila com leite e os queijinho [...], tu tê os teu bichinho. (ENTREVISTADO, S. C.).

[...] *mexer na terra, não ter horário*. E a hora que tu quer parar, tu para e, lá [na Cooperativa], tu tem a hora do intervalo, de entra, de para, é bem diferente [...]. (ENTREVISTADO, I. L. R.).

Positivo é a *produção de alimento, dar continuidade à geração de jovens na agricultura e não deixar se extinguir esse trabalho na agricultura*. O pai gostaria que eu continuasse. (ENTREVISTADO, D. P.).

Essas expressões indicam para o que Froehlich e Monteiro (2002, p. 305) referem com relação às reconfigurações que o termo “rural” passa a ter diante dos imperativos da vida altamente urbanizada:

[...] o termo rural passa a resgatar o seu sentido original de campestre e abranger um conjunto de práticas orientadas para exercícios de contato com a diversidade biológica e cultural, em condições de saúde e segurança – é a isto, agora, que tem se chamado qualidade de vida.

Outros quatro pontos que, apesar de não terem sido mencionados sistematicamente, apareceram nas falas como características positivas da agricultura, é a circunstância de realizar o trabalho em família, a flexibilidade de horário para realização das atividades de trabalho, a importância da sucessão da família na agricultura e a satisfação sentida quando não enfrentam imprevistos na agricultura e, conseqüentemente, as lavouras ficam “bonitas”. Percebe-se, claramente, nas expressões acima, que as dimensões trabalho e família se entrelaçam nas representações de ordem moral dos agricultores familiares, denominados, por Tedesco (1998, p. 62), de colonos, como se observa:

No plano simbólico do *ethos* de colono da região, terra, trabalho e família, aliados à propriedade, ao patrimônio e à herança, formam o imaginário coletivo de experiências passadas e presentes, fundantes de um modelo de referência que permite aos colonos situarem-se no espaço local. Esses elementos delineiam pressupostos de ordem moral que marcam imaginários de colonos, mesmo em meio ao processo de relações mercantis movidas pela industrialização de mecanismos de trabalho no meio rural. As idéias de “não ter patrão”, nem ter horário, o trabalho pesado, o domínio técnico tradicional e moderno, amor à terra, etc., funcionam como pressupostos da ordem moral camponesa, misturados à construção da identidade de pioneiro, da forma de a propriedade ser gerida, da família, da policultura e do trabalho. São suportes fundamentais da identidade de colono.

Com relação aos aspectos negativos, os mencionados são os mesmos já referidos em outros momentos de contato com os entrevistados, quais sejam: a falta de estabilidade financeira na atividade do campo, os altos custos da atividade rural, a inoperância da política agrícola e a necessidade de utilização demasiada de agrotóxicos.

Não ter uma renda certa na agricultura. As coisas que a gente compra, adubo, veneno, as máquina, que é tudo caro. (ENTREVISTADA, T. F. C.).

[...] na lavoura, é *muito veneno, muito inseticida*. E a outra é a *política agrícola, que não favorece* muito os agricultores. Acho que tem época que o preço tá lá em cima, outro mês tá lá em baixo, os preços dos insumos também. Outro ponto: *os fungicida e inseticida que tão sendo jogado e que prejudicam muito o pessoal*, acho que [é] a parte pior que tem (ENTREVISTADO, A. P.).

Negativo é quando a gente *investe numa planta, seja ela em grande quantidade ou em pequena quantidade, daí não dá certo*, complica tudo [...] porque você investe, já *não consegue pagar as tuas contas*. E, hoje a agricultura, a própria semente tá *dependendo de muito veneno*, de muita coisa. *Tudo isso gera muita despesas*, então, se a colheita não for boa, você vai dá um passo pra trás. (ENTREVISTADA, L. L. V.).

[...] uso do agrotóxico para poder produzir e também, antigamente, se produzia os miúdos, como amendoim, o tomate, feijão, de forma mais fácil. *Hoje, não se produz mais se não aplica agrotóxico*, e a monocultura, que, hoje, queira ou não queira tomou conta. E que tudo isso [o cultivo mais natural] traria muito mais saúde não só pra quem tá no interior, mas pra quem tá na cidade também. (ENTREVISTADO, O. V.).

Lá em casa, o pai e a mãe se estressam por alguma coisa que dá errado, tipo *vai vende tal bicho lá e, chega na hora, não consegue*. (ENTREVISTADO, I. L. R.).

Hoje em dia, pra você trabalha na roça, os bichos estão demais, as lagarta. Isso aí, no meu ver, estas doenças vêm já na semente pras empresas pode vende. Essa *Monsantus* é a responsável. Essa mofa asiática, *se tu não passa o produto três a quatro vezes, tu não colhe nada*. (ENTREVISTADO, C. B.).

Os aspectos acima mencionados, aparentes não só nos últimos depoimentos, relacionam-se ao “*ethos colono*”, que articula os universos interno e externo, que envolve a realidade familiar dos trabalhadores. O universo interno está ligado aos sentidos de propriedade, às leis internas da família, à intencionalidade do trabalho, voltada, primeiramente, a atender às necessidades básicas da família, com os códigos de sociabilidade, com o vínculo com o local, entre outros, que extrapolam, portanto, o sentido econômico. No universo externo, é composto pela questão da infraestrutura, do mercado, do abastecimento, dos insumos à produção, do espaço de trabalho, da utilização da terra e da própria racionalidade da sociedade envolvente (papel do Estado, nível de industrialização, presença de comerciantes, entre outros) (TEDESCO, 1998).

Na atividade de reciclagem, os aspectos positivos mais evidentes nas falas dos sujeitos advêm da convivência e das relações derivadas desta, tais como a amizade, o trabalho em equipe, as regras necessárias ao trabalho coletivo, a possibilidade de se expressar, de conhecer outras pessoas, de sair do ambiente doméstico e de

relacionamentos. Ou seja, a atividade laboral realizada na Copercicla mostra-se capaz de promover uma sociabilidade diferente, que extrapola o âmbito familiar a que estavam habituados os trabalhadores. Ao trabalho realizado fora do âmbito doméstico/familiar é atribuído um valor, que se articula com a valorização de outras esferas da vida, como se verifica nos relatos a seguir:

[...] *se reúne todas as segundas-feiras pra conversa, a gente tem um momento de se expressa. O trabalho lá em baixo que é muito bom. Eu adoro trabalhar aqui.* (ENTREVISTADA, T. F. C.).

Eu me sinto à vontade trabalhando aqui, *a aprendizagem, a convivência e o trabalho em equipe* é o positivo [...] me sinto feliz em trabalhar aqui. Como pessoa, você está aprendendo, *tu sai, conhece e faz bastante amizade.* Se você tá ali só na agricultura, você tá só ali, você não conhece nada (ENTREVISTADO, J. L. R.).

[...] a oportunidade, porque, dentro da necessidade, surgiu esta oportunidade. O outro é *você conhece muitas pessoas* aqui dentro, porque, se eu não tasse trabalhando aqui, *se eu tivesse só lá em casa, dentro das minha quatro paredes, eu não ia conhecer as pessoas* que passaram por aqui, que tão aqui e que ainda vão passar. Aprendi a controlar o sistema nervoso e a conviver com as situações e com a tensão – era uma coisa muito negativa e eu aprendi me fazia muito mal, me dava dor de estômago e dor de cabeça. (ENTREVISTADA, L. L. V).

[...] *é convive com os amigos, aprende mais coisas* e de trabalhar lá, não tanto o dinheiro, mas *a amizade que a gente tem das pessoas.* (ENTREVISTADA, V. P.).

[...] o fato de *aprender a seguir regra*, porque, aqui, tu não faz o que tu quer, como as pessoas acham. Então, *é positivo preparar as pessoas para outro trabalho.* (ENTREVISTADO, D. P.).

Abaixo, optamos por manter quase que integralmente a fala de um dos entrevistados por considerar que ela demonstra com expressividade a positividade e importância atribuída à relação com outras pessoas para um dos trabalhadores, que se descreveu como extremamente tímido e com dificuldades de comunicação antes de vivenciar a convivência de trabalho na Cooperativa. O entrevistado afirmou que, quando a atividade de trabalho ocorria somente na agricultura, as suas relações se restringiam aos familiares e que, a partir da sua vinculação à Copercicla, surgiu a possibilidade de se relacionar com outras pessoas, principalmente do meio urbano. Para ele, isso foi imensamente positivo, em função da oportunidade de vivenciar e se deparar com outros modos de se relacionar com o trabalho, com a vida e com os relacionamentos afetivos. Na visão do entrevistado, as pessoas do meio urbano são

diferentes: ele as caracteriza como mais “liberais”, menos preocupadas e desapegadas de uma estabilidade financeira, contrariamente ao que estava acostumado a vivenciar no ambiente familiar.

Tu te *um monte de amigo* pra brinca e da risada [...]. Quando eu tava só *la na roça, a comunicação pra mim era muito difícil*, esse era um problema meu. Aqui, a gente tem duas realidades, não sei se você notou isso, ou não. O pessoal de Santa Cecília e da roça tem um sistema de vida que é diferente do pessoal que vem lá da vila de Tapejara, é muito diferente a realidade, é muito grande. A conversa era muito difícil, tu ia só numa reunião e saia de lá, ia pra lavoura e não conversa praticamente com ninguém, tu conversava muito pouco. *Eu era de muito pouca conversa, depois que vim aqui eu virei um papagaio*, como diz o outro. Aqui, tá louco, a realidade deles que vêm da cidade é bem diferente de que a minha [...]. A vida deles é diferente: pra eles, sai hoje e não vim trabalha no outro dia tanto faz. E eu não, se tô trabalhando aqui, tenho que trabalhar direto e eles não – pra eles, se vim trabalhar aqui e achar que, pra passar um mês, R\$ 800,00 chega, eles trabalham até faze os oitocentos reais e depois festa e festa. Se eles vão pra um baile e toca de fica dois dias lá, eles ficam, e eu não. Se eu saí de casa e tenho duas horas pra í e pra voltar, eu volto, porque eu tenho um compromisso em casa, e eles não pensam nada disso. Se eles tão saindo com a turma, pra eles é tudo igual, não tem diferença entre homem e mulher, é tudo a mesma coisa, e nós, aqui, não, pra nós é um pouco diferente. Isso, pra mim, como é que vou te dizer, *foi importante pra mim saber que é assim* [...]. Eu acho que eu sabe disso é positivo, *abriu bastante a minha cabeça*. Pra mim, foi uma experiência positiva, eu pensei que jamais ia ver estas coisas, eu jamais pensei que existia isso. E eu acho, agora, que eles tão mais certo do que nós que eles tão aproveitando a vida, não tão só trabalhando, e nós só trabalha, trabalha e chega no fim [...]. *Mudei bastante, e não um pouco*. Eu, por exemplo, eu nunca gostei de ir em festa em baile e, agora, a cada de vez em quando, eu vou, não gosto muito do baruíão, mas eu vou, porque, lá, eu tenho os amigos e fico dando risada e vendo o movimento. Às vezes, no baile de noite, a pessoa daqui do trabalho é bem diferente. Isso eu achei muito engraçado. Quando eu vim pra cá, diziam que tinha gente que fazia programa e eu disse: ‘virgem jesus’, mas [tem] gente que faz programa aqui e ela é uma pessoa normal! Que nem, esses dias, um cara disse: mas onde que se viu, lá onde que você trabalha tem gente que faz programa e eu disse pro cara: ‘mas qual é a diferença de fazer programa e você? Ela tem mais dignidade trabalhando do que você falando dela!’. Às vezes, as pessoas fazem programa, porque precisam de dinheiro e não tem o que fazer, vão tirar da onde? Aqui também tinha duas mulheres que eram casadas com duas mulheres, mas agora elas saíram, mas muito legais pra tu tá junto e conversar. Mas se tu falasse pra o pessoal de fora pra ver. *Se eu não tivesse vindo trabalhar aqui e convivido com elas, eu ia ajudar os outros a falar mal delas* também. Por exemplo, pro meu pai, que sempre viveu na roça, que ia na bodega, mas, não teve essa oportunidade de convivência, isso seria uma coisa do outro mundo [...]. E eu digo que *não vô fica mais tanto em casa* e eu tô pensando como eles dizem: *hoje é hoje amanhã e amanhã é outro dia*. (ENTREVISTADO, A. P.).

Observa-se que a convivência com outras pessoas contribui, inclusive, para o entrevistado rever sua posição em frente a situações relativas à homossexualidade e à prostituição, antes vistas por ele, conforme relata, com preconceito e estranheza.

Como é possível perceber, a ampliação das relações de convivência do entrevistado a partir do outro trabalho o motivou a lidar de modo diferente com a sua vida, pois, de acordo com sua fala, passou a pensar que “hoje é hoje, amanhã é amanhã e é outro dia” (ENTREVISTADO, A. P.), ou seja, passou a valorizar o presente sem tanta preocupação com o futuro. Nessa expressão, visualizam-se aspectos da reflexão que Bauman (2005) faz sobre modernidade sólida e líquida. Observam-se características da modernidade líquida sendo assimiladas pelo trabalhador que tinha uma relação mais rigorosa com a vida e com o trabalho e que, ultimamente, passa a considerar o tempo como um bem precioso que necessita ser usufruído. Diminui a preocupação com o longo prazo, com planejamentos de vida e valoriza os momentos, estes não necessariamente relacionados somente ao trabalho e à renda. Nesse contexto, ocorre um tensionamento entre o “*ethos* colono” e as manifestações comportamentais contemporâneas dos sujeitos que residem no meio urbano.

A sociabilidade vivenciada pelos sujeitos pesquisados no campo laboral (na Copercicla), em especial pelo último entrevistado acima, induziu uma conversão dos indivíduos a uma nova concepção do “eu” e do “mundo”, conforme argumenta Dubar (1997). Assim, ocorreu justamente o que é previsto por Barros e Pinto (2008, p. 68): “por meio do trabalho, o sujeito tem acesso ao reconhecimento de si e, simultaneamente do outro”.

Nesse ângulo, o trabalho na Copercicla apresenta-se fundamentalmente como espaço de encontro e troca com os outros. Verifica-se que o trabalho, além de ser expressão do ser com a natureza, a qual ele transforma, também pode autotransformar o ser que trabalha através da relação com a cultura, da identificação com o grupo, do sentimento de autoestima ou da autorrealização (BARROS; PINTO, 2008).

Essa mudança de relação do entrevistado com o trabalho – e, pode-se dizer, com a forma com que, a partir da atividade, passou a compreender e conduzir algumas questões em relação à vida – remete às nossas presunções de que o mundo do trabalho influencia consideravelmente nas relações sociais e na subjetividade dos sujeitos. A socialização, segundo entende DUBAR (1997), não tem uma forma de estrutura rígida que não se modifica: ela se apresenta como um processo dinâmico que constrói, desconstrói e reconstrói as identidades. E é da correlação entre estruturas sociais e estruturas mentais que resulta essa construção.

Observa-se, portanto, um processo de transformação da própria estrutura da identidade pessoal e o surgimento de novas formas de subjetividade que suscitaram mutações das identidades no campo privado, profissional e simbólico. As mudanças, sob a ótica de Dubar (2009), poderiam ser apontadas como resultado de um processo, denominado de crise de identidade, porque a situação ocorrida envolveu, por parte do sujeito, o questionamento de um sistema de crenças acerca de si, dos outros e do mundo socialmente construído. Também como ponto positivo – não mais importante do que os aspectos acima referidos, mas identificado como relevante pelos entrevistados – está o reconhecimento, por parte dos próprios trabalhadores, da função ambiental da atividade da reciclagem e da contribuição desta para a natureza, ao mesmo tempo em que gera renda para inúmeras famílias que, atualmente, contam com a reciclagem como um complemento de renda, como já referido.

É um trabalho ambiental que a gente faz sem muita noção do bem que tá fazendo pra natureza. Além de contribuir com a preservação da natureza, a gente tá tirando desse material o sustento de muitas famílias que, hoje, vivem no campo e que dependem da renda que vem da reciclagem (ENTREVISTADO, C. B.).

Sobre os aspectos negativos do trabalho com a reciclagem na Copercicla, verifica-se que se sobressai a dimensão ligada às relações estabelecidas no trabalho. Porém, contrariamente ao aspecto positivo anteriormente referido, a questão aparece também como um ponto frágil ou, ainda, negativo. Revela-se uma dificuldade de lidar com a repercussão de determinadas situações que normalmente são características do trabalho coletivo e ou em equipe. Acredita-se que tal dificuldade se apresenta para os agricultores familiares pluriativos, porque se trata de uma experiência relativamente nova para eles, visto que não estão acostumados com tal tipo de relação. Isso, porque, antes, seus relacionamentos se restringiam ao âmbito familiar, espaço em que algumas situações citadas não ocorrem e, quando ocorrem, são tratadas de modo diferente, por terem mais liberdade para se posicionar e expressar.

[...] *não tenho coragem de dizer as coisas para pessoas fazer.* Eu vejo as coisas erradas, espero um pouco e vou lá e faço. (ENTREVISTADA, T. F. C.).

[...] o mais difícil é tu *trabalha com o lado humano das pessoas aqui dentro*, porque é muitas diferenças, muitas culturas. Você se controla, mas, às vezes, tu se descontrola também. Porque é dentro destas diferenças que surge a parte negativa, e *tu tem que saber falar, a hora de falar e se controlar*. (ENTREVISTADA, L. L. V.).

[...] negativo é *as encrencas que eu já tive aqui dentro*. O negativo é que *alguns têm falta de cooperação*, mas, se todo mundo se ajudasse, ia muito mais pra frente isso aqui, mas isso é normal. (ENTREVISTADO, J. C.).

Nota-se que o aspecto ligado às características práticas do trabalho, de manusear os resíduos, que geralmente são vistas com olhar negativo pela sociedade, para os próprios trabalhadores não se caracteriza como ponto negativo ou inconveniente. Apenas dois trabalhadores mencionaram aspectos de tal natureza, porém, sem dar muita ênfase:

O negativo é que, na Cooperativa, tem cheiro e tem pó, porque vem vários materiais. (ENTREVISTADO, A. P.).

O ruim é o cheiro, que tem dias que tem demais, tem dias que tem muito barulho e tem dias que tem muita mosca e barata também. (ENTREVISTADO, V. P.).

Outras questões que os entrevistados enxergam como negativo é a visão que a sociedade, de um modo geral, tem acerca dos trabalhadores vinculados à atividade da reciclagem e a pouca consciência que as pessoas apresentam. Esses pontos serão abordados mais adiante.

Procurou-se também averiguar se, entre a atividade de trabalho realizada na agricultura e na reciclagem pelos agricultores pluriativos, há maior satisfação, prazer ou preferência por uma delas. Seis entrevistados responderam sentir o mesmo grau de satisfação em ambas as atividades e algumas respostas não indicaram claramente a preferência por uma das atividades, como se observa:

Eu gosto de trabalhar tanto na reciclagem quanto na roça. Até ontem eu achava que era a lavoura, mas, hoje, eu acho que é a reciclagem, porque todos os dias você tá aprendendo coisas novas. Na agricultura, tu já sabe e, na Cooperativa, cada dia muda e cada dia tu aprende (ENTREVISTADO, J. L. R.).

Eu não sei se posso dizer que uma me dá mais prazer do que a outra. As duas me dão prazer, faço com gosto. Lá em casa, você faz pra família e tu vê a família se sentindo bem, tu também tá bem. E, aqui, tu tá trabalhando para o bem da Cooperativa e também te sente bem. (ENTREVISTADA, T. F. C.).

Sinceramente *eu fico um pouco duvidoso*, mas eu *acho que a reciclagem ainda prevalece*. Pra eu responder, eu teria que viver só um tempo na agricultura e um tempo só na reciclagem. Eu acho que *as duas [...]*. Eu sei que se eu me mudar do interior pra cidade, eu sei que, de repente, com aquele meu vizinho de porta eu já não vou ter aquela boa amizade como eu tenho aqui no interior. E na reciclagem é da mesma forma, eu consigo me relacionar com aquele que tem mais conhecimento e com aquele que tem menos conhecimento, tanto numa como na outra, me parece que eu consigo ser útil para as pessoas, que, algumas vezes, precisam de alguma ajuda [...]. (ENTREVISTADO, O. V.).

Fala bem a verdade, *nas duas*, porque só lá [na agricultura] eu não vivia e, *aqui*, [na reciclagem], *por causa da companhia, porque fica lá sozinho atirado em volta é triste, aqui tu tem os amigo*. Eu, se fosse pra mim te que planta minha terra, eu arrendaria pra fica aqui. Não gosto mais, me ressabio, pelo amor de deus, quarenta anos trabalhando na roça [...]. (ENTREVISTADO, S. C.).

Lá na reciclagem, mas na agricultura também gosto. Mas parece que depois que comecei lá, não tenho mais muito pique pra trabalhar na roça. Lá também fiz muitos amigos, agora que tô de férias sinto saudades de lá. (ENTREVISTADA, V. P.).

Observa-se que, dentre os aspectos mencionados pelos entrevistados que justificam a satisfação pelas duas atividades de trabalho, com a exceção de um agricultor, não são assinalados aspectos diretamente ligados ao âmbito econômico-financeiro. Os elementos que aparecem nas falas são as possibilidades de aprendizagem que uma e outra atividade proporcionam de estabelecer relações extrafamiliares e a convivência com os colegas na Cooperativa.

Quatro entrevistados afirmaram sentir mais satisfação e prazer em trabalhar na agricultura e o mesmo número na Copercicla. Os que mencionaram a reciclagem como a atividade preferencial atribuem à sociabilidade, à dinamicidade, ao trabalho coletivo e, mais uma vez, às relações de amizade estabelecidas no ambiente de trabalho as motivações pela preferência. Destaca-se que um dos entrevistados atribui a preferência pela reciclagem devido às dificuldades do trabalho já vivenciado na agricultura, especialmente o esforço físico. E outro entrevistado faz referência ao fato de a reciclagem ser considerada uma atividade relativamente nova, a qual, para ser desempenhada por eles na Copercicla, conta com estrutura adequada, contrariamente à realidade da maioria dos trabalhadores dos que atuam no ramo da reciclagem.

[...] aqui é bom de trabalhar, convive com bastante pessoas, aprende, ensina. (ENTREVISTADA, V. P.)

Na minha vida da roça, eu sofri bastante, desde os 11 ano lavrando nos morro. Às vezes, tu não tinha nem força de ergue o arado que enroscava nos toco. Eu sofri, eu sofri na roça. (ENTREVISTADA, T. F. C.).

Eu ainda *prefiro aqui na reciclagem*. Aqui, tem vários motivos, a gente vai fazer entrega e *a gente sai*. *A gente desisstressa*, troca de lugar; hoje tu tá aqui, amanhã de manhã tu pega o caminhão e vai fazer uma entrega. Tu pode até voltar no mesmo dia, é cansativo, mas *tu vê outros lugares e outras situações*. E, depois, *a gente tá aqui e não é só uma pessoa*, a gente é praticamente uma família. A gente tem uma família em casa, mas aqui também é uma família. A gente *se respeita, se conversa, se diz as coisas, mas todo mundo se cuida*. (ENTREVISTADO, C. B.).

Aqui, na Cooperativa, eu gosto de trabalhar aqui porque aqui é um *trabalho diferente, é um trabalho novo* até então. Tu vendo a forma como as pessoas trabalhavam em lixões e a estrutura diferente que a gente tem aqui na Cooperativa, com certeza, *é longe do frio, da chuva*, é com certeza muito diferente do que tu trabalha num aterro, num lixão (ENTREVISTADO, M. L. V.).

Prefiro mesmo é aqui dentro. (ENTREVISTADO, J. C. C.).

Dentre os quatro entrevistados que afirmaram sentir mais prazer na atividade agrícola, devido a maior liberdade e ao prazer em apreciar o desenvolvimento das plantas, dois, apesar da maior satisfação, apresentam argumentos relacionados às dificuldades que se apresentam aos pequenos produtores e as melhores condições que deveriam ter na atividade agrícola, tais como maquinário e preço etc., por exemplo, como se observa:

Eu, se tivesse bastante terra, *gostaria bem mais de trabalhar na agricultura*. Eu acho que é bem mais legal, *mas tinha que ter máquinas e mais coisas*, mas que nem nós, agricultor pequeno, não. (ENTREVISTADO, D. P.).

Eu sempre disse: se eu tivesse bastante terra, eu trabalharia só na terra. Eu gosto de um *trabalho mais largado, que não tenha muita regra, e lá eu poderia fazer mais o que eu queria*. (ENTREVISTADO, C. J. V.).

Na verdade, mesmo, eu *gostaria de trabalhar mais na agricultura*, porque trabalha lá parado é bravo e, se tu tá *em casa, tu caminha, a gente não fica parado [...]*. Mexe na terra e planta, tu *tá mais livre, tá trabalhando para você*. Se tu quer sentar, dá, e lá [na reciclagem] tu tem que manter o teu horário. Se tu parar, já tem um gritando. (ENTREVISTADO, J. C.).

É a agricultura, não tem nada melhor que tu chega lá na lavoura e vê a planta vindo bonita. Se tá chovendo bem, não tá dando seca, os preços tão ajudando, daí vale a pena. Agora, se dá uma seca e não tem preço, não é bom. (ENTREVISTADO, A. P.).

As questões citadas que limitam e influenciam a escolha do que fazer em termos de trabalho pelos agricultores familiares são especialmente de ordem

macroestrutural, as quais dificultam a comercialização, a organização da produção e, conseqüentemente, causam insuficiência de renda familiar.

6.3 AS REPERCUSSÕES DO TRABALHO NA RECICLAGEM – O QUE MUDOU?

No esforço para apreender os sentidos acionados no processo de identificação, tanto no nível intrapessoal como no nível interpessoal, buscou-se também levantar a percepção dos entrevistados sobre as mudanças que ocorreram nas suas vidas desde que passaram a trabalhar em outra atividade além da agrícola e a quais aspectos relacionam-se as alterações.

Todos os entrevistados mencionaram que houve mudanças. Deles, nove declararam enfaticamente a alteração, como se percebe em algumas falas: “(...) mudou muito” (ENTREVISTADA, T. F. C.); “(...) sim bastante” (ENTREVISTADO, D. P.); “(...) muito, com certeza” (ENTREVISTADA, L. L. V.); “(...) mudou muitas coisas” (ENTREVISTADO, I. L. R.); “(...) se mudou, bastante” (ENTREVISTADA, V. P.). Dentre os pontos que se destacam, a maioria se repete e já foram expressos e apresentados anteriormente, o que as ratifica como questões realmente significativas para os trabalhadores entrevistados. A primeira delas é o aspecto financeiro, pois a evolução da renda refletiu na possibilidade de aquisição de bens materiais e melhoria das condições e cuidados com a saúde, ponto mencionado por dois trabalhadores entre os depoimentos abaixo:

Mudou a renda. Na área agrícola, se você planta pouco, ganha pouco e, assim, se você planta um pouquinho e trabalha aqui, chega no final do ano, junta daqui e dali e dá. Se eu não tinha vindo aqui, nós não tinha nem a metade do que temo. Mudo tudo na casa também, a casa ganhamos do sindicato, compramos o auto. (ENTREVISTADO, S. C.).

[...] não ia ter conseguido comprar tudo o que eu tenho, porque aqui eu tenho o salário todo mês [...]. (ENTREVISTADO, D. P.).

[...] se eu quero comprar alguma coisa ou sair em algum lugar, eu sei que eu posso ir. (ENTREVISTADO, J. C.).

[...] os agricultores estão com carros melhores, motos e os filhos estudando. As oportunidades pra quem tem a vontade na Cooperativa vão crescer. (ENTREVISTADO, J. S. P.).

O salário que a gente ganha é melhor, porque, ali com as vacas, alguma vaca ficava doente ou tinha que compra o milho e, no final, não sobrava nada. Ali, na plantação, tinha que compra adubo, ureia, paga o trator. Ali, na Copercicla,

eu tô ganhando os meus mil e poucos e é limpo, não precisa se preocupa com nada, só com o rancho e com as coisas da casa. Acho que isso aí foi uma coisa que mudou bastante. (ENTREVISTADO, J. L. R.).

[...] *mudou desde a saúde. Quando tava trabalhando pra fora, tava sempre meio travado e doendo muito a coluna e, depois, trabalha com a vaca, às vezes dava stress. (ENTREVISTADO, J. C. C.).*

[...] *porque, com o dinheiro que ganho aqui, eu posso comprar as coisas que eu não podia comprar antes, pude arrumar meus dentes, coloquei aparelho nos dentes. Primeiro, não tinha como arrumar os dentes. Primeiro, você tinha que tá medindo o dinheiro. Agora, também tem que ver se dá ou não para comprar, mas agora é bem mais fácil. (ENTREVISTADA, T. F. C.).*

O segundo aspecto, também recorrente e significativo, é a repercussão da atividade na Cooperativa e da convivência neste ambiente de trabalho no comportamento dos agricultores, que se declararam retraídos e envergonhados anteriormente à vivência laboral fora da agricultura.

Mudei muito, porque, antes, eu chorava quando via as coisas que não conseguia fazer, eu chorava, mudei cem por cento [...]. Eu *converso mais com as pessoas*, eu era muito fechada, sozinha, não tinha muito relacionamento com as pessoas. Na roça, conversava com os bois. (ENTREVISTADA, T. F. C.).

Você trabalhando fora já é outro sistema. De repente, eu tenho um sistema mais violento, mais nervoso [...]. Trabalhando fora, *você acaba se acalmando mais*, você tando só ali, você fica nervoso, por exemplo, se eu tô trabalhando sozinho, fico mais nervoso. Aqui, *tu despairece, conversa com um e com outro, dá para dividir as preocupações. (ENTREVISTADO, J. L. R.).*

Quando eu trabalhava em casa, *eu era quieto. Acho que entrei mais na sociedade, tinha vergonha até na aula de ler. Por exemplo, se eu tivesse só no interior e se tu chegasse pra me entrevistar, eu ia correr ou me esconder. (ENTREVISTADO, D. P.).*

Eu sei que *me sinto mais feliz aqui de que em casa*, porque, em casa, se tu tá com a muié, tudo bem, mas se tu tá lá pra fora, tá sozinho, tá na roça, tá sozinho e, *aqui, tá sempre junto com a turma, trabalha junto, nos intervalo tá junto. Quando o O. me convidou pra carrega frango, eu não queria ir junto com um grupo de 12 homens, eu me via apurado pra chega no trabalho de vergonha e, agora, não. (ENTREVISTADO, S. C.).*

[...] pra mim, vim trabalhar aqui *ajudou bastante*, eu era bem quieto, envergonhado. (ENTREVISTADO, I. R.).

Eu era uma pessoa muito quieta, muito envergonhada. Cheguei, *fui criando amizade*, agora estão dizendo que sou quase a mais fulenta lá dentro. Se fica só em casa, tu não conhece muito. (ENTREVISTADA, V. P.).

A mudança não se refere só a questões comportamentais, como a ampliação do círculo de convivência, antes restrito. Tanto nas expressões acima como nas descritas abaixo, a relevância do trabalho extrapola os aspectos financeiros, demonstrando que tal atividade se apresenta também como um meio de inserção social em que outros aspectos, como os psíquicos e físicos, estão estreitamente implicados e envolvidos (DEJOURS; DESSORS; DESRLAUX, 1993).

[...] *o aprende a convive com as outras pessoas, com a diferença das pessoas, porque você vive sozinha lá, só com a tua família, tu pensa que todas as pessoas são iguais e, em vez, não, a sociedade é diversa.* (ENTREVISTADA, T. F. C.).

[...] *vem gente falar comigo de coisas sobre a reciclagem que eu nem sei quem é às vezes. As minhas relações antes eram muito mais limitadas, hoje não.* (ENTREVISTADO, O. V.).

Os entrevistados também apontam a Cooperativa como responsável pela possibilidade de sair, viajar e conhecer outros lugares que contribuíram para as questões comportamentais acima referidas e também para a ampliação de conhecimentos, antes limitados à agricultura.

Primeiro, a gente ficava sempre em casa. Agora, a gente sai vai conhecer outros lugares, como eu fui lá em Cruz Alta, onde tu [a pesquisadora] mora. Se tasse lá na roça, eu não tinha estas possibilidades de vê e conhece, eu nunca saía. Daí eu vim aqui e fui fazer até administração em Água Santa, fui fazer um curso de almoxarifado. Com a família, a gente tem mais o que conversa e ensina para os filhos. (ENTREVISTADA, T. F. C.).

[...] *me encorajei de fazer um curso de teologia, já tô no terceiro ano, me encorajei de fazer a carteira de motorista.* (ENTREVISTADA, L. L. V.).

[...] *a gente conheceu várias coisas que, só na agricultura, a gente não teria oportunidade. Hoje, tu vai numa fábrica de papel, por exemplo, pra mim é normal, mas, pra quem nunca foi, quando olha aquilo lá, fica encantando, como é que pode o papel lá na água se transforma. Eu já fiz várias viagens [...]. Se não fosse eu estar aqui, eu não iria conhecer. Hoje em dia, o cara vê um plástico jogado no asfalto, tu pensa: aquilo ali não poderia estar jogado ali e poderia estar sendo aproveitado.* (ENTREVISTADO, C. B.).

Só fiz a faculdade que eu fiz porque tinha a Cooperativa, senão eu tinha procurado outra faculdade pra fazer, ou seja uma outra profissão [...]. (ENTREVISTADO, M. L. V.).

[...] *principalmente o financeiro, o convívio, porque o máximo que eu convivi foi no ensino médio e, depois que vim trabalhar aqui, conheci o pessoal. A importância é a diferença cultural, as diferentes conversas, que nem, tu conversa com os que moram em Tapejara, é uma conversa; conversa como os que moram no interior, é outra conversa; e com os mais velhos, mais*

novos, é outra conversa. É diferente, tu não conversa sobre o mesmo ramo de assunto. (ENTREVISTADO, C. J. V.).

Observa-se certo empoderamento dos trabalhadores para se expressar sobre a atividade de trabalho na reciclagem, pois parecem demonstrar-se confiantes acerca do conhecimento e propriedade que possuem sobre a atividade, tanto que, em alguns momentos das entrevistas, demonstram pouco reconhecimento dos saberes que possuem com relação ao trabalho rural/agrícola. O aprimoramento profissional ocorrido através de cursos, contato com outras organizações, ou através da própria experiência na reciclagem parece imprimir um status a este trabalho diferente das atividades realizadas na agricultura. Conforme já mencionado em outra parte da tese, é como se os saberes e conhecimentos que os entrevistados possuem sobre o trabalho agrícola fossem intrínsecos às suas vidas. Segue, abaixo, parte das expressões dos sujeitos da pesquisa sobre as mudanças ocorridas nas vidas deles após a inserção na atividade de trabalho de reciclagem:

Dentre a reciclagem e a agricultura, eu *falaria com mais propriedade do serviço que eu tô fazendo agora, que é da reciclagem*. Da agricultura, a gente é daquele modo antigo, ainda não se aprimorou mais. *Aqui [na Cooperativa] já não, a gente fez vários cursos [...]*. (ENTREVISTADO, C. B.).

Muita coisa, *o modo de trabalhar é diferente, a agricultura tem um serviço de colono e, aqui, é tipo uma indústria, trabalho com máquinas [...]*. (ENTREVISTADO, I. L. R.).

[...] *se eu não tivesse vindo aqui, não saberia muita coisa. Tipo, lá na agricultura, só saberia sobre isto*. Eu pode compra as coisas sem ficar dependendo do pai e da mãe, dos outros. (ENTREVISTADO, J. C.).

[...] *quando tu vê um plástico, um papel de bala, tu sabe pra onde pode ir e, se tu vê alguém jogando, tu diz: junta ali que isto pode ir pra reciclagem*. (ENTREVISTADA, E. M.).

[...] hoje, a gente consegue falar bem mais daquilo que a gente faz. Porque tu não vai falar em público coisa que tu não sabe, e isso a gente sabe, já fizemo uns curso também. (ENTREVISTADO, S. C.).

Pelo crescimento da Cooperativa, há necessidade de muita gente da cidade, mas até estas pessoas, no dia a dia, também mudam. Então, são duas as situações: as pessoas que trouxeram estas questões pra dentro da Cooperativa e as pessoas da cidade, que também estão levando esta sistemática e esse jeito de trabalho dos agricultores. *Pessoas que não davam bola pra isso, que viam os lixos ali jogados e não estavam nem aí, mas que, hoje, estão levando uma preocupação e um novo comportamento para o seu bairro e o seu entorno*. O fato de *trabalhar na Cooperativa os identifica*. (ENTREVISTADO, J. S. P.).

Nessas últimas expressões, apresenta-se um aspecto já evidenciado em outro momento da análise, que é a troca de saberes e intercâmbio entre os sujeitos do meio rural e urbano. Porém, aqui, relaciona-se fundamentalmente à cultura do trabalho e à influência na mudança de comportamento com relação à necessidade de ter uma preocupação com o descarte adequado dos resíduos. A relação de troca de saberes entre os sujeitos dos meios rural e urbano no ambiente de trabalho evidencia a argumentação da existência de uma relação que, cada vez mais, aproxima e integra esses dois polos, tradicionalmente vistos pela abordagem funcionalista como opostos (WANDERLEY, 2000).

7 A IDENTIDADE “VIRTUAL” E “REAL” DOS TRABALHADORES PLURIATIVOS: UMA IDENTIDADE “NOVA” SE PROCESSA?

Neste capítulo, procurou-se analisar os dados que elucidam como os trabalhadores se identificam com relação às atividades laborais que realizam e como, na percepção deles, a comunidade externa os identifica, ou seja, se como agricultores ou recicladores ou como trabalhadores de ambas as atividades laborais. Entende-se que, com exceção da primeira subseção, na qual está descrito como eles mesmos se identificam, parte dos dados do capítulo estão relacionados, em grande medida, a elementos do que vem constituir a parte da identidade imposta pelo outro, a qual se intitula de identidade virtual.

As identidades virtuais são aquelas que resultam de um processo de atribuição de uma condição, status, identidade e que tem que ser analisada no interior dos sistemas de ação do sujeito e como sendo resultado da tensão de um grupo sobre o indivíduo – ou seja, no caso aqui estudado, nos espaços de trabalho organizacional (na Copercicla) e familiar (na propriedade rural). Conforme descrito nos primeiros capítulos, existe um entendimento de que as identidades se constroem num processo no qual as identificações atribuídas pelos outros e as identificações reivindicadas por si mesmo vão interagindo, isto é, desenvolvendo estratégias identitárias com o fim de reduzir a distância entre as duas identidades, especialmente quando existe um distanciamento entre as duas, o que poderá resultar numa crise identitária (DUBAR, 2001; WAUTIER, 2001).

Assim, também neste capítulo, procurou-se verificar se a crise ou a insegurança ontológica – noção desenvolvida por Bendassoli (2007) que se refere a um processo social que dificulta o senso de segurança pessoal no que diz respeito à experiência subjetiva com o trabalho (e que, no nosso entendimento, não deixa de ser também um comportamento que pode se assemelhar à crise) – se faz presente no contexto em que os trabalhadores convivem com as duas atividades laborais distintas.

7.1 AGRICULTORES, RECICLADORES OU AGRICULTORES/RECICLADORES?

Quando perguntado aos entrevistados se os mesmos se identificam como agricultores ou recicladores, quatro responderam que se identificam como recicladores e um como agricultor. Ressalta-se que os primeiros estão dentre os entrevistados com menos idade, sendo que dois possuem 18 anos e os outros 20 e 23 anos. Sobre o último, ressalta-se que este atribui a identificação ao motivo de ser presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Santa Cecília do Sul, como se observa:

Como é que eu vou me apresentar como reciclador se eu sou representante do sindicato rural, mas, enfim, eu sempre fui agricultor e sempre [me] defendo como agricultor. Mas, sem problema nenhum também se alguém disser que eu sou reciclador [...]. (ENTREVISTADO, A. P.).

Os demais entrevistados não apresentaram uma resposta enfática e que convença sobre a identificação com uma das duas atividades de trabalho – apesar de fazerem referência a uma, logo se contradizem ao fazerem menção a algum aspecto que os identifica também com a outra atividade. Os que se identificam como recicladores mencionam, no entanto, que, quando necessitam informar a profissão formalmente para realizar um cadastro, referem-se a si como agricultores, fundamentalmente em decorrência da aposentadoria, já que grande parte deles possui bloco de produtor e pretende se aposentar como agricultor, em especial aqueles que não têm muito tempo de contribuição de INSS junto à Cooperativa ou outro trabalho.

Nos papel que eu faço fora, vai sempre como agricultura, mas eu me sinto uma recicladora. Por exemplo, quando a gente vai comprar alguma coisa, eu digo que só agricultura, porque a gente se acostumou dize que trabalha na roça e também por causa da aposentadoria. (ENTREVISTADA, T. F. C).

Como agricultor pequeno, tu nem aparece, mas ainda, se eu vou no banco, sempre eu digo agricultor, a gente trabalhou mais ali. Na reciclagem, eu sou novo, se tu vai trabalhar noutra coisa, sei lá, a gente veste a casaca de uma hora para outra, não tu trabalha nos dois. Quando as pessoas me perguntam, me identifico como agricultor, mas me sinto mais reciclador, porque, na agricultura, a gente não tem mais aquele tempo e convivência, é mais amor na reciclagem. (ENTREVISTADO, J. L. R.).

O que eu vou te dizer? Eu não sei, porque a minha propriedade é tão pequenininha e a Cooperativa no total é tão grande. E daí? *Quando a gente vai preencher um cadastro, ainda a gente coloca as duas coisas agricultora/recicladora, porque se a gente se aposentar como agricultura, a gente tem que ter a documentação*, então, sempre em primeiro lugar agricultora e, depois, recicladora, mas ainda eu acho que tem que ficar agricultora. (ENTREVISTADA, L. L. V.).

Eu digo que só da reciclagem, porque se a gente tá exercendo lá. Quando eu vou fazer um cadastro, ali eu sou agricultor [...]. (ENTREVISTADO, J. C. C.).

Ai, ai, *reciclador eu acho*, porque aqui eu tô direto, só vou pra casa pra dormir. Pago o sindicato rural também, *pras pessoas daqui eu [sou] só mais agricultor*. Acho que *sô as duas coisas*. (ENTREVISTADO, S. C.).

Os *dois*, porque eu reciclo aqui e, em casa, eu ajudo na agricultura. (ENTREVISTADO, I. L. R.).

Com os dois, mas, *hoje, mais como reciclador*. No banco, se questionado para um cadastro, diz que é reciclador, eu me considero um reciclador. (ENTREVISTADO, O. V.).

Verifica-se a ambivalência nas falas acima e também em outras descritas na pesquisa, fundamentalmente nas expressões que denotam incerteza dos trabalhadores, quando questionados sobre a sua identidade com relação às atividades laborais que exercem. A ambivalência, assim como utilizada na tese de Froehlich (2002, p. 125), pode ser entendida “como atitude que oscila entre valores diversos e, às vezes, antagônicos”. Ela seria um dos elementos “que podem ser mapeados na fabricação dos novos sentidos para o rural, em conjunto com a associação positivada deste com a natureza” (FROEHLICH, 2002, p. 18).

A associação positivada do rural com a natureza, a forte relação de contato com a terra e os requisitos para a aposentadoria como agricultor são elementos constatados nas expressões dos sujeitos que contribuem para evidenciar o reconhecimento de afinidade identitária com a atividade laboral agrícola, como é possível observar nas expressões abaixo e em outras:

Eu conservo tudo o que eu fiz na agricultura, meu sofrimento, minha alegria. No geral, eu sou uma recicladora e uma agricultora mesmo, não fazendo hoje tudo o que eu fazia na agricultura. Gosto de mexer na terra, não sairia do meio rural para morar na cidade. Quando eu tô em casa, eu tô mexendo em flor, na horta. A terra é tudo, mas a gente não tem mais aquela força para trabalhar na roça, e a gente só tinha aquilo, não tinha outras opções. (ENTREVISTADO, T. F. C.).

Já que tamo no meio rural, vamos tentar tocar tudo, como a gente já teve outras oportunidades, mas vamo tentando, mesmo nas dificuldades apanhou. Mas, muitas vezes, a gente apanha, tira dinheiro de outras coisas pra bota ali na propriedade, a maioria das vezes tu paga pra trabalha, mas *a gente não abandona*. Hoje, como pequeno agricultor, fica inviável a agricultura. *A gente acostuma* e, outra coisa, vamo fazendo como eu te disse, com o bloco, pensando no futuro, porque a gente não se sabe, para se aposentar. Tu tem que comprovar com notas todo o ano e, hoje, *tu tem que morar no meio rural para se aposentar com o bloco*, porque, como já aconteceu com outros, eles vêm perguntar para os vizinho onde você mora, até o papel da luz eles pedem e você tem que comprovar, até se é sócio da comunidade e quanto tempo você faz parte da comunidade. Um que eu conheço precisou de um papel até do movimento da capela e do livro ata para provar que ele era agricultor e morava aqui pra pode se aposentar como agricultor. Então, *por isso, hoje tu tem que tá com um vínculo na agricultura*. (ENTREVISTADO, J. L. R.).

[...] *quando eu vou fazer um cadastro, ali eu sou agricultor, porque a gente mora aqui na colônia*, mas, se perguntam se a gente tem emprego, eu digo que trabalho na reciclagem. Não sei se tô certo ou errado, mas eu acho também que, *se a gente tá na colônia, tem que ser agricultor, mesmo não exercendo tanto a atividade*. (ENTREVISTADO, J. C.).

[...] *eu gosto de mora onde eu tô, eu gosto de morar na terra, mas o que me move mais ainda é a agricultura. Gosto de trabalhar aqui, mas o forte mesmo é a agricultura, porque tem raiz, tem história, tem vida, aqui tá sendo complementada esta caminhada da vida*, mas as raízes são da agricultura e permanece ainda e ainda vai permanecer. Se um dia eu parar de trabalhar, vai ser aqui [na Cooperativa], mas não lá na terra. Pretendo não parar aqui, mas, *se um dia eu tiver que optar em parar, vai ser aqui. Eu vô fica lá na roça, porque, se aqui é um complemento financeiro, lá também é: os ovos, a moranga, o sossego. Lá no meio do mato, é tão bom de morar, é um sossego que os [moradores] da cidade não tem*. (ENTREVISTADA, L. L. V).

O agricultor *não vai deixar nunca da colônia* para ir pra cidade. Eu principalmente, porque, aqui, o cara *tá de frente com a natureza, com a pureza do ar e das plantas. Primeiro, todo mundo queria ir pra cidade mora e até nós, mas, agora, os que tão lá querem vim pra cá pra descansa e pra mora. Antes, nós era os atrasado*. (ENTREVISTADO, C. B.).

As expressões acima, especialmente as duas últimas, elucidam elementos simbólicos do espaço rural que têm sido apontados por estudos como indutores da revalorização do campo. Quando os entrevistados referem que os moradores do meio urbano não têm o mesmo sossego que os residentes no meio rural e que, ultimamente, as pessoas que habitam as cidades enxergam o rural como espaço para descansar e residir, há a confirmação das afirmações de Froehlich (2002) de que, atualmente, o rural evoca novos valores simbólicos e identitários que não se limitam à função de produzir alimentos, e, sim, passa ser símbolo de paisagem, liberdade, tranquilidade, saúde, beleza e lazer.

Compactuando com o autor acima e outros, acredita-se que o movimento de revalorização do rural gera influência nos processos identitários laborais, pessoais e territoriais, na medida em que novas dinâmicas se processaram no espaço, sejam através do turismo rural, da instalação de agroindústrias, do resgate das festas, da oferta de atividades e serviços antes realizados exclusivamente no meio urbano, como a reciclagem. Ou seja, dá-se um processo de multifuncionalidade dos territórios rurais.

Nesse sentido, Froehlich (2002) refere que ocorre a promoção de um movimento de decomposição-recomposição das configurações socioespaciais do rural a partir da intensificação das relações sociais contemporâneas, o que leva à convivência, à sobreposição ou à junção do velho com o novo, resultando na heterogeneidade e na hibridização das identidades. Nesse processo: “os indivíduos e os grupos sociais defrontam-se e se envolvem frequentemente com situações paradoxais e ambíguas, muitas vezes assumindo condições e comportamentos ambivalentes” (FROEHLICH, 2003, p. 129), assim como observado nas expressões dos sujeitos quando questionados sobre a identificação laboral.

7.2 A PERCEPÇÃO “PROFISSIONAL” DOS AGRICULTORES FAMILIARES SOBRE A FORMA COMO SÃO VISTOS PELA COMUNIDADE EXTERNA

Buscamos também verificar a percepção que os trabalhadores têm acerca de como as outras pessoas os enxergam profissionalmente, ou seja, como recicladores ou agricultores. Oito acreditam ser vistos pela comunidade e familiares mais como recicladores, no entanto, no decorrer das suas falas, fazem referência também a outra profissão. Dois responderam efusivamente serem identificados como agricultores e quatro creem ser vistos profissionalmente tanto como recicladores quanto como agricultores.

Os motivos apontados pelos que são mais identificados como recicladores estão relacionados a destinarem mais tempo do dia à atividade da reciclagem, ao tempo de vinculação à Cooperativa e ao tamanho das próprias propriedades – com relação a esta última razão, na visão de um dos entrevistados, sua terra não apresenta tamanho suficiente para que ele seja reconhecido como agricultor. Ainda, uma das entrevistadas atribui a identificação como recicladora ao fato de trabalhar menos na “roça” pelo motivo de que as terras estão arrendadas. Ela menciona que já foi

questionada por familiares por ter optado por trabalhar fora da propriedade. Segundo a entrevistada, foi recriminada sob o argumento de que abandonou “tudo dentro da casa” para trabalhar na Cooperativa, porém se defende mencionando: “eles não enxergam as dificuldades que a gente passa” (ENTREVISTADA, T. F. C.).

O motivo de ser associado da cooperativa de grãos COASA, de Santa Cecília do Sul, e o histórico de vida na agricultura são apontados por dois trabalhadores que se dizem identificados como recicladores, mas que, no decorrer das suas falas, fazem menção também à agricultura. Os trechos de depoimentos a seguir, expressam os elementos recém apresentados:

Mais como *reciclador*, porque tô mais aqui, as pessoas sabem que *tenho uma lavorinha, mas é pequena*, então mais é aqui. (ENTREVISTADO, S. C.).

Mais como *reciclador*, porque *aqui que tô mais tempo*. (ENTREVISTADO, M. L. V.).

Mais como *reciclador*, porque se alguém perguntar onde o J. trabalha, ele trabalha na Cooperativa, *lá que ele tá mais*. Na roça, eles pensam: ele quase não trabalha [...]. (ENTREVISTADO, J. L. R.).

Como *recicladora*. Pelo fato de não trabalhar mais na roça por causa do arrendo, dizem: abandonou a roça, já não está nem aí! Na minha família mesmo já disseram: você *abandonar tudo dentro da tua casa para ir trabalhar na Cooperativa*, mas eles não enxergam as dificuldades que a gente passa. (ENTREVISTADA, T. F. C.).

[...] como *reciclador*, porque a gente tá à frente da Cooperativa há anos e, lá na roça, a gente tem a lavoura pequena. Mas, mesmo assim, eles *também enxergam como agricultor*, porque a gente é sócio da cooperativa de grãos, e eles ligam tranquilamente e oferecem os produtos agrícolas. (ENTREVISTADO, O. V.).

[...] eu acho que é mais *reciclador*. Quem me conhece, *quem conhece o meu histórico acha que sou agricultor*. Aqui, em Santa Cecília, como *reciclador*. Normalmente, no diálogo, na conversa, as pessoas focam a conversa mais na reciclagem [...]. (ENTREVISTADO, J. C. C.).

Os dois trabalhadores que acreditam ser identificados como agricultores atribuem dois motivos para tal: o fato de residirem no meio rural e a falta de reconhecimento, na comunidade, da Cooperativa como um local de trabalho formal que possa ser comparado a uma empresa ou uma organização formal.

Agricultor, eu acho, porque eles *acham que o serviço da Copercicla não é como se tu tivesse trabalhando numa firma*. (ENTREVISTADO, D. P.).

[...] os cara me veem mais como *agricultor*, porque se o cara mora no interior ou Santa Cecília, é *agricultor*, mas, tipo, se me perguntam, eu digo agricultor. (ENTREVISTADO, D. P.).

Os trabalhadores que disseram ser identificados pelas outras pessoas pelas duas profissões atribuem isso aos seguintes motivos: conseguir conciliar as duas atividades sem deixar de atender uma e outra, residir no meio rural e ser filho de agricultor e também devido ao tempo que permanecem na Cooperativa.

[...] *tanto eles veem a gente na agricultura e como reciclador*. Até hoje, ninguém disse: por que tu tá lá, fica em casa, cuida do que você tem. Até eles sempre dizem: a gente não sabe como tu consegue fazer os dois, cuidar em roda, fazer tuas conservas de tomate, de pepino [...]. (ENTREVISTADA, L. L. V.).

[...] *recicladora e agricultora também*, porque estes dias eu fui trabalhar na lavoura e também a gente se criou aqui. (ENTREVISTADA, V. P.).

Eu não sei, há uma dúvida por causa do tempo que eu fico aqui na Cooperativa, mas como sou filho de agricultor e moro aqui na roça, *acho que é os dois*. (ENTREVISTADO, D. P.).

[...] *isso vai depender do tempo que me conhecem*. Os do ensino médio, que sabem que eu trabalho aqui, *acham que sou reciclador*. Já o pessoal da faculdade, por eu morar no meio rural, *acham que sou agricultor*, porque essa *visão de ser reciclador é associada a esse pessoal mais desleixado*, eles não associam, porque lá eu vou mais ajeitado. Também acho que *quem me conhece hoje e conhece aqui vai achar que sou reciclador*. *Me identificam com as duas coisas*, dependendo do lugar que eu tô. (ENTREVISTADO, C. J. V.).

Na última expressão, quando o entrevistado refere que é identificado profissionalmente de acordo com o tempo que as pessoas o conhecem, o lugar de onde o enxergam e a visão que têm sobre determinada atividade, no caso dos que não o associam à reciclagem, acredita que isso ocorra devido ao modo como se veste – “lá eu vou mais ajeitado” –, enquanto a maioria das pessoas associam quem trabalha na reciclagem a “esse pessoal mais desleixado”.

Na medida em os entrevistados fazem referência à associação de sua identificação pelo local de residência ou de trabalho, depara-se com a concepção contemporânea da identidade, que percebe esses aspectos como modos de identificação que variam no decorrer da história coletiva e da vida pessoal, sendo, portanto, dependentes do contexto (BAUMAN, 2005; DUBAR, 2009).

7.2.1 O reconhecimento da comunidade externa de ambas as atividades

Para os trabalhadores pluriativos, com relação à visão da sociedade acerca da importância e do reconhecimento do trabalho na agricultura e na reciclagem, é praticamente unânime a percepção de que as duas atividades são entendidas de forma diferente, sendo a agricultura uma profissão mais reconhecida e a reciclagem associada, de um modo geral, a uma atividade depreciativa.

Verifica-se uma discrepância entre o modo como a sociedade enxerga o trabalho e os trabalhadores e como eles próprios percebem o que pode ser fator motivador para indicação de uma crise de identidade, por não haver compatibilidade entre as identificações indicadas pelos outros e as reivindicadas pelos sujeitos (DUBAR, 2009). Segundo os entrevistados, a atividade realizada na Cooperativa é confundida pelas pessoas externas com um “lixão”, que se caracteriza como um local onde ocorre, de forma inadequada, a disposição final de resíduos sólidos através da simples descarga do “lixo” sobre o solo, sem nenhuma medida de proteção ao meio ambiente e à saúde pública. Os referidos espaços, por muito tempo, apresentavam-se como locais de trabalho para pessoas que encontravam nos materiais ali depositados a possibilidade de sobrevivência, porém, de forma degradante.

Nos últimos anos, a partir do olhar diferenciado para as possibilidades de reaproveitamento/reciclagem dos resíduos e da criação, no Brasil, da Política Nacional de Resíduos Sólidos, em 2014 – que, dentre outras medidas, prevê a eliminação das unidades de destinação inadequada, principalmente com relação aos lixões –, o quadro tem se alterando através do fechamento dos referidos espaços e do estímulo à organização para o trabalho coletivo/associativo, assim como ocorre na Copercicla, conforme descrito no segundo capítulo da tese. Porém, tais mudanças estão ocorrendo não a ponto de eliminar o forte estigma que o “lixo” historicamente carrega. Os trabalhadores entrevistados demonstram-se extremamente incomodados com o fato de a sociedade fazer distinção entre o trabalho realizado na Cooperativa e um lixão e ainda pela referência à Copercicla sob tal denominação.

Para ilustrar a dimensão do preconceito, uma das entrevistadas relata a situação em que uma professora, ao visitar a Cooperativa com os seus alunos, fez o seguinte comentário: “se eles não estudarem, é aqui que eles vão ter que trabalhar por não ter estudo” (ENTREVISTADA, T. F. C.). Ao argumentar sobre tal comentário

da professora, a entrevistada alega que poderia ter ido trabalhar em outro local, porém optou pela Copercicla. Tanto ela como outros entrevistados comentam que enxergam a atividade na Cooperativa “como outro trabalho qualquer” e têm a impressão de que a sociedade direciona um olhar de compaixão sobre as pessoas que trabalham no local, como se estivessem lá por não terem outra opção. Alguns relataram que são cobrados pela sociedade por trabalharem no ramo da reciclagem, a exemplo de tais expressões: “dizem: tu tá trabalhando lá no lixo, lá não tem futuro, lá tem cheiro [...], mas você, ir trabalhar lá com a terra que você tem? Em vez de ir plantar!” (ENTREVISTADO, J. C. C.).

Conforme já mencionado, verifica-se uma discrepância entre o modo como a sociedade enxerga o trabalho e de como os próprios trabalhadores o percebem. Enquanto para a maioria da sociedade a matéria-prima da atividade da reciclagem é considerada “lixo”, para eles, é uma possibilidade de geração de renda, como destacado em partes destas expressões: “lixão, pra eles, mas pra quem sabe trabalhar, é dinheiro” (ENTREVISTADO, C. J. V.); “pra eles, o que a gente trabalha é lixo e, pra nós, não é lixo” (ENTREVISTADO, C. B.). Percebe-se, com isso, uma espécie de envaidecimento, pois, diferentemente da sociedade em geral, os trabalhadores reconhecem, nos materiais descartados pela sociedade, tal possibilidade, dando ainda uma destinação correta para os resíduos, como um entrevistado expõe: “tu pode ver, o rico faz, mas não industrializa, não recicla o lixo, não dá a destinação correta” (ENTREVISTADO, M. L. V.).

Apesar de mencionarem que a maioria das pessoas associa o trabalho na reciclagem à pobreza, que “os que não têm o que fazer vão trabalhar no lixo” (ENTREVISTADA, L. L. V.) e “que trabalhar no lixo não é um serviço digno” (ENTREVISTADO, A. P.), observa-se, nas falas dos trabalhadores, que eles não se consideram pobres pelo fato de trabalharem, além de com a agricultura, também com a reciclagem: “dizem que é o pessoal mais pobre que lida com o lixo, mas na verdade não” (ENTREVISTADA, T. F. C.). Os trechos a seguir, detalham mais os pontos acima discutidos:

[...] não, porque *uma pessoa de fora não tem a mínima ideia de como é aqui dentro*, ela acha que é uma coisa e é bem diferente [...]. (ENTREVISTADO, I. L. R.).

Eu acho que não, porque, pra eles, aqui, a reciclagem é o lixão. A gente trabalha num lixão, como eles dizem. Eu fico bem brava, porque me dizem: você trabalha no lixão; e eu digo: não, eu não trabalho num lixão, eu trabalho numa reciclagem, já não gosto quando dizem lixão. Aqui, é muito diferente de um lixão. Eu digo: eu gostaria que vocês fossem ver para, depois, falarem. Foi bem o que o C. disse: que a professora falou para os alunos que, se eles não estudarem, é aqui que eles vão ter que trabalhar por não ter estudo. Podia ter trabalhado num outro lugar, mas optei em vim. O ganho é maior aqui, por isso que muitas pessoas estão saindo de firmas maiores e vindo se inscrever aqui. Para mim, vejo da mesma forma, mas a sociedade, eu acho que muitos não dão importância para a Cooperativa, porque, da minha comunidade, têm poucos que trabalham aqui. Acho que eles pensam: olha ali, aquela coitada ali poderia trabalhar num outro lugar. (ENTREVISTADA, T. F. C.).

Não, eles acham que trabalhar no lixo não é um serviço digno, eles enxergam que trabalhar aqui não é como se fosse um serviço igual ao de trabalhar numa outra fábrica [...]. Eles acham que aqui é um serviço muito ruim, porque é lixo e, se é lixo, não é um serviço que o pessoal deveria estar trabalhando. Não consigo entender por que, mas porque é lixo pra eles, pra nós não é. (ENTREVISTADO, A. P.).

[...] eu acho que a sociedade vê diferente. Bastante gente fala que eles nunca iriam trabalhar lá, das vezes até alguns dizem pra mim: mas você ir trabalhar lá com a terra que você tem? Em vez de ir plantar! (ENTREVISTADO, J. C. C.).

[...] as outras pessoas valorizam mais a agricultura, eu acho que é por não conhecer o serviço que a Cooperativa faz. Pra eles, o que a gente trabalha é lixo e, pra nós, não é lixo. E, pra eles, lixo é coisa que gera cheiro ruim. (ENTREVISTADO, C. B.).

Agricultor todos sabem o que é [...]. A parte da reciclagem ainda tem muito a que se reconhecida, é considerada bastante ainda como lixão. Não tem o reconhecimento por falta de conscientização das pessoas, por ignorância das pessoas. Elas não aprenderam dá o valor necessário disso, acham que os que não tem o que fazer vão trabalhar no lixo, mas não é assim. É uma necessidade, hoje, de se trabalhar no lixo. Eu sempre disse: nós somos os corajosos que fizemos isso, porque têm pessoas que jamais fariam isso, e jamais farão, e a gente faz. (ENTREVISTADA, L. L. V.).

Apesar de ter verificado que a maioria dos sujeitos pesquisados enfrentam o preconceito que a atividade da reciclagem carrega, um dos entrevistados relata que alguns trabalhadores se sentem constrangidos em determinadas situações em que precisam informar a Copercicla de reciclagem como local de trabalho. No entanto, ele questiona tal atitude mediante o argumento de que não se deve ter vergonha, já que se trata de um local de trabalho do qual é proveniente a renda para suprir algumas necessidades e adquirir coisas que se deseja comprar.

Chama a atenção a comparação que um dos trabalhadores faz entre o trabalho na Cooperativa e na agricultura referindo que existem pessoas que não trabalham na Copercicla devido ao cheiro e à sujeira do ambiente. No entanto, na atividade agrícola,

eles também trabalham em ambientes com as mesmas características, como num aviário ou chiqueiro. Essa relação comparativa do trabalho agrícola com a reciclagem foi mencionada anteriormente por outro entrevistado, o que reforça tal entendimento.

Um aspecto bastante mencionado é o desconhecimento da sociedade sobre a atividade da reciclagem e, mais especificamente, das condições de trabalho que a Copercicla oferece. Conforme já mencionado, associa-se, de uma forma geral, o trabalho a características de um “lixão”, onde as pessoas trabalham no sol, não contam com equipamentos de proteção individual, maquinários, entre outras condições.

Não, tem muita gente que diz: *vai trabalhar lá no meio daquele lixo lá, lá no meio daquelas bicharada*. Tem muita gente que prefere trabalhar num aviário ou cuida de vaca do que lá, mas depende de cada um, *tem gente que pensa: vai trabalha lá vai se suja*, mas é a mesma coisa. (ENTREVISTADO, S. C.).

Tem gente que *acha que quem trabalha lá vai trabalha no sol*, só que a gente trabalha no coberto. Eles achavam que a gente trabalhava em cima das sacolas de lixo. *Tem gente que tem vergonha*. Se vai lá em Tapejara compra uma roupa e perguntam, eles dizem: trabalho ali, eu não. Eu digo: vergonha, por quê? Tem gente que mente até pra um vizinho. Se o vizinho pergunta, diz: Não, eu não trabalho ali. Mas, se tu trabalha ali, como é que tu vai ter vergonha, se a maioria das coisas que tu precisa e quer comprar saem dali. (ENTREVISTADA, V. P.).

[...] *tem cara que poderia vim trabalha aqui, mas capaz que vão vim, porque é sujo, por causa do cheiro*, mas eu prefiro fica aqui do que dentro de um aviário. *Tem gente que trabalha no aviário, no chiqueirão e, depois, tem nojo de vim aqui*. Tem gente que vem aqui, *acha que somo lixeiro e tem gente que vem aqui e levanta lá em cima*. Imagina, se não é nois, experimenta deixa oito dia sem recolhe o lixo [para ver] o que que vira. (ENTREVISTADO, S. C.).

Eu acho que, no ver na sociedade, *as pessoas muito pouco sabem sobre o trabalho que é feito aqui* e, por conta disso, *acham que aqui é o fim do mundo*. Eu digo: mas vão lá e conheçam antes de falar. Eu não me importo muito, porque tudo as minhas coisas vêm daqui; eles *dizem: tu tá trabalhando lá no lixo, lá não tem futuro, lá tem cheiro*. Tem cheiro, mas tu te acostuma e não tem todo o dia. (ENTREVISTADO, J. C. C.).

Quem trabalha lá aprende que as pessoas não podem ter preconceito. *Tu não trabalha num lixão*, tu trabalha numa cooperativa de reciclagem. Chamam de lixão e eu não canso de dizer: não, *é reciclagem* e tem nome: é Copercicla. No momento que tu *começa a trabalhar lá, tu já muda*, não quer que chame de lixão, porque é um trabalho como os outros, como uma indústria ou outra firma. (ENTREVISTADA, E. M.).

Nas três falas abaixo, os entrevistados expressam os motivos pelos quais consideram que a agricultura apresenta mais reconhecimento do que a reciclagem na

sociedade. Alguns dos motivos, já referidos em outros momentos da tese, é a função social da agricultura enquanto produtora de alimentos, a relevância de sua dimensão econômica e a importância histórica da atividade como profissão (numa comparação entre ambas, a reciclagem pode ser considerada recente).

Outro aspecto que se destaca em uma das falas está relacionado ao estigma que a reciclagem carrega em função de a atividade não ser reconhecida como uma opção de trabalho, e, sim, como alternativa que se apresenta para pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica pertencentes a determinados grupos sociais discriminados (por exemplo, pessoas negras) que não encontram outras possibilidades no mercado de trabalho formal. Nesse sentido, na sociedade em geral, a reciclagem é associada majoritariamente a pessoas e grupos marginalizados (mendigos, moradores de rua, entre outros), cuja culpa por tal situação não raramente é atribuída ao próprio sujeito. Também é ressaltada a visão positiva que a sociedade, de uma forma geral, apresenta acerca do profissional da agricultura como pessoa trabalhadora e que busca se sustentar sem depender dos outros.

[...] *a reciclagem está passando a ser uma atividade muito importante para a sociedade, mas ainda a agricultura é vista como mais importante, porque da agricultura que sai o sustento, a comida, e dela se movimenta muito mais financeiramente, envolve muito mais pessoas, gera muito mais empregos do que a reciclagem.* (ENTREVISTADO, O. V.).

[...] *a agricultura, na sociedade, aparece mais, porque o alimento é mais necessário. Por exemplo, se tu tiver que andar sem roupa por aí, tu anda, mas o alimento, se tu não tiver, tu morre. A agricultura está mais aparente e aparece mais. A reciclagem é uma coisa nova e a agricultura está atuando há mais tempo na sociedade.* (ENTREVISTADO, M. L. V.).

Eu acho que reconhecimento ainda *não*, o reconhecimento é mais do agricultor, porque pensam que ele é aquele que pega a enxada e a foice e vai trabalhar. Já a reciclagem, pensam, dá pra dizer, em gente negra que tão pinchado lá num lixão trabalhando. A visão que tem da agricultura é que são trabalhador, que tem sua casa, se sustenta, vamo dizer, que ele mesmo faz a sua vida. Já a do reciclador, a visão é aquela pessoa que não tem nada, tá trabalhando ali porque não tem nada, o único sustento é catar papelão. (ENTREVISTADO, C. J. V.).

Nas expressões acima, foram expostas comparativamente as visões da importância e do reconhecimento do trabalho na agricultura e na reciclagem. Abaixo, destacam-se outras expressões relacionadas às atividades, agora ilustrando a visão que a comunidade tem das pessoas que trabalham na Copercicla. Assim como verificado nas falas anteriores, os entrevistados referem que, de uma forma geral,

existe uma visão negativa associada às características da atividade em si, que manuseia o “lixo” descartado.

Na minha comunidade, eles *veem mais pelo negativo*, pelo tipo de coisa que você trabalha. Eles dizem: *lá, vocês mexem em tudo*. (ENTREVISTADA, T. C. C.).

Tem gente que, sei lá, que *bota quem tá trabalhando aqui abaixo dos outros trabalhos, que é meio descartado de outras profissões, mas eu acho que não*. No meu ponto de vista, *é um serviço como outra qualquer e é uma renda [...]*. (ENTREVISTADO, J. L. R.).

Tem *peessoas que dizem: ah, você trabalha lá naquele lugar, mas tu é corajosa, porque cheira mal, é ruim*, mas eu não vejo, pra mim é normal trabalhar aqui, mas as pessoas não veem assim, não gostam. (ENTREVISTADO, I. L. R.).

Ao mesmo tempo, também alguns entrevistados fazem referência a uma visão positiva que está sendo construída sobre as pessoas que trabalham na Copercicla. Eles atribuem tal fato à observação da sociedade e dos próprios trabalhadores acerca da evolução e melhoria das condições de vida e poder aquisitivo desde que passaram a trabalhar também na Cooperativa. Observa-se um empoderamento dos trabalhadores para se posicionar em frente ao preconceito da sociedade e maior independência dos trabalhadores com relação, inclusive, a alguns benefícios públicos assistenciais, a exemplo da cesta de alimentos fornecida pela Secretaria de Assistência Social de Santa Cecília do Sul.

O conhecimento gradativo *in loco* da Copercicla também é apontado como motivo para a construção da visão positiva dos trabalhadores, na medida em que eles têm a oportunidade de constatar como é o processo de trabalho, o funcionamento e o grau de organização da Cooperativa.

Ainda falta muito reconhecimento da gente, mas já dá pra perceber que as pessoas tão percebendo assim: bom, fulano tá trabalhando lá e ele *percebe que a pessoa tá indo bem, que a pessoa conseguiu comprar uma casa, conseguiu comprar as coisinha pra dentro de casa, consegue comprar no mercado e consegue compra alguma outra coisa*. Então, já tão tendo esta visão: tão trabalhando lá, mas tão bem, tão trabalhando no lixão, mas tão bem. As próprias pessoas que trabalham demonstram que *o quanto elas progridem trabalhando aqui, conseguem se comprar uma roupa, o que querem come eles compram*, então, elas mesmo, com o passar do tempo, vão demonstrando que trabalha aqui é bom e que elas vão conseguindo comprar o que elas querem. Porque é muito difícil, por exemplo, tu escuta: aquela pessoa foi pedi uma xícara de arroz e não devolveu, porque, por estar aqui, ela nem precisou pega emprestado aquela xícara de arroz. Ela mesmo

foi direto lá no mercado comprar e, no mercado mesmo, fornece para aquela pessoa, porque sabe que, quando ela recebe, vai lá pagar. Elas estão sendo mais independentes, não estão dependendo de auxílio, sacola da prefeitura. Se as pessoas ainda não estão vendo, mas daqui um pouco vão passa a ver com bons olhos. (ENTREVISTADO, O. V.).

Ainda têm pessoas que olham pras pessoas que trabalham nesse ramo de trabalho e *acham que [é] um lixão e tem pessoas que valorizam a gente*, porque conheceram, vieram aqui e viram o trabalho que é realizado. Mas, na comunidade aqui, *tem gente que não conhece e chama de lixão*. (ENTREVISTADO, S. C.).

Na nossa comunidade, eu acho que eles *julgam nós como pessoas trabalhadoras*, embora que alguns *dizem que é uma anarquia* isso e aquilo, só quem não conhece mesmo pra falar uma bobagem dessas. Tem gente que vem dá uma olhadinha e já fica falando e outros, que conhecem bem, mudam a visão [...]. (ENTREVISTADO, C. B.).

As fotos a seguir (figuras 45 a 47) ilustram alguns dos momentos referidos pelos entrevistados, nos quais a Cooperativa recebe visitantes e tem a oportunidade, através da apresentação do processo de trabalho que ocorre no local, desmistificar a visão que a sociedade em geral apresenta sobre a atividade realizada na Copercicla, conforme expressado acima.

Figura 45 – Visita realizada à Copercicla pelos associados da AAMA, da Cootraempo, da AREVI e da Recibela⁴⁴.



Fonte: Acervo Copercicla.

⁴⁴ Respectivamente: Associação Amigos do Meio Ambiente, Cooperativa Mista de Produção e Trabalho dos Empreendedores Populares da Santa Marta LTDA., Associação dos Recicladores Esperança da Vitória e Associação de Recicladores Parque Bela Vista.

Figura 46 – Visita de alunos e professores do Instituto Federal Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Sertão (1)



Fonte: Acervo da Copercicla.

Figura 47 – Visita de alunos e professores do Instituto Federal Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Sertão (2)



Fonte: Acervo da Copercicla.

Assim como já evidenciado em outras partes apresentadas na pesquisa, nas expressões abaixo, os próprios sujeitos mencionam e demonstram empoderamento e

segurança para se referirem ao próprio trabalho realizado na Copercicla diante de outras pessoas. Destaca-se, ainda, a defesa de um dos entrevistados de que, atualmente, as pessoas que trabalham na Cooperativa apresentam um padrão de consumo diferente do imaginado pela sociedade.

Eu acho que *é o mesmo valor* que qualquer outro trabalho, porque todo mundo sabe que *a pessoa que vem trabalhar aqui é honesto, todo mundo vem aqui pra trabalhar*, ninguém vem aqui pra fazer *fuzarca*. Depois que os outros conhecem aqui, a visão muda. (ENTREVISTADO, D. P.).

Eu já vi algumas situações de quando as pessoas falavam algo neste sentido, se referindo: 'lá no lixão ou lá no lixo', e os *cooperados se encolhiam e ficavam quietos. Hoje não, quando isso ocorre, alguém levanta e diz não nós somos uma cooperativa. Então, eles já tem a coragem de enfrentar o preconceito, de falar e defender a Cooperativa. Quem tá lá dentro, hoje, convence quem entra de que é um trabalho como outro qualquer, é um trabalho digno*. Anos atrás, as pessoas eram identificadas como quem trabalhava lá. Hoje não, são pessoas bem vestidas, com um padrão de consumo, 70% tem celular, *smartphone* com watts, então, não são pessoas que estão à margem da sociedade (ENTREVISTADO, J. S. P.).

Em suma, este último capítulo serviu para complementar a análise acerca do processo de identificação vivenciado pelos agricultores familiares pluriativos, em que a “identidade real” e a “identidade virtual”, os vários *ethos* ou pequenas narrativas acerca do trabalho dos sujeitos que convivem com duas atividades laborais interagem, configurando um quadro de movimento das identidades (BENDASSOLI, 2007; DUBAR, 2009). Além disso, o envolvimento e a importância atribuída pelos sujeitos às atividades de trabalho por eles realizadas, expressadas nos depoimentos, contrariam as presunções de que, diante da ambiguidade do trabalho, na atualidade, “diminuem as chances de o trabalho ser forma privilegiada de os indivíduos descreverem-se a si mesmos” (BENDASSOLI, 2007, p. 105).

Quanto aos tipos de *ethos* citados por Bendassoli (2007), no caso estudado identificam-se aspectos que condizem e combinam especialmente elementos do “*ethos* moral disciplinador” e do “*ethos* instrumental”, devido ao trabalho representar, para os sujeitos, dever e responsabilidade, sendo um papel social a desempenhar, cuja a atividade representa também uma característica de um emprego necessário na lógica capitalista e liberal.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se, em vários estudos e análises acadêmicos, uma ofuscação das potencialidades e das funções do trabalho no processo de constituição subjetiva dos sujeitos. O trabalho é relegado ao um “lugar” acessório, no qual, muitas vezes, fatores objetivos que intermediam seu desenvolvimento são negligenciados, desinteressados ou até esquecidos. A nossa proposta de tese buscou contestar tais estudos, e desde a dissertação de mestrado, viemos tentando, através da pesquisa, elucidar nossa compreensão do trabalho como dotado de sentido. Portanto, acreditamos que é algo que repercute na vida dos sujeitos que o vivenciam nas suas mais diferentes expressões, a exemplo dos agricultores familiares que se tornaram pluriativos por meio do exercício de atividades que ocorrem em contextos de trabalho a princípio tão diferentes – na agricultura e na reciclagem.

Propomo-nos a pesquisar o tema da identidade laboral dos agricultores familiares sob o entendimento de que a produção de conhecimento sobre o trabalho nunca alcançará seu término e que isso terá menor probabilidade de ocorrer se não for incorporada, aos estudos relacionados ao mundo produtivo/laboral, a experiência dos próprios trabalhadores e os sentidos imprimidos por eles ao trabalho que realizam.

Assim, a indagação quanto às repercussões do trabalho pluriativo na identidade laboral dos agricultores familiares vinculados à Copercicla foi o fio condutor desta tese, que objetivou especificamente: a) compreender as características e as motivações que levaram os agricultores a se tornarem pluriativos; b) verificar se e como a condição de trabalhadores pluriativos que conciliam a reciclagem com a agricultura familiar trouxe mudanças no processo de identificação desses trabalhadores, redimensionando o aspecto laboral; c) apreender os sentidos acionados no processo de identificação, tanto no nível intrapessoal como no interpessoal; d) avaliar se existe uma crise de identidades entre os agricultores pluriativos e a emergência de uma nova identidade relacionada à atividade da reciclagem.

Acredita-se que tais propósitos foram atendidos e que temos a possibilidade de tecer algumas considerações finais para este estudo, porém não finais para os processos identitários dos sujeitos da pesquisa. Isso, porque, assim como afirmamos no decorrer deste texto, na sociedade contemporânea, as identidades estão

submersas em processos identitários portadores de uma dinamicidade na qual não existe identidade em si, e, sim, apenas um horizonte que não se caracteriza como um caminho, mas como um movimento em direção a algo ainda não determinado (BAUMAN, 2005).

Como pontuado na introdução da tese e no capítulo dois, a presunção inicial que suscitou o estudo é de que, na sociedade em geral, como consequência do desenvolvimento do capitalismo e de outros processos globais, ocorrem nas últimas décadas, significativas mudanças nos campos econômico, social, cultural e ambiental, ou seja, nas relações sociais. Surgem novos campos de atuação e novas formas de relacionar-se com o trabalho; novas tecnologias e possibilidades de interação entre as pessoas; novas relações e características de consumo; novas problemáticas de saúde, ambientais, políticas; novas descobertas científicas, entre outras. Enfim, vivemos em tempos em que há uma sucessão de novidades. Dentre elas, destacam-se as que incidem sobre os vínculos sociais, subjetividade e sentidos vivenciados e experienciados pelos sujeitos.

Antunes (2000), Bauman (2005), Giddens (2002), Sennett (2002), Hall (2004, 2013), entre outros, são autores que têm se destacado em estudos que analisam as características e consequências socioculturais dos processos globais na sociedade, o que se pode confirmar no caso em estudo. Para Bauman (2005), atributos de um estado de liquidez fazem a situação atual nova e diferente. Para Giddens (2005), a partir da modernidade, ocorre uma confusão entre o antigo e o tradicional. O autor argumenta que se deve compreender as relações existentes entre ambos, ao invés de fazer separações. Dubar (2009) caracteriza este tempo como o que se vivencia o que ele denomina de “crise dos vínculos sociais”, que influencia tanto os comportamentos econômicos e as relações sociais como as subjetividades individuais, portanto, as identidades. As transformações do rural – a ponto de este ser denominado de um “novo rural” ao lado da realização, em seu espaço, da atividade da reciclagem, praticada prioritariamente no meio urbano –, a coexistência de um “*ethos* colono” com comportamentos e expressões advindos da socialização no novo ambiente de trabalho na Copercicla, a relação entre as duas atividades, uma tradicional e a outra relativamente nova, e o “movimento” das subjetividades são elementos da realidade estudada que confirmam as afirmações dos autores.

No meio rural, os acontecimentos e processos globais resultaram em transformações de ordens diversas, cujas duas expectativas dos efeitos destas em especial com relação aos pequenos produtores eram contrárias e uma pode-se dizer, intermediária. A primeira, expressa de forma genérica, é de que haveria, com o tempo, a total inserção do capitalismo no meio rural, com o agricultor se transformando em burguesia ou proletariado e, finalmente, sendo o agricultor cada vez mais submisso ao mercado. Assim, haveria a redução da importância da atividade agrícola até o seu total desaparecimento do rural. A pluriatividade, nesse caso, seria apenas um estágio transitório do processo de diferenciação social. A segunda refuta a tese do desaparecimento dos camponeses do contexto agrário a partir do entendimento de que os agricultores familiares possuem natureza e características diferenciadas. E a pluriatividade seria uma das formas pelas quais as unidades familiares conseguem se reproduzir no campo/rural. Já a via intermediária é aquela que entende que o desenvolvimento de outra atividade não agrícola por integrantes da família de agricultores familiares é determinado tanto por fatores externos como internos, e que o camponês e o rural, vistos como sinônimos de atraso tenderiam a desaparecer, dando lugar a um novo personagem com características de agricultor moderno, porém, conservando algumas características socioculturais (ABRAMOVAY, 1992; ANJOS, 2003; CARNEIRO, 2002; SCHNEIDER, 2009). Nesse ínterim, cabe ressaltar o termo *ethos camponês*, utilizado por Tedesco (2008).

Quanto ao objetivo de compreender as características e as motivações que levaram os agricultores a se tornarem pluriativos, através da base empírica deste estudo, foi possível verificar que a primeira perspectiva acima citada não se confirma. O que se averiguou é que, no caso dos agricultores familiares, a pluriatividade apresentou-se como uma estratégia que tem contribuído para a reprodução das famílias, sendo fundamental para as famílias que fundaram a associação de agricultores e que, mais tarde, vieram a constituir a Copercicla. Como os próprios entrevistados referiram nas entrevistas, se não tivessem recorrido a outra atividade, muito provavelmente não estariam mais no meio rural. As motivações que levaram os agricultores a buscarem outra atividade, principalmente aqueles que iniciaram a Copercicla e estão há mais tempo na Cooperativa, foram primeiramente de ordem econômica, ou seja, necessidade de gerar renda para permanência no rural e manutenção da atividade agrícola. Ou seja, a pluriatividade não levou ao abandono

total da atividade agrícola e à mudança de residência das famílias para o meio urbano. Evidentemente, houve influências dos processos sociais e imperativos capitalistas que levaram o meio onde os agricultores residem e as suas famílias a assumirem determinadas características do sistema capitalista, assim como previam alguns estudiosos aqui referidos. No entanto, essas alterações e influências têm servido muito mais para mudar a visão do rural como expressão de atraso, reforçando as suas potencialidades e demonstrando que esse espaço pode acompanhar a evolução da sociedade moderna conservando, ao mesmo tempo, alguns aspectos tradicionais. Tanto as rupturas como a permanência estão presentes no contexto rural estudado, o que nos permite afirmar que a modernidade não exclui aspectos da tradição presentes no referido espaço, assim como a tradição não impede o desenvolvimento da modernidade (MARQUES, 2012).

Visualiza-se, na experiência da Copercicla, uma nítida expressão do que vem sendo denominado de novo rural, especialmente pela relação estabelecida entre esse espaço e o meio urbano. Os motivos que sustentam essa posição estão relacionados primeiramente às motivações que levaram à criação da Cooperativa e à maneira como isso ocorreu, isto é, por iniciativa dos próprios agricultores que, diante das dificuldades enfrentadas, buscaram uma alternativa de trabalho fora da agricultura. Soma-se a isso o fato de não ter sido uma iniciativa isolada ou individual, ou seja, partiu de um coletivo de agricultores mediante o argumento principal de coibir o êxodo rural. O segundo ponto relaciona-se à própria especificidade da atividade, ou seja, o grupo de agricultores se apropriou de um setor considerado novo no mercado, cujas experiências no País ainda estão sendo construídas e as atividades carregam um estigma negativo e são marginalizadas pelo conjunto da sociedade. E por último, visualiza-se, no caso da Copercicla, uma nítida integração rural-urbano estabelecida a partir da atividade relacionada à reciclagem. Isso quer dizer que o rural passa a receber os resíduos produzidos no urbano e os transforma em oportunidade de trabalho e geração de renda no meio rural (VIRGOLIN, 2012). Destacam-se, ainda, a ocorrência da apropriação pelos trabalhadores rurais de uma atividade que sempre foi desenvolvida por indivíduos urbanos e no âmbito urbano, a troca de experiências e a oportunidade de convivência entre pessoas residentes nos meios rural e urbano. A exemplo disso, está a descrição de uma das expressões dos sujeitos entrevistados, na qual fica evidente a troca de experiências e o repensar de valores de um agricultor

a partir da convivência no ambiente de trabalho com colegas provenientes do meio urbano.

Genericamente, o caso estudado evidenciou que, cada vez mais, rural e urbano extrapolam os limites espaciais convencionais e, assim como já apontado por Schneider (2009), os agricultores familiares podem desenvolver estratégias variadas para assegurar sua reprodução social, cultural e econômica, que não passa, fundamentalmente, pela modernização técnica produtiva das suas propriedades e dos sistemas agropecuários. E a conciliação de atividades agrícolas com outros ofícios, além de dinamizar as formas de ocupação rural, está trazendo uma complexidade de alterações sociais no âmbito cultural e das identidades.

Quanto ao tema dos resíduos sólidos, considerou-se este como uma categoria de análise relevante no estudo, dada a importância que vem assumindo nos últimos tempos – não necessariamente no âmbito prático, a ponto de se concretizar em iniciativas adequadas que atendam ao grau de demandas existentes na sociedade, mas ao menos no âmbito das discussões fundamentalmente relacionadas à sustentabilidade. Também se considera os resíduos sólidos uma categoria importante de análise em relação aos processos identitários, devido à carga de estigmas e preconceitos que sempre carregaram, sendo antes denominados como “lixo”. Atualmente, sob outra terminologia e conotação, a percepção sobre o tema está tendo que ser revista.

A gestão adequada dos resíduos sólidos, além de ter uma importância, do ponto de vista ambiental, tem se mostrado relevante no campo social e cultural, porque tem se apresentado como possibilidade de trabalho, geração de renda, inclusão social, mudança de valores e atitudes relacionadas ao consumo, ao descarte e à responsabilidade para com o meio ambiente em que vivemos.

A nova relação que os membros da sociedade, de uma forma geral – e especialmente os trabalhadores do ramo da reciclagem –, estão estabelecendo com os resíduos sólidos tem alterado, ou ao menos influenciado, os processos e as narrativas identitárias acerca desse tema com relação ao campo laboral. No caso do meio urbano, formas de gestão dos resíduos que incluem a organização de trabalhadores em cooperativas ou associações, a mobilização dos trabalhadores em movimentos sociais organizados, ou, ainda, a colocação em prática de algumas (poucas) determinações previstas na Política Nacional de Resíduos Sólidos têm

repercutido na maior valorização dos trabalhadores por parte da sociedade e dos próprios indivíduos que atuam nas primeiras etapas (catação e seleção) do processo da reciclagem.

Dessa forma, conforme preveem Medeiros e Macedo (2006), pode-se dizer que a realidade que caracteriza as condições de trabalho dos sujeitos do ramo da reciclagem (catadores ou selecionadores) se insere na percepção de “exclusão por inclusão”. Ou seja, se por um lado são incluídos socialmente pelo trabalho, por outro, sofrem preconceitos e são excluídos pelas características do tipo de atividade que desempenham, que é caudatária do significado negativo que a palavra “lixo” carregou ao longo dos tempos, resultando em uma invisibilidade histórica de tais trabalhadores.

Para refletir sobre os processos identitários em relação ao caso estudado, é preciso atentarmos que este guarda algumas especificidades se comparado a outras realidades do ramo da reciclagem, que desenvolvem suas atividades no contexto urbano, conforme descrito ao longo da tese. Uma delas é com relação aos sujeitos que realizam o trabalho; no caso da Copercicla, os trabalhadores conciliam duas atividades que, a princípio, apresentam conotações de reconhecimento muito diferentes perante a sociedade. Enquanto a profissão do agricultor é reconhecida, especialmente, pela função social de produtor de alimentos, a profissão de catador ou selecionador de materiais recicláveis ainda está conquistando reconhecimento. O perfil dos que trabalham na reciclagem nas funções da catação ou seleção de materiais é de pessoas que realizam ou realizaram atividades na rua, normalmente tiveram alguma experiência de trabalho no “lixão” e, portanto, são marginalizadas. Entende-se que não foi objetivo da tese comparar o trabalho da reciclagem no âmbito urbano e rural, no entanto, compreende-se que o perfil da realidade urbana influencia a visão presente na sociedade atualmente acerca do trabalho relacionado à reciclagem, assim como constatado nos resultados do estudo.

Para subsidiar a análise dos processos identitários dos trabalhadores pluriativos, realizou-se uma revisão acerca da compreensão do conceito de identidade e sua evolução histórica, bem como do entendimento desta em relação ao trabalho. Verificou-se que o tema é complexo, chegando a ser, em certa medida, até “polêmico” (WAUTIER, 2001; HALL, 2004; REIS, 2006; DUBAR, 2009). Mesmo diante de tal complexidade, propusemo-nos a continuar apostando na abordagem como uma das

categorias de análise do estudo pelos motivos já expressados em outras partes da tese.

Pode-se observar que o conceito e as reflexões em torno da identidade foram acompanhando o movimento e a evolução dos acontecimentos da história, fundamentalmente a partir da sociedade moderna até a denominada pós-modernidade. A concepção sobre identidade teria passado de um estágio de imutabilidade para um estágio em que é concebida como interativa e influenciada por aspectos externos do mundo social. Assim, não se fala mais em identidade, e, sim, em identidades, que, na atualidade, são constantemente modificadas, renovadas e que “flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas” (BAUMAN, 2005, p. 19). Quase todos os autores estudados nesta pesquisa fazem referência à possibilidade de existência de “crises identitárias”, que genericamente se caracterizam pela incompatibilidade entre a identidade atribuída pelo outro ou pelo ambiente externo e a identidade reivindicada por si ou pelo “eu” (DUBAR, 2009). A crise, conforme já referido do decorrer do trabalho, não é por nós concebida como algo negativo, e, sim, como um elemento próprio dos processos identitários que confere dinamicidade às identidades.

A identidade relacionada ao trabalho, que recebe diversas denominações (laboral, socioprofissional, profissional), é parte da identidade social dos sujeitos. De forma ampla, verificou-se que o que caracteriza a identidade laboral relaciona-se à cultura profissional, às projeções e expectativas futuras, aos códigos internos estabelecidos na interação e convivência entre os envolvidos no mesmo campo profissional e aos saberes construídos nos processos de socialização, nos processos educativos formais e informais e nos demais acontecimentos que ocorrem por meio dos processos de socialização secundária (VALLE, 2002; CHALITA, 2004; DUBAR, 2009). Também pode-se verificar que, assim como há um reconhecimento do trabalho como elemento importante dos processos de identificação, a exemplo dos autores acima referidos, existem os que afirmam que, na pós-modernidade, o trabalho se converte em “uma narrativa entre outras, seu elo com a identidade é enfraquecido, embora não desaparecido” (BENDASSOLI, 2007, p. 216). A nossa posição,

assim como referido no início das considerações sobre o tema, difere desta última e, a partir dos resultados da pesquisa feita para esta tese, ainda ganha reforço.

Com base no que se entendeu por identidade relacionada ao trabalho, foi possível constatar que a condição de trabalhadores pluriativos que conciliam as atividades laborais na agricultura e na reciclagem trouxe mudanças no processo de identificação dos trabalhadores e redimensionou alguns aspectos referentes ao trabalho realizado pelos sujeitos. Ressalta-se que, quando nos referimos a um redimensionamento, não se está desconsiderando componentes e características que faziam parte da realidade dos trabalhadores, mas, sim, atentando-se para novos elementos que passaram a fazer parte do processo de trabalho e da vida dos agricultores familiares pluriativos.

O redimensionamento iniciou já no momento em que os agricultores familiares, diante das dificuldades enfrentadas nas atividades agrícolas/rurais, decidiram buscar uma alternativa coletiva para enfrentar os problemas. A experiência de organização, anteriormente restrita ao âmbito familiar, desde o momento da fundação do Condomínio Rural, expandiu-se a partir de então para o âmbito comunitário/coletivo. As decisões, os investimentos, os encaminhamentos, a organização para o trabalho diário baseado no estatuto e regulamentos internos, os comportamentos com relação à nova atividade de trabalho passaram a ter como norte os princípios do associativismo, diferenciando-se, portanto, da experiência de trabalho anterior. A experiência associativa da maioria dos agricultores anteriormente restringia-se à condição de associados da cooperativa local para entrega dos produtos agrícolas produzidos nas propriedades. Na comunidade, as experiências coletivas eram relacionadas ao lazer, à igreja, às melhorias e às festas.

O redimensionamento da identidade laboral dos agricultores continua a partir da adesão a atividade de trabalho relacionada à reciclagem de resíduos sólidos, a princípio bastante diferente das atividades rurais às quais eram habituados a realizar e que tinham como referência ocupacional. A atividade da reciclagem, a qual estavam se propondo a realizar, especialmente na época em que iniciaram a Copercicla, era considerada recente. Os trabalhadores envolvidos com o ramo da reciclagem (catadores e selecionadores) eram praticamente invisíveis perante a sociedade, e a principal matéria-prima do trabalho era considerada “lixo”, termo historicamente carregado de estigmas e preconceitos.

Gradativamente, tal realidade está se reconfigurando, e os trabalhadores da Copercicla estão participando do processo. Atualmente, pode-se dizer que estão induzindo e fazendo parte da construção de uma política pública no Brasil, especialmente através da prestação de serviço de coleta seletiva em diversos municípios da região mediante contratação pelas prefeituras municipais, conforme prevê a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que determina a prioridade e a dispensa de licitação para a contratação desses serviços, quando prestados por cooperativas e associações de trabalhadores. Acrescenta-se a importância socioeconômica da Copercicla para o município de Santa Cecília do Sul, visto que ela tem contribuído para a geração de trabalho e renda, para a projeção do município em nível estadual e nacional e tem induzido a mudança de comportamento na comunidade com relação ao descarte correto de resíduos e a consequente ampliação da consciência ambiental.

O enfrentamento das questões acima pontuadas foi e ainda é considerado elemento determinante no processo de redimensionamento da identidade laboral, na medida em que os sujeitos envolvidos passam, através do seu trabalho, a participar da construção de uma agenda pública, combater e desconstruir os próprios preconceitos, os mitos e valores culturalmente alicerçados na sociedade em geral em torno dos resíduos sólidos por ela produzidos e descartados. Nesse caso, visualiza-se o que Castells, (1999) define como identidade de resistência e identidade de projeto, devido aos trabalhadores pluriativos na atividade da reciclagem estar “resistindo” aos estigmas e a desvalorização que a atividade carrega através de uma forma alternativa de trabalho – o associativismo e da relação com outros movimentos organizados, tais como o da economia solidária e de trabalhadores da área da reciclagem, atuando, portanto, numa perspectiva de mudança social, tanto no âmbito dos sujeitos quanto da estrutura social.

Outro aspecto bastante relevante e que tem influência na maioria dos resultados do estudo, relaciona-se ao “*ethos colono*”, ou seja, ao conjunto de experiências de vida dos sujeitos da pesquisa ligados à agricultura e ao mundo rural. Primeiramente, verificou-se que existe um pensamento unânime de que os resultados positivos e a consolidação da Copercicla estão relacionados ao fato de a mesma ter sido fundada por agricultores e que estes apresentam um modo diferente de lidar com o trabalho. Nesse ínterim, a persistência, a responsabilidade e outras características

positivas são atributos significativamente marcantes nas trajetórias de vida dos sujeitos estudados. Ainda, atribuiu-se a capacidade de o agricultor se adaptar à nova atividade (reciclagem), pois algumas particularidades da atividade da reciclagem, como cheiro e o aspecto de sujeira, apresentam-se também nas tarefas rurais, a exemplo da atividade realizada nos aviários. O “olhar” para o potencial da atividade da compostagem na Copercicla também é atribuído à relação do trabalhador com a agricultura, por dois aspectos: devido ao potencial econômico que o negócio poderá gerar e pela relação que os agricultores têm com a natureza, como caudatários da atividade agrícola, ou seja, é uma possibilidade retribuir a natureza o que dela é extraído, como se observa em parte da expressão de um dos entrevistados: “[...] tudo que é orgânico vem da terra e pode voltar para a terra (ENTREVISTADO, O. V.).

Aspectos relacionados ao caráter familiar da outra atividade de trabalho realizada pelos sujeitos do estudo também influenciaram o processo identitário dos trabalhadores pluriativos. Ou seja, o comportamento solidário estabelecido entre os trabalhadores no ambiente da Copercicla é atribuído, em partes, as influências das relações solidárias e de cuidado vivenciadas pelos agricultores no âmbito de trabalho familiar. Constatou-se que a conciliação das duas atividades se tornou possível porque ocorre uma reorganização familiar de modo a dividir e atender as demandas das atividades agrícolas na propriedade, sendo que, normalmente, os que não trabalham fora da propriedade assumem maior compromisso com as atividades cotidianas das terras. Para as famílias envolvidas no estudo, a atividade agrícola não significa somente uma maneira de produzir e sobreviver economicamente, mas também, e, principalmente, um modo de vida.

Cabe ressaltar, que, com relação à atividade agrícola, conforme mencionado no desenvolvimento da tese, esta é vista como inerente à vida dos trabalhadores, tem papel importante, mas, se comparada à reciclagem, a outra atividade, parece não assumir status de trabalho (formal). Isso talvez ocorra em função de que, na atividade agrícola, muitos não contribuíam com a previdência social, não tinham uma regularidade na renda (salário mensal), tinham maior flexibilidade com relação aos horários de trabalho na propriedade e mais autonomia para tomar decisões.

Quanto aos sentidos acionados no processo de identificação, tanto no nível intrapessoal como no interpessoal, considera-se que estejam relacionados aos aspectos positivos e negativos e ao grau de importância das duas atividades de

trabalho nas vidas dos sujeitos. Em relação à atividade agrícola, a positividade e importância é atribuída, principalmente, ao prazer em realizar o trabalho em família e poder dar continuidade a ele, à flexibilidade de horário, à autonomia para tomar decisões, ao contato com a natureza, à tranquilidade e ao sossego, ao prazer de manusear a terra e as plantas, à função social da atividade enquanto produtora de alimentos para a sociedade, ao privilégio de poder produzir e consumir os produtos que alimentam a própria família.

Na atividade relacionada à Copercicla, a positividade e importância é atribuída à complementação da renda familiar, à ampliação do círculo de amizades, à convivência com os colegas de trabalho, às aprendizagens envolvidas para a realização da atividade no ramo da reciclagem e à contribuição ambiental para a sociedade em geral. Os aspectos ligados à convivência no ambiente de trabalho repercutiram especialmente na subjetividade, nas relações sociais e no comportamento dos sujeitos. Muitos dos entrevistados, após o trabalho na Copercicla, declararam que passaram a lidar de modo diferente com a vergonha que apresentavam ao se expressar em público e a se despir de determinados preconceitos, mudaram a sua relação com o futuro, entre outras manifestações. Com relação à complementação da renda, este foi um ponto destacado de uma maneira geral, e, para os trabalhadores mais jovens e mulheres, significa maior autonomia.

Já os principais aspectos negativos referidos na agricultura foram a instabilidade financeira à qual a atividade é submetida em função da dependência de fatores climáticos e de políticas públicas pouco consolidadas. E, na Copercicla, os aspectos negativos relacionam-se a dificuldades próprias do trabalho coletivo e à visão negativa que a sociedade em geral tem acerca da atividade da reciclagem e das pessoas que trabalham com a mesma.

Em síntese, considera-se que, apesar de terem sido apontados pelos entrevistados da pesquisa aspectos positivos e negativos importantes e fatores que dão mais satisfação aos sujeitos em ambas as atividades de trabalho, a nosso ver, tais questões não apresentam uma tal significação a ponto de considerar que uma ou outra atividade seja mais importante para eles. Considera-se que ambas as ocupações – a agricultura e a reciclagem – são relevantes e cada uma exerce importância e tem influência na vida dos trabalhadores, porém de modos diferentes.

Com relação à possível existência de uma “crise de identidade”, avalia-se que esta não ocorre. O simples fato de os agricultores, ao serem questionados sobre como se identificam, darem respostas ambíguas, referindo-se a si próprios tanto como agricultores quanto como recicladores, ou, ainda, identificando-se com as duas atividades, só nos traz uma evidência forte, neste momento: a de que estamos diante de uma das características da sociedade moderna ou pós-moderna, em que não existem identidades fixas. Estamos, sim, diante de uma época em que nos deparamos com um hibridismo em que ocorre a interação entre urbano e rural que não leva à eliminação das marcas próprias da espacialidade de um e de outro e que reflete nos processos e nas narrativas identitárias, conferindo-lhes movimento, dinamicidade e fluidez (BAUMAN, 2005). Estamos diante da ocorrência do que pode ser denominado de ambivalência das identidades em que estas mudam e podem ser acionadas quando convém e dependendo das situações.

Observa-se, enfim, que, no processo de trabalho pluriativo, ocorre a construção ou a (re)construção de processos e narrativas identitárias que perpassam o âmbito pessoal e coletivo. A (re)construção se move em meio a uma atividade laboral (a agricultura) significativamente influenciada pelo “*ethos* colono”, dinamizado por um sistema de trabalho, por uma racionalidade interna, por valores e tradições e por uma outra atividade laboral (a reciclagem). Esta última, considerada recente, é carregada de estigmas para a maioria dos trabalhadores a ela ligados, especialmente aqueles que catam nas ruas, os quais têm uma identidade atribuída, denominada de “identidade deteriorada”. Assim, a organização em cooperativas ou associações apresenta-se como possibilidade de distinção identitária dos trabalhadores ao passo que se organizam alternativamente para o trabalho e começam a ser identificados como “verdadeiros agentes ambientais”.

O trabalho associativo em torno dos resíduos sólidos passa a indicar uma inversão de valores na sociedade: se antes eles eram um problema, agora se configuram como alternativa para a resolução de outras dificuldades de cunho econômico, social e ambiental. Conforme indicado por Wautier (2001), esse processo se caracteriza como aquele em que os indivíduos buscam desenvolver estratégias identitárias para aproximar a identidade para outrem e para si, resultando em continuidade ou ruptura. No caso estudado, verifica-se a continuidade.

A análise aqui empreendida não pretende ser conclusiva. Ao contrário, acredita-se que esta tese poderá colaborar para abrir caminhos e lançar novos desafios interpretativos. O estudo da identidade laboral num contexto de pluriatividade é apenas uma das possibilidades a serem exploradas no campo das ruralidades contemporâneas no Brasil e que apresenta ainda múltiplas dimensões a serem pesquisadas, a exemplo da questão dos resíduos sólidos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ANDRADE, S. M. O. de; TANAKA, O. Y. Interacionismo interpretativo: uma nova perspectiva teórica para as pesquisas qualitativas. **Ensaio e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde**, Campo Grande, v. 5, n. 3, p. 55-72, dez. 2001.

ANJOS, F. S. dos. **Agricultura familiar em transformação**: o caso dos colonos operários de Massaranduba (SC). Pelotas: Universitária, 1995.

ANJOS, F. S. dos. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

ANJOS, F. S. dos; CALDAS, N. V. Pluriatividade e ruralidade: falsas premissas e falsos dilemas. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da (Eds.). **O novo rural brasileiro**: novas ruralidades e urbanização. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. p. 54-80.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 2004.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2014**, 2014. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2014.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10004**: resíduos sólidos: classificação. Rio de Janeiro, 2004.

BALSADI, O. V. Características do emprego rural no Estado de São Paulo nos anos 90. 2000. 160 f. Dissertação (Mestrado em Economia)–Universidade Estadual de Campinas, SP, 2000.

BARROS, V. A. de; PINTO, J. B. M. Reciclagem: trabalho e cidadania. In: KEMP, V. H.; CRIVELLARI, H. M. T. (Orgs.). **Catadores na cena urbana**: construção de políticas socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 65-82.

BASTOS, C. P. de M. **A corrosão do caráter público das universidades federais**: influências do Banco Mundial no Reuni. 2009. 214 p. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2009.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BENDASSOLI, P. F. **Trabalho e identidade em tempos sombrios**: insegurança ontológica na experiência atual com trabalho. Idéias e Letras: São Paulo, 2007.

BERGER, P.; BERGER, B. Socialização: como ser um membro da sociedade. In: FORACCI, M. M.; MARTINS, J. de S. (Org.). **Sociologia e sociedade**: leituras de introdução à sociologia. São Paulo; Rio de Janeiro: LTC, 1973. p. 200-214.

BLUME, R. **Território e ruralidade**: a desmistificação do fim do rural. 2004. 179 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, 2004.

BONELLI, M. da G.; DONATONI, S. Os estudos sobre profissões nas ciências sociais brasileiras. **Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 41, p. 109-142, 1996.

BRASIL. Lei Federal n. 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 ago. 2010, Seção 1, p. 2.

BRUMER, A. et al. Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar. In: CONGRESSO DA INTERNATIONAL RURAL SOCIOLOGY ASSOCIATION (IRSA), 10. 2000, Rio de Janeiro/RJ. **Anais...** Rio de Janeiro/RJ IRSA: 2000.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Eds.). **O novo rural brasileiro**: as novas atividades rurais. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. v. 6.

CANDIOTTO, L. Z. P. Pluriatividade: aspectos históricos e conceituais. **Revista Faz Ciência**, Francisco Beltrão, v. 9, n. 10, p. 191-208, 2007.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 70-85, 1997.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. de C.; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (Orgs.) **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p.325-344.

CARNEIRO, M. J. Política de Desenvolvimento e o Novo Rural. In: CAMPANHOLA, C.; DA SILVA, J. G. (Orgs.). **O novo rural brasileiro**: políticas públicas. 1. ed. Campinas: Unicamp; Embrapa Meio Ambiente, 2000. v. 4. p. 117-150.

CARNEIRO, M. J. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, R. J.; COSTA, L. F. de C. (Orgs.). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p. 223-240.

CARNEIRO, P. A. S. Desafios e oportunidades no contexto das novas Ruralidades. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 3, n. 6, p. 45-65, ago. 2008.

CARNEIRO, M. J. **Ruralidades contemporâneas**: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

CARVALHO, V. D. de; BORGES, L. de O.; RÊGO, D. P. do. Interacionismo simbólico: origens, pressupostos e contribuições aos estudos em Psicologia Social. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 146-161, 2010.

CARVALHO, V. Interacionismo simbólico: origens, pressupostos e contribuições aos estudos organizacionais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 6., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPAD. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEO/eneo_2010/2010_ENEO113.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2014.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHALITA, M. A. N. **Cultura política e agricultura familiar**: a identidade sócio-profissional do empresário rural como referencial de estratégias de desenvolvimento da citricultura paulista. 2004. 366 p. Tese (Doutorado em Sociologia)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2004.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

COOPERATIVA DOS RECICLADORES DE RESÍDUOS ORGÂNICOS E INORGÂNICOS DE SANTA CECÍLIA DO SUL. **Estatuto Social da Copercicla**. Aprovado na Assembléia Geral de Constituição, realizada no dia 24 de fevereiro de 2003 e alterado pela Assembléia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2009. Santa Cecília do Sul, 2009.

COOPERATIVA DE RECICLADORES ORGÂNICOS E INORGÂNICOS DE SANTA CECÍLIA DO SUL. **Projeto Copercicla**. Santa Cecília do Sul, 2010a.

COOPERATIVA DOS RECICLADORES DE RESÍDUOS ORGÂNICOS E INORGÂNICOS DE SANTA CECÍLIA DO SUL. **Regimento Interno da Copercicla**. Aprovado em Assembléia Geral Ordinária no dia 25 de março de 2010. Santa Cecília do Sul, 2010b.

COOPERATIVA DOS RECICLADORES DE RESÍDUOS ORGÂNICOS E INORGÂNICOS DE SANTA CECÍLIA DO SUL. Homepage institucional. 2013. Disponível em: <<http://copercicla.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

COSTAS, L. R. A crise do fordismo e o embate entre qualificação e competência: conceitos que se excluem ou que se complementam? **Revista de Ciências Sociais Política e Trabalho**, João Pessoa, n. 26, p. 127-142, abr. 2007.

COUTINHO, M. C.; KRAWULSKI, E.; SOARES, D. H. P. Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, p. 29-37 2007. Número especial.

CRUZ, F. S. da. Do essencialismo ao não essencialismo? Reflexões sobre a identidade cultural do MST. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 80: p. 181-201, 2010.

DAJUI, E. M. **A construção da cidadania através da identidade socioprofissional das mulheres rurais que participam em programas de microfinanciamento**. 2006. 280 f. Tese (Doutorado em Sociologia)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2006.

DEJOURS, C.; DESSORS, D.; DESRLAUX, F. Por um trabalho, fator de equilíbrio. Tradução de Maria Irene S. Betiol. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 98-104, maio/jun. 1993. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901993000300009>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

DESLAURIERS, J. P.; KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 127-153.

DUBAR, C. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. Porto: Porto Editora, 1997.

DUBAR, C. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 62, p. 13-30, abr.1998.

DUBAR, C. A sociologia do trabalho frente à qualificação e a competência. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 64, p. 55-68, abr. 1999.

DUBAR, C. Identidade profissional em tempos de bricolagem: entrevista. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 9, p. 152-156, 2001.

DUBAR, C. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUBAR, C. **A crise das identidades: a interpretação de uma mutação**. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Edusp, 2009.

DUBAR, C. Entre crise global e crises ordinárias: a crise das identidades. Tradução de Roberta Consoli Akaoui e Mariana Toledo Ferreira. **Plural**, São Paulo, v. 18, p. 175-184, 2011.

DUBAR, C. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. Tradução de Fernanda Machado. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 146, p. 351-367, maio/ago. 2012.

DURKHEIM, E. **A divisão do trabalho social**. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1984. v. 2.

EIGENHEER, E. M. **Lixo, vanitas e morte**: considerações de um observador de resíduos. Niterói: EdUFF, 2003.

FERREIRA, A. D. D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 18, abr. 2002. p. 28-46.

FRAGA, A. B. O trabalho de quem vive do lixo: desigualdade social e suas dimensões simbólicas. **Revista Polêmica**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 1-5, 2007.

FROEHLICH, J. M. A (re)construção de identidades e tradições: o rural como tema e cenário. **Antropolítica**, Niterói, n. 14, p. 117-132, 1º sem. 2003.

FROEHLICH, J. M. **Rural e natureza**: as construções sociais do rural contemporâneo. 2002. 195 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2002.

FROEHLICH, J. M.; MONTEIRO, R. C. Transformações semânticas recentes do “termo rural”: uma leitura a partir da perspectiva urbana. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 2, p. 304-312, jul./dez. 2002.

GAIGER, L. I. A práxis coletiva dos sem-terra: rumo à unidade ou a heterogeneidade cultural? **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, n. 6, p. 177-203, 1994.

GAMEIRO, A. H. **Logística ambiental de resíduos sólidos**. São Paulo: Atlas, 2011.

GASKELL, G. (2002). Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes. p. 64-73.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, A. C. **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2009.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: IE/Unicamp, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006**: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. IBGE: Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**: características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

KAGEYAMA, A. A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 515-551, jul./set. 1998.

KAGEYAMA, A. A. As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 57-69, 2001.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. (Série Estudos Rurais)

KAUFMANN, J-C. **A invenção de si**: uma teoria da Identidade. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**. Campinas: Unicamp, 1993.

LÊNIN, V. L. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MACHADO, N. J.; CASADEI, S. R. **Seis razões para diminuir o lixo no mundo**. São Paulo: Escritinha, 2008.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARQUES, M. Crítica da modernidade: tradição, modernidade e pós-modernidade. **Ponto-e-Vírgula**, São Paulo, n. 11, p. 153-165, 2012.

MATTEI, L. F. **Pluriatividade e desenvolvimento rural no Estado de Santa Catarina**. 1999. 211 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico)– Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.

MEDEIROS, L. F. R.; MACEDO, K. B. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? **Revista Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 62-71, ago. 2006.

MELLO, M. M. R. de; VALLE, I. R. Socialização e socialização profissional: interface entre forjar e negociar outro ser. **Revista Roteiro**, Joaçaba, v. 38, n. 1, p. 79-102, jan./jun. 2013.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Homepage institucional. 2014. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/>>. 5 fev. 2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/instrumentos-da-politica-de-residuos/planos-municipais-de-gest%C3%A3o-integrada-de-res%C3%ADduos-s%C3%B3lidos>>. Acesso em: 27 dez. 2015.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PEDRO, A. de J. M. D. **Percursos e identidades: a (re)construção da identidade profissional do docente de enfermagem: o olhar dos docentes**. 2011. 340 p. Tese (Doutorado em Ciências da Educação)–Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2011.

PICOLOTTO, E. L. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. 2011. 289 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)–Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2011.

PINHEL, J. R. O catador de materiais recicláveis. In: _____. (Org.). **Do lixo à cidadania: guia para a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis**. São Paulo: Editora Petrópolis, 2013. p. 16-33.

PIVA, A. L. **Direito ambiental, desenvolvimento sustentável e cultura**: enfoque sobre a responsabilidade ambiental pós-consumo. 2008. 222 f. Dissertação (Mestrado em Direito)–Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA. População. Disponível em: <<http://www.tapejara.rs.gov.br/web/site/home/paginas/15-populacao>>. Acesso em: 10 set. 2015.

POPKEWITZ, T. S. **Reforma educacional**: uma política sociológica: poder e conhecimento em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

PRATES, J. C. O planejamento da pesquisa social. **Revista Temporalis**, Porto Alegre, n. 7, p. 123-143, 2003.

RIBEIRO, H. et al. **Coleta seletiva com inclusão social**: cooperativismo e sustentabilidade. Cortez. Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008.

RIBEIRO, H. et al. **Coleta seletiva com inclusão social**: cooperativismo e sustentabilidade. São Paulo: Anablume, 2009.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual n. 10.763, de 16 de abril de 1996. Cria o Município de Santa Cecília do Sul. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 17 ago. 1996. p. 13.

REIS, J. C. **As identidades do Brasil 2**: de Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda? Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SANTA Cecília do Sul. In: Wikipedia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Cec%C3%ADlia_do_Sul>. Acesso em: 1 jun. 2015.

SANTOS, C. A construção social do conceito de identidade profissional. **Interações**, Coimbra, n. 8, p. 123-144, 2005.

SCHNEIDER, S. As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 107, 1995.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO ESTADO. Rumo a 4 bilhões de toneladas por ano. **Em Discussão!**, Brasília, ano 5, n. 22, p. 48-59, set. 2014a.

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO ESTADO. Na prática, a história é outra. **Em Discussão!**, Brasília, n. 22, p. 14-23, set. 2014b.

SENNET, R. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SILVA, S. P.; GOES, F. L.; ALVAREZ, A. R. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável**. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2015.

SILVESTRO, M. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: EPAGRI; Brasília: NEAD, 2001.

SOUZA, M. **Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no Estado do Paraná**. 304 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola)—Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2000.

SOUZA, M. de. Pluriatividade e nova ruralidade: reelaboração de identidades sociais em duas comunidades paranaenses. In: CAMPANHOLA, C; SILVA, J. G. da (Eds.). **O novo rural brasileiro**: novas ruralidades e urbanização. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

STÉDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997.

STRAUSS, A. **Espelhos e máscaras**: a busca da identidade. São Paulo: Edusp, 1999.

TEDESCO, J. C. **Terra, salário e família**: ethos e racionalidade produtiva no cotidiano camponês. 1998. 407 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)—Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1998.

TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família**: racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: Editora da UPF, 1999.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa. São Paulo: Ática, 1987.

VALLE, I. R. Da “identidade vocacional” à “identidade profissional”: a constituição de um corpo docente unificado. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 20, p. 209-230, jul./dez. 2002. Número especial.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

VIRGOLIN, I. W. C. **O sentido do trabalho pluriativo para os agricultores familiares**: um estudo á partir da cooperativa de recicladores orgânicos e inorgânicos de Santa Cecília do Sul/RS. 2012. 134 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural)—Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2012.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), 20., 1996, Caxambu/MG. **Anais...** Caxambu, MG, 1996.

WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 87-145, out. 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/nazare15.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, M. de N. B. **Um saber necessário**: os estudos rurais no Brasil. Campinas: Unicamp, 2012.

WAUTIER, A. M. **A construção identitária e o trabalho nas organizações associativas**. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2001.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: TADEU, T. da S. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 7-72.

YIN, R. K. **Estudo de caso, planejamento e métodos**. 4. ed. São Paulo: Bookman, 2010.

ZANATTA, M. S. Nas teias da identidade: contribuições para discussão do conceito de identidade na teoria sociológica. **Perspectiva**, Erechim, v. 35, n. 132, p. 41-54, dez. 2011.

ZANINI, M. C. C. Ítalo-brasileiros: a revivificação da identidade étnica em Santa Maria-RS. **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo, n. 34, p. 20-23, maio/ago. 1999.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO DA PESQUISA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a):

A Universidade Federal de Santa Maria, através do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, estão desenvolvendo uma pesquisa sob a coordenação do Prof. Dr. José Marcos Froehlich, intitulada Reciclando Identidades Laborais: Um estudo com agricultores familiares pluriativos da Cooperativa de Recicladores de Materiais Orgânicos e Inorgânicos de Santa Cecília do Sul/RS que será desenvolvida nesta cooperativa e neste município.

- Você está sendo convidado (a) a responder às perguntas do roteiro de entrevistas de forma totalmente voluntária.
- Antes de concordar em participar desta pesquisa, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento.
- Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você se decidir a participar.
- Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade.

Objetivos do estudo:

- Verificar se e como a condição de trabalhadores pluriativos que conciliam a reciclagem com a agricultura familiar trouxe mudanças no processo de identificação desses trabalhadores redimensionando o aspecto laboral ou sócio-profissional;
- Buscar apreender os sentidos acionados no processo de identificação, tanto no nível intra pessoal como no nível interpessoal;

Procedimentos: Para o desenvolvimento da pesquisa, precisamos da sua autorização para realizar uma entrevista com algumas perguntas e gostaríamos de ter a permissão do Senhor (a) para usar o gravador de voz. O Senhor (a) tem a liberdade de não querer gravar a entrevista ou de não responder alguma pergunta que possa lhe causar constrangimentos. A sua identidade e as informações da entrevista são sigilosas e usadas somente para fins da nossa pesquisa. O Senhor (a) também tem a liberdade de recusar a participar da pesquisa ou deixar de concordar, em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo, bastando apenas comunicar o coordenador.

Benefícios: Os resultados da pesquisa poderão servir como um instrumento de apoio para elaboração de políticas públicas, voltadas a inclusão e oportunidades de trabalho no meio rural. Poderá ainda, subsidiar os associados da cooperativa na busca de melhorias, estratégias e alternativas no que se refere ao trabalho desenvolvido pelos sujeitos.

Riscos: A sua participação nesta pesquisa não representará qualquer risco para o Senhor (a), porém existe a possibilidade de desconforto emocional. O Senhor (a) tem total liberdade para não responder alguma pergunta que não lhe agrada ou não quiser falar a respeito da questão.

Crterios de exclusão: Serão excluídos do estudo aqueles que são associados a cooperativa, porém não trabalham na mesma e também aqueles que estão trabalhando na usina a menos de um ano. Nas famílias em que houver mais de um membro do grupo familiar trabalhando na usina, apenas um familiar será entrevistado, sendo priorizado sempre o que exerce função de chefe da família. Por orientação da ética na pesquisa, não serão entrevistados os agricultores que por qualquer motivo não queiram participar da pesquisa, por meio da concessão da entrevista aos pesquisadores.

Sigilo: As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelo pesquisador responsável. Os nomes dos sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma. Além disso, os participantes terão o direito de se manterem atualizados sobre os resultados obtidos a partir da pesquisa, podendo buscar informações desta na sala 51 no Centro de Ciências Rurais/UFSM, prédio 44, localizado na Av. Roraima, nº 1000, Santa Maira - RS ou com a aluna pesquisadora no tel.. 55 91782636 ou email isadoravirgolin@yahoo.com.br.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Santa Cecília do Sul, de maio de 2015.

Assinatura do sujeito da pesquisa

N. identidade

ANEXO A – IMAGENS DE TEXTOS SOBRE A COPERCICLA⁴⁵



⁴⁵ Capturas de tela realizadas pela autora durante o desenvolvimento da pesquisa a partir do site da Copercicla e do Portal da Rádio Tapejara.

copercicla.com.br/noticias.php?id=1

INICIAL SOBRE A COPERCICLA NOTÍCIAS PRODUTOS / SERVIÇOS PARCEIROS CONTATO

Notícias

03/09/2013
Viagem promove intercâmbio de experiências

Visando incentivar as práticas de reciclagem e a integração das associações assessoradas pelo Projeto Transformação, os grupos de recicladores e representantes das entidades colaboradoras, realizaram, com o apoio do projeto que o Fundo Socioambiental da Caixa mantém com a Cáritas, uma viagem à Copercicla, em Santa Cecília do Sul e à Gentil plásticos.

Os associados da AAMA – Associação Amigos do Meio Ambiente, da Cootraempo – Cooperativa Mista de Produção e Trabalho dos Empreendedores Populares da Santa Marta LTDA, da AREVI – Associação dos Recicladores Esperança da Vitória e da Recibela – Associação de Recicladores Parque Bela Vista, refletiram sobre a importância da reciclagem, que alia preservação ambiental e geração de renda, melhorando a qualidade de vida dos recicladores e também da população em geral. “Um dos pontos que mais chamou minha atenção foi a forma de pagamento que os associados tem pelo trabalho na Cooperativa, pois além do retorno pelas horas trabalhadas, os recicladores possuem vale alimentação”, afirmou João Pedro Nascimento, membro da Recibela.

Para realizar o intercâmbio de experiências, destacou-se ainda a relação que a Copercicla possui com as políticas públicas na área da coleta e reciclagem, pois consegue discutir por igual com os gestores dos oito municípios onde atua. Hoje, a cooperativa possui 70 associados e reaproveita, por mês, 77.3% do lixo, que anteriormente seria encaminhado ao aterro. Cerca de 29% do material é comercializado, e 48% é destinado à compostagem para aproveitamento como adubo orgânico. Na Empresa Gentil Plásticos, os recicladores conheceram o processo de transformação do plástico em granulados e a confecção de matéria prima para embalagens.

GALERIA DE IMAGENS



OUTRAS NOTÍCIAS

27/02/2015
Adubo Orgânico

11/02/2014
Separação Correta

09/12/2013
Assembleia Geral Especial

18/10/2013
Visita Técnica do Instituto Federal Rio Grande do Sul - IFRS - Campus Sertão

10:55
09/03/2016

copercicla.com.br/noticias.php?id=6

INICIAL SOBRE A COPERCICLA NOTÍCIAS PRODUTOS / SERVIÇOS PARCEIROS CONTATO

Notícias

09/12/2013
Assembleia Geral Especial



No dia 01 de dezembro de 2013, a Copercicla realizou no Salão Comunitário de Vista Alegre, Santa Cecília do Sul –RS, a Assembleia Geral Especial de acordo com a Lei Nº 12.690, de 19 de Julho de 2012, onde foram convocados para participar desta importante reunião todos os 119 associados, com os seguintes horários:

- às 7:30 em primeira convocação com a presença de no mínimo 2/3 dos associados;
- às 8:30 em segunda convocação com a presença de no mínimo metade mais um dos associados;
- às 9:30 em terceira e última convocação com a presença de no mínimo dez associados.

Com a seguinte ordem do dia:

- Gestão da Cooperativa
- Disciplina, direitos e deveres dos sócios (palestrante: João Pelissaro)
- Planejamento e resultado econômico dos projetos e contratos firmados
- Organização do trabalho
- Assuntos diversos de interesse da cooperativa.

Ao final, os associados comemoraram os 10 anos de Fundação da Copercicla com um belo almoço.

GALERIA DE IMAGENS




OUTRAS NOTÍCIAS

27/02/2015
Adubo Orgânico

11/02/2014
Separação Correta

09/12/2013
Assembleia Geral Especial

18/10/2013
Visita Técnica do Instituto Federal Rio Grande do Sul - IFRS - Campus Sertão

10:52
09/03/2016

www.radiotapejara.com.br/noticia.php?not_id=16291redireciona.php?idpub=16&idimg=32

CIDADES DIVISÕES ESPORTES BONS NEGÓCIOS BOLETIM HOSPITALAR OBITUÁRIO AGENDA

NO AR TOQUE DE VIDA **RÁDIO AO VIVO** PEÇA SUA MÚSICA 23° 18' 21°C Chuva Fecsa

SANTA CECÍLIA DO SUL

21/10/2013 14h51

Cooperclia e Governo do Estado assinam convênio

Recomendar 18 Tweetar 2.046 visualizações



Na manhã desta segunda-feira (21) aconteceu na comunidade de Vista Alegre, a solenidade de assinatura de convênio entre o governo do estado e a Cooperclia.

No convênio assinado, o governo disponibiliza 440 mil reais e a contrapartida da cooperativa de 80 mil reais para a compra de dois novos caminhões e equipamentos.

A Rádio Tapejara esteve presente nesta solenidade, que contou com a presença de autoridades estaduais, regionais e locais, além da imprensa e convidados.

A Rádio Tapejara esteve presente com os colegas Elvio Brasil e Alessandra Carrá. Você confere as fotos do evento e amanhã às 7 horas da manhã, a cobertura completa na 1ª edição do Rádio Jornal.

PUBLICIDADE
Compre no Super Danieli, acumule pontos e troque por produtos. **CLUBE DE VANTAGENS**

PUBLICIDADE
START
ENERGIA SUSTENTÁVEL

PUBLICIDADE
consultoria imobiliária **imobiliária**
fazendo a diferença

PT 10:57 09/03/2016

ANEXO B – TEXTO DE MATÉRIA SOBRE A COPERCICLA EXTRAÍDA DO BLOG "TUDO PELA RECICLAGEM"

Reportagem: “Reciclagem contra o êxodo rural”⁴⁶

Veículo de comunicação: Blog Tudo Pela Reciclagem

Data de publicação: 18/10/2010

É separando plásticos, metais, papel, vidro, dos restos de comida, frutas, verduras e todo o material que forma o lixo orgânico que Eloaine de Mello, 26 anos, ajuda o marido, pequeno agricultor, a sustentar a casa e três filhos pequenos. Ela integra a equipe de 62 trabalhadores da Cooperativa de Recicladores de Resíduos Orgânicos e Inorgânicos (Copercicla) de Santa Cecília do Sul (RS), um pequeno município a 300 quilômetros de Porto Alegre, próximo a Passo Fundo.

A cooperativa processa os resíduos de oito municípios da região, fazendo também o recolhimento e a coleta seletiva em três deles (Tapejara, Charrua e Ibiaçá), inclusive na área rural e numa reserva indígena, mediante contratos com as prefeituras. Com a reciclagem e a compostagem a Copercicla reaproveita 88% de todo o resíduo que chega à triagem, 350 toneladas mensais, um índice considerado excelente. O rejeito, o que não pode ser aproveitado, é encaminhado para um aterro sanitário próprio, ao lado da sede.

A partir de 2012, a intenção da Copercicla é só trabalhar com municípios que façam a coleta seletiva, adianta o coordenador geral, Osmar Vidal. “Fazemos palestras nas escolas, no comércio e para a terceira idade sobre como é trabalhar com o lixo, os ganhos para o meio ambiente e a sociedade que nós temos com a reciclagem”.

Vidal é um dos fundadores da cooperativa, que começou sua história em 1991, como um movimento de resistência de um grupo de pequenos agricultores ao êxodo rural. Sem disposição de tomar o caminho da periferia das grandes cidades, como acontece na maioria das vezes, eles fundaram uma associação para tentar se manter no campo.

Com o tempo, passaram a prestar serviço a algumas prefeituras. Tapejara manifestou interesse na reciclagem e então formaram a Copercicla, em 2002. Para começarem, a prefeitura cedeu a área, o Governo do Estado repassou R\$ 94 mil para instalações e equipamentos e a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho colaborou com R\$ 13 mil. Assessorias técnicas em todas as áreas (cooperativismo, contábil, ambiental, saúde e jurídica) ajudaram a organizar e aprimorar os serviços da cooperativa.

Material eletrônico

Além dos resíduos comuns, eles também fazem a coleta de material eletrônico e perigoso, num Ecoponto em Tapejara, onde recolhem televisores, computadores, lâmpadas fluorescentes e outros materiais, que são negociados com 27 empresas de descontaminação e reciclagem do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

“Já enfrentamos muitas dificuldades, mas somos bem unidos, bem organizados”, conta o ex-agricultor Jandir Bogoni, 38 anos, que integra a cooperativa

⁴⁶ Material disponível em: <<http://a-reciclagem.blogs.sapo.pt/6444.html>>. Acesso em: 09 jan. 2015.

desde que ela foi criada, em 2002, fazendo de tudo, na carregadeira, na compostagem, na triagem, no desmonte de equipamentos para aproveitamento do alumínio, ferro e cobre. Segundo ele, dá para viver bem com o que ganha e não trocaria a Copercicla por outro trabalho.

Com um vencimento mensal de cerca de R\$ 700,00 líquidos, os trabalhadores, com a escolaridade média de primeiro grau incompleto, recebem vantagens que dificilmente teriam em alguma empresa das redondezas: transporte e almoço gratuitos, vale alimentação, fundo de férias, gratificação natalina, gratificação por tempo de serviço, adicional de produção, seguro de vida, convênio de saúde, entre outros benefícios.

A organização e a eficiência da Copercicla, com um alto grau de inclusão social dos cooperativados, tem chamado a atenção dos especialistas no assunto. Ela foi a principal atração, por exemplo, no seminário sobre resíduos sólidos realizado pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e a Universidade de Rio Grande (Furg), em agosto, naquela cidade da Metade Sul. “Queremos chegar a 100% de reaproveitamento dos resíduos coletados”, afirmou Vidal, em sua palestra.

Consultor do MMA

O engenheiro e consultor do Ministério do Meio Ambiente (MMA) para resíduos sólidos, Dan Moche Schneider, ficou bastante impressionado. Disse que, em geral, as cooperativas de catadores do país enfrentam muitos problemas, especialmente na relação com as prefeituras para quem prestam serviços. Existem ainda as “Coopergatos”, que são as cooperativas de fachada para exploração de mão-de-obra barata.

“Pelo que vejo a Copercicla conseguiu avançar de forma surpreendente em todas as questões que dizem respeito ao seu gerenciamento, a ponto de prestar serviços a outros municípios, temos muito que aprender com ela”, disse Schneider. Segundo ele, hoje há muitas fontes de recursos disponíveis para as cooperativas de catadores na Funasa, Ministério das Cidades, MMA, BNDES e Caixa Econômica Federal.

O coordenador regional da Funasa no Rio Grande do Sul, Gustavo de Mello, visitou a Copercicla e confirmou tudo que se diz sobre ela: “O Rio Grande do Sul deve ter orgulho do trabalho que vocês fazem aqui, vocês são um exemplo para o nosso Estado”, disse Mello aos trabalhadores reunidos no galpão de triagem. Também Ministério do Trabalho e Ministério Público já fizeram vistorias e aprovaram o que viram, com muitos elogios.

Com verbas da Funasa e do BNDES que já foram aprovadas, a cooperativa planeja comprar equipamentos, oferecer melhores instalações aos trabalhadores e dobrar sua produção. Assim será possível oferecer mais trabalho e renda a pessoas como Eloaine, a mãe dos gêmeos Renan e Luan, 6 anos, e de Alexandre, de 2 anos. “Adoro esse trabalho, tenho orgulho de estar aqui porque vejo como é importante, vai ser muito difícil trocar por outro emprego”, diz a catadora, numa pausa na esteira de triagem, onde os resíduos ainda chegam misturados.

Em pouco tempo, ela desenvolveu um olhar crítico sobre o desperdício que vê todos os dias passar à sua frente. “Aqui a gente aprende que tudo tem valor, falo isso para meus filhos, para minha família, chamo a atenção de quem joga plástico na rua... seria bom que todos se conscientizassem, haveria muito mais coisas para serem aproveitadas”.

Fonte:ecoagencia

ANEXO C – TEXTO DE MATÉRIA SOBRE A COPERCICLA EXTRAÍDA DO JORNAL CIDADES

Reportagem: “Cooperativa adquire equipamentos com recursos da Funasa”⁴⁷

Veículo de comunicação: Jornal Cidades

Data de publicação: 17/12/2012

A cooperativa de recicladores de resíduos – Copercicla – adquiriu uma retroescavadeira e um caminhão para recolhimento de lixo seco através de convênio com a Fundação Nacional de Saúde – Funasa. Os equipamentos foram entregues este mês e já estão a serviço dos cooperativados que atendem a oito municípios da Região Nordeste do Estado.

A Copercicla é considerada uma referência no manejo e destinação de resíduos orgânicos e inorgânicos e presta serviço para uma população estimada em 45 mil pessoas. Ao todo, 73 famílias de cooperativados realizam o trabalho que envolve preservação ambiental e autossustentabilidade. A unidade de reciclagem fica numa área de 13 hectares localizada na comunidade de Vista Alegre, e suas instalações contam com galpões, prensa, pesagem, área de compostagem e aterro sanitário. Os resíduos dos municípios de Tapejara, Ibiaçá, Charrua, Água Santa, Floriano Peixoto, Ciríaco, Vila Lângaro e Santa Cecília do Sul são reciclados pela cooperativa. Segundo Gustavo de Mello, superintendente da Funasa, o governo federal está transformando a reciclagem, juntamente com o saneamento e esgotamento sanitário, em uma política de Estado. “É um orgulho continuar investindo neste trabalho de preservação, que tem levado renda e dignidade para a vida das pessoas”, afirma.

⁴⁷ Material disponível em: <<http://www.jornalcidades.com.br/santa-cecilia-do-sul/cooperativa-adquire-equipamentos-com-recursos-da-funasa/>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

ANEXO D – TEXTO DE MATÉRIA SOBRE A COPERCICLA EXTRAÍDO DO SITE DA RÁDIO TAPEJARA

Reportagem: “Bons exemplos do cooperativismo”⁴⁸

Veículo de comunicação: Rádio Tapejara (Site)

Data de publicação: 02/09/2013

O descarte do lixo é um dos grandes problemas urbanos da atualidade. Mas para a Copercicla: Cooperativa de Trabalho dos Recicladores de Resíduos Orgânicos e Inorgânicos de Santa Cecília do Sul, o lixo se tornou fonte de trabalho e renda para 75 associados que hoje atuam junto à cooperativa.

A iniciativa de unir catadores e recicladores em uma instituição formal que teria condições de coletar, reciclar e dar o destino correto ao lixo surgiu em 1991, na forma de uma pequena associação, com 13 participantes/colaboradores. O negócio foi se desenvolvendo e, em 2003, com o objetivo de facilitar a prestação de serviços e ter mais força na reivindicação de suas demandas, foi fundada a cooperativa. Em 10 anos de trabalho, a Copercicla teve muitos avanços, investindo em sua infraestrutura que hoje, tem a capacidade de processar aproximadamente 12 toneladas de lixo diariamente, proveniente de 9 municípios. Trabalham nesse processo 75 associados, desde a coleta, transporte para a usina de reciclagem, seleção do lixo e transporte dos materiais selecionados para as empresas que fazem o reaproveitamento.

De forma inovadora, a Copercicla oferece uma solução inteligente aos problemas relacionados à destinação do lixo, agregando valor ao trabalho de cada associado. Trabalho este que no início era visto como um certo preconceito, mas que hoje é percebido como realmente deve ser: um trabalho digno como todos os outros. Com o diferencial de uma cooperativa de trabalho, com participação nos resultados por parte de seus associados/colaboradores.

A Copercicla também é cooperante da Coprel, fazendo uso da energia elétrica em grande parte do trabalho, especialmente na movimentação das esteiras para seleção dos resíduos e nas máquinas para compactação dos materiais.

A equipe diretiva da Copercicla é formada pelas seguintes pessoas: Presidente César Bonatto, vice-presidente Tiago Zotti, tesoureira Marivone Bogoni e secretária Terezinha Ludvig. Osmar da Rosa Vidal é coordenador e responsável pelas atividades administrativas.

Fonte: Coprel

⁴⁸ Material disponível em: http://www.radiotapejara.com.br/noticia.php?not_id=15550>. Acesso em: 12 fev. 2015.